

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CENTRO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO SOBRE AS AMÉRICAS

MARCELLE SILVA VAZ

A dinâmica da ação política coletiva transnacional:
os casos da sociedade civil organizada do Brasil e da Argentina

BRASÍLIA (DF)
MARÇO 2017

MARCELLE SILVA VAZ

A dinâmica da ação política coletiva transnacional:
os casos da sociedade civil organizada do Brasil e da Argentina

Tese apresentada ao Programa de Doutorado do Centro de Pós-Graduação e Pesquisa sobre as Américas, da Universidade de Brasília (CEPPAC-UnB), como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Moisés Villamil Balestro

BRASÍLIA (DF)
MARÇO 2017

MARCELLE SILVA VAZ

A dinâmica da ação política coletiva transnacional:
os casos da sociedade civil organizada do Brasil e da Argentina

Tese apresentada ao Programa de Doutorado do Centro de Pós-Graduação e Pesquisa sobre as Américas, da Universidade de Brasília (CEPPAC-UnB), como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Ciências Sociais.

Aprovada em: 31/03/2017

Banca examinadora:

Prof. Dr. Moisés Villamil Balestro – CEPPAC/UnB (orientador)

Prof. Dr. Martin-León Jacques Ibáñez de Novion – CEPPAC/UnB (membro interno)

Prof. Dr. Wellington Lourenço de Almeida – FUP/UnB (membro interno)

Prof. Dra. Mercedes Botto – FLACSO/UBA (membro externo estrangeiro)

Prof. Dr. Camilo Negri – CEPPAC/UnB (suplente)

Nas sociedades que se defrontam com graves crises sociais, as exigências de ações práticas não deixam margem a dúvidas quanto ao que cumpre fazer. Os cientistas dos povos contentes com seu destino podem dedicar-se a pesquisas válidas em si mesmas como contribuições para melhorar o discurso humano sobre o mundo e sobre o homem. Os cientistas dos países descontentes consigo mesmos são urgidos, ao contrário, a usar os instrumentos da ciência para tornar mais lúcida a ação dos seus povos na guerra contra o atraso e a ignorância. Submetidos a esta compulsão, lhes cabe utilizar da melhor forma possível a metodologia científica, mas fazê-lo urgentemente, a fim de discernir, tática e estrategicamente, tudo que é relevante dentro da perspectiva desta guerra.

Darcy Ribeiro

Agradecimentos

Finalizar o ciclo de um doutorado é uma das tarefas mais difíceis de serem executadas. É um trabalho solitário que requer esforço e dedicação exclusiva. Ao mesmo tempo, a solidariedade vem de muitas pessoas, se manifesta desde a compreensão da família pela ausência até o primeiro contato por telefone com um informante-chave.

Primeiro, agradeço a cada uma das pessoas que acompanharam esse processo, já que a cooperação foi imprescindível nessa caminhada. A começar pela disponibilidade dos entrevistados. Sem isso, esta tese não seria possível. Sou grata também à indisponibilidade de alguns, porque a “não resposta” mostrou muito sobre a atuação de sua organização.

À professora Flávia Lessa de Barros por ter dado o pontapé inicial desta pesquisa e ter direcionado o meu olhar para o tema. Ao meu orientador, professor Moisés Balestro, por ter participado da evolução desta tese com confiança e dedicação, cujo auxílio na reorganização teórico-metodológica foi fundamental.

Aos professores do CEPPAC, Jacques de Novion, Camilo Negri e Lília Tavolaro, por suas valiosas contribuições ao longo desses quatro anos. À professora Mercedes Botto, que conheci por meio da leitura de um dos seus artigos, e que desde o nosso primeiro contato por e-mail foi muito aberta ao intercâmbio de ideias.

Estive como pesquisadora visitante na *Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales* (FLACSO) na cidade de Buenos Aires, onde a professora Mercedes é diretora do *Programa de Estudios de Cooperación e Integración Regional* (PECIR) da *Área de Estudios Comparados* (ADELA). Sou grata à Fundação de Amparo à Pesquisa do Distrito Federal (FAP-DF) por ter concedido o recurso material para tanto.

Aos amigos que fiz no CEPPAC e que levarei para a vida: Alena Profit, Arquimedes Paiva, David Araya, Hans Carrillo, Maria Carolina Motta, Nei Zavaski e Tatiana Castilla.

Aos amigos da época do mestrado em Ciência Política, Eduardo Reis e João Elias, por proporcionarem *insights* teóricos em conversas descontraídas sobre o objeto de pesquisa. Ao querido Leonardo Mangialavori, um dos argentinos da minha vida, amigo da época do mestrado, também, cujas comparações Brasil-Argentina sempre estiveram na pauta de nossas conversas formais e informais.

Aos queridíssimos Bruno Moser e Alejandro Cataldi, que conheci durante uma de minhas passagens por Buenos Aires, e que se tornaram, além de colegas de profissão, grandes amigos.

À amiga Maria Clara Dunck e sua mãe Tia Sueli Dunck, revisoras do coração, que contribuíram com dedicação e zelo para o texto final desta tese.

Às minhas grandes amigas que estão longe fisicamente, mas sempre perto por infinitas chamadas de voz, Maria Cláudia Reis e Thálita Selicani, me incentivando durante todo este processo. Às maravilhosas Aline Siqueira e Tatianne Mil, que foram verdadeiras arte-terapeuta e psicóloga durante esta trajetória. Aos amigos Pedro Ivo Sebba e Vivian Collicchio, por seu carinho e apoio, que acompanharam toda a fase da escrita desta tese.

Aos meus pais, por seu incentivo e amor incondicional, responsáveis por iniciar a trajetória educacional que me trouxe até aqui.

Por fim, sou grata também a este Centro e à UnB, por todo o conhecimento e aprendizado que levarei comigo, e à CAPES, que me concedeu bolsa de estudo.

RESUMO

Esta tese é sobre a dinâmica das interações entre as escalas nacional e transnacional na atuação da sociedade civil organizada do Brasil e da Argentina na Mesa de Articulação de Associações Nacionais e Redes Regionais de ONGs da América Latina e Caribe (MESA). Em particular, ela analisa a dinâmica da ação política coletiva transnacional, empreendida pelo conjunto de organizações da sociedade civil (OSCs) participante, seja diretamente, por meio das associações nacionais, ou indiretamente, por meio das OSCs que compõem as cinco redes regionais da MESA. A tese tem como objetivo entender os elementos que contribuem para a sustentabilidade da ação política coletiva transnacional. O esquema analítico considerou dez categorias analíticas: sociedade civil organizada; associação nacional; rede regional; ação política coletiva transnacional; representação por afinidade; recursos e oportunidades; *frames*; trajetória e aprendizado; sociabilização de experiências; e coordenação. Um achado fundamental é que a reprodução social da ação coletiva está ligada a elementos que se manifestam por processos complexos que contribuem para a sua sobrevivência mesmo em momento desfavorável. A tese realizou um desenho de pesquisa comparativo orientado aos casos das OSCs do Brasil e da Argentina, com auxílio da teoria fundamentada nos dados. A pesquisa é multinível com perspectiva diacrônica. Os três níveis de análise foram: as OSCs nacionais, as redes regionais e a articulação transnacional. A perspectiva diacrônica se expressa pelos “momentos que importam” que aparecem como eixos transversais. Foram realizadas, ainda, entrevistas semiestruturadas em profundidade individuais e em grupo, análise de conteúdo dos relatos, bem como análise documental. Ao final, a comparação, a partir da variação entre os dois casos, permitiu entender como as OSCs do Brasil e da Argentina contribuem para a sustentabilidade da atuação transnacional de maneiras diferentes a partir de quatro elementos: configuração organizacional; coordenação; identidade; e retroalimentação do campo estratégico de ação.

Palavras-chave: MESA; sociedade civil organizada; ação política coletiva transnacional; OSCs nacionais; interações.

ABSTRACT

This thesis is about the dynamics of the interactions between the national and transnational scales in the work of organized civil society of Brazil and Argentina in the Mesa de Articulação de Associações Nacionais e Redes Regionais de ONGs da América Latina e Caribe (MESA). In particular, it analyzes the dynamics of transnational collective political action undertaken by the set of participatory civil society organizations (CSOs), either directly through national associations or indirectly through the CSOs that make up the five regional networks. The thesis aims to understand the elements that contribute to the sustainability of transnational collective political action. The analytical framework considered ten analytical categories: organized civil society; national association; regional network; transnational collective political action; affinity representation; resources and opportunities; frames; trajectory and learning; socialization of experiences; and coordination. A fundamental finding is that the social reproduction of collective action is linked to elements that are manifested by complex processes that guarantee their survival even in an unfavorable moment. The thesis carried out a comparative research design oriented to the cases of the CSOs of Brazil and Argentina, with the aid of grounded theory. The research is multilevel with a diachronic perspective. The three levels of analysis were: national CSOs, regional networks and transnational articulation. The diachronic perspective is expressed by the “moments that matter” that appear as transverse axes. Semi-structured individual and group interviews, content analysis of the reports, as well as documentary analysis were conducted. In the end, the comparison, based on the variation between the two cases, allowed us to understand how CSOs in Brazil and Argentina contribute to the sustainability of transnational performance in different ways based on four elements: organizational configuration; coordination; identity; and “retrofeeding” from the strategic field of action.

Keywords: MESA; Organized civil society; Transnational collective political action; National CSOs; Interactions.

RESUMEN

Esta tesis trata sobre la dinámica de las interacciones entre las escalas nacionales y transnacionales en la actuación de las organizaciones de la sociedad civil de Brasil y Argentina en la Mesa de Articulación de Asociaciones Nacionales y Redes Regionales de ONG de América Latina y el Caribe (MESA). En particular, se analiza la dinámica de la acción política colectiva transnacional llevada a cabo por el grupo de organizaciones de la sociedad civil (OSC) que participan, ya sea directamente, a través de las asociaciones nacionales, o indirectamente a través de las OSC que conforman las cinco redes regionales de la MESA. La tesis tiene como objetivo comprender los elementos que contribuyen a la sostenibilidad de la acción política colectiva transnacional. El marco analítico he considerado diez categorías de análisis: sociedad civil organizada; asociación nacional; red regional; acción política colectiva transnacional; representación por afinidad; recursos y oportunidades; frames; trayectoria y aprendizaje; socialización de experiencia; y coordinación. Un hallazgo clave es que la reproducción social de la acción colectiva está vinculada a los elementos manifestados por los complejos procesos que aseguren su supervivencia, incluso en el tiempo desfavorable. La tesis llevó a cabo una investigación comparativa de diseño orientado a los casos de las OSC en Brasil y Argentina, con la ayuda de la teoría fundamentada en los datos. La investigación es de varios niveles con perspectiva diacrónica. Los tres niveles de análisis fueron: OSCs nacionales, redes regionales y articulación transnacional. La perspectiva diacrónica se expresa por “momentos que importan” que aparecen como ejes transversales. Se realizaron entrevistas semiestructuradas en profundidad individuales y grupales, análisis de contenido de las entrevistas, así como análisis documental. Al final, la comparación, basada en la variación entre los dos casos, nos permitió comprender cómo las OSC en Brasil y Argentina contribuyen a la sostenibilidad del desempeño transnacional de diferentes maneras a partir de cuatro elementos: configuración organizacional; coordinación; identidad; y retroalimentación del campo estratégico de acción.

Palabras clave: MESA; organizaciones de la sociedad civil; la acción política colectiva transnacional; OSC nacionales; interacciones.

Lista de siglas

ABONG	Associação Brasileira de ONGs
AFM	Articulación Feminista Marcosur
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
ALOP	Asociación Latinoamericana de Organizaciones de Promoción al Desarrollo
AMB	Articulação de Mulheres Brasileiras
AOED	Aliança de Organizações da Sociedade Civil para a Eficácia do Desenvolvimento
CAMP	Centro de Assessoria Multiprofissional
CEAAL	Consejo de Educación Popular de América Latina y el Caribe
CELAC	Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos
CFEMEA	Centro Feminista de Estudos e Assessoria
CISCSA	Centro de Intercambio y Servicios Cono Sur Argentina para la Investigación y Promoción del Hábitat
CLACSO	Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales
CRIES	Coordinadora Regional de Investigaciones Económicas y Sociales
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
FASE	Federação de Órgãos para Assistência Social Educacional
FEC	Fundación Ecuménica de Cuyo
FIP	Fórum Internacional de Plataformas Nacionais de ONGs
FSM	Fórum Social Mundial
FUNDAPAZ	Fundación para el Desarrollo en Justicia y Paz
INDES	Instituto de Desarrollo Social y Promoción Humana
INESC	Instituto de Estudos Socioeconômicos
LATINDADD	Red Latinoamericana de Deuda, Desarrollo y Derechos
MESA	Mesa de Articulação de Associações Nacionais e Redes Regionais de ONGs da América Latina e Caribe
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONGs	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
OSCs	Organizações da Sociedade Civil
PIDHDD	Plataforma Interamericana de Derechos Humanos, Democracia y Desarrollo
REDEH	Rede de Desenvolvimento Humano
SEHAS	Servicio Habitacional y de Acción Social
UE	União Europeia
UNASUL	União das Nações Sul-Americanas

Lista de quadros, gráficos e figuras

Quadros

Quadro 1	Formato da sociedade civil organizada	Página 30
Quadro 2	Prioridades centrais das agências europeias para a América Latina (1995-2004)	Página 33
Quadro 3	Formas de representação na política contemporânea	Página 38
Quadro 4	Tipos de recursos	Página 41
Quadro 5	OSCs do Brasil que compõem a MESA	Página 64
Quadro 6	OSCs da Argentina que compõem a MESA	Página 65
Quadro 7	Operacionalização das categorias analíticas	Página 69
Quadro 8	Esquema analítico da pesquisa	Página 75
Quadro 9	OSCs que compõem a MESA	Página 78
Quadro 10	OSCs que compõem a ALOP	Página 89
Quadro 11	Elementos que contribuem para a sustentabilidade da ação política coletiva transnacional	Página 194

Gráficos

Gráfico 1	Quem impulsionou as declarações?	Página 83
Gráfico 2	Composição da MESA	Página 84
Gráfico 3	Pauta conjuntural <i>versus</i> pauta estrutural	Página 84

Figuras

Figura 1	Palavras frequentes nas pautas estruturais	Página 86
Figura 2	Palavras frequentes nas pautas conjunturais	Página 86
Figura 3	Palavras frequentes nas declarações sobre integração regional	Página 87
Figura 4	Linha do tempo das redes regionais	Página 88
Figura 5	OSCs do Brasil que compõem a MESA	Página 93
Figura 6	Linha do tempo OSCs do Brasil	Página 93
Figura 7	OSCs do Brasil dentro da ALOP	Página 95
Figura 8	OSCs do Brasil dentro da AFM	Página 98
Figura 9	OSCs da Argentina que compõem a MESA	Página 105
Figura 10	Linha do tempo OSCs da Argentina	Página 106
Figura 11	OSCs da Argentina dentro da ALOP	Página 107
Figura 12	Associações nacionais da MESA na América Latina	Página 121
Figura 13	Mapa de palavras sobre as “associações nacionais”	Página 123
Figura 14	Mapa de palavras sobre “representação por afinidade”	Página 135

Figura 15	Mapa de palavras sobre “recursos”	Página 141
Figura 16	Mapa de palavras sobre “identidade”	Página 144
Figura 17	Mapa de palavras sobre “identidade”	Página 146
Figura 18	Mapa de palavras sobre “aprendizado”	Página 154
Figura 19	Mapa de palavras sobre “coordenação”	Página 158
Figura 20	Alianças da MESA	Página 175
Figura 21	UE na FIP	Página 175
Figura 22	Interações no caso brasileiro	Página 178
Figura 23	Interações no caso argentino	Página 179
Figura 24	Solidariedade do movimento	Página 188

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 AÇÃO POLÍTICA COLETIVA TRANSNACIONAL EM PROCESSOS DE MUDANÇA SOCIAL NA AMÉRICA LATINA	19
1.1 Polissemia do conceito de sociedade civil	21
1.1.1 Sociedade civil organizada	28
1.1.2 Ação política coletiva transnacional	31
1.2 A dinâmica da ação política coletiva transnacional	35
1.2.1 Representação por afinidade	36
1.2.2 Recursos e oportunidades	39
1.2.3 <i>Frames</i>	48
1.2.4 Trajetória e aprendizado	52
1.2.5 Sociabilização de experiências	55
1.2.6 Coordenação	56
CAPÍTULO 2 MÉTODO: PESQUISANDO A AÇÃO POLÍTICA COLETIVA TRANSNACIONAL	59
2.1 Desenho de pesquisa	60
2.1.1 Atores nacionais dentro do contexto transnacional	63
2.1.2 Momentos que importam	65
2.2 Operacionalização	68
2.3 Coleta de dados	70
2.4 Análise dos dados	72
CAPÍTULO 3 A EXPERIÊNCIA DA MESA DE ARTICULAÇÃO DE ASSOCIAÇÕES NACIONAIS E REDES REGIONAIS DE ONGS DA AMÉRICA LATINA E CARIBE	76
3.1 A Mesa de Articulação de Associações Nacionais e Redes Regionais de ONGs da América Latina e Caribe (MESA)	76
3.2 As redes regionais	88
3.3 Os atores nacionais: os casos das OSCs do Brasil e da Argentina	92
3.3.1 O caso brasileiro	92
3.3.2 O caso argentino	105
CAPÍTULO 4 AS OSCS DE BRASIL E ARGENTINA DENTRO DA AÇÃO POLÍTICA COLETIVA TRANSNACIONAL	114
4.1 Sociedade civil organizada	119
4.1.1 Associações nacionais	120
4.1.2 Redes regionais	124
4.1.3 Ação política coletiva transnacional	131
4.2 Representação por afinidade	133
4.3 Recursos e oportunidades	136
4.4 <i>Frames</i>	142
4.5 Trajetória e aprendizado	146
4.5.1 Sociabilização de experiências	155
4.6 Coordenação	156
CAPÍTULO 5 OS ELEMENTOS QUE CONTRIBUEM PARA A SUSTENTABILIDADE DA AÇÃO POLÍTICA COLETIVA TRANSNACIONAL	161
5.1 Configuração organizacional	169
5.2 Coordenação	181
5.3 Identidade	184
5.4 Retroalimentação do campo estratégico de ação	189
CONSIDERAÇÕES FINAIS	195
REFERÊNCIAS	208
APÊNDICES	225

INTRODUÇÃO

A noção de movimentos sociais e sociedade civil organizada não é algo novo, já que a investigação dos atores sociais é bastante recorrente nas Ciências Sociais. Esforços para compreender melhor as relações entre sociedade,¹ Estado e mercado foram empreendidos nas mais diversas áreas do conhecimento. A interdisciplinaridade que este tipo de pesquisa também exige já foi empreendida por muitos estudiosos, principalmente entre aqueles que dão ênfase na *contentious politics*. Esta tese procurou promover um maior diálogo entre as teorias da ciência política e da sociologia com a teoria organizacional.

Quando comecei a investigar sobre os caminhos múltiplos adotados por organizações da sociedade civil (OSCs) em ambientes internacionais – no começo dos meus estudos de doutoramento, em 2013 – procurei um objeto de pesquisa que englobasse uma parcela significativa das vozes da América Latina por meio da sociedade civil organizada. Durante a trajetória de investigação deste tema, pude compreender como os modelos de OSCs se articulam de distintas maneiras no continente americano. Uma dessas formas se materializa na Mesa de Articulação de Associações Nacionais e Redes Regionais de ONGs da América Latina e Caribe (MESA).

Acompanhando o sítio da MESA, o que mais me intrigava é o fato de ser um conjunto de OSCs que está praticamente em toda a América Latina e foi concebido para atuar em processos de integração regional, mas que ainda fez muito pouco nesse campo, conforme demonstrado brevemente nas considerações finais.

A relevância da pesquisa está em possibilitar uma abordagem sobre um conjunto de OSCs latino-americanas inserido em arenas regionais e globais. Aliás, a literatura pouco reflete sobre o que o ativismo empreendido pelas sociedades civis latino-americanas tem desenvolvido e alcançado, assim como os processos que contribuem para a sua reprodução social.

A MESA traz em seu próprio nome a sigla ONGs, dando uma ideia de que as OSCs que a compõem são todas Organizações Não Governamentais. Mas, ao analisar mais de perto as organizações, vimos que elas possuem diversos formatos, como redes, coletivos, fundações, além de associações nacionais e plataformas nacionais de ONGs. A própria

¹ As relações entre sociedade e Estado sempre chamaram a minha atenção na vida acadêmica. Durante o percurso acadêmico, a investigação dos movimentos sociais esteve presente desde a graduação em Relações Internacionais, e, mais especificamente, se voltou às sinergias entre sociedade e Estado na especialização em Direito Internacional e no mestrado em Ciência Política. De certa maneira, esta tese contempla a minha trajetória pessoal de estudos.

discussão de qual seria o papel de uma ONG e de uma OSC muitas vezes trilha a literatura rumo ao debate de qual forma é a melhor de acordo com o impacto a ser causado.

A tese ao se preocupar com os processos complexos nos quais as OSCs estiveram inseridas faz uma reflexão sobre os limites e as possibilidades da investigação da ação coletiva transnacional em contextos políticos. Traz a operacionalização de um arcabouço teórico-metodológico de pesquisa sobre os atores sociais nos processos de globalização, abordando as possibilidades de combinação de conceitos e ferramentas para a discussão da sociedade civil organizada em processos de mudança social, esperando assim contribuir para a literatura sobre a sociedade civil.

A ênfase na dinâmica de dois atores nacionais, as OSCs do Brasil e da Argentina, é importante porque não só contribui para o estudo do ativismo para além das fronteiras nacionais e promove o debate sobre a interdisciplinaridade, mas também oferece os limites e as possibilidades teórico-metodológicas sobre as interações entre a sociedade e o Estado, aprofundando a questão das interações da sociedade civil organizada na região.

Existem muitas maneiras de analisar a ação coletiva e o seu vínculo com os sistemas políticos de alcance regional. A maioria de trabalhos sobre a ação coletiva, para além das fronteiras do Estado nacional, analisa os alcances transformadores do movimento antiglobalização. Já um grupo mais reduzido tende a analisar o impacto das redes e dos realinhamentos da ação coletiva transnacional. Outro grupo ainda menor procura analisar a ação coletiva transnacional por meio da dinâmica de funcionamento desta atuação em conjunto a partir dos conteúdos dos processos que a estruturam. Assim, esta tese oferece elementos que permitem conduzir investigações que se inserem neste último grupo. Busca demonstrar o que levar em consideração diante da literatura ampla e diversa ao dar ênfase em atores sociais que promovem a passagem do nacional para o transnacional.

A ação coletiva empreendida pelos atores da MESA não pode ser dissociada de contextos políticos. Nesse sentido, optei por me referir ao longo de todo o texto à “ação política coletiva transnacional”. Isto é, a ação coletiva em nível transnacional ou o ativismo para além das fronteiras nacionais em processos políticos que recebem diferentes denominações na literatura.

A MESA está presente na América Latina e Caribe enquanto regiões, como o seu próprio nome já diz. No entanto, optei também por me referir ao contexto “latino-americano” ou à “América Latina”, porque trata-se principalmente de dois atores nacionais, as OSCs de Brasil e Argentina, que estão situadas na América Latina, na América do Sul e na sub-região

“Cone Sul”, já que, como veremos adiante, a maioria das OSCs admite “Argentina, Brasil, Chile, Uruguai e Paraguai” como a sub-região “Cone Sul e Brasil” ou somente “Cone Sul”.

A escolha desses dois atores nacionais, em alguma medida, dá ênfase aos aspectos históricos distintivos da formação das classes sociais e suas expressões políticas que condicionam a atuação coletiva transnacional. As configurações heterogêneas da sociedade civil de Brasil e Argentina assumiram destaque nas lutas emancipatórias da região, principalmente sob os governos de Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016), e de Néstor Kirchner (2003-2006) e Cristina Kirchner (2007-2015), fazendo com que, por um lado, diversos movimentos sociais se institucionalizassem se transformando em ONGs e OSCs de caráter mais formal, e, por outro, assumissem caráter mais informal diante da cooptação.

Os governos progressistas assumiram rol central nas questões sociais, no fortalecimento dos movimentos sociais e no desenvolvimento de iniciativas de integração regional de caráter mais autônomo. Por que comparar OSCs de Brasil e Argentina dentro da ação política coletiva transnacional? Por que a comparação de dois casos é importante?

A ação política coletiva transnacional não é um processo isolado que acontece para além das fronteiras nacionais, descolado do contexto doméstico, ou que é influenciado somente por acontecimentos globais. Muito pelo contrário: como é argumentado nesta investigação, o “transnacional” está intimamente ligado ao contexto forte “nacional” que propicia o surgimento e a sobrevivência das OSCs em esferas fora do seu país de origem. Assim, a **questão central** de pesquisa é expressada pela seguinte sentença: **quais são os elementos que contribuem para a sustentabilidade da ação política coletiva transnacional?** A resposta à questão se dá a partir da dinâmica de interações entre os níveis nacional e transnacional.

A comparação de dois casos é importante, sobretudo, porque propiciou analisar como os processos semelhantes produziram efeitos diferentes em cada caso. No primeiro momento de construção desta pesquisa, a escolha desses atores, partiu da própria observação dos documentos oficiais das OSCs pesquisadas, em que o conjunto de OSCs do Brasil e da Argentina se mostrava mais ativo nos processos dentro da MESA. Além do que possuíam OSCs históricas consolidadas em ambos os cenários nacionais, como a ABONG, a FASE ou o CFEMEA no Brasil, e a *Red Encuentro*, o INDES ou o CISCOSA na Argentina.

Na segunda etapa desta pesquisa, a escolha desses dois atores nacionais foi em relação ao momento político em que os dois países se encontravam, quando a dissolução dos governos progressistas estava dada e o giro à direita expressava os seus primeiros indícios.

Inclusive, muitos momentos das inserções de campo me fizeram refletir bastante sobre o contexto regional de mudanças políticas.

Em 10 de dezembro de 2015, durante minha primeira inserção de campo na cidade de Buenos Aires, Mauricio Macri tomava posse. A famosa “volta da vitória”, em que a maioria dos presidentes argentinos realiza durante o dia da posse, desfilando por pontos famosos de Buenos Aires, era transmitida ao vivo por todos os cantos da cidade. A notícia era a de que “*Macri baila en la Casa Rosada*” e a elite comemorava com vinhos e espumantes nas *calles* da Recoleta. No dia anterior, havia presenciado a *fiesta* de despedida da Cristina Kirchner, em que milhares de pessoas cantavam “*Vamos a volver!*”, enquanto a polícia assistia às manifestações reunida em frente a um reconhecido estabelecimento estadunidense de *fast food* a metros do Obelisco.

Durante uma terceira visita à Buenos Aires, em 29 de agosto de 2016, o que estava sendo televisionado era o depoimento de Dilma Rousseff no Senado. Em que movimentos sociais argentinos expressavam marchas de solidariedade aos cidadãos brasileiros nas ruas da capital federal. Nesse período, estava acompanhando o *Foro Público y Reunión Estratégica de la Sociedad Civil*, promovido pela LATINDADD, cujo tema era “*Poder Corporativo, Libre Comercio y Fraude Fiscal: una sola ecuación*”, nos dias 1 e 2 de setembro de 2016, em que boa parte das discussões estava direcionada para os novos rumos dos movimentos sociais e da sociedade civil organizada diante das transformações conjunturais da região desfavoráveis à mobilização social.

Outros episódios marcaram a produção desta tese, como os protestos de 2013 no Brasil, a onda de manifestações sociais do ano de 2016 e os pronunciamentos das OSCs pesquisadas sobre a situação política brasileira, propiciando a observação dos mecanismos de construção de agenda a partir dos fenômenos sociais, bem como o processo de emitir declarações sobre pautas conjunturais e/ou estruturais, entre muitos outros aspectos que me fizeram compreender melhor a criação de significados comuns típica da ação coletiva.

Vários desses momentos foram cruciais para a constituição da pesquisa social empreendida por esta tese. A pesquisa social é um processo auto-reflexivo construído socialmente dentro de um ecossistema. Conforme define Melucci (2001, p. 163): “[d]ois interesses diversos, aquele do pesquisador de captar informações e aquele do ator de aumentar a própria capacidade de ação por meio da auto-reflexão, podem se encontrar temporariamente e tornar possível uma troca”. Esta pesquisa possui caráter exploratório na medida em que foi construindo um referencial teórico-metodológico para explicar a reprodução social da ação

política coletiva transnacional em um momento desfavorável à sua permanência. Assim, está dividida em seis capítulos.

No **Capítulo 1**, o referencial teórico é apresentado promovendo o debate das diversas abordagens sobre a sociedade civil explorando as potencialidades e limites teórico-conceituais e epistemológicos de paradigmas emergentes que demonstram a sua inserção em processos de mudança social. Está dividido em duas partes, quais sejam: (1) **polissemia do conceito de sociedade civil**; e (2) a dinâmica da ação **política coletiva transnacional**.

Na **primeira parte**, a ênfase recai nos diversos significados e formatos assumidos pela sociedade civil. O ponto de partida é a **polissemia do conceito de sociedade civil**, passando pela definição do que é a **sociedade civil organizada**, para se chegar às diversas abordagens sobre a **ação política coletiva transnacional**. Na **segunda parte**, foca-se na **dinâmica da ação política coletiva transnacional**, oferecendo um panorama dos elementos teóricos que importam para esta pesquisa e suas discussões concorrentes na literatura. Está dividida em cinco (6) seções: (1) **representação por afinidade**; (2) **recursos e oportunidades**; (3) **frames**; (4) **trajetória e aprendizado**; (5) **sociabilização de experiências**; e (6) **coordenação**.

No **Capítulo 2**, o método da pesquisa é delimitado. Esse capítulo está dividido em cinco (4) seções, quais sejam: (1) **desenho de pesquisa**; (2) **operacionalização**; (3) **coleta de dados**; e (4) **análise dos dados**. O desenho de pesquisa construído foi orientado ao caso, mediante uma análise comparativa que contempla a trajetória dos atores do Brasil e da Argentina com o auxílio da teoria fundamentada nos dados.

No **Capítulo 3**, a descrição do objeto é feita por meio das informações das OSCs pesquisadas e a experiência da MESA é apresentada. O capítulo tem como ponto de partida a própria **MESA**, passando por suas **cinco redes regionais** até chegar em cada uma das **OSCs brasileiras e argentinas** que participam da articulação transnacional.

O **Capítulo 4** traz a análise das OSCs do Brasil e da Argentina dentro da ação política coletiva transnacional. Está dividido em seis (6) seções que dizem respeito às dimensões analíticas desta pesquisa, quais sejam: (1) **sociedade civil organizada**; (2) **representação por afinidade**; (3) **recursos e oportunidades**; (4) **frames**; (5) **trajetória e aprendizado**; e (6) **coordenação**.

No **capítulo 5**, a comparação entre os casos brasileiros e argentino se torna mais frequente, embora esteja presente em todos os capítulos. Este delinea quais são os elementos que contribuem a sustentabilidade da ação política coletiva transnacional, e está dividido nas

seguintes seções: (1) **configuração institucional**; (2) **coordenação**; (3) **identidade**; e, (4) **retroalimentação do campo estratégico de ação**.

As **considerações finais** trazem o que foi empreendido nesta investigação. Explora os limites e aponta novos caminhos para pesquisar a ação política coletiva transnacional inserida em campos estratégicos de ação regional, arquitetada pelas heterogêneas organizações da sociedade civil de países latino-americanos para além de suas fronteiras nacionais.

CAPÍTULO 1 AÇÃO POLÍTICA COLETIVA TRANSNACIONAL EM PROCESSOS DE MUDANÇA SOCIAL NA AMÉRICA LATINA

O objetivo deste capítulo é trazer para o debate as diversas teorias e abordagens sobre a sociedade civil explorando as potencialidades e limites teórico-conceituais e epistemológicos de paradigmas emergentes que esboçam os processos de mudança social em perspectiva local-internacional-global que impactam a América Latina.

A discussão sobre os processos de transformação social e o surgimento de atores estratégicos está diretamente ligada ao debate sobre o capitalismo em tempos de crise no mundo contemporâneo. Estudos que incluem uma grande variedade de abordagens e disciplinas acadêmicas, como a ciência política, a sociologia, as relações internacionais, entre muitas outras, contemplam uma série de dimensões. A acumulação de capital, as alternativas adotadas pelos países para competir e os atores envolvidos nesses processos não são elementos novos na literatura das Ciências Sociais.

Segundo Lavalle e Vera (2009), os tipos de instituições classificadas como participativas, com capacidades variadas de incidir na definição das prioridades públicas, não somente têm se multiplicado nos dois hemisférios como também têm se posto em marcha nos processos participativos que se voltaram para a condição unânime dos financiamentos e a ajuda outorgados por agências multilaterais. Alguns autores discutem a legitimidade de ações internacionais para intervir e tentar influenciar os contextos locais e nacionais. Poucos, no entanto, refletem sobre de onde vêm normas e valores que as redes transnacionais da sociedade civil advogam e tentam difundir pelo mundo.

Uma das inovações significativas dos processos de democratização na América Latina tem sido a incorporação dos mecanismos de participação cidadã em assuntos governamentais para além das eleições dos representantes. Como menciona Arato (1994, p. 6), são necessários estudos que se voltem para “as diferenças existentes entre a legitimidade democrática proporcionada pelas precondições legais e os procedimentos da política eleitoral e parlamentar e os ‘modos de proceder’ mais amplos de uma esfera pública democrática de que participa uma complexa rede de associações”.

Ao mesmo tempo, o autor chama a atenção para a distinção empírica dos níveis, tipos e durabilidade do apoio ao governo com foco nos “procedimentos mais estreitos da sociedade política e dos modos mais livres e democráticos da sociedade civil” (ARATO, 1994, p. 6). A democracia na América Latina reduzida ao seu aspecto eleitoral não acaba por resolver os

problemas fundamentais nem por satisfazer grande parte da população, demonstrando certo fracasso em atingir as demandas dos cidadãos.

Ao observar a diversidade de movimentos sociais em alguns países da região, Bolos (2012) discorre sobre as formas complexas que têm surgido nas sociedades latino-americanas, com a reativação de grupos e organizações sociais, e o surgimento de novos atores e novas demandas aos quais os governos não têm conseguido dar respostas adequadas. As resistências e pressões realizadas por esses atores sociais tiveram consequências relevantes, como processos eleitorais que permitiram a ascensão de governos progressistas e mobilizações que tiraram do poder elites conservadoras.

Foram as coalizões entre as OSCs e os atores políticos que deram origem à experimentação de novos formatos institucionais em diversos países da América Latina. Como lembra Avritzer (2014), as estratégias políticas das OSCs são frequentemente guiadas pela necessidade de encontrar soluções imediatas para problemas sociais, assim como pelo interesse mais geral de ampliar o acesso dos cidadãos comuns aos processos de tomada de decisão pública.

As configurações dos atores estratégicos nos processos de transformação social ora se mostram mais alinhadas ao Estado, ora compactua com a sociedade, ora a serviço do mercado. Portanto, este capítulo se orienta para uma perspectiva histórica embasada teórica e empiricamente a fim de demonstrar as diversas teorias que tratam da participação da sociedade civil nos processos de transformação social. Para tanto, está dividido em duas partes, quais sejam: **polissemia do conceito de sociedade civil**; e a dinâmica da ação **política coletiva transnacional**.

Na **primeira parte**, foca-se nos diversos significados e formatos assumidos pela sociedade civil. O ponto de partida é a própria **polissemia do conceito de sociedade civil**, passando pela definição do que é a **sociedade civil organizada**, para se chegar às diversas abordagens sobre a **ação política coletiva transnacional**.

Na **segunda parte**, dá-se ênfase na **dinâmica da ação política coletiva transnacional**, oferecendo um panorama dos elementos teóricos que importam para esta pesquisa e suas discussões concorrentes na literatura. Está dividida em seis seções: **representação por afinidade; recursos e oportunidades; frames; trajetória e aprendizado; sociabilização de experiências; e coordenação**.

1.1 Polissemia do conceito de sociedade civil

A sociedade civil, determinada empírica e historicamente, possui ampla heterogeneidade de significados, assim como apresenta grande diversidade de atores, projetos e processos. A sua variação de significado deve ser entendida por meio de perspectivas de conflito e de cooperação, uma vez que o conceito se apresenta em constante mutação, sobretudo com a Modernidade. Dagnino, Olivera e Panfichi (2006) recorrem a três instrumentos analíticos, ao considerarem a disputa pela construção democrática na América Latina, quais sejam: a heterogeneidade da sociedade civil e do Estado; a natureza dos projetos políticos na disputa; e as trajetórias dos atores em sua mobilidade entre a sociedade civil e a sociedade latino-americana.

A ideia de sociedade civil é algo que esteve presente desde a Antiguidade, sendo um dos conceitos basilares do pensamento político ocidental na contemporaneidade. As interações dos grupos com fatores políticos, econômicos e sociais suscitaram novos arranjos entre a sociedade, o Estado e o mercado, demonstrando a necessidade, no campo das Ciências Sociais, de compreender o conceito por intermédio das análises clássicas e emergentes, bem como da realidade complexa de atuação da ação coletiva. Para Bobbio (1982, p. 10), “no desenvolvimento de uma concepção tão complexa, compreende-se que haja interpretações que acentuam o momento objetivo, outras que acentuam o momento subjetivo”.

Diante da indagação “quem é a sociedade civil?”, que recorrentemente aparece nos mais diversos estudos sobre o tema das relações entre o Estado e a sociedade, nas respostas ela ora aparece como a sociedade das corporações, dos empresários, dos sindicatos, ora como a autoconsciência de um projeto transformador. Na elaboração de uma teoria inovadora, vários autores têm recorrido aos clássicos como Gramsci, que faz uma distinção entre sociedade civil e sociedade política, cuja distinção é ao mesmo tempo metodológica e orgânica.

“A sociedade civil, no sentido gramsciano, é a esfera da atividade política por excelência” (LIGUORI e VOZA, 2017). Por sua vez, a sociedade civil em sentido estrito para Gramsci, também é uma instância de transformação social, como ressaltam esses autores. Gramsci ainda traz a necessidade de enfoques que incorporem evidências empíricas ao mesmo tempo em que trabalhem com temas da subjetividade e da autodeterminação dos sujeitos.

Nesse sentido, as teorias mais promissoras são aquelas que incorporam o tema da sociedade civil com o tema da inclusão, da igualdade, dos direitos e da cidadania. Nessas

discussões se têm pontes de comunicação com o conceito marxista de classes sociais e um conceito mais próximo da sociologia autorreflexiva que necessita de novas categorias e novas propostas teóricas.

O conceito gramsciano de sociedade civil não se sustenta fora do campo do Estado e muito menos em oposição dicotômica ao Estado. Em contraste, boa parte das formulações recentes sobre a “nova sociedade civil” tenta prover um eixo de orientação para a ação política com base numa oposição axiológica entre Estado e sociedade (NOGUEIRA, 2003; LAVALLE; VERA, 2009). Segundo Scherer-Warren (1994), duas tendências principais podem ser observadas na literatura de movimentos sociais, quais sejam: (1) sociedade civil e Estado em uma relação dual; e (2) Estado, mercado e sociedade civil em uma relação tripartite.

A recuperação do conceito de sociedade civil ocorreu a partir dos anos de 1970, com a obra dos neomarxistas, como menciona Arato (1994). Segundo o autor, o *revival* do conceito poderia ter se dado mediante as mais diversas interpretações de tradições intelectuais diferentes, “como as de Montesquieu, Burke, Tocqueville, ou mesmo Laski e Parsons, entre outros”.

A noção de sociedade civil do filósofo Alexis de Tocqueville é frequentemente resgatada pelo pensamento contemporâneo, por sua ideia de relevância do associativismo na vida cotidiana nos regimes democráticos, como menciona Scherer-Warren (1994). “Nessas sociedades, o cidadão, enquanto independente, é fraco, correndo o risco de retornar à barbárie. A garantia de civilidade encontra-se nas associações que se formam na vida civil” (TOCQUEVILLE, 1977 apud SCHERER-WARREN, 1994, p. 6).

Autores pioneiros como Habermas, por exemplo, encontraram em Marx, Hegel e Gramsci utilizações práticas do conceito de sociedade civil e da dicotomia Estado-sociedade que, “embora fossem de uso quase universal, se bem que interpretados de modo diverso, no século XIX – praticamente haviam desaparecido das Ciências Sociais e da filosofia do século XX” (ARATO, 1994, p. 2).

Desde a década de 1980, vem ocorrendo uma revalorização do significado de sociedade civil, depois que os enfoques estadocêntricos haviam dominado o pensamento social. O ressurgimento da sociedade civil na esfera pública tem ajudado para o avanço de reflexões sugestivas nesse sentido. Na América Latina, há também vários grupos que têm optado por se dedicar ao que significa a sociedade civil, uma vez que o conceito é demasiadamente grande e precisa dar conta de outro tema que o atravessa, no caso, a questão das classes sociais.

Do ponto de vista da ciência política, o enfoque tem sido na mobilização de certos fragmentos ou partes da sociedade civil. No Brasil, quem expressa bem esta corrente é Leonardo Avritzer. Há um grupo maior que participa da discussão e traz autores como Alberto Olivera, do México, Leonardo Panfichi, do Peru, Evelina Dagnino, do Brasil, entre outros.

Ainda no campo da Ciência Política, estudos como o de Putnam (1994), por exemplo, foram um marco das investigações sobre as relações entre Estado e sociedade. O autor retoma a ideia de cultura política para explicar o sucesso do Sul e o fracasso do Norte da Itália por meio da concepção de comunidade cívica que envolve comportamentos (redes sociais, cooperação e reciprocidade) e valores (confiança, solidariedade, entre outros).

Seguindo a lógica de Putnam, o Estado é um efeito e o desempenho das instituições é uma consequência. Isto é, os padrões ou o estoque de capital social geram uma sociedade civil mais forte, que exerce maior controle sobre o Estado, que gera um Estado mais responsivo. Para Putnam, qualquer forma de interferência estatal na sociedade civil acarretaria prejuízos para a formação de ações coletivas independentes e eficazes. Sidney Tarrow (1994) levanta este ponto para criticar a visão reducionista da teoria do capital social. Para o autor, o papel do Estado e o tipo de intervenção estatal não podem ser desconsiderados como fatores explicativos para o sucesso de formas independentes de ação coletiva.

Rennó (2003) testou duas explicações distintas para entender por que os indivíduos se mobilizam em formatos diferentes de ação coletiva. O autor se voltou para a proposta de Putnam (1994), baseada na ideia de comunidade cívica e na estrutura de oportunidade política de Tarrow (1994), para avaliar como cada uma contribui para o melhor entendimento do surgimento de associações da sociedade civil na América Latina. Rennó (2003, p. 80) concluiu que:

De modo geral, as variáveis relacionadas à ideia de capital social (confiança interpessoal, tolerância e otimismo) apresentaram resultados mais inconsistentes e efêmeros do que as variáveis que medem o impacto das estruturas de oportunidade política, confirmando estudos anteriores sobre a América Latina, como os de Booth e Richard (1998) e Seligson (1999). Ainda no caso da América Latina, parece que o arcabouço institucional de cada país, assim como a percepção individual sobre o funcionamento de tais instituições, é um determinante mais forte da participação em associações da sociedade civil do que a internalização de normas sociais como confiança interpessoal ou otimismo. O que aparentemente condiciona o ativismo da sociedade civil nesses países é muito mais a existência de aberturas e garantias oferecidas por instituições formais do que os indicadores de capital social. Portanto, o Estado e a ordem estabelecida externamente à sociedade civil têm um importante impacto no próprio fortalecimento da sociedade civil. Obviamente, não se trata de um Estado que crie, por si próprio, movimentos sociais, ou que os coopte.

Trata-se, sim, de um Estado que limite a prevalência de comportamentos oportunistas – dessa forma gerando incentivos indiretos ao fortalecimento de movimentos sociais independentes.

Arato e Cohen (1994) empreenderam esforços para elaborar três conceitos e correlacioná-los historicamente, com o intuito de oferecer uma distinção entre sociedade civil como movimento e sociedade civil como instituição. Isto é, definir a concepção tripartite legada pelos principais autores dos séculos XIX e XX, “tomando por base a distinção dos habermasianos entre sistema e mundo-da-vida e suas implicações institucionais” (COHEN, 2003, p. 429).

O modelo de sociedade civil concebido por esses autores visava ser uma contribuição para a teoria democrática na tentativa de “deslocar a problemática central da teoria da democracia para a questão dos canais de influência entre as sociedades civil e política” (COHEN, 2003, p. 430). Este modelo dá ênfase na configuração institucional e na articulação interna da própria sociedade civil.

O impacto das novas tecnologias de informação, comunicação e locomoção (CASTELLS, 1999) gera novas interações nas redes sociais, criando reflexos nas dinâmicas organizativas e mobilizatórias dos atores coletivos (SCHERER-WARREN, 2012). Refere Cohen (2003, p. 434-435):

As “redes” geralmente caracterizam-se por esquemas de comunicação e intercâmbio voluntários, recíprocos e horizontais. Sob outro ângulo, é possível caracterizá-las como estruturas cuja capacidade de agir é maior que a soma de suas partes. E, de resto, envolvem a interação direta em grupos locais. Só que suas estruturas de comunicação lançam mão de modo cada vez mais freqüente dos novos meios eletrônicos, permitem o entrelaçamento de atores “locais” e “não-locais”, que se conectam e discutem no ciberespaço por meio de troca de mensagens instantaneamente recebidas e respondidas. A internet facilita a expansão das interações comunicativas em escala planetária.

Alguns conceitos-chave no trabalho de Rauber (2010), como o de “construir poder” *versus* “tomar poder”, a construção “desde baixo” (a partir da dialética interna), a significação político-ideológica do conceito “desde baixo” e a “articulação desde baixo”, têm caráter central junto ao de construção e processo, pluralismo e propostas abertas, que são amplamente defendidos pelos diversos formatos de sociedade civil.

Para a autora, a ideia de processo compreende tanto o desenvolvimento dos sujeitos envolvidos quanto as condições histórico-sociais do país, da região e do mundo em determinado momento. Alguns passos importantes devem ser considerados: 1) identificar elementos aglutinadores; 2) identificar os pontos-médios para a construção de redes; e 3)

identificar o problema central. Esses são os passos para se instalar outro “imaginário social”, intimamente ligado à ideia de “significados sociais” dos movimentos sociais, no pensamento de Jelín (2003).

Bringel e Falero (2008) analisam as convergências, a formação de espaços contra-hegemônicos e os desafios enfrentados por experiências de movimentos sociais na busca de projeções emancipatórias, no século XXI. Abordam dois casos: o MST e a FUCVAM (Federação Uruguaia de Cooperativas de Moradia por Ajuda Mútua).

Para esses autores, consolidou-se um duplo processo de expansão da política: por um lado, a proliferação de intercâmbios políticos “de baixo”, ou seja, a exploração da arena política para além do marco institucional-partidarista, abrindo espaços, identidades e formas de ação coletiva que se desenvolvem dentro da chamada sociedade civil, à margem, mas de modo suplementar à política tradicional. E, por outro lado, a irrupção da política “de fora”, no âmbito supranacional, transgredindo as fronteiras nacionais e rompendo com a territorialidade da política no Estado-nação.

Eles observam que o Estado-nação se desconstrói como marco referencial essencial para a política dos movimentos sociais (num processo de transnacionalização da política e do território). Nessa abordagem, o eixo central não está tanto na sociedade civil, mas no conceito de hegemonia como expressão nuclear de um projeto estratégico, apropriação subjetiva e real de elementos de transformação social, fusão de elementos intelectuais e morais de agregados diversos que não perdem sua identidade num processo dinâmico, nem sempre estruturado.

De certa maneira, a oposição entre sociedade e Estado pode ser vislumbrada desde Aristóteles com a dicotomia sociedade civil-família. Na acepção dos jusnaturalistas do século XVIII, o conceito de sociedade civil aparece como sinônimo de sociedade política ou Estado, em oposição ao estado de natureza. Assim, o conceito perdeu a conotação estatal e assumiu significados diversos que foram sendo delineados conforme a instituição a ser opoicionada pelos teóricos. Em grande medida, o conceito de sociedade civil vem recebendo a mesma concepção oposicionista, vislumbrada na acepção das Organizações Não Governamentais (ONGs). Como afirma Scherer-Warren (1994, p. 6):

Enquanto categorias sociológicas ou noções referenciadas empiricamente, “sociedade civil” e “Organização Não-Governamental” não possuem um sentido unívoco. Entretanto, a partir do discurso e do imaginário social construído por movimentos sociais na América Latina, algumas convergências de significados podem ser apontadas. Como estes conceitos têm uma historicidade, as divergências quanto aos significados atuais também indicam a forma como se referenciam a diferentes paradigmas anteriores.

Nogueira (2003) discute três vertentes da sociedade civil, quais sejam: (1) sociedade civil político-estatal (traduzida pela equação $SC+SP=Estado$); (2) sociedade civil liberista (traduzida pela equação $SC+mercado\neq Estado$); e (3) sociedade civil social (traduzida pela equação $SC-SP\neq Estado\neq Mercado$).

Lavalle (1999), ao analisar o modelo de sociedade civil vigente, esboça três famílias de argumentos, quais sejam: (1) sociedade civil como oposição ao estado de natureza, que tem suas raízes no jusnaturalismo; (2) sociedade civil pela perspectiva da diluição de qualquer identidade entre o Estado e a sociedade; e (3) sociedade civil pela ótica do cancelamento da interioridade que fazia do Estado o âmbito da superação plena das divergências dos interesses sociais.

Para Arato (1994, p. 4), existem desafios com o conceito de sociedade civil no plano de uma teoria normativa. “Pode-se indagar, por exemplo, o que acrescentaria ao liberalismo e à teoria da democracia uma formulação que alia conceitos liberais e democráticos, direitos e participação. Problema semelhante encontra-se na visível indiscriminação entre as perspectivas liberal-democrática e republicana na categoria central que é a esfera pública”.

Segundo o autor, “o liberalismo, a teoria da democracia e o republicanismo podem elaborar conceitos específicos de modo mais rico e menos contraditório” (ARATO, 1994, p. 4). Ao mesmo tempo em que as contradições entre “essas concepções políticas não deveriam ser disfarçadas pela utilização de formas analiticamente menos discriminantes de conceituação”, as três perspectivas normativas são contraditórias apenas ao serem vistas pelo prisma de interpretações muito particulares. À medida que o conceito de sociedade civil ajuda a encontrar interpretações do liberalismo, da democracia e mesmo do republicanismo, faz com que essas filosofias políticas se tornem compatíveis entre si.

Como observam Della Porta e Diani (2011), um diálogo mais intenso entre os estudiosos dos movimentos sociais e os estudiosos da sociedade civil, bem como entre teóricos sociais e políticos e analistas empíricos, poderia melhorar nossa compreensão acerca das principais transformações sociais. Segundo os autores, embora separados uns dos outros, os teóricos dos movimentos sociais e os da sociedade civil abordaram questões teóricas semelhantes e cobriram um terreno empírico semelhante.

Assim, a seção seguinte, ao abordar a perspectiva da sociedade civil organizada, oferece alternativas para dirimir o conflito entre as teorias sobre sociedade civil e sua heterogeneidade, ao situar o tipo de sociedade civil proposto a ser analisado nesta investigação.

1.1.1 Sociedade civil organizada

De maneira geral, a “sociedade civil organizada” é a sociedade civil que se estrutura em torno de processos, motivada principalmente por dois elementos: a desconfiança nos sistemas de representação política e a impossibilidade de resolução dos problemas pela via do mercado ou do Estado. Assim, a sociedade civil organizada pode ser considerada a estrutura que defende interesses coletivos atuando em conjunto com o Estado e as forças de mercado em busca de uma melhor sinergia com a sociedade.

O discurso crítico contra o Estado torna-se mais propositivo com o envolvimento direto das organizações da sociedade civil organizada na execução de políticas públicas. Considerando este processo histórico, é sugerido que esta possibilidade de articulação institucional entre sociedade civil e Estado, que de modo crescente também tem interferido nas relações de mercado, impacta positivamente as esferas sociais. De acordo com Soczek (2007), dessa maneira, as chances são ampliadas no caminho de fortalecer e aprofundar a condição de exercício da democracia como participação e controle na atuação dos diversos agentes sociais, ocorrendo, portanto, uma transição e uma transformação das formas de mediação das ONGs entre sociedade civil, Estado e mercado.

Nos últimos anos se tem materializado em distintas latitudes um variado repertório de iniciativas de inovação institucional, sem dúvida, com capacidades muito desiguais. Não obstante, à maneira de um ativismo institucional, estas iniciativas vêm ampliando o horizonte do factível para a reforma da democracia rumo a sua ampliação, aprofundamento ou democratização, para recordar algumas terminações da literatura especializada, como afirmam Lavalle e Vera (2009).

Para esses autores, o repertório de inovação institucional é amplo e contempla em contextos específicos instâncias colegiadas para a definição e fiscalização de políticas; para a elaboração de prioridades no terreno do planejamento do gasto público; comitês participativos em diferentes instâncias da administração pública; *ombudsman*, instituições eleitorais de caráter civil; observatórios cidadãos; comissões de vigilância; ouvidorias; dentre outras formas.

A sociedade civil organizada é frequentemente incluída e associada ao denominado “terceiro setor”. Para alguns autores, não seria a denominação “terceiro setor” que estaria refletindo a intenção de transformar a sociedade civil num conglomerado de instituições não lucrativas. Na verdade, trata-se de um deslocamento semântico mais amplo e menos óbvio.

Em tal sentido, seria muito difícil reconhecer fenômenos globais recorrendo a um reducionismo monocausal. Em vez disso, deveriam ser entendidos como o resultado de uma estratégia deliberada de governos imersos em políticas neoliberais e atores transnacionais interessados na consolidação de políticas públicas (ALVAREZ, 2000; MATO, 2004; ROITTER, 2004). Para Alvarez (2000), isto é, mais do que uma mudança semântica ou algo natural e inevitável, razão por que é necessário rechaçar as propostas destinadas a civilizar ou terceirizar a sociedade civil e implicitamente encontradas nos discursos sobre o terceiro setor.

Além disso, a sociedade civil é amplamente entendida apenas a partir do rol das Organizações Não Governamentais (ONGs), talvez pela expansão desse tipo de OSCs na política contemporânea. As ONGs proliferaram em número e se tornaram importantes *players* no mundo político nas últimas três décadas. Vale assinalar que a maioria dos estudos sobre ONGs possui foco no papel das organizações, seja em termos de resultados políticos, seja em termos das funções que desempenham. Nesse sentido, a abordagem de Reimann (2006) é contrastante com a literatura, ao considerar uma questão mais fundamental, que seria o motivo por que esses atores emergem globalmente como grupos ativos.

A internacionalização da sociedade civil esteve fortemente associada à institucionalização de vários de seus atores, como, por exemplo, a transformação dos movimentos sociais em ONGs nos anos de 1990 (KALDOR, 2003). O período viu também a multiplicação de ONGs internacionais, cujo funcionamento dependia da contratação de ativistas profissionais, capazes de elaborar pedidos de financiamento para instituições internacionais e liderar campanhas internacionais de “incidência” (KECK; SIKKINK, 1998). No começo dos anos de 2000, especialistas previram um movimento de rápida e maciça institucionalização da “sociedade civil emergente” (PLEYERS, 2012).

A organização da ação coletiva em torno de redes que compreendem diferentes escalas, isto é, a transversalidade da ação coletiva no âmbito local-internacional-global, é marcada pela continuidade ou descontinuidade em diferentes arenas políticas buscando a conectividade ou a desfragmentação.

Sikkink e Keck (1998) denominam este fenômeno de “redes transnacionais”, redes de ativistas, distintamente amplas, centralizadas por ideias e valores principais que motivaram a sua formação. Essas, por sua vez, possuem diferentes definições, bandeiras, alianças, recursos e vinculações. Sherer-Warren (2007) considera que o encontro de diversidades nas redes pode gerar uma fragilidade da luta social provocada pela fragmentação das pautas, mas ao mesmo tempo pode representar um avanço no plano do reconhecimento entre os sujeitos e entre as organizações.

Como demonstra Scherer-Warren (2012) no quadro 1, a sociedade civil organizada abordada por esta pesquisa se aproxima de um largo conjunto de redes, compondo uma espécie de “redes de redes” localizada no nível político articulatório.

Quadro 1 – Formato da sociedade civil organizada

Nível organizacional	Entidades da sociedade civil e movimentos sociais de base e/ou localizados.
Nível político articulatório	Fóruns civis, coletivos em redes, redes interorganizacionais e redes de redes.
Nível mobilizatório	Protestos e manifestações coletivas, marchas, campanhas etc., na esfera pública.
Rede de movimento social	Conjunto de práticas e políticas formado pelos três níveis acima, o qual atua a partir de identificações, conflitos e ideários de mudança compartilhados.

Fonte: Scherer-Warren, 2012

O nível “político articulatório” faz todo o sentido, nesta investigação, para a compreensão dos processos de mudanças sociais em que os atores da MESA estão envolvidos e a dinâmica das interações entre a articulação transnacional com os atores nacionais.

A ideia de “transnacional” vai além do fato de as redes de OSCs estarem presentes em diversos países e terem sua atuação para além das fronteiras nacionais, aproximando-se do que Von Bulow (2014, p. 15) considera como “ação coletiva transnacional”. Trata-se do processo pelo qual indivíduos, grupos e organizações não estatais se mobilizam em torno de temas, alvos e objetivos que vinculam as arenas doméstica e internacional, processo este que é diferente da própria internacionalização das OSCs, marcado pela dinâmica da configuração e reconfiguração de interações.

É importante entender o “transnacional” no sentido não de sua ausência em relação ao nacional, mas a partir da transnacionalização de determinadas OSCs, o que confere certo grau de maior representação das questões nacionais em esferas supranacionais acerca de determinadas temáticas.

1.1.2 Ação política coletiva transnacional

Scherer-Warren (2012) observa que o crescente desafio no estudo de redes de OSCs tem a ver com a necessidade de construir novos caminhos interpretativos para compreender a multiplicidade e a diversidade de lutas emancipatórias na sociedade contemporânea. Von Bulow (2014) denomina esse processo de caminhos múltiplos para a transnacionalidade que captura as diferentes trajetórias seguidas pelas OSCs à medida que se engajam na ação coletiva transnacional. Já para Garretón (2002, p. 7), a ação coletiva passa por diversas mudanças em sua própria concepção:

Assistimos ao desaparecimento do paradigma clássico que considerava a posição estrutural o elemento determinante na conformação da ação coletiva e dos atores sociais. Produto das mudanças estruturais e culturais no mundo e na região – a transformação da débil sociedade industrial de Estado nacional em América Latina e a desarticulação das relações clássicas entre Estado e sociedade – a ação coletiva tende a se configurar principalmente através de quatro eixos: a democratização política; a democratização social ou a luta contra exclusão e por cidadania; a reconstrução e a reinserção das economias nacionais ou a reformulação do modelo de desenvolvimento econômico; e, a redefinição de um modelo de modernidade. Isso dá origem a atores sociais mais flutuantes, mais ligados ao sociocultural do que ao político-econômico e mais centrados em reivindicações por qualidade de vida e por inclusão do que para projetos de mudança social global.

Ao considerar a sociedade civil global como uma realidade, Anheier, Glasius e Kaldor (2004) destacam a escala e o escopo das organizações, atualmente, muitas delas instituições internacionais ou supranacionais. Referem que o número de organizações e indivíduos que são parte da sociedade civil global nunca foi maior. E também que houve uma expansão no número de áreas em que operam, mediante conferências no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre bem-estar social ou sobre questões ambientais e até situações de conflito como Kosovo.

O vasto e diverso conjunto de organizações, associações, redes, movimentos e grupos que compõem a sociedade civil no âmbito global é apresentado por Anheier e Themudo (2002). Segundo os autores, a variação ocorre desde a estrutura, passando pela governança até a escala e escopo de suas operações. Nesse sentido, o termo “organizações da sociedade civil” inclui um rol maior que o termo “organizações não governamentais”. O objetivo desses autores é delinear alguns dos princípios das diversas formas assumidas pelas OSCs, assim como o esforço de entender os papéis desempenhados por elas no mundo globalizado. Para tanto, utilizam *insights* da teoria organizacional e gerencial, visando

examinar a infraestrutura das organizações e mostrar que a forma como se organiza e gerencia importa.

Serbin (1997) aborda a interdependência política e a globalização econômica, a criação de uma comunidade mundial e uma sociedade civil transnacional. Tussie (2000) traz o processo de internacionalização das ONGs, o sistema da ONU e sua evolução para demonstrar a transnacionalização de diversas temáticas.

Pleyers (2012), ao expor o caso do Fórum Social Mundial (FSM), observa a reflexividade e as culturas políticas dos ativistas como fatores determinantes na evolução das formas organizacionais dos movimentos sociais, questionando o vínculo entre a internacionalização dos movimentos sociais e sua institucionalização. De acordo com o autor, na medida em que a institucionalização conduz à homogeneização dentro do movimento e à sua integração em processos políticos do *mainstream*, o FSM tem incrementado seu caráter diversificado, permanecendo como um espaço aberto em que as tensões entre diferentes componentes e conceitos do fórum constituem o motor de sua constante evolução e adaptação.

Um dos debates sobre o processo de globalização é a discussão da construção de uma globalização “desde baixo”. Este enfoque parte da premissa de que se Estado e capital assumem papéis diferenciados em virtude da globalização, também as organizações da sociedade o estão assumindo. Assim, por intermédio da interpretação de que a globalização não é o enfraquecimento dos Estados nacionais e sim o fortalecimento do poder de dominação do capital por meio de diferentes mecanismos, aparece a caracterização de um movimento de resistência às novas formas de exploração e dominação. As experiências dos movimentos antiglobalização, os fóruns sociais mundiais, as redes de protesto nos encontros da Organização Mundial de Comércio (OMC) são alguns exemplos (VIEIRA, 2014).

Neste enfoque, há de se considerar ainda a necessidade de articulação das diversas lutas sociais buscando unir os esforços para confrontar o modelo hegemônico e a construção de alternativas para o atual sistema de produção. Este é um desafio fundamental para os movimentos sociais (GOHN; BRINGEL, 2014). Alonso (2012) aborda o crescimento dos movimentos “dos indignados” pelo mundo. Já Desmarais (2007) observa o poder dos “*peasants*” pelo estudo de caso da Via Campesina.

Vieira (2014) ressalta que existe pouca (ou quase nula) reflexão sobre as relações de poder dentro das redes, isto é, no que diz respeito à forma como são (ou podem ser) reproduzidas as relações norte-sul dentro das redes. Nesse sentido, o estudo de Bierkart (2005) oferece mapeamento das políticas passadas e futuras para a América Latina das

principais ONGs europeias. O quadro 2 traz as prioridades centrais das agências europeias de 1995 a 2004.

Bierkart (2005), diante do impacto da globalização, da crise da ortodoxia neoliberal, da resposta popular às privatizações, do aumento da desigualdade, entre tantos outros fenômenos, demonstra como os temas mencionados por estas ONGs europeias foram agrupados nas oito categorias do quadro 2. Para a autora, tais acontecimentos provocaram uma mudança no contexto de ajuda externa marcado nos anos de 1990 por temáticas como democracia, direitos humanos e a desigualdade. Esse estudo consistiu em pedir às agências europeias que elaborassem uma lista com suas prioridades temáticas em dez anos de atuação na América Latina, cujo resultado está esboçado no quadro a seguir.

Quadro 2 - Prioridades centrais das agências europeias para a América Latina (1995-2004)

Tema/prioridade	% de agências
Participação política - Promoção/proteção de direitos humanos (tanto políticos quanto civis) - Fortalecimento da sociedade civil, ampliação da participação cidadã - Governabilidade local e participação local - Participação dos grupos excluídos (em particular movimentos indígenas)	89 %
Direitos socioeconômicos e desenvolvimento econômico - Promoção dos direitos sociais e econômicos - Comércio justo e desenvolvimento econômico sustentável - Microcréditos, projetos produtivos - Responsabilidade social corporativa, cadeias produtivas, WTO, comércio	72%
Qualidade de vida rural - Agricultura sustentável e qualidade de vida rural - Meio ambiente e manejo de recursos - Segurança alimentar	67%
Serviços básicos sociais - Saúde, educação em saúde, especialmente HIV-AIDS - Educação (regular e adultos) - <i>Habitat</i> e qualidade de vida urbana	50%
Desenvolvimento da contraparte - Fortalecimento organizacional, treinamento em liderança - Fortalecimento institucional, desenvolvimento de redes - Fontes alternativas de financiamento	50%
Conflito, construção da paz e reconciliação - Prevenção de conflito (especialmente na Colômbia, México e Guatemala)	44%
Gênero - Acesso das mulheres a recursos e tomada de decisões - Violência doméstica e segurança para mulheres e crianças - Direitos reprodutivos	39%

Ajuda Humanitária - Ajuda no caso de emergências - Prevenção de desastres - Pós-conflito	22%
Outros - Cultura e arte - Desenvolvimento da educação no Norte	11%

Fonte: Bierkart (2005), com base em documentos oficiais e entrevistas com ONGs europeias selecionadas.

Bringel e Falero (2008), por sua vez, trabalham um pouco o conceito de sociedade civil aos moldes da sociedade civil regional ou global. Ainda que se trate de superar a matriz estadocêntrica da sociedade civil, constitui, na maioria dos casos, uma prolongação linear de conceitos formulados em outro contexto histórico e não contribui com ferramentas conceituais para se entender a convergência dos processos transnacionais em curso entre movimentos e organizações sociais.

Castells (1999, 2000, 2008) aborda o fenômeno das estruturas comunicativas e a proliferação de ideias dos movimentos sociais e “sociedades em rede” em âmbito transnacional. É o que Bringel e Falero (2008) denominam de subjetividade social ou coletiva, uma perspectiva de análise que, com uma inspiração gramsciana já aludida e com o aporte de diversos autores, refere-se à assimilação de elementos racionais e irracionais, cognitivos, valorativos, e à construção de formas de ver e estar no mundo a partir da prática social dos agentes sociais. Muitos agentes, na sociedade, constroem subjetividade social: os meios de comunicação, as organizações sindicais, as organizações político-partidárias, os agentes nos lugares de trabalho ou no bairro, os movimentos sociais.

Para esses autores, da mesma forma, quando se vê a economia como esfera autônoma, separada do mundo social, quando o mercado aparece como a melhor maneira de organizar o social, quando se associa a globalização com redução do tamanho do Estado e do livre-comércio, ou ainda quando se constrói a integração regional como uma questão meramente técnica de negociadores especialistas, se está frente a produções simbólicas dominantes no contexto atual.

Para Serbin (1997), em sua concepção gramsciana, a sociedade civil é um campo de conflito entre forças hegemônicas e contra-hegemônicas, mas quando se eleva a sociedade civil para o nível global o quadro se complexifica na medida em que se reproduzem conflitos e contradições das sociedades civis domésticas das quais emergiram. Diante da maior heterogeneidade adquirida pelo conceito de sociedade civil no cenário global é necessário ter em mente as estruturas e dinâmicas dos diferentes tipos de organizações da sociedade civil,

assim como os atores, setores e instituições que definem e redefinem a sociedade civil e suas condições de atuação.

Nesta tese, a ação política coletiva transnacional é a atuação coletiva de um grupo de OSCs latino-americanas que compõem a Mesa de Articulação de Associações Nacionais e Redes Regionais de ONGs da América Latina e Caribe (MESA). Optei por me referir à ação política coletiva transnacional em todo o texto para delimitar melhor qual é esta sociedade civil organizada em processos políticos de transformação social, para além das fronteiras nacionais, que recebe diferentes denominações na literatura.

1.2 A dinâmica da ação política coletiva transnacional

“Uma questão-chave na literatura sobre o transnacionalismo é: em qual escala é mais provável que a mobilização seja eficaz?”, como indaga Von Bulow (2014, p. 37). Para abordar a ação política coletiva transnacional é preciso contemplar a sua dinâmica nas escalas nacional, regional e internacional. “A política transnacional está muito distante de suplantar a política nacional e, seja como for, o mundo pode estar passando por um estágio paradoxal em que tanto os vínculos como as fronteiras entre Estados estão se tornando mais centrais na vida cotidiana”, afirma Rosenau (1969, p. 47).

A partir dos anos de 1990, uma multiplicidade de atores e redes sociais de caráter transnacional transcende a ação social e a política dentro das margens do Estado no intuito de adquirir um papel protagonista no cenário global e eventualmente incidir sobre as políticas públicas. Este emaranhado complexo de atores e organizações sociais diversas, articuladas por meio das redes transnacionais com reivindicações e interesses locais e globais, proporcionou a emergência de uma sociedade civil global que reproduz em suas interações os conflitos e as contradições das sociedades civis domésticas das quais emergiram e criam novas formas de interação refletindo a dinâmica do poder na esfera internacional (SERBIN, 1997; COHEN, 2003; ANHEIER; GLASIUS; KALDOR, 2004).

De acordo com Roitter (2004), a explícita identificação dos atores globais e locais e o detalhamento dos contextos históricos específicos em que se desenvolvem inauguram o debate sobre os marcos de referência e as motivações que guiam essa produção. A literatura que traz a dinâmica de crescimento das OSCs no mundo globalizado também oferece perspectivas diferenciadas no que diz respeito aos referenciais teóricos e ao escopo do que consideram como organizações da sociedade civil.

Embora essa literatura tenha nos ensinado muito do que sabemos sobre o transnacionalismo, o foco em estudos de caso leva a uma visão fragmentada da ação coletiva. É necessária uma visão mais abrangente do campo multiorganizacional no qual recaem os casos, como depreende Von Bulow (2014), a partir da obra de Taylor (2002). “Além disso, [os estudos de caso] podem levar a uma análise excessivamente otimista sobre a sustentabilidade e os impactos do transnacionalismo” (VON BULOW, 2014, p. 41).

Arato (1994) afirma que é importante se dedicar ao estudo das relações entre as associações e grupos sociais de caráter global, seja no que diz respeito às sociedades e culturas locais, seja quanto aos Estados nacionais e organizações governamentais internacionais. Segundo o autor, os resultados favoráveis obtidos apenas nessas áreas já significariam um grande avanço no sentido da legitimação do conceito de sociedade civil no âmbito das Ciências Sociais.

Já Anheier e Themudo (2002) abordam a ampla gama de organizações da sociedade civil global recorrendo às teorias organizacionais e gerenciais. Reimann (2006) prioriza as teorias construtivistas e as teorias do Estado com enfoque no desempenho das ONGs. Ambos trazem dados que corroboram com suas hipóteses e detalhamento de casos ao longo da história.

Nas últimas duas décadas, observaram-se análises sobre a mudança de escalas, os diferentes ciclos de contestação global e a ação dos movimentos sociais no cenário internacional. Por exemplo, estudos como os de Mato (2004), Mijares (2004), Tarrow (2005), Scherer-Warren (2007, 2012), Serbin (2013), Von Bulow (2014), Bringel e Gohn (2014) lançaram discussões sobre o ativismo transnacional para além das fronteiras nacionais e buscaram revisitar conceitos de sociedade civil, face às novas escalas de problemáticas e formas de ação política.

A seguir expõe-se a dinâmica da ação política coletiva transnacional e as principais contribuições das diversas teorias sobre o ativismo para além das fronteiras do Estado.

1.2.1 Representação por afinidade

Diferentes formatos de sociedade civil trabalhando internacionalmente se vinculam por valores compartilhados, discurso comum e troca de informações mediante representação por afinidade. A representação por afinidade é uma forma não eleitoral de representação, em que um ator age por sua própria conta em nome de outros e incorre numa situação de

representação por meio de um processo de identificação (AVRITZER, 2012, 2014; ANNUNZIATA, 2014).

A reflexão sobre as formas não eleitorais de representação resulta em um dos terrenos mais férteis e promissores da teoria política contemporânea. O conceito de representação não havia sido repensado desde clássicos trabalhos como o de Pitkin (1967) ou de Manin (1998). Alguns fenômenos atuais frente à insuficiência da representação eleitoral e à proliferação de formas variadas de atividade cidadã têm conduzido teóricos a revisitarem teorias modernas sobre a representação.

As formas de representação cidadã/ contribuem para restituir a pluralidade que a representação eleitoral reduz, permitindo uma representação permanente ou contínua de temas ou problemas que devolve a variedade de discursos simplificados no ato eleitoral (ANNUNZIATA, 2014). De fato, nessas novas formas, o que se representa são temas públicos dando lugar ao que Avritzer (2012) denomina “representação por afinidade ou relacional”.

Segundo o autor, algumas OSCs representam ideias ou causas que conferem à sociedade civil o papel de representativa de experiências. Trabalhos como o de Ramos (2015) observam que as arenas de participação e deliberação têm características representativas, em que diferentes atores, tanto da sociedade civil quanto do Estado, interagem exercendo diferentes tarefas de representação.

Lavalle e Vera (2009), com o objetivo de compreender e conferir o significado da complexa pluralização da representação, admitem que as novas modalidades de representação exercidas por atores coletivos carecem de certa autorização. Segundo os autores, elas são praticadas por afinidade, de modo virtual, unilateral, presuntivo, substitutivo e autoassumido, por mediadores políticos em exercício das atividades de representação não eleitorais como: a representação cidadã, a *advocacy*, os representantes discursivos, entre outros.

No quadro 3, Avritzer (2014) descreve as formas de representação na política contemporânea.

Quadro 3 - Formas de representação na política contemporânea

Tipo de Representação	Relação com o representado	Forma de legitimidade na representação	Sentido da representação
Eleitoral	Autorização através do voto	Por processo	Representação de pessoas
<i>Advocacy</i>	Identificação com a condição	Por finalidade	Representação de discursos e ideias
Representação da sociedade civil	Autorização dos atores com experiência no tema	Por finalidade e processo	Representação de temas e experiências

Fonte: Avritzer, 2014, p. 156.

Segundo o autor, a partir dessas três formas, expostas no quadro 3, é possível teorizar a representação de maneira diferente. Isto é, a eleição vai determinar o modo como os corpos representativos se relacionarão com a *advocacy* e a representação da sociedade civil. Dessa maneira, Avritzer (2014) afirma que é cada vez mais frequente o encontro entre representantes eleitos e *advocacy* de ONGs internacionais ou de representantes eleitos e representações da sociedade civil em instituições híbridas no campo das políticas públicas. Para ele, esses pontos de encontro mostram as diferenças na abordagem de Urbinati (2006), a partir do *continuum* de que a política assume formas institucionais diversas a fazerem parte da discussão sobre representação. É diferente também da abordagem de Dryzek (2006), em que estas formas se colocam frente a frente com os representantes eleitos em diversos processos.

Para compreender a maneira de articular novas dimensões da representação, é necessário considerar o contexto no qual ela pode operar e como a representação eleitoral irá conviver com a representação da sociedade civil (AVRITZER, 2014). A representação feita pela sociedade civil se dá por intermédio de pessoas da própria sociedade civil em instâncias para além de sua atuação. Esse tipo de representação tem se tornado muito forte em áreas de políticas sociais no mundo em desenvolvimento. Nesse sentido, a legitimidade conferida a determinado ator por outros atores que atuam de maneira semelhante é a essência da representação por afinidade (AVRITZER, 2014).

A MESA e suas cinco redes regionais conferem às OSCs participantes uma representação por afinidade. As OSCs nacionais que a compõem são representadas para além de sua esfera doméstica em ambientes transnacionais por intermédio de um discurso comum e por valores e ideias compartilhados.

1.2.2 Recursos e oportunidades

Recursos e oportunidades são considerados formas de como o ambiente internacional impacta a articulação transnacional regional e, conseqüentemente, os atores nacionais (TARROW, 1994; KECK; SIKKINK, 1998, 2000; DELLA PORTA; KRIESI; RUCHT, 1999; RISSE; ROPP; SIKKINK, 1999; SIKKINK, 2003; MOGHADAM, 2009). A seguir, exponho o que a literatura considera como recursos e como oportunidades.

De acordo com a teoria de movimentos sociais, os recursos são um dos fatores mais essenciais para a mobilização e o impacto para a ação coletiva. Nesta literatura, a tradição de recursos examina a importância dos recursos, estratégias e formas organizacionais para os movimentos sociais (EDWARDS; MCCARTHY, 2007).

A literatura que trata do ativismo transnacional trouxe o significado da arena internacional como base de recursos para movimentos domésticos (KECK; SIKKINK, 1998). Os movimentos sociais transnacionais ou redes transnacionais são vistos como fontes primárias de apoio aos movimentos sociais nacionais. As dimensões globais dos movimentos sociais, com os fluxos transnacionais de recursos de mobilização, tornaram-se fontes essenciais de apoio aos movimentos domésticos (KECK; SIKKINK, 1998; RISSE; ROPP; SIKKINK, 1999).

Além de uma descrição básica e da suposição de que os recursos são favoráveis, nem os tipos de recursos nem seus efeitos sobre a forma de movimento e caráter são analisados de forma abrangente. Além disso, os teóricos de ambas as literaturas não empreenderam esforços para entender os tipos de recursos que estão disponíveis para os movimentos sociais domésticos de aliados e fontes externas.

O objetivo desta seção é ver o que a teoria de mobilização de recursos oferece de elementos para analisar o ambiente internacional-transnacional em termos de recursos que ele fornece e seu impacto nas OSCs nacionais. Segundo McCarthy et al. (1996), ao lado das oportunidades e *frames*, os recursos são considerados os três fatores mais importantes para o estudo dos movimentos sociais de acordo com o chamado consenso emergente.

A ideia de que os recursos moldam o caráter e o potencial impacto dos movimentos sociais é bem reconhecida (MCADAM, MCCARTHY e ZALD, 1996). Quando a mobilização de recursos surgiu pela primeira vez foi uma reação ao paradigma dominante conhecido como teoria de ruptura. Embora as abordagens fossem variadas, as teorias de ruptura estavam unidas na crença de que as formas não rotineiras ou conflitivas de ação coletiva, como revoltas,

desobediência civil e protestos, são subprodutos de uma rápida mudança social e de “queixas” relacionadas (OLSON, 1965).

O pluralismo era outra abordagem predominante na época. A crença era de que os sistemas democráticos típicos institucionalizavam a ação coletiva “rotineira” por meio de sindicatos, partidos políticos, *lobbies* etc. (GAMSON, [1975]1990). Presentes em ambas as teorias estão aqueles que operam fora do sistema político estabelecido, considerados irracionais e até mesmo criminosos.

Gamson ([1975]1990) ilustra que as mudanças na sociedade criam recursos para a ação e que os potenciais desafiadores ou grupos não incluídos não são mais nem menos racionais do que outros seres humanos. Da mesma forma, Tilly (1978) assume que a violência coletiva não é impulsiva ou irreflexiva, mas uma escolha calculada baseada na solidariedade de grupo.

Fundamentada no princípio da racionalidade, uma suposição básica de mobilização de recursos argumenta que a “agregação e flutuação de recursos é um dos principais determinantes da atividade de um movimento social” (GAMSON et al., 1982). O argumento central é que as organizações podem servir como recursos e que, quanto mais institucionalizadas e centralizadas, melhores são a mobilização e o impacto do movimento (MCCARTHY; ZALD, 1973; GAMSON, [1975]1990; JENKINS, 1983). Implícita está a ideia de que as organizações formais são mais capazes de influenciar os formuladores de políticas via *lobby* ou canais institucionais (ANDREWS, 2001).

Essencialmente, os teóricos perceberam uma tendência geral de afastar-se das tradicionais estruturas organizacionais descentralizadas em direção a organizações de movimentos sociais. Essa tendência também está relacionada à agregação de recursos e a outro debate na literatura de mobilização de recursos, sobre o fato de os movimentos sociais receberem apoio principalmente de fontes externas.

Por um lado, McAdam (1982) argumenta que os movimentos sociais recebem recursos principalmente de fontes indígenas ou do distrito eleitoral. Por outro lado, McCarthy e Zald (1977) sustentam que os recursos são principalmente derivados de “constituintes de consciência” ou aqueles que são motivados principalmente por preocupações morais, embora eles também concordem que em alguns casos os apoiantes externos podem não ter compromisso com valores de movimento. Esta última posição pressupõe que os recursos externos têm um efeito moderador sobre os objetivos e as atividades de movimento, com alguns até equiparando institucionalização e subsequente dependência de recursos com a

cooptação (RUESCHEMEYER; STEPHENS, E.H.; STEPHENS, J. D., 1992; EDWARDS; MCCARTHY, 2007).

A ideia de que a institucionalização do movimento social e a moderação e/ou cooptação andam de mãos dadas é, de modo semelhante, tida como certa na literatura sobre movimentos sociais específicos. Contudo, a institucionalização dos movimentos sociais nem sempre implica a cessão do movimento por meio da cooptação (ALVAREZ, 2000; DOOWON, 2006). Estudos mais matizados mostram que as organizações e movimentos sociais buscam tanto a participação política como a mobilização popular.

Cress e Snow (1996) reconhecem que estudos equiparando institucionalização e cooptação são estreitos no sentido de que se concentraram em troca monetária. A relação entre o benfeitor e determinada organização foi representada unicamente como uma de patrocínio. Dessa maneira, são necessárias mais pesquisas para entender corretamente os vínculos entre os recursos e os movimentos sociais domésticos.

De fato, uma crítica importante à mobilização de recursos é que ela não classifica adequadamente os recursos que importam para os movimentos sociais nem especifica os que mais importam (CRESS; SNOW, 1996). Esses autores, no intuito de suprirem essa lacuna, criaram uma tipologia de recursos delineada como segue:

Quadro 4- Tipos de recursos

Tipo de recurso	Descrição
Moral	Apoios por parte de organizações externas aos objetivos e ações da organização. Apoio pode ser solidário ou empático.
Material	Bens e serviços tangíveis. Inclui suprimentos, espaço de reunião, espaço de escritório, transporte, emprego e dinheiro.
Informacional	Capital de conhecimento pertinente à manutenção e mobilização da organização. Inclui suporte estratégico, suporte técnico etc.
Humano	Pessoas que doam tempo e energia à organização. Inclui audiências, líderes e quadro cativos.

Fonte: CRESS; SNOW, 1996

No Capítulo 4 voltarei a essa tipologia para demonstrar o que foi possível verificar no caso das OSCs brasileiras e argentinas que compõem a MESA, para compreender quais tipos

de recursos estão mais relacionados à mobilização e à reprodução social da articulação transnacional.

De acordo com Bringel e Domingues (2014), o complexo estudo das redes de OSCs requer a combinação de conceitos e categorias relacionadas presentes em teorias distintas seguindo um nível de hierarquia na escolha teórica. Para os autores, é necessário considerar que as diferentes teorizações sobre o ativismo transnacional, “os novíssimos atores” da globalização e o projeto de *contentious politics*, atualmente hegemônico no debate global, contribuem para o entendimento de formas não convencionais de ativismo típicas da última década, a interpretar de forma mais “meso” e relacional os atores sociais com processos, atores e temas mais amplos.

Tilly e Tarrow (2015), pioneiros dos estudos sobre *contentious politics*, definem “mobilização” como aumento de recursos disponíveis para um ator político reclamar coletivamente e “desmobilização” como a redução destes recursos. Os recursos de mobilização são entendidos por esses autores por um espectro muito amplo de elementos que têm a ver principalmente com o próprio movimento social ou organização envolvido em escalas internacionais ou transnacionais para além da local onde foi originado.

No caso da MESA, é importante esclarecer que os recursos devem ser entendidos pela perspectiva da teoria da mobilização de recursos e da teoria de movimentos sociais junto às abordagens de *contentious politics*, uma vez que os recursos materiais, morais, informacionais e humanos nunca são advindos somente de fontes externas, já que o foco da pesquisa é nos atores nacionais dentro do contexto transnacional.

A abordagem de estruturas de oportunidades políticas junto à de mobilização de recursos deslocou eixos centrais das teorias de movimentos sociais. Antes de situarmos a discussão de oportunidades políticas no nível internacional, é necessário compreender onde o conceito de **oportunidades políticas** foi originado e como ele é definido no **contexto doméstico**.

As diversas teorias de movimentos sociais, diante da variedade de modelos, compartilham a premissa de que um estado de interrupção psicológico levará os indivíduos à mobilização social. Por exemplo, Kornhauser (1959) entende que nos modelos de sociedades de massa a falta de estruturas políticas e sociais causa apatia e isolamento, levando os indivíduos ao comportamento extremo, visto como a atividade dos movimentos sociais. Segundo Gurr (1970), em modelos de privações relativas, o potencial coletivo para a ação existe quando os indivíduos reconhecem a inconsistência entre o que eles possuem e o que eles acreditam que devem possuir.

A ascensão da teoria da escolha racional a partir dos anos de 1960 colocou em xeque as premissas desses modelos. Em vez de a ação coletiva resultar de comportamentos irracionais ou duvidosos, os teóricos dos movimentos sociais se voltaram para a própria questão da ação coletiva. De acordo com Olson (1965), a ação coletiva é possível entre os indivíduos racionais motivados por interesses próprios.

A resposta para esta questão veio com McCarthy e Zald (1973, 1977) e a teoria de mobilização de recursos. Esta teoria argumenta que as organizações sociais e os recursos que elas recebem facilitam a ação coletiva porque aprimoram a efetividade do movimento. Empreender determinada ação é um objetivo calculado e racional, em que os atores pesam os custos e benefícios de sua participação. A teoria de mobilizações de recursos se tornou um paradigma dominante até ser desafiada pelos modelos que abordam os processos políticos.

A teoria de processos políticos não veio para repudiar a teoria de mobilização de recursos, e sim para retificar as negligências em relação ao ambiente político e dar ênfase aos recursos externos aos movimentos. Em sua formulação original, a teoria de processos políticos leva em consideração a consciência insurgente e a força organizacional, embora o foco principal tenha sido o conceito de oportunidades políticas ou a ideia de que as mudanças nas “oportunidades e restrições políticas criam os incentivos mais importantes para iniciar novas fases de disputa” (MCADAM, 1982, p. 25).

A estrutura de oportunidades políticas inclui “as dimensões do ambiente político que proporcionam incentivos para a ação coletiva, afetando as expectativas das pessoas para o sucesso ou fracasso” (TARROW, 1994, p. 76-77) A controvérsia é que, à medida que as oportunidades políticas mudam em favor dos desafiadores, a probabilidade de resultados bem-sucedidos aumenta (MCADAM, 1982).

O termo “estrutura de oportunidades políticas” foi cunhado pela primeira vez por Eisinger (1973) para analisar o comportamento de protestos em cidades norte-americanas. Ele argumentou que “não é simplesmente uma função dos recursos que eles comandam, mas das aberturas, pontos fracos, barreiras e recursos do próprio sistema político. Há, nesse sentido, interação ou ligação entre o ambiente, entendido em termos da noção de uma estrutura de oportunidades políticas” (EISINGER, 1973, p.12).

Kitchshelt (1986) fundamenta o conceito ao fazer a distinção de oportunidades políticas no lado de entrada (*input*) e saída (*output*) do processo político. Para o autor, a oportunidade política funciona como um filtro entre as estratégias e os resultados do movimento, sendo a combinação da capacidade de um Estado para implementar mudanças de

política e sua abertura ou proximidade com atores externos ao analisar os movimentos antinucleares nos Estados Unidos, França, Alemanha e Suécia.

Por um lado, o modelo de processo político, com a “estrutura de oportunidades políticas” como seu núcleo duro, foi aclamado por ser capaz de explicar como movimentos se mobilizaram em momentos específicos e como eles passaram a assumir formas específicas em diferentes ambientes. Por outro lado, foi frequentemente criticado por ser resolutamente estrutural, por subsumir indiscriminadamente as variáveis externas e por não definir com precisão os aspectos que compõem a estrutura de oportunidades políticas (KRIESI et al., 1995; GAMSON; MEYER, 1996).

Respondendo a essa crítica, McAdam et al. (1996) propuseram esclarecer as dimensões ao sintetizar as concepções de vários autores. Eles identificam quatro aspectos cruciais em torno dos quais existe um consenso significativo: (1) a relativa abertura e proximidade do sistema político institucionalizado; (2) a estabilidade desse amplo conjunto de alinhamentos das elites que tipicamente sustentam uma política; (3) a presença de aliados; e (4) a capacidade e propensão do Estado para a repressão (MCADAM et al., 1996, p.10).

A primeira dimensão é considerada uma das mais significativas e, conseqüentemente, tem sido a mais analisada pelos estudiosos dos movimentos sociais. A abertura ou proximidade do sistema político institucionalizado refere-se à estrutura institucionalizada do sistema político e ao acesso relativo a esse sistema por atores não institucionalizados como os movimentos sociais. Especificamente, a abertura é uma consequência da centralização do Estado e sua separação de poderes. Quanto mais descentralizado for um Estado, por exemplo, mais pontos de acesso para potenciais atores. Um estado centralizado teria o efeito oposto.

Quanto maior a separação de poderes entre os vários ramos do governo, maior o grau de acesso (KRIESI, 2007). Outra maneira de descrever a estrutura institucional formal é fazendo a distinção entre um Estado forte e fraco. Segundo o autor, um estado fraco proporcionaria um ambiente de apoio e levaria a uma maior mobilização, ao passo que um Estado forte seria mais capaz de resistir aos desafios.

A segunda dimensão está relacionada ao alinhamento das elites como fator importante, tendo em vista que as mudanças nos alinhamentos políticos podem apresentar aberturas para potenciais desafiadores (TARROW, 1994). Em particular, o conflito entre as elites “tem o efeito de ampliar o círculo de conflitos entre grupos fora do sistema político e dar-lhes poder marginal, enquanto a elite unificada deixa menos abertura para o exercício de tal poder marginal” (MCADAM; MCCARTHY; ZALD, 1996, p. 56).

Na terceira dimensão, os aliados influentes seriam os responsáveis por facilitar a mobilização, já que os aliados podem oferecer garantias contra a repressão ou serem reconhecidos como aceitáveis negociadores em favor dos desafiantes. Por fim, há de se considerar que a repressão desencoraja a mobilização, porque aumenta os custos da ação coletiva, ao passo que a facilitação a encoraja.

Segundo Tarrow (1994), a repressão é mais provável de ocorrer em sistemas políticos não democráticos e quando os desafiantes buscam mudanças fundamentais no *status quo*. No entanto, “os efeitos da repressão são menos nítidos, pelo menos no que diz respeito ao seu impacto sobre o nível de mobilização [...] a repressão pode fortalecer a identidade dos ativistas da contracultura e estimular a motivação” (TARROW, 1994, p. 40).

Em suma, os aliados influentes, as clivagens de elite e um sistema político institucional relativamente aberto levarão a uma maior mobilização dos movimentos sociais e, assim, facilitarão o sucesso do movimento (KRIESI et al., 1995). Outra variável dependente, a estrutura de oportunidades políticas, é utilizada para explicar estratégias de movimentos e táticas ou a forma do movimento.

McAdam et al. (1996) estabelecem uma relação geral entre o tipo ou forma de movimento e as mudanças nas dimensões da estrutura de oportunidades políticas. Mudanças na estrutura legal ou institucional ou um aumento que concede a grupos externos mais acesso e um aumento em aliados influentes são suscetíveis de gerar mais movimentos institucionalizados com metas moderadas e táticas, enquanto uma diminuição significativa na capacidade de reprimir os movimentos tende a produzir movimentos de protesto não institucionalizados. Sendo assim, as divisões significativas entre a elite são muitas vezes precursoras de movimentos revolucionários e movimentos radicais de reforma que usam uma ampla variedade de estratégias (MCADAM; MCCARTHY; ZALD, 1996, p. 30-31).

Há várias questões importantes a serem consideradas ao usar o conceito de estrutura de **oportunidades políticas** no **nível internacional**. Em primeiro lugar, o termo é uma ferramenta útil para descrever o ativismo transnacional. Outro está relacionado à delimitação das dimensões essenciais de uma estrutura de oportunidade política internacional. As mesmas características usadas para ilustrar uma estrutura de oportunidade política interna podem ser usadas para entender uma estrutura de oportunidade política internacional? Há certas dimensões que são mais relevantes para uma estrutura de oportunidade política internacional?

Em grande medida, esta tese faz a revisão da literatura sobre a atuação de OSCs latino-americanas, em especial as OSCs brasileiras e argentinas que fazem parte da MESA,

altamente envolvidas no nível transnacional, para definir com mais precisão esse conceito e determinar sua utilidade no estudo das dimensões transnacionais das organizações sociais.

É necessário pontuar que um corpo significativo da literatura analisa os efeitos e as características do ativismo transnacional. Uma contribuição importante dessa literatura é demonstrar a importância dos aliados internacionais para o sucesso dos movimentos sociais (SMITH; CHATFIELD; PAGNUCCO, 1997; DELLA PORTA; FLORINI, 1999; KECK; SIKKINK, 1998; KHAGRAM; RIKER; SIKKINK, 2002; TARROW, 2005).

Grande parte desses trabalhos centrou-se em redes de *advocacy* transnacionais ou “aqueles atores que trabalham internacionalmente em uma questão, que estão unidos por valores compartilhados, um discurso comum e intercâmbios densos de informações e serviços” (KECK; SIKKINK, 1998, p. 2).

A pesquisa sobre redes transnacionais buscou compreender o que leva os ativistas domésticos a buscar alianças transnacionais em primeiro lugar. Por exemplo, as redes transnacionais são muitas vezes ativadas por meio de um “efeito *boomerang*” ou quando a estrutura de oportunidades políticas internas é relativamente fechada (KECK; SIKKINK, 1998; RISSE; ROPP; SIKKINK, 1999). Quando grupos domésticos enfrentam um ambiente repressivo em casa, eles procuram aliados internacionais, que fornecem uma variedade de recursos, incluindo acesso, alavancar informações, dinheiro e pressão de seus governos. Uma contribuição crucial da literatura está em demonstrar o poder relativo dos atores transnacionais e as condições sob as quais eles podem pressionar os Estados a aceitarem as normas internacionais e a efetuar a mudança de política doméstica (KECK; SIKKINK, 1998; RISSE; ROPP; SIKKINK, 1999; FRIEDMAN; HOCHSTETLER; CLARK, 2001; KHAGRAM; RIKER; SIKKINK, 2002).

Dois fatores essenciais destacados pela literatura são a sustentabilidade e a força das redes e a receptividade da cultura política doméstica às influências internacionais. De fato, ambos os fatores têm se mostrado fundamentais para o sucesso dos movimentos de mulheres latino-americanas (KECK; SIKKINK, 1998; PRICE, 2003; COLE; PHILLIPS, 2008).

Da mesma forma, os movimentos sociais transnacionais também oferecem oportunidades e recursos para os atores do movimento doméstico. Movimentos sociais transnacionais são definidos como grupos socialmente mobilizados em pelo menos dois países, envolvidos em interações em pelo menos um país diferente do seu, ou contra uma instituição internacional, ou contra um agente econômico multinacional (TARROW, 2001).

Segundo Smith, Chatfield e Pagnucco (1997), movimentos sociais transnacionais têm sido utilizados para mobilizar apoio para políticas específicas, ampliar a participação do

público no processo da política internacional e ajudar a manter a atenção sobre os problemas globais críticos e questões que definem a agenda de política.

Os atores do movimento doméstico podem obter certificação ou legitimidade de aliados transnacionais; eles também podem aprender estratégias e táticas, via difusão, e ganhar aliados adicionais mediante intermediários ou por meio do elo entre dois atores previamente desconhecidos (TARROW, 2005). Mas a quem, de fato, estes movimentos sociais transnacionais se aliam muitas vezes é deixado de fora da literatura.

Na realidade, os atores que apoiam os movimentos sociais não estão sempre agindo em interesses de princípios ou valores compartilhados como eles sugerem, nem são necessariamente parte de uma rede transnacional. Klotz (2002) enfatiza que enquanto Estados, regimes internacionais e uma variedade de atores não estatais como corporações e organizações religiosas serviram como importantes aliados às lutas domésticas contra o *apartheid*, por exemplo, eles tiveram muitas agendas divergentes. O autor destaca especificamente a importância das instituições internacionais como aliadas dos movimentos sociais ao longo do tempo.

Um corpo crescente de pesquisas sobre movimentos sociais tem se concentrado nas instituições internacionais como recursos importantes e como espaços de oportunidade para os atores se engajarem em ações coletivas (IMIG; TARROW, 1999; TARROW, 2005; TOWNS, 2010). Um número considerável de estudos verificou que indivíduos poderosos dentro de organizações internacionais podem ser aliados decisivos para os movimentos sociais domésticos.

É nesse sentido que o conceito de estrutura de oportunidade política internacional pode proporcionar clareza conceitual. Aliados que importam e que devem ser mais influentes seriam os atores dentro da estrutura de oportunidades internacionais, também conhecidos como organizações internacionais. Van Der Heijen (2006) e Passy (2009) acreditam que a configuração de poder dentro de uma organização internacional específica ajudará a determinar o acesso e o impacto do movimento no nível internacional.

De acordo com Tsutsui e Shin (2004) e Van Der Heijen (2006), uma elite dividida é mais auspiciosa para os movimentos sociais. Já para Passy (2009), depende dos Estados no poder e sua posição sobre o assunto em questão. Nelson (2006) admite aliados estatais com o poder mais relativo, como os Estados Unidos ou os países do G-8, que importam mais para o impacto do movimento social no Banco Mundial, por exemplo. Embora ele também considere o apoio na burocracia da organização como consequente.

Por sua vez, Van Der Heijen (2006) e Passy (2009) identificam as estratégias adotadas pelas elites dentro da estrutura de oportunidades políticas como significativas. Se as estratégias informais da administração são mais inclusivas e integrativas facilitarão o acesso e vice-versa. Finalmente, Van Der Heijen (2006) observa que se a estrutura política é fraca ou forte, ela irá determinar os impactos potenciais. Quanto mais forte, mais provável e significativo o impacto do movimento.

Como na maioria dos trabalhos dos autores abordados, nesta tese, a estrutura de oportunidades políticas é vista em termos relativos *versus* absolutos (KRIESI; KOOPMANS; DUYVENDAK, 1995; VAN DER HEIJEN, 2006). Isto é, o nível de mobilização corresponde à abertura da estrutura de oportunidades políticas. A mobilização por meios convencionais, com canais formais de interação, corresponderá ao nível de abertura da estrutura de oportunidade internacional com mais mobilização quanto mais aberta for a estrutura. Tipicamente, uma estrutura de oportunidade política fechada encorajará mais atividades de confronto como protestos (KRIESI; KOOPMANS; DUYVENDAK, 1995). Finalmente, olhar para casos de sucesso relativo *versus* falha relativa identifica a dimensão da estrutura de oportunidades políticas que são mais influentes.

Nesta tese, a própria MESA e as cinco redes regionais que a compõem funcionam como estrutura de oportunidades políticas para as OSCs nacionais de Brasil e Argentina. Na maioria dos trabalhos sobre a ação coletiva para além das fronteiras do Estado, a aplicação do conceito de estrutura de oportunidades políticas vem associada ao impacto e conseqüentemente ao resultado dessa ação coletiva. Esta tese, por estar muito mais preocupada com os processos desse conjunto de OSCs, oferece um olhar sobre o conceito de oportunidades políticas que contempla as interações e aberturas possibilitadas pela articulação transnacional e as redes regionais para as organizações nacionais que as compõem.

1.2.3 Frames

As redes transnacionais são fundamentais para a criação e recriação de significados sociais e, mais ainda, de *frames*, entendidos como formatos que influenciam as tomadas de decisão em nível local, nacional e global (JELÍN, 2003; DESMARAIS, 2007; BRINGEL; FALERO, 2008; GOHN; ALONSO, 2012; SCHERER-WARREN, 2012; BRINGEL; DOMINGUES, 2014; VIEIRA, 2014; VON BULOW; CARVALHO, 2014).

Para Melucci (2002), a identidade de um movimento social é fruto de uma construção definida pelos próprios atores participantes cujos significados culturais adotados proporcionam solidariedade e unidade ao sistema de ação. Por sua vez, esta construção é

resultado de uma inversão organizativa que está relacionada aos objetivos, recursos e obstáculos.

A assimilação de elementos racionais e irracionais, cognitivos, valorativos, e a construção de formas de ver e estar no mundo a partir da prática social dos agentes sociais são responsáveis por criar os *frames* da ação coletiva.

Existe um crescente consenso na literatura em relação ao poder das normas. As normas internacionais costumam ser consagradas em tratados e acordos internacionais. Essencialmente, as normas ou expectativas compartilhadas ou padrões de comportamento apropriados pela comunidade internacional desempenham um papel importante na explicação de como os Estados se comportam.

Há ainda, acima e além do Estado-nação, uma “sociedade civil transnacional” unida por valores compartilhados e que busca desafiar o poder do Estado em favor do bem público (FLORINI, 1999, 2000; PRICE, 2003). Implícito em ambas as ideias está que estamos nos movendo em direção a um mundo habitado por normas e valores comuns, que se espalham principalmente por meio da sociedade civil transnacional.

Os estudiosos dos movimentos sociais reconhecem que esse componente cultural e normativo da sociedade internacional influencia o surgimento, desenvolvimento e impacto dos movimentos sociais (MCADAM; MCCARTHY; ZALD, 1996). Especificamente, argumenta-se que os movimentos sociais se baseiam em normas internacionalmente estabelecidas para criar os chamados *frames*, tornando-se “significados e definições compartilhados que orientam os movimentos sociais” (GAMSON, 1992, p. 7). Ao identificar um problema, causa e remédio, os *frames* de ação coletiva servem para “inspirar e legitimar as atividades e campanhas de uma organização de movimento social” (GAMSON, 1992, p. 7).

No entanto, os movimentos sociais nacionais participam de uma grande variedade de atividades transnacionais, em que dominam concorrentes ideias contrárias aos padrões normativos. Como McCarthy (1997) aponta, muitos atores, incluindo corporações multinacionais, organismos religiosos multinacionais, Estados e, em especial, as mídias transnacionais, envolvidos em processos de *frames*. Portanto, um objetivo adicional não é apenas estabelecer a relevância dos *frames* como útil para entender como o nível internacional molda os movimentos sociais domésticos, mas também identificar os diferentes tipos de *frames* que estão presentes.

A abordagem de *frames* procura compreender e iluminar “a geração, difusão e funcionalidade de ideias e significados mobilizadores e contra-mobilizadores” (SNOW, 2000, p. 613). Também denota o processo pelo qual os atores de movimentos estão engajados na

construção de significado que resulta em *frames* de ação coletiva (GAMSON et al., 1982, 1986; SNOW; BENFORD, 1988; TARROW, 1992, 1998).

Os *frames* de ação coletiva são o produto final a definir o que é relevante para os movimentos sociais, com a finalidade de interpretar eventos ou condições para mobilizar potenciais constituintes e simpatizantes (GAMSON et al., 1982, 1986; SNOW; BENFORD, 1988; TARROW, 1992, 1998). Assim, eles se manifestam nos folhetos, arquivos, publicações etc. de organizações e movimentos sociais.

Os *frames* de ação coletiva executam três tarefas principais: “*frames* de diagnóstico”, “*frames* de prognóstico” e “*frames* de motivação” (SNOW; BENFORD, 1988; BENFORD; SNOW, 2000). O objetivo do *frame* de diagnóstico é identificar o problema e o culpado. Para Benford e Snow (2000), quem culpar nem sempre é óbvio, porque nem todos os *frames* de ação coletiva são “*frames* de injustiça”, em que há necessariamente uma vítima e um vitimizador. O *frame* de prognóstico é o processo de propor soluções para o problema e identificar possíveis estratégias para realizá-las (SNOW; BENFORD, 1988, 2000; MCADAM; MCCARTHY; ZALD, 1996).

A atividade de prognóstico também pode incluir responder à lógica e propor soluções de oponentes ou reagir aos que são conhecidos como “*counter-frames*” (BENFORD, 1993; BENFORD; SNOW, 2000). Uma vez que as soluções para qualquer problema são multifacetadas e são definidas em uma variedade de tipos organizacionais, pode haver frequentemente *frames* de diagnóstico concorrentes dentro de um único campo (HAINES, 1996; BENFORD; SNOW, 2000). Finalmente, o objetivo do *frame* motivacional é dar às pessoas uma razão para se engajarem em ações coletivas e sustentar sua participação (BENFORD, 1993; GAMSON, 1995; JOHNSTON; KLANDERMANS, 1995; BENFORD; SNOW, 2000).

De sua parte, Gamson et al. (1982) sustentam que os componentes básicos dos *frames* de ação coletiva são a componente da identidade, componente da agência e componente da injustiça (NOAKES; JOHNSTON, 2005). O componente de identidade distingue o grupo lesado com interesses e valores comuns. O componente da agência reconhece que a componente identitária pode mudar. Já o componente da injustiça é a parte fundamental do processo de *frame* que coloca a culpa em determinados grupos ou instituições, despertando o agravamento do grupo para agir (NOAKES; JOHNSTON, 2005, p. 6). Ao contrário de Snow e de seus colaboradores, para Gamson os quadros de injustiça são sempre um componente da ação coletiva, o que significa que há uma clara vítima e um vitimizador em cada caso (BENFORD; SNOW, 2000).

Os *frames* como uma aproximação ao estudo dos movimentos sociais ganharam força nos anos de 1980 e foram inspirados na maior parte pelo trabalho de Goffman (1974), que usou primeiramente o termo para indicar o que os indivíduos interpretam como significativo e que, por sua vez, ajudam a guiar a ação. Mas é um estudo fundamental de Gamson et al. (1982) que é creditado por trazer de volta uma dimensão social psicológica para a ação coletiva, ilustrando a importância de “entendimentos compartilhados”, especificamente os *frames* de injustiça ou a amplificação de queixas e a indignação moral resultante que orientam as pessoas para a ação.

Atribuem-se a Snow e seus colaboradores a elaboração e solidificação de uma perspectiva de *frame*. Enquanto muitos estudiosos têm realizado pesquisas empíricas investigando a aplicabilidade e utilidade de conceitos de *frames*, é basicamente Snow, juntamente com Benford por um lado e Gamson por outro, que são creditados com a criação do vocabulário conceitual para a perspectiva de *frame*.

Uma das questões centrais na literatura de *frames* é como eles são construídos. Em algumas ocasiões podem ocorrer de maneira espontânea, nas ruas, no calor dos protestos (OBERSCHALL, 1996). Isso é congruente com os pressupostos de que eles são menos estratégicos no início e evoluem ao longo do tempo (MCADAM, 1996; DELLA PORTA et al., 2009). De qualquer forma, a literatura destaca o papel proeminente dos empreendedores de movimentos sociais, ao tomarem a iniciativa de formar e difundir marcos de ação coletiva (TARROW, 1998; BENFORD; SNOW, 2000). Há um amplo consenso de que os empreendedores de movimentos sociais ou aqueles que constroem *frames* se baseiam no “estoque cultural do público-alvo” e, assim, raramente são formados a partir do zero (NOAKES; JOHNSTON, 2005, p. 9).

Para Gamson (1992), o objetivo final na criação de *frames* bem-sucedidos gira em torno da chamada ressonância ou do grau em que os indivíduos consideram uma ilustração convincente de queixas para se mobilizar. O autor sustenta que a ressonância do *frame* é afetada pela consciência política do público, sua experiência pessoal e a sabedoria popular de suas comunidades.

Por sua vez, Snow e Benford (1992) identificam seis fatores que influenciam a ressonância, incluindo a consistência, a credibilidade empírica, a credibilidade de seus promotores, a comensurabilidade experiencial e a centralidade. Por um lado, os *frames* devem ser vistos como lógicos e essenciais para a vida cotidiana e para os valores e crenças centrais do público-alvo. E por outro lado, segundo Noakes e Johnston (2005), a pessoa que promove os *frames* deve ser vista como credível e persuasiva.

Snow et al. (1986) também identificaram as quatro estratégias a serem seguidas para aumentar a ressonância de *frames*. Elas incluem a criação de canais entre os *frames* (*bridging frames*), a amplificação, a extensão e a transformação de *frames*. O *bridging* conectaria *frames* não conectados anteriormente. Amplificação é essencialmente a criação de uma frase ou *slogan* cativante. A extensão estende os *frames* para incluir aspectos importantes para o público-alvo. A transformação gera novos significados a partir dos antigos para obter apoio (SNOW et al., 1986; BENFORD; SNOW, 2000; NOAKES; JOHNSTON, 2005).

Nesta tese, o processo de *framing* da ação política coletiva transnacional está relacionado com as interações entre as OSCs nacionais, as redes regionais e a articulação transnacional, assim como as interações possibilitadas pelos atores em ambientes internacionais. Por meio de interações combinadas com atores e instituições transnacionais, as organizações que compõem a MESA estão expostas a *frames* originados fora e dentro das fronteiras nacionais. Esses *frames* transnacionais podem ser difundidos em nível regional, transnacional ou transfronteiriço, fluindo de um país latino-americano para outro. Para entender a difusão dos *frames* no caso da MESA ou por que as OSCs brasileiras e argentinas adotam determinados discursos, é necessário primeiro identificar os tipos de *frames* que estão sendo difundidos.

As OSCs da MESA têm interagido com uma multiplicidade de atores e instituições nacionais, internacionais e regionais. Mediante uma revisão da literatura, encontrei um tipo principal de *frame* de ação coletiva mais comum: o enquadramento discursivo (*frame*) baseado em identidade, em que as “identidades coletivas” (MELUCCI, 1996) assumem caráter diferente em cada um dos casos analisados.

1.2.4 Trajetória e aprendizado

A trajetória são os caminhos diversos adotados pelas OSCs durante o seu tempo de vida, com ênfase no porquê elas escolhem caminho diferente ou similar do que percorreram no passado. Para Pierson (2004), na presença de *feedback* positivo, a probabilidade de novos passos na mesma trajetória aumenta a cada passo dado nessa trajetória. Isso porque os benefícios relativos da atividade atual comparados às opções anteriormente possíveis aumentam com o tempo. Para colocar de uma maneira diferente, os custos de transição para uma alternativa previamente plausível aumentam a cada nova escolha estratégica. Assim, a dependência de trajetória (*path dependence*) reconhece que as consequências das ações dos atores são altamente dependentes das decisões e ações de outros atores. No âmbito de atuação

de grupos, as ideias são compartilhadas entre seus membros, de modo a criar externalidades de rede (efeitos de coordenação) e expectativas adaptativas (PIERSON, 2004).

O aprendizado que é o resultado da experiência, do “aprender fazendo”, possui uma relação com a trajetória na medida em que ideias, arranjos e agendas das OSCs vão se adaptando ao longo de sua trajetória, levando em consideração que decisões tomadas antes facilitaram as decisões posteriores, facilitaram um curso de ação em detrimento de outro, que é a ideia de dependência de trajetória. O intuito de apresentar essas duas categorias analíticas – “trajetória” e “aprendizado” – conjuntamente é para demonstrar que os dois conceitos não são estáticos, mecânicos ou artificiais.

O mecanismo de aprendizado descreve a mudança nos valores ou comportamento que resultam da exposição a novas evidências, teorias ou repertórios, como orientam Simmons, Dobbin e Garrett (2006). A relevância está em ressaltar o que tem a ver com normas compartilhadas, crenças e o próprio papel dos atores. Outra visão mais econômica desse mecanismo de difusão é considerar o aprendizado como resultado da exposição a novos dados e informações de que os atores fazem uso.

Este mecanismo engloba o que é chamado de “aprendizagem simples” (*simple learning*), em que há uma mudança nos meios, mas que não torna a aprendizagem um processo mais estratégico *versus* “aprendizagem mais profunda” (*deeper learning*), não sendo afetada pelos ganhos, mas por uma mudança real nas crenças. Simmons, Dobbin e Garrett (2006) apontam para a relevância da aprendizagem social na ciência política, em que as normas compartilhadas, valores e crenças, assim como o papel das comunidades epistêmicas, afetam o processo de aprendizagem.

A difusão, de acordo com Tarrow (1998), é uma consequência da tomada de decisão racional ao tirar vantagem das ações demonstradas por outro grupo. Como a maioria dos teóricos de movimentos sociais, Tarrow (1998) equipara difusão com aprendizado. Embora Simmons, Dobbin e Garrett. (2006) considerem que os mecanismos de difusão variam, o aprendizado é talvez o mecanismo mais comum pelos quais os movimentos sociais adotam novos *frames*. Essencialmente, o aprendizado ocorre quando novas informações adquiridas, ao olhar para a experiência dos outros, levam a uma mudança ou atualização das crenças existentes (BRAUN; GILARDI, 2006).

A literatura sobre aprendizado organizacional é grande e não se encaixa bem em qualquer esquema de classificação único, como esclarecem Haunschild e Chandler (2008). Em termos de definições específicas, Huber (1991) analisa a revisão do aprendizado organizacional por meio de quatro construções: aquisição de conhecimento; distribuição de

informação; interpretação de informação; e memória organizacional. Define, assim, o aprendizado em seu sentido mais amplo: “as entidades podem aprender incorretamente e podem aprender corretamente o que está incorreto” (HUBER, 1991, p. 89). O aprendizado “não precisa resultar em mudanças observáveis no comportamento. [...] Uma entidade aprende se, através do seu processo de informação, a gama de seus comportamentos potenciais é alterada” (HUBER, 1991, p. 89).

Outra definição clássica de aprendizado vem de Levitt e March (1988, p. 320), que observam que as organizações são “vistas como aprendendo, codificando inferências da história em rotinas que orientam o comportamento”. De acordo com Hauschild e Chandler (2008), as características importantes são as seguintes: (1) as rotinas são independentes de atores individuais e são dependentes da história; mas (2) mudam com base nas interpretações da experiência passada (interpretações que não são necessariamente coerentes); e (3) mudam à medida que novas experiências se acumulam. Tais experiências podem ser a própria experiência do ator individual ou as experiências de outros que o ator tem observado. Assim, aprendizado e mudança, deliberada ou não intencional, são inevitavelmente entrelaçados.

Grande parte do trabalho empírico sobre o aprendizado centra-se na análise do impacto desses vários tipos de experiências sobre os resultados organizacionais, geralmente sob a forma de melhorias (HAUSCHILD; CHANDLER, 2008). Lieberman (1984) considera o aprendizado pela perspectiva de curva de aprendizagem. Já para Dutton, Thomas e Butler (1984) o objetivo do aprendizado é prever e encontrar retornos positivos para ganhar experiência. Trabalhos recentes passaram a contextos empíricos mais complexos, como decisões estratégicas (BECKMAN; HAUNSCHILD, 2002; HAYWARD, 2002). A pesquisa empírica na literatura de aprendizado também se afastou de um foco na quantidade de experiência para uma visão mais abrangente de diferentes tipos de experiências.

Por exemplo, experiências adquiridas em contextos heterogêneos em oposição a configurações homogêneas (MINER; HAUNSCHILD; SCHWAB, 2003). Há também um crescente corpo de trabalho empírico sobre as condições que estimulam o aprendizado e a mudança. Nesta vertente, a teoria comportamental de Cyert e March (1963) fornece a base para a compreensão dos níveis de aspiração (tanto individuais como sociais) como determinantes da mudança (GREVE, 1998).

Miner e Haunschild (1995) fizeram outra contribuição para entender o conceito de aprendizado em um nível mais macro, que explicitamente transferiu a definição de aprendizado para o nível de análise da população (ou campo). Eles conseguiram isso definindo o aprendizado a esse nível como ocorrendo por meio de mudanças nas rotinas de

nível populacional baseadas nas experiências dessa população ou de outra população cujas experiências possam ser observadas. Essa visão de nível superior do aprendizado torna o conceito muito mais acessível aos teóricos institucionais em termos de definição, nível de análise e contabilização de como a mudança ocorre no nível de campo.

Haunschild e Chandler (2008) identificam áreas nas quais os processos e mecanismos de aprendizado podem trabalhar em conjunto com o conhecimento existente de instituições para informar a compreensão da mudança no nível de campo. Esses processos e mecanismos incluem a ideia de que processos organizacionais comuns podem levar a resultados não intencionais, o que pode acarretar a ruptura das instituições existentes. Os processos também incluem o efeito de laços de rede, localização geográfica e fluxos de informação como fontes de reprodução institucional (e não reprodução).

Nesta tese, o processo de aprendizado tem a ver com a adoção de determinadas estratégias, lições que foram aprendidas durante as múltiplas trajetórias, a maneira de enxergar determinados problemas e propostas, e a própria agenda de mobilização das OSCs da MESA.

1.2.5 Sociabilização de experiências

O resultado das lições aprendidas durante as múltiplas trajetórias é entendido pela dimensão da sociabilização de experiências. A sociabilização de experiências é a troca de informações e adoção de estratégias comuns de ação empreendida pelos atores durante o seu tempo de vida.

De acordo com Simmons, Dobbin e Garrett (2006), quanto mais longe nos movemos de uma medida razoável de sucesso proporcionado pelo aprendizado, mais perto estamos de outro mecanismo de difusão, denominado emulação. No entanto, existem distinções óbvias e importantes que são subsumidas sob a categoria de emulação. Nesse sentido, a socialização é uma melhor evocação do processo normativo de uma mudança de comportamento, enquanto o processo mais automático de mimetismo é mais bem entendido como emulação. Fazer a distinção entre os dois não é apenas essencial, porque são processos diferentes, mas porque um corpo significativo da literatura demonstrou o significado das normas e mudanças normativas por meio do ativismo transnacional (KECK; SIKKINK, 1998; RISSE; ROPP; SIKKINK, 1999; KLOTZ, 2002).

Conforme McAdam e Fligstein (2012), a sociabilização de experiências tem relação com a criação de um campo estratégico de ação. Para os autores, em primeiro lugar, a teoria

sobre o campo estratégico de ação repousa sobre uma visão que vê campos de ação estratégica, passíveis de serem definidos como ordens sociais de nível meso, como o elemento estrutural básico da vida político-organizacional moderna na economia, na sociedade civil e no Estado. Uma preocupação com a estabilidade e a mudança na dinâmica de campo é central para o trabalho de vários teóricos, incluindo DiMaggio e Powell (1983), Scott e Meyer (1983), Bourdieu e Wacquant (1992) e Martin (2003).

Em segundo lugar, os autores consideram qualquer campo dado como incorporado em um ambiente mais amplo que consiste de inúmeros campos próximos ou distantes, bem como Estados, que são eles próprios organizados como intrincados sistemas de campos de ação estratégica. A fonte de muitas das oportunidades e desafios que um determinado campo enfrenta resulta de suas relações com este ambiente mais amplo (MCADAM; FLIGSTEIN, 2012). Crises e oportunidades para a construção de novos campos ou a transformação de campos de ação estratégica existentes normalmente surgem como resultado de processos de mudança desestabilizadores que se desenvolvem dentro de campos próximos ou não estatais na concepção desses autores.

O núcleo desta teoria é um relato de como os atores sociais incorporados procuram modelar e manter a ordem em um campo dado. Embora a maioria desses autores que abordam a criação de um campo estratégico de ação enfatize a importância central dos interesses e do poder, McAdam e Fligstein (2012) insistem que a ação estratégica nos campos se transforma em uma complicada mistura de considerações materiais e existenciais.

Nesta tese, a sociabilização de experiências proporcionada pela MESA às suas OSCs participantes é o elemento principal que contribui para a reprodução social da articulação transnacional. A MESA foi responsável pela criação de um campo estratégico de ação para as OSCs nacionais, sendo retroalimentado pelas organizações domésticas e segue existindo.

1.2.6 Coordenação

O grau de coerência entre os problemas, recursos, estratégias das OSCs nacionais e aquilo que está sendo levado pela articulação transnacional (nível de interação entre os atores) é entendido como coordenação. A coordenação ocorre quando dois ou mais atores políticos perseguem um objetivo comum e trabalham juntos para consegui-lo (BEVIR, 2012). Segundo Enroth (2012), a coordenação é vista como a interação nas redes a partir da interdependência como motor explicativo da teoria de redes, sendo as ações estratégicas comuns responsáveis por fornecer a dinâmica de interação.

De maneira geral, tanto na teoria organizacional quanto na teoria de redes, a coordenação vem associada à discussão de governança. Bevir (2012) conceitua “governança” em dois contextos, que inicialmente poderiam parecer ter pouca relação um com o outro. O termo governança geralmente é utilizado para discutir teorias abstratas de coordenação e de organização. Assim, ele é empregado para tratar de formas em que os atores coordenam as suas atividades para construir e manter organizações formais e informais. Num segundo contexto, governança é utilizada para narrar uma mudança histórica na organização pública e ação, referindo-se à natureza mutável do Estado (BEVIR, 2012).

Quanto mais os participantes das redes acreditam serem capazes de coordenar suas próprias ações, menor é a necessidade de se preocupar com a coordenação como pré-condição da interação, de acordo com Enroth (2012). Se assumimos que a interação nas redes é essencial para a ação estratégica sob condições de interdependência, nada parece certo sobre coordenação. Isto é, como e quando os atores são capazes de coordenar suas ações parece ser uma pergunta puramente empírica voltada para questões de alinhamento de negociações, compromissos e objetivos (ENROTH, 2012).

Condições que facilitam ou debilitam a interação estão relacionadas ao grau de conflito e consenso dentro da rede (ENROTH, 2012). A possibilidade de conflito é inerente aos atores, ao mesmo tempo em que o mínimo de consenso é necessário para que a rede persista e produza resultados. “Existe o risco permanente de que o conflito entre os atores da rede possa reduzir ou até destruir a capacidade de auto-regulação da própria rede” (SORESEN; TORFING, 2007, p. 170). Koppenjan (2007, p.150) argumenta que “o excessivo consenso levará a uma sistemática supressão ou exclusão dos problemas, interesses e inovações”, uma vez que o excessivo conflito pode levar à desintegração da rede.

De acordo com Tilly e Tarrow (2015), a maioria dos episódios de conflito começa localmente. Segundo os autores, se algum processo não estivesse expandindo o conflito para cima, não haveria ondas nacionais ou internacionais. Assim, a mudança de escala é um processo complexo que não somente difunde o conflito entre o espaço ou setores sociais, mas cria instâncias para uma nova coordenação em um nível diferente do seu início.

O deslocamento da escala descendente é a coordenação da ação coletiva em um nível mais local do que sua iniciação. Em contrapartida, a mudança de escala para cima envolve a coordenação da ação coletiva em um patamar mais alto (regional, nacional ou mesmo internacional) do que sua iniciação, como observam Tilly e Tarrow (2015).

Nesta tese, a coordenação é utilizada para demonstrar o processo decisório em nível transnacional articulado com o nacional. Isto é, como coordenar as ações conjuntas por

intermédio das interações entre as OSCs. Por conseguinte, a coordenação é vista pela ótica dos mecanismos de interação entre as OSCs com base na mudança de escalas, de como a informação é difundida entre os atores, como a agenda é estabelecida, como os objetivos são pactuados, como as ações são avaliadas e revisadas. E, assim, como se dá o processo de construção de consenso e de agendas em comum. Isso está conectado, em alguma medida, com a discussão de governança dentro das organizações sociais, por considerar que os atores coordenam as suas atividades para construir e manter organizações formais e informais.

CAPÍTULO 2 MÉTODO: PESQUISANDO A AÇÃO POLÍTICA COLETIVA TRANSNACIONAL

A tese conta a história de vida no tempo e no espaço de uma articulação de organizações da sociedade civil, para compreender como a ação política coletiva transnacional é construída por associações nacionais e redes regionais de OSCs visando atuar em processos de transformação social. Em especial, se volta para a dinâmica das interações das OSCs do Brasil e da Argentina que fazem parte da Mesa de Articulação de Associações Nacionais e Redes Regionais de ONGs da América Latina e do Caribe (MESA). A MESA foi criada em 2006 e segue até os dias atuais, embora tenha dado os seus primeiros passos em 1995.

A operacionalização foi buscada por meio da reflexão de conceitos, como o de sociedade civil organizada e de representação, e de tantos outros que aparecem ao se referir aos atores sociais. Nesta tese, a operacionalização oferecida tem o intuito de esboçar o tipo de combinação de conceitos, que fui buscar na literatura, e de que forma eles foram utilizados na parte empírica.

A fim de dar conta do objeto e do problema de pesquisa, o desenho construído foi orientado ao caso, mediante uma análise comparativa que contempla a trajetória dos atores com o auxílio da teoria fundamentada nos dados. A comparação entre os atores nacionais está relacionada à própria qualidade da interação entre as organizações nacionais, ou à capacidade organizacional da ação coletiva. E, principalmente, é utilizada para compreender como a ação política coletiva transnacional fortalece politicamente organizações nacionais e vice-versa. De outra maneira, a estruturação do contexto nacional com a articulação transnacional é o que contribui para a reprodução social do arranjo transnacional ao longo do tempo.

A teoria fundamentada nos dados consiste em um conjunto de procedimentos específicos para conduzir uma investigação qualitativa indutiva voltada para a construção de teoria. Nesta tese, esta teoria é utilizada para estruturar uma teoria exploratória das redes transnacionais, da dinâmica da interação entre organizações nacionais e redes transnacionais em relação à permanência, com ênfase na passagem do nacional para o transnacional, os fluxos de processos que delineiam como as redes foram articuladas e permanecem ativas. Esta tese possui um caráter exploratório. Não explica integralmente a reprodução social de articulações transnacionais de OSCs, mas permite esboçar uma teoria fundamentada, capaz de

levantar elementos para a construção de um esquema analítico a partir da empiria, visando analisar questões como esta.

2.1 Desenho de pesquisa

Mesmo quando as redes transnacionais são consideradas fortes, elas não são uma força irresistível. Contudo, ilustram a existência de importantes oportunidades para se atuar globalmente e por isso deveriam ser mais bem teorizadas e investigadas empiricamente, segundo Evans (2000). Para esse autor, o “agir globalmente” é fruto do efeito catalítico das redes transnacionais em lutas locais. Construir redes transnacionais propicia às organizações locais novos prospectos de sucesso, sendo a mobilização local um elemento essencial para a globalização contra-hegemônica.

O desenho da pesquisa foi construído com a conjugação de métodos qualitativos, no sentido de proporcionar o arcabouço necessário para a investigação da complexa ação política coletiva transnacional. A análise comparativa orientada ao caso, com o auxílio da teoria fundamentada dos dados, foi empreendida para capturar a trajetória dos atores sociais. A pesquisa comparativa com perspectiva longitudinal é orientada ao caso, é multinível e possui um componente de análise documental e outro de entrevistas em profundidade.

Aqueles que estudam poucos casos em profundidade, geralmente, estão preocupados com um grande número de dimensões em perspectiva histórica (DELLA PORTA, 2008). Para a autora, os desenhos orientados a poucos casos procuram demonstrar as interações com o contexto, as complexidades e as diferenças entre eles. Como aponta Collier (2004), a pesquisa social deve seguir *standards* compartilhados enquanto utiliza ferramentas diversas, embora a discussão nas Ciências Sociais esteja aberta sobre quais são esses *standards* e sobre quanto a presença de ferramentas diversas afeta os diferentes passos do desenho de pesquisa (DELLA PORTA, 2014).

O desenho orientado ao caso é uma estratégia que permite a investigação em profundidade de um pequeno número de fenômenos para explorar a configuração de cada caso e elucidar fatores de um fenômeno similar, desenvolvendo e avaliando explicações teóricas (RAGIN, 2000). Utiliza também a teoria para prover explicações de casos particulares, levando ao refinamento teórico (VENNESSON, 2008).

Os objetivos da investigação orientada a casos são muitas vezes historicamente interpretativos e causalmente analíticos, explica Ragin (1987). De acordo com o autor, o trabalho interpretativo tenta explicar os resultados históricos significativos ou os conjuntos de

resultados ou processos comparáveis, juntando evidências de uma maneira sensível à cronologia histórica e oferecendo generalizações históricas limitadas e sensíveis ao contexto. Assim, comparativistas que usam estratégias orientadas ao caso muitas vezes querem entender ou interpretar casos específicos pelo seu valor intrínseco.

Para Ragin (1987), o objetivo complementar dos estudos orientados ao caso é produzir generalizações limitadas sobre as causas de categorias teoricamente definidas de fenômenos empíricos comuns a um conjunto de casos. Os pesquisadores que se preocupam com casos combinam frequentemente análise causal, análise interpretativa e formação de conceitos no curso de seus estudos. Vários aspectos distintivos dos desenhos orientados a casos tornam isso possível. O autor apresenta quatro motivos.

Primeiro, eles são projetados para descobrir padrões de invariância e associação constante. A busca da invariância encoraja maior especificidade nos argumentos causais e muitas vezes leva ao desenvolvimento de distinções importantes entre subtipos de fenômenos sociais. (RAGIN, 1987, p. 52).

A segunda característica distintiva decorre da primeira: o método é relativamente insensível à distribuição de frequência dos tipos de casos. Um único caso pode lançar dúvidas sobre uma relação estabelecida com base em muitas observações. Assim, as noções de amostragem e distribuições de amostragem são menos relevantes para esta abordagem, dada a não preocupação com a distribuição relativa de casos com diferentes padrões de causas e efeitos. Mais importante do que a frequência relativa é a variedade de padrões significativos de causas e efeitos que existem (RAGIN, 1987).

Em terceiro lugar, os métodos orientados a casos obrigam os investigadores a considerar seus casos como entidades inteiras. Os pesquisadores examinam casos como conjuntos e não como coleções de variáveis (RAGIN, 1987). Os complexos causais que produzem resultados específicos encorajam os investigadores a ver os casos como conjuntos. Assim, as diferentes partes, ou condições, que constituem um caso são entendidas em relação umas às outras.

Para Ragin (1987, p. 52), em quarto lugar, os métodos orientados para o caso estimulam um rico diálogo entre a ideia e a evidência. “Porque esses métodos são flexíveis em sua abordagem à evidência, poucas suposições simplificadoras são feitas e elas não restringem o exame das evidências. Eles não forçam os investigadores a ver as condições causais como adversários na luta para explicar a variação”. Isto é, fornecem uma base para examinar como as condições se combinam de maneiras diferentes e em distintos contextos

para produzir resultados diferentes. De acordo com Tilly (1984), a busca por variação ajuda a dar sentido às estruturas e processos sociais que nunca recorrem na mesma forma, mas expressam princípios comuns de causalidade.

O uso do desenho de pesquisa diacrônico é especialmente comum quando se esperam relevantes mudanças nas dimensões entre o tempo t e o tempo $t + n$ (TILLY, 1984). Nesse sentido, o tempo é uma variável que possui relevância no desenvolvimento de processos, crises, fases de transição, tendências e sequências. Para Morlino (1994), a dimensão tempo refere-se à escolha dos casos em um momento dado e/ou dos casos em diferentes momentos sucessivos. De acordo com o autor, se a opção é por considerar diferentes casos num mesmo momento, a comparação é denominada “sincrônica”.

Se a preocupação é com a análise dos mesmos casos em momentos diferentes e sucessivos, com o objetivo de ver a influência de certos fenômenos, a comparação é “diacrônica” (MORLINO, 1994). Além disso, a comparação diacrônica também é realizada quando se estudam diferentes casos em momentos diferentes. Nesta tese, a variável tempo é expressa pelos “momentos que importam”, abordados a seguir, e se aproxima da comparação diacrônica expressada pelo autor.

O mapeamento dos processos (*process tracing*)², procedimento utilizado para identificar os processos relacionados a um conjunto de condições iniciais que levam a um resultado particular, é indispensável nos estudos orientados ao caso (GEORGE; SMOKE, 1974, 1979; GEORGE; MCKEOWN, 1985; VENNESSON, 2008).

O mapeamento dos processos, nesta tese, se aproxima de sua perspectiva interpretativa, na medida em que permite ao investigador se voltar para as maneiras pelas quais as relações entre os atores se manifestam no contexto em que ocorrem. O foco recai não somente no que ocorreu, mas no como ocorreu (VENNESSON, 2008). É possível utilizar este procedimento para examinar as razões que há por trás das ações dos atores, do seu comportamento e de suas crenças (JERVIS, 2006). Por conseguinte, o mapeamento dos processos em perspectiva interpretativa, nesta tese, está muito mais relacionado à descrição e análise de processos com mais impacto na trajetória dos atores do que a uma preocupação com o mapeamento de todos os processos envolvidos por este conjunto de OSCs. Assim, o

²Para Simon (1985), este procedimento é fundamental porque providencia uma maneira de apreender e avaliar empiricamente as preferências e percepções dos atores, seus propósitos, objetivos, valores e o seu comportamento diante de situações específicas. Assim, o mapeamento dos processos ajuda o investigador a descobrir direta e indiretamente o que os atores querem, sabem e levam em consideração no processo de tomada de decisões.

mapeamento dos processos nesta tese está ligado às múltiplas trajetórias dos atores e dos processos que foram cruciais em sua caminhada.

2.1.1 Atores nacionais dentro do contexto transnacional

A fim de compreender como a ação coletiva transnacional fortalece politicamente organizações nacionais e vice-versa, a investigação optou por focar nos atores nacionais do Brasil e da Argentina que participam da MESA, diretamente como associações nacionais, e indiretamente como OSCs dentro das cinco redes regionais. Para tanto, dá-se ênfase aos aspectos históricos distintivos da formação das classes sociais e suas expressões políticas que condicionam a atuação política coletiva transnacional.

Num primeiro momento, a comparação dos casos das OSCs do Brasil e da Argentina que compõem a MESA parece baseada em casos muito semelhantes. No entanto, a busca por variação enriqueceu bastante a análise feita nesta pesquisa. E foi essa variação dos casos apresentados que propiciou a análise comparativa. Isso se assemelha do que concebe Tilly (1984)³ por comparação, a fim de encontrar a variação. Para o autor, esse tipo de comparação pode ajudar a dar sentido às estruturas e processos sociais que nunca ocorrem da mesma forma, mas que expressam princípios comuns de causalidade.

Um dos objetivos deste trabalho é compreender os processos complexos da sociedade civil organizada em âmbito regional. A MESA possui muitos atores heterogêneos que abarcam temáticas abrangentes no seu escopo. A investigação prioriza os atores das OSCs no Brasil e na Argentina para delinear como a dinâmica da MESA é afetada pelas interações com a escala nacional.

O Brasil e a Argentina são atores protagonistas da integração sul-americana. Suas heterogêneas organizações da sociedade civil assumiram destaque nas lutas emancipatórias da região, principalmente sob os governos de Lula e Kirchner, fazendo com que diversos movimentos sociais se institucionalizassem e se transformassem em ONGs e OSCs de caráter mais formal. Os governos progressistas assumiram papel central nas questões que se referem

³Por sua vez, Tilly (1984) enumera nove passos para a generalização da comparação a fim de encontrar a variação: (1) especificar os argumentos; (2) observar unidades que correspondem às unidades do argumento; (3) certificar-se de que as unidades são comparáveis nos termos do argumento; (4) observar unidades que são consideradas independentes ou permitir a interdependência entre elas; (5) fazer com que as inferências estejam próximas dos termos do argumento; (6) agregar tudo no mesmo nível ou permitir níveis de agregação; (7) preocupar-se com o código de evidências e testar sua confiabilidade; (8) minimizar e atrasar a redução de detalhes das categorias abstratas, se possível, fazer com que a redução integre parte da análise; e (9) adaptar ou construir modelos correspondentes à lógica do argumento.

ao desenvolvimento de iniciativas de integração regional de caráter mais autônomo e se voltaram para as tentativas que priorizavam não somente o viés econômico da integração.

Os desafios enfrentados pelas OSCs brasileiras são similares aos de OSCs de outros países da América Latina e do mundo. Em meio ao turbilhão político, econômico, social e ambiental do período atual, as OSCs brasileiras tiveram uma enorme precarização de suas condições de trabalho, sendo que em algumas áreas a violação de direitos básicos continua alta. Outro fator é o acirramento da criminalização das OSCs, sobretudo por conta da fragilidade regulatória, que abre margem para o enfraquecimento da ação social e política dessas organizações.

Os quadros a seguir trazem as OSCs brasileiras e as OSCs argentinas que compõem a MESA.

Quadro 5 – OSCs do Brasil que compõem a MESA

Associação Nacional	OSCs nacionais dentro das redes regionais
Associação Brasileira de ONGs (ABONG)	<p>ALOP (Cone Sul e Brasil) Centro de Assessoria Multiprofissional (CAMP) Federação de Órgãos para Assistência Social Educacional (FASE) Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC) Instituto Pólis</p>
	<p>AFM Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA) Coletivo Leila Diniz Rede de Desenvolvimento Humano (REDEH) SOS Corpo</p>
	<p>CEAAL 29 organizações</p>
	<p>LATINDADD Auditoria Cidadã da Dívida Instituto de Justiça Fiscal</p>
	<p>PIDHDD Plataforma DHESCA Brasil</p>

Elaboração da autora. Fonte: Dados da MESA, 2016

Quadro 6 – OSCs da Argentina que compõem a MESA

Associação Nacional	OSCs nacionais dentro das redes regionais
Red Encuentro De Entidades no Gubernamentales para el Desarrollo (Red Encuentro)	<p style="text-align: center;">ALOP (Cone Sul e Brasil) Fundación para el Desarrollo en Justicia y Paz(FUNDAPAZ) Instituto de Desarrollo Social y Promoción Humana (INDES) Servicio Habitacional y de Acción Social (SEHAS)</p>
	<p style="text-align: center;">AFM Centro de Intercambio y Servicios Cono Sur Argentina para la Investigación y Promoción del Hábitat (CISCSA)</p>
	<p style="text-align: center;">CEAAL 12 organizações</p>
	<p style="text-align: center;">LATINDADD Fundación SES</p>
	<p style="text-align: center;">PIDHDD Capítulo Argentino</p>

Elaboração da autora. Fonte: Dados da MESA, 2016

2.1.2 Momentos que importam

Momentos cruciais condicionaram e tiveram grande impacto na atuação da MESA e, conseqüentemente, das OSCs brasileiras e argentinas que participam dela. Isso porque proporcionaram mudança nas dinâmicas internas, no contexto internacional, e na própria maneira de mobilização ao longo de sua existência. Sendo assim, esta tese expõe três momentos que englobam uma série de eventos cujos papéis foram importantes na história de vida da MESA e das organizações que a compõem. Vale assinalar que todos os momentos estão conectados em alguma medida à não concretização da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), uma vez que o “Não” à ALCA representa um grande marco da ação coletiva regional. Esses momentos serão brevemente descritos a seguir e aparecerão por todo o trabalho como eixos transversais ao objeto de investigação, já que nos ajudam a delimitar temporalmente a história da MESA e de suas OSCs participantes.

O **momento Pré-ALCA** tem a ver com o fim da ditadura e a democratização dos países latino-americanos, que foi palco para o surgimento de grande parte das OSCs pesquisadas. Refere-se também a importantes antecedentes na história de luta dessas OSCs, como campanhas internacionais com grande impacto nas suas agendas e conseqüentemente fazendo parte do contexto de sua criação e evolução. Um exemplo é o Jubileu Sul. Este, seguindo a influência dos movimentos de resistência à dívida que cresceram durante a década de 80, foi constituído no ano de 1999, no bojo das campanhas do Jubileu 2000.

As **Campanhas contra a ALCA** ocorreram no **Brasil (2002-2006)** e na **Argentina (2004-2006)**, assim como em vários países por todo o continente. A história da América Latina é marcada pela grande influência dos Estados Unidos, que intervêm indireta ou diretamente em assuntos internos das nações do subcontinente. No entanto, o naufrágio da criação da ALCA ilustra a perda relativa de poder da potência estadunidense na região. Mesmo assim, ainda se podem ver os reflexos das propostas da ALCA nas mais diversas iniciativas de integração regional atuais.

Em 1994, os Estados Unidos, propõem a criação da ALCA a todos os países do hemisférico, com exceção de Cuba. O projeto da ALCA era, de certa maneira, uma ampliação do Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA), cujo processo de negociações duraria cerca de dez anos até sua implantação. Em 1996, veio a reação da sociedade civil na forma de rede transnacional e teve lugar na III Conferência Sindical organizada pela CUT, em paralelo à Reunião de Ministros de Comércio, em Belo Horizonte, no ano de 1997.

A estratégia foi liderada por quatro organizações: a Central Única dos Trabalhadores (CUT) do Brasil; a *American Federation of Labor-Congress of Industrial Organizations* (AFL-CIO) dos Estados Unidos; e duas centrais sindicais canadenses, a *Canadian Labour Congress* e a *Confederation de Syndicats Nationaux de Québec*. No Brasil, a Campanha Nacional contra a Alca (CNA) englobou as mais diversas OSCs e foi criada com o objetivo de impedir a assinatura do acordo. Isso demonstrou, em grande medida, como o movimento social contemporâneo resgata a esfera pública por meio das suas ações, já que o Plebiscito Popular sobre a ALCA obteve mais de 10 milhões de votos.

Em março de 2004, as campanhas nacionais contra a ALCA do Brasil e da Argentina se mobilizaram e traçaram um plano para as negociações. A iniciativa paraguaia de “Não à ALCA” aderiu a essas ações em seguida. Um comunicado conjunto das campanhas do Brasil e da Argentina, um dia antes da reunião de Buenos Aires, ocorrida em março de 2004, representa um marco na atuação dos movimentos sociais e OSCs da sub-região. Nesse comunicado, denunciava-se que o governo Bush havia redobrado suas pressões sobre os países do Cone Sul, para tentar impor a ALCA como um dos êxitos de sua corrida eleitoral, e cobrava-se dos governos brasileiro e argentino uma posição.

O **momento pós-ALCA** tem a ver, principalmente, com três eventos: as **crises econômicas**, a **instabilidade política** na região e a **agenda 2030**. As **últimas crises internacionais** provocaram mudanças nas relações de poder do sistema internacional e, por consequência, impactaram os processos de integração regional e as mudanças da forma de atuação conjunta dos atores sociais. Alguns aspectos que pautaram esses processos são a alta

presença de empresas transnacionais, um forte poder financeiro debilitado e uma crescente velocidade em relação às inovações tecnológicas. A crise estrutural do capitalismo (MARTINS, 2008, 2010) está ligada ao desenvolvimento da revolução científico-técnica e sua incidência sobre a estrutura produtiva capitalista, aos processos de acumulação de capital e às relações de trabalho assalariado (MARTINS, 2013).

A crise internacional atual está gerando tensões e ajustes econômicos e sociais profundos, dando lugar ao questionamento da concepção prevalecente nas últimas décadas, favorável às relações internacionais regidas pelos livres movimentos de mercadorias e financeiros. Neste contexto, a América Latina volta a evocar o regionalismo sustentado na ideia de cooperação como uma ferramenta de vital importância para lidar com os desafios históricos. Novas circunstâncias oferecem um novo olhar para a estratégia integracionista rumo à construção de mecanismos sólidos para encarar de forma coletiva e complementar os desafios de um período de mudanças e incerteza.

Existe um debate nesse sentido, com posições comuns, em relação à vulnerabilidade das economias regionais diante da crise internacional, tanto pela perspectiva dos preços e demandas dos produtos de exportação quanto da incerteza e instabilidade criada pelos movimentos de capitais (CEPAL, 2011). As crises econômicas tiveram grande impacto no sistema-mundo e, por conseguinte, na mobilização dos atores sociais que importam para esta pesquisa, seja pela perda de recursos, seja pela abertura de oportunidades, seja pela instabilidade política que exacerbam.

Em nossa região, as contradições econômicas e políticas geraram um cenário de luta com peculiaridades históricas, cujos resultados foram vitórias políticas e eleitorais de forças progressistas, democráticas e populares, o que criou uma tendência para a obtenção de conquistas nos planos democrático, dos direitos sociais e da afirmação das aspirações patrióticas dos povos, como também da integração com soberania. Atualmente, estão em construção mecanismos de integração regional que permitem assumir posições vantajosas em um cenário mundial de crise econômica e acentuados conflitos, abrindo a possibilidade de edificar novas alternativas para o desenvolvimento e de constituir um polo geopolítico que produz novas correlações de forças.

Pelo que mostram as mudanças de governo na Argentina, no Brasil, no Chile e na Venezuela, a política latino-americana está dando um giro à direita. O que sugeriria uma atração para as políticas econômicas da direita. No entanto, este complexo fenômeno é antes de tudo um rechaço relacionado ao crescimento anêmico e à má provisão de serviços públicos, especialmente os serviços sociais.

O esgotamento de um modelo progressista nos últimos anos na América Latina tem acirrado a **instabilidade política** e provocado ruptura de poder em todo o hemisfério. Para além da discussão sobre a falência da esquerda ou o giro à direita, esse momento vem pontuar a incerteza quanto à garantia dos direitos dos cidadãos e às conquistas advindas de lutas emancipatórias, uma vez que a mobilização social está intimamente ligada a esses acontecimentos.

A denominada “agenda pós-2015” ou “**agenda 2030**” de desenvolvimento converge de certa maneira com as agendas da MESA e de suas OSCs participantes, sendo algo bastante presente em seus documentos oficiais. A Agenda de Desenvolvimento Sustentável Pós-2015, agora denominada Agenda 2030, corresponde a conjunto de programas, ações e diretrizes que orientarão os trabalhos das Nações Unidas e de seus países-membros rumo ao desenvolvimento sustentável.

Concluídas em agosto de 2015, as negociações da Agenda 2030 culminaram em um documento ambicioso que propõe 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas correspondentes, fruto do consenso obtido pelos delegados dos Estados-membros da ONU. Os ODS são o cerne da Agenda 2030 e sua implementação ocorrerá no período 2016-2030.

2.2 Operacionalização

A **questão central** de pesquisa é expressada pela seguinte sentença: **quais são os elementos que contribuem para a sustentabilidade da ação política coletiva transnacional?**

Embora esta questão central se refira à sobrevivência da articulação em nível transnacional, a resposta a ela se dá com base na dinâmica de interações entre os níveis nacional e transnacional. Para efeito da pesquisa empírica, nesta tese, serão utilizadas as categorias analíticas⁴ apresentadas no quadro 7.

⁴ As categorias analíticas têm relação com conceitos descritivos e explicativos difundidos na literatura sobre sociedade civil, visto que a linha entre descrição e explicação é bastante tênue em se tratando de pesquisas qualitativas. Por exemplo, Tilly e Tarrow (2005) recorrem à distinção entre conceitos que assumem um significado mais descritivo na empiria e conceitos que explicam processos e fenômenos, mas que possuem relações uns com os outros.

Quadro 7 – Operacionalização das categorias analíticas

Categoria analítica	Significado empírico
Sociedade civil organizada	É a sociedade civil que se organiza em torno de processos, motivada principalmente por dois elementos: a impossibilidade de resolução dos problemas pela via do mercado ou do Estado; e a crescente desconfiança nos sistemas de representação política. No caso da MESA, a sociedade civil organizada é expressada por suas associações nacionais e redes regionais.
Associação Nacional	É o conjunto de duas ou mais organizações da sociedade civil que atuam com temas afins e estão estabelecidas no mesmo território nacional. A MESA possui dezessete associações nacionais. A associação nacional brasileira é a ABONG e a associação nacional argentina é a Red Encuentro.
Rede Regional	É o conjunto de duas ou mais organizações da sociedade civil, apresentando formatos diversos (ONGs, campanhas internacionais, redes, etc) que atuam com temas afins e estão estabelecidas em territórios nacionais iguais e/ou diferentes em uma mesma região. A MESA possui cinco redes regionais: ALOP, AFM, CEAAL, LATINDADD e PIDHDD
Ação política coletiva transnacional	É a ação empreendida por associações nacionais e redes regionais da MESA em processos políticos para além das fronteiras do Estado.
Representação por afinidade	Diferentes formatos de sociedade civil trabalhando internacionalmente, vinculados por valores compartilhados, discurso comum e troca de informações por meio da representação por afinidade. A MESA e suas redes regionais são responsáveis por promover a representação por afinidade das OSCs nacionais.
Recursos e oportunidades	Recursos e oportunidades são considerados formas de como o ambiente internacional impacta a articulação transnacional regional e, conseqüentemente, os atores nacionais. A MESA e suas redes regionais funcionam como mecanismos de recursos e oportunidades para as OSCs nacionais.

Frames	As redes transnacionais são fundamentais para a criação e recriação de significados sociais e, mais ainda, de <i>frames</i> , entendidos como formatos que influenciam as tomadas de decisão em nível local, nacional e global. Foi identificado um tipo de <i>frame</i> nos casos das OSCs do Brasil e da Argentina: <i>frames</i> baseados nas diferentes identidades coletivas.
Trajatória e aprendizado	A trajetória são os caminhos diversos adotados pelas OSCs durante o seu tempo de vida, com ênfase no porquê elas escolhem determinado caminho diferente ou similar do que percorreram no passado. O aprendizado tem a ver com a adoção de determinadas estratégias, lições que foram aprendidas durante as múltiplas trajetórias, a maneira de enxergar determinados problemas e propostas, e a própria agenda de mobilização das OSCs da MESA.
Sociabilização de experiências	Troca de informações e adoção de estratégias comuns de ação empreendida pelos atores durante o seu tempo de vida. A sociabilização de experiências no âmbito da MESA possibilitou a criação de um campo estratégico de ação.
Coordenação	O grau de coerência entre os problemas, objetivos, recursos, oportunidades e estratégias das OSCs nacionais e aquilo que está sendo levado pela articulação transnacional (nível de interação entre os atores) é entendido como coordenação.

Fonte: Elaboração da autora.

2.3 Coleta de dados

Uma vez que o campo a ser pesquisado seria o das OSCs brasileiras e argentinas que compõem a MESA, comecei a entrar em contato com os possíveis informantes-chave que se encontravam em quatro cidades, sobretudo Brasília, São Paulo, Buenos Aires e Córdoba.

A parte empírica se dividiu em: monitoramento da atuação (por intermédio dos sítios das organizações); entrevistas individuais semiestruturadas; entrevistas em grupo; análise de conteúdo e análise documental. As entrevistas individuais e em grupo foram gravadas em aparelho de áudio e realizadas entre dezembro de 2015 e janeiro de 2017. Ao todo, trinta entrevistados compuseram o universo pesquisado. Foram em média quarenta e duas horas de

gravação das entrevistas individuais e quatro horas de gravação das entrevistas em grupo, totalizando mais de quarenta e seis horas.

Com base nesse material e na adoção das estratégias metodológicas apontadas neste capítulo, foi possível construir uma interpretação sobre a atuação das organizações nacionais e suas interações com o arranjo transnacional. E como se tratava de OSCs com formatos diversos, esse universo foi bastante heterogêneo, o que enriqueceu bastante o debate, provocado propositadamente por um “jogo relacional” entre pesquisadora e pesquisados, conforme definido na metodologia reflexiva.

A **pesquisa de campo** exigiu muita determinação. Os desafios foram muitos, desde enfrentar a falta de recursos disponíveis, até a indisponibilidade dos entrevistados. Estive três vezes na cidade de Buenos Aires e uma vez na cidade de São Paulo. As entrevistas com as organizações que estão em Córdoba foram feitas por webconferência. Aliás, muitas entrevistas foram conduzidas por meio dessa modalidade, até mesmo pela natureza da atuação transnacional dessas organizações, em que as pessoas que compõem o seu quadro profissional estão vivendo ou em viagem fora de seu país de origem com bastante frequência.

Muitas das entrevistas feitas no Brasil também foram conduzidas por essa modalidade, já que alguns entrevistados se encontravam em cidades como Rio de Janeiro, Curitiba etc. Conseguir acessar esses informantes virtualmente foi uma tarefa árdua, já que o grau de “marca e desmarca” se torna altíssimo, diante da “informalidade” de que se reveste a entrevista.

Com vistas a “decompor a unidade empírica dos fenômenos para compreender os seus efeitos e questionar-se, eventualmente, se e quanto os movimentos contribuem para a mudança social” (MELUCCI, 2001, p. 8), busquei promover a junção das impressões pessoais com o ponto de vista dos entrevistados.

Della Porta (2014) analisa entrevistas em profundidade, caracterizando-as como ferramenta fundamental para a geração de conhecimento empírico. Segundo a autora, a relativa escassez de coletas sistemáticas de documentos ou bases de dados confiáveis em estudos de movimentos sociais dá às entrevistas em profundidade ainda mais importância. A autora se volta para as principais abordagens que fizeram uso de entrevistas qualitativas. Observa que estas têm sido especialmente preferidas, tendo em vista que o objetivo do pesquisador é fazer uma descrição detalhada, dirigindo sua atenção para os processos.

De acordo com Boni e Quaresma (2005, p. 75), “as entrevistas semiestruturadas combinam perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto”. Essa forma de entrevista é muito utilizada quando se pretende

delimitar o volume das informações. Assim, obtém-se um direcionamento maior para o tema, no sentido de intervir, a fim de que os objetivos sejam alcançados.

Além de favorecerem a interação entre o entrevistador e o entrevistado, gerando respostas mais espontâneas, as entrevistas semiestruturadas possuem algumas vantagens, como produzir uma melhor amostra da população de interesse e a elasticidade que geram quanto à duração, permitindo uma cobertura mais profunda sobre determinados assuntos, como ressaltam Boni e Quaresma (2005). Isto é, “quanto menos estruturada a entrevista maior será o favorecimento de uma troca mais afetiva entre as duas partes. Desse modo, estes tipos de entrevista colaboram muito na investigação dos aspectos afetivos e valorativos dos informantes” (BONI; QUARESMA, 2005, p.76).

O roteiro das **entrevistas semiestruturadas em profundidade**, no apêndice desta tese, foi sendo alterado de acordo com cada entrevistado, seja na ordem das questões, seja na supressão ou inclusão de novas demandas. No entanto, a estrutura principal foi sempre mantida, uma vez que os principais indicadores, para ajudar a responder as minhas indagações iniciais, eram as comunicações dos entrevistados.

2.4 Análise dos dados

A abordagem qualitativa é central nesta pesquisa. Procurei compreender a história de vida desse grupo de OSCs por meio dos relatos dos entrevistados. A análise qualitativa do texto esteve sempre presente, já que as próprias entrevistas envolvem discursos oficiais, assim como os documentos das organizações. Fiz uso de técnicas complementares ao método qualitativo, como os preceitos da teoria fundamentada nos dados, da análise de conteúdo e da análise documental.

A teoria fundamentada nos dados (*grounded theory*), como método de pesquisa qualitativo, é um conjunto de procedimentos sistemáticos de coleta e análise dos dados para validar, gerar e/ou elaborar teorias substantivas que tratam de processos ou fenômenos sociais. Assim, propicia que uma teoria substantiva emerja dos dados, sendo esta teoria derivada de dados sistematicamente coletados e analisados.

Segundo Strauss e Corbin (1998), o investigador pode usar apenas alguns de seus procedimentos para satisfazer seus objetivos de pesquisa. Para os autores, a *grounded theory* é baseada na ideia de codificação (*coding*), que é o processo de analisar os dados. Durante a codificação, são identificados códigos e categorias expressados por conceitos. Um código ou conceito dá nome a um fenômeno de interesse; abstrai um evento, objeto, ação, ou interação

que tem um significado para o pesquisador (STRAUSS; CORBIN, 1998). Categorias são conjuntos de conceitos reunidos em um grau de abstração maior. O processo de codificação pode ser dividido em três fases: codificação aberta, axial e seletiva (STRAUSS; CORBIN, 1998).

A codificação aberta envolve a quebra, a análise, a comparação, a conceituação e a categorização dos dados. Segundo Charmaz (2006), após a identificação de categorias conceituais pela codificação aberta, a codificação axial considera as relações entre as categorias que formam as proposições da teoria substantiva. A ênfase recai sobre as causas e efeitos, condições intervenientes e estratégias de ação, em proposições que devem ser testadas novamente nos dados.

Esta tese fez uso da codificação axial para identificar as relações das dimensões analíticas com as teorias utilizadas, assim como utilizou a matriz consequencial, também denominada condicional.

A matriz condicional foi introduzida como forma de prover representação visual das transações observadas no mundo empírico e suas interações. Um dos principais objetivos desta matriz é ajudar os investigadores a pensarem para além das estruturas microssociais e oferecer *links* para condições e consequências sociais mais abrangentes (STRAUSS; CORBIN, 1990, 1998). Esta matriz auxilia o processo de escolha teórica, assim como ajuda a localizar os contextos em que as condições ocorrem e os caminhos entre eles (CHARMAZ, 2006).

A análise de conteúdo das entrevistas foi feita após a categorização das respostas por critério de semelhança, o que proporcionou a construção de um sentido comum dos depoimentos. A intenção era gerar um debate a partir das próprias comunicações dos entrevistados e não somente produzir um discurso teórico da realidade fora do espaço dos depoimentos. A análise de conteúdo foi fundamental para produzir inferências que me levaram a rever questões teóricas e hipóteses iniciais.

A análise documental nesta pesquisa buscou auxiliar a observação e a análise de conteúdo das entrevistas, assim como a classificação das informações. Os documentos ajudaram a reavivar a minha memória como observadora e a checar e/ou complementar as comunicações dos entrevistados. Classifiquei os documentos oficiais dos atores em quatro categorias: a) atas de reunião; b) documentos oficiais (declarações, tratados, estatutos, regimentos etc.); c) documentos de apoio (relatórios, estudos, pareceres etc.); d) informações fornecidas à mídia e ao público (comunicados na imprensa, no sítio, nas páginas em redes sociais etc.).

Esta tese se concentrou na **análise *within-case***, em que o investigador examina múltiplas dimensões de cada caso para acessar as relações constitutivas entre os elementos importantes, e também na **análise *cross-case***, cuja ênfase recai sobre a variação dos casos apresentados.

A análise *within-case* em estudos de caso é a exploração em profundidade do próprio caso. Envolve uma familiaridade com o fenômeno para definir como os processos e padrões vão sendo revelados ao longo da coleta de dados. Além disso, proposições derivadas da revisão de literatura e a própria experiência do investigador adquirida pela observação do caso estudado podem refutar ou expandir determinada teoria.

Segundo Miles e Huberman (1994), essa ferramenta propicia conclusões preliminares sobre o que está ocorrendo no caso e como, sugerindo a coleta de dados adicionais. Em seguida, com os *displays* completos se tem uma melhor descrição do fenômeno investigado e o material necessário para explicações de como e por que os processos ocorrem.

Nesta tese, o *within-case* foi utilizado para ressaltar as particularidades de cada caso no contexto nacional e suas interações no contexto regional, oferecendo o aparato necessário para a fase seguinte de comparação, com o *cross-case*. A partir da construção dos *displays* do caso argentino e do caso brasileiro, consegui levantar os aspectos para compreender como os processos se deram e em que momento apresentavam características similares e/ou diferentes.

A análise *cross-case* é um método que facilita a comparação das semelhanças e das diferenças nos eventos, atividades e processos que estão presentes nas unidades de análise dos estudos de casos. É um mecanismo usado para mobilizar conhecimento entre as diversas áreas e comunidades. Utilizar essa ferramenta estende a expertise do investigador para além do caso único, provoca o olhar do pesquisador para novas questões, revelando novas dimensões, constructos e utopias (STRETTON, 1969).

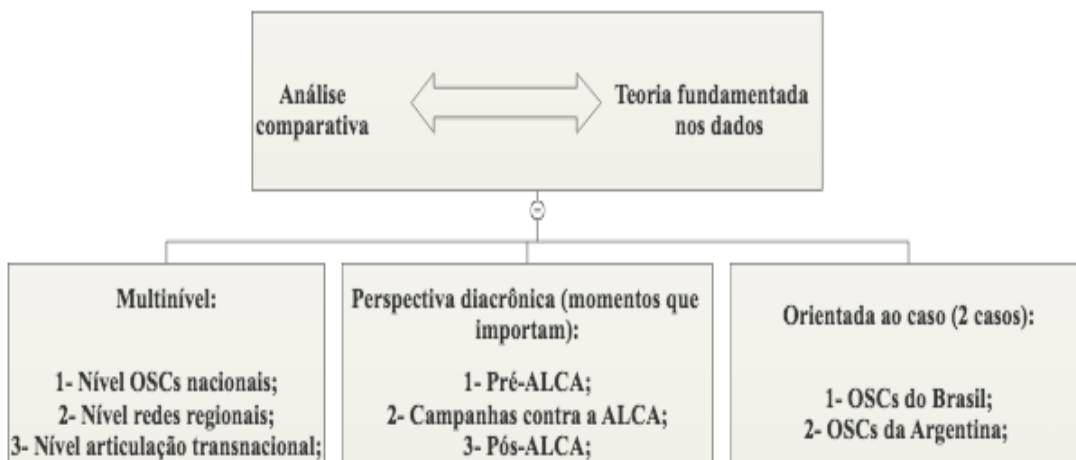
A essência deste método está em possibilitar ao investigador delinear uma combinação de fatores que contribuem para os resultados do caso, explicar por que o caso é diferente ou igual a outros, juntar achados e articular conceitos, hipóteses e teorias descobertas ou construídas com base no caso original.

A análise *cross-case* dá a oportunidade de conhecer melhor o caso original a partir de seu refinamento e desenvolvimento de conceitos (RAGIN, 1997). Além disso, constrói e/ou testa teorias. Mais ainda, a comparação de um ou mais grupos proporciona oportunidades de aprendizado de diferentes casos, assim como reúne evidências críticas no intuito de modificar as políticas públicas.

Para Miles e Huberman (1994), a validade da ferramenta *cross-case* está em compreender e explicar em profundidade determinados fenômenos de interesse em comparação. Nesse sentido, o estudo de casos múltiplos propicia não só compreender as específicas condições de como os processos ocorrem, mas também nos ajudam a traçar categorias gerais sobre como essas condições específicas estão relacionadas umas às outras.

Nesta tese, o *cross-case* foi crucial para encontrar a variação entre o caso argentino e o caso brasileiro. Isto é, a variação somente foi percebida pelo cruzamento dos casos após o levantamento de suas particularidades na etapa anterior do *within-case*. O *cross-case* proporcionou também o refinamento teórico a partir das categorias analíticas utilizadas nesta pesquisa e apresentadas na seção “operacionalização”, ao propiciar a perspectiva comparada nos casos descritos. A seguir, no quadro 8, é apresentado o esquema analítico da pesquisa.

Quadro 8- Esquema analítico da pesquisa



Fonte: Elaboração da autora.

CAPÍTULO 3 A EXPERIÊNCIA DA MESA DE ARTICULAÇÃO DE ASSOCIAÇÕES NACIONAIS E REDES REGIONAIS DE ONGS DA AMÉRICA LATINA E CARIBE

Este capítulo traz as informações gerais sobre as OSCs do Brasil e da Argentina que fazem parte da articulação transnacional. O ponto de partida é a própria MESA, passando por suas cinco redes regionais até chegar nos atores nacionais escolhidos dentro do conjunto latino-americano.

O propósito desta seção é entender a gênese e a dinâmica da experiência da MESA nos distintos momentos de sua trajetória desde a sua criação em 2006 até os dias atuais, levando em consideração os seus primeiros passos dados em 1995. Um dos riscos do atual momento de transição é que se percam recursos humanos e institucionais alcançados há décadas no rol das OSCs.

Para Cárceres (2014), uma das formas de evitar que isto aconteça é promover articulações muito mais eficazes que as atuais tanto entre as OSCs existentes de promoção ao desenvolvimento quanto promover as relações entre elas e as sociedade civis nacionais. De acordo com ele, a amplitude e a sustentabilidade destas articulações dependerão de como se encara a renovação da visão de sociedade civil, o sentido da sua missão e os conteúdos programáticos dos programas e intervenções.

O capítulo em tela mostra como as OSCs da MESA se organizam para combinar estratégias e mecanismos que aumentem o seu grau de influência em fóruns regionais, adquirindo maior visibilidade para os temas defendidos a partir da pressão contínua nos governos e no setor privado para a promoção da responsabilidade social. Está dividido em três partes, quais sejam: **(1) MESA; (2) redes regionais; e (3) atores nacionais: os casos das OSCs do Brasil e da Argentina.**

3.1 A Mesa de Articulação de Associações Nacionais e Redes Regionais de ONGs da América Latina e Caribe (MESA)

Dilemas, desafios e dificuldades nos processos de convergência das OSCs e de movimentos sociais caracterizam o atual contexto de transformação acelerada do mundo. Na América Latina, eles decorrem, notadamente, de posicionamentos diferentes e, muitas vezes, opostos entre si, de parte das organizações frente à atuação dos governos.

A MESA é uma coalizão de associações nacionais e redes regionais de OSCs da América Latina e do Caribe. A iniciativa surgiu com o impulso da Associação Brasileira de ONGs (ABONG), em 1995, numa primeira reunião ocorrida em São Paulo. Cinco anos mais tarde, por iniciativa da *Asociación Latinoamericana de Organizaciones de Promoción al Desarrollo* (ALOP), se efetivou uma reunião similar em Cartagena, na Colômbia. Logo, periodicamente se sucederam novos encontros, tornando-se mais frequentes, até chegar ao ano de 2006, quando as reuniões tiveram lugar em três oportunidades: o Foro Social de Caracas, o Foro Latino-Americano e Caribenho, organizado pela ALOP, e a Cúpula Ibero-americana de Montevideú.

Em 28 de janeiro de 2005, a MESA organizou o Seminário Internacional “Democracia na América Latina: limites e possibilidades para a mudança”. O evento tentou aprofundar o debate ocorrido em um encontro da MESA no Fórum Social das Américas (Quito, junho de 2004), em que um diagnóstico efetuado pelas OSCs participantes constatou que as mudanças na América Latina, no rumo da democracia, produziram limitadas transformações sociais, no sentido de efetivar melhorias substantivas nas condições de vida de seus povos (ABONG, 2005).

Este debate, conduzido no V Fórum Social Mundial (FSM), foi dividido em dois painéis. No primeiro, voltou-se para os dilemas e desafios democráticos fundamentais na região da América Latina. Duas questões centrais foram discutidas: Qual é a viabilidade de uma institucionalidade democrática que evolui em um ambiente hegemônico, desfavorável à atenção às demandas da maioria da população? Como romper o círculo de ferro das políticas neoliberais? No segundo painel, foi feita uma análise da conjuntura da região latino-americana e também da atuação das redes temáticas a partir do questionamento de como um processo de integração regional pode contribuir para superar as restrições e limitações da democracia (ABONG, 2005).

No ano de 2005, no contexto do Fórum Social Mundial de Porto Alegre, a MESA caminhava rumo ao seu desenvolvimento institucional ao estabelecer um Comitê Coordenador constituído por ALOP, ABONG e ACCIÓN,⁵ onde a última ocupa o papel de Secretaria Operacional. Foi a primeira atividade auto-organizada da MESA, em que os principais temas de discussão se relacionavam com o surgimento da onda de governos progressistas na região, a força adquirida pelos movimentos sociais e os níveis de desigualdade do continente.

⁵A ACCIÓN foi criada em 1993 no Chile. Reúne 55 organizações e suas OSCs acumulam mais de 25 anos de história.

Na declaração de Caracas de 2006, no mesmo ano de surgimento da MESA, marco do início de sua trajetória, um conjunto de redes regionais e associações nacionais considerou a integração regional como “urgente, possível e necessária”. Esta declaração é resultado do encontro de OSCs no VI Fórum Social Mundial para examinar as condições possíveis de avanço rumo a uma integração que respeite a dignidade e os direitos dos povos, baseada no reconhecimento dos indivíduos, mediante suas representações coletivas como sujeitos de poder das decisões sobre as políticas nacionais e regionais. Os signatários compreendem 18 redes regionais e 112 OSCs da América Latina. Dentre as 18 redes regionais, 4 delas compõem o quadro da MESA na atualidade, excluindo-se apenas a *Red Latinoamericana de Deuda, Desarrollo y Derechos* (LATINDADD).

Atualmente, a MESA é composta por 17 associações nacionais e 5 redes regionais, que procuram formular uma agenda de desafios comuns, promovendo uma maior presença e diálogo com outros atores políticos, governamentais, sociais e acadêmicos. O quadro 9 sintetiza quem são as OSCs participantes da MESA.

Quadro 9 – OSCs que compõem a MESA

Associações Nacionais	Redes Regionais
1- <i>Alianza Democrática de Organizaciones Civiles</i> (ADOC), México 2- <i>Alianza ONG</i> , República Dominicana 3- Associação Brasileira de ONGs (ABONG), Brasil 4- <i>Asociación Chilena de ONGs</i> (ACCIÓN), Chile 5- <i>Asociación de ONGs</i> (ASONOG), Honduras 6- <i>Asociación Nacional de Centros de Investigación, Promoción Social y Desarrollo</i> (ANC), Peru 7- <i>Asociación Paraguaya de ONG</i> (POJOAJU), Paraguai 8- <i>Asociación Nacional de ONGs Orientadas al Desarrollo</i> (ANONG), Uruguai 9- <i>Confederación Colombiana de ONG</i> (CCONG) 10- <i>Convergencia de Organismos Civiles por la Democracia</i> , México 11- <i>Coordinadora de ONG y Cooperativas</i> (CONGCOOP), Guatemala 12- <i>Federación de ONGs de Nicaragua</i> 13- <i>Grupo Propuesta Ciudadana</i> , Peru 14- <i>Movimiento de ONGD para el Desarrollo Solidario de El Salvador</i> (MODES) 15- <i>Red Encuentro de Entidades No Gubernamentales para el Desarrollo</i> , Argentina 16- SINERGIA, Venezuela 17- <i>Unión Nacional de Instituciones para el Trabajo de Acción Social</i> (UNITAS), Bolívia	1- <i>Articulación Feminista MARCOSUR</i> (AFM) 2- <i>Asociación Latinoamericana de Organizaciones de Promoción al Desarrollo</i> (ALOP) 3- <i>Consejo de Educación Popular de América Latina y el Caribe</i> (CEAAL) 4- <i>Plataforma Interamericana de Derechos Humanos, Democracia y Desarrollo</i> (PIDHDD) 5- <i>Red Latinoamericana de Deuda, Desarrollo y Derechos</i> (LATINDADD)

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados da MESA.

As 17 associações nacionais que compõem a MESA estão em 15 países latino-americanos, como demonstra o quadro 9. São eles: Argentina, Brasil, Chile, Paraguai, Uruguai, Colômbia, Peru, México, Guatemala, El Salvador, República Dominicana, Nicarágua, Honduras, Bolívia e Venezuela.

A MESA possui alianças globais, como é o caso do Foro Internacional de Plataformas de ONGs (FIP), a campanha mundial pós-2015 (*Beyond 2015*) e a Confederação Europeia de ONGs (CONCORD). As redes regionais que compõem a MESA, por sua vez, possuem alianças com organizações como a própria CONCORD, a EURODAD, a AFRODAD e a Aliança Social Continental (ASC).

No âmbito internacional, as OSCs fortaleceram suas articulações nesta década. O Fórum Internacional de Plataformas Nacionais de ONGs (FIP) teve sua assembleia de fundação em 2011, no FSM de Dacar, e uma segunda assembleia geral em 2015, durante o FSM 2015, em Túnis. Um total de 62 plataformas nacionais compõem esta rede atualmente. Em 2012, eram 53. O FIP busca reforçar seu papel de ator global no mundo em desenvolvimento. A MESA tem tido papel de liderança das associações nacionais de organizações em processos de consulta sobre temas como: a efetividade das organizações sociais e as propostas para o desenvolvimento Pós-2015 (ABONG, 2013; 2016).

A MESA conta com uma carta de 10 princípios, quais sejam:

- 1- Apoio à formulação de alternativas de desenvolvimento humano e sustentável;
- 2- Exigência do cumprimento por todos os países de compromissos internacionais em matéria de cooperação ao desenvolvimento, assumidos pelos países desenvolvidos;
- 3- Exigência da urgente reforma do sistema internacional, principalmente da democratização da institucionalidade global das instituições financeiras internacionais;
- 4- Atuação local e global por uma nova forma de intercâmbio comercial baseada nos preceitos do comércio justo;
- 5- Promoção da “Carta de Caracas” que sustenta que é urgente, necessária e possível outra integração latino-americana;
- 6- Respeito aos princípios da soberania, independência e reciprocidade, e o comprometimento com promoção de uma sociedade civil global;
- 7- Atuação sistemática para a erradicação da pobreza e das desigualdades, assim como a defesa irrestrita dos direitos humanos;
- 8- Ampliação da cidadania promovendo a participação social nos assuntos públicos;

9- Democratização dos meios de comunicação;

10- Trabalho em função do bem comum e reafirmação do objetivo principal, que é dar maior profundidade, alcance, densidade e qualidade às democracias da região;

As OSCs participantes da MESA com a preocupação de promover o estreitamento dos laços entre a sociedade civil organizada e os diversos movimentos sociais que surgem para criar sinergias e aumentar o poder de pressão aos governos no que diz respeito a transformação de suas agendas estabelecem duas (2) problemáticas e três (3) demandas.

As problemáticas giram em torno de:

- 1- Falta de mecanismos de financiamento, enquanto aumenta o crescimento econômico dos países a cooperação para o desenvolvimento diminui;
- 2- Ausência de regras claras sobre o status jurídico das OSCs, sua relação com o Estado e outros atores;

As demandas são três:

- 1- Reconhecimento por parte do Estado, como atores políticos e sociais na busca pela democracia e por desenvolvimento;
- 2- Estabelecimento de mecanismos transparentes e confiáveis de financiamento público;
- 3- Marcos jurídicos favoráveis para o seu funcionamento;

A MESA empreendeu um projeto regional intitulado “Mesa de Articulação da América Latina e Caribe e seus aliados do Sul aumentam a sua capacidade de incidência e diálogo com o setor privado e os governos”, que tinha três (3) objetivos, quais sejam:

- 1- Potencializar capacidades e políticas de sustentabilidade das OSCs da MESA e incidir nas políticas públicas da América Latina e do Caribe;
- 2- Fortalecer a institucionalidade das organizações sociais e o diálogo com os governos, evitando e erradicando a sua criminalização;
- 3- Contribuir para fortalecer as redes da MESA mediante transferências de aprendizados e boas práticas e ampliá-las às outras regiões do Sul;

O projeto foi coordenado pela ACCIÓN e contou com o financiamento da União Europeia (UE) pelo período de dois anos. A sua implementação, realizada nos anos de 2013 e 2014, incluiu a criação de grupos de trabalho sub-regionais, a geração de espaços de debates e diálogos com os governos e o setor privado, elaboração de estratégias de incidência, atividades de difusão e transferência de boas práticas.

O projeto regional é fruto do debate realizado em Busan no ano 2011, onde a sociedade civil organizada participava pela primeira vez como um ator pleno nas negociações

sobre a eficácia da ajuda, junto aos governos. Cabe assinalar que a elaboração deste projeto foi uma construção emanada das OSCs que integram o Comitê Político e foi socializado com o restante dos membros da MESA.

A ação deste projeto se fundamentou em três (3) elementos centrais: aproveitar as oportunidades da região; enfrentar os contextos de criminalização e atualizar a discussão sobre o papel das ONGs. As atividades do projeto envolveram a conformação de grupos de trabalho e oficinas sub-regionais, elaboração de modelos e propostas de sustentabilidade das OSCs, incluindo a implementação de um observatório regional de monitoramento de recursos, elaboração de estudos regionais, dentre outras.

Os “tempos políticos” não foram os mesmos “tempos do projeto”; isto é, o projeto contemplou um tempo de execução demasiado breve em relação aos processos políticos institucionais (MESA, 2015). Um dos acertos do projeto foi estabelecer uma linha base sobre a situação atual das OSCs, a perda de sua sustentabilidade, questionamentos sobre a sua identidade, criminalização e inviabilização. A partir daí, foi plantada a necessidade de avançar na reconfiguração de seus papéis, mecanismos de financiamento e marcos regulatórios adequados.

O projeto nominalmente incorporava a participação das redes regionais, uma vez que a MESA é composta por associações nacionais e redes regionais. No entanto, na prática, as redes regionais participaram de modo tangencial. O próprio projeto não desenhou um trabalho que incluísse os seus aportes, e durante a implementação não se pode concretizar uma estratégia mais inclusiva (MESA, 2015). A participação das redes se limitou a uma participação presencial nas oficinas sub-regionais e regionais, com pouca capacidade de incidência nas linhas gerais de trabalho do projeto.

O projeto propôs construir agendas de incidência política e diálogo a nível nacional, sub-regional e regional. Durante o transcurso do projeto se advertiu que a sub-região como entidade política não tinha um interlocutor com seu correlato de incidência. Ademais, a configuração sub-regional contribuía mais para complexificar e tensionar o trabalho que poderia ser melhor capitalizado em nível nacional e regional.

“Abordar a sustentabilidade é abrir um debate sobre a institucionalidade da MESA” (MESA, 2015). Até agora, a MESA tem funcionado como uma plataforma horizontal, com uma estrutura onde nenhuma OSC encarna o mandato político central, o fazem por Assembleia.

Todos os aprendizados proporcionados pelo projeto regional, frutos dos debates nacionais, sub-regionais, regionais e parte das recomendações da avaliação intermediária,

foram discutidos na Assembleia realizada em 28 de junho de 2014, em Lima, no Peru. Nesse episódio, as OSCs da MESA concordaram em declarar seu irrestrito compromisso com os direitos humanos, a democracia e o desenvolvimento sustentável e suas sistemáticas iniciativas contra as desigualdades que assolam os países latino-americanos como resultado de um sistema econômico e financeiro que se fundamenta no incremento da riqueza para as minorias hegemônicas em detrimento da inclusão e do desenvolvimento da maioria dos nossos povos.

Essa reunião culminou com a Declaração de Lima, em que as OSCs ressaltaram que têm sido grandes contribuintes para o horizonte das transformações sociais e enaltecem a sua união em defesa do fortalecimento de valores comuns. Exigiram também dos respectivos governos um ambiente normativo, financeiro e político favorável a ações das organizações da sociedade civil e o seu reconhecimento como atores legítimos da construção democrática.

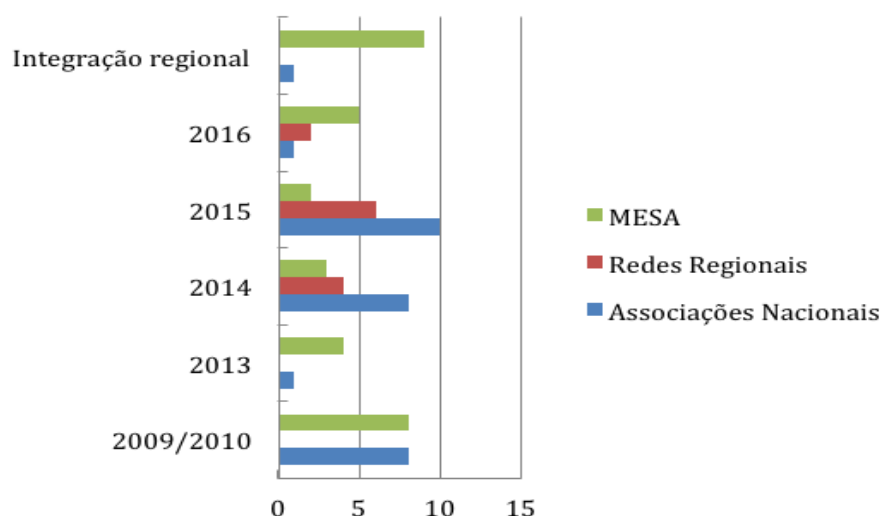
No sítio da MESA, foram encontradas ao todo setenta e três (73) declarações em conjunto das OSCs participantes de 2006 a 2016. A primeira declaração que marca o início de atuação da MESA é de 2006. Na ocasião, apenas uma declaração foi emitida. No ano de 2009, tiveram 15 declarações e em 2010 apenas uma. Nos anos de 2011 e 2012⁶, nenhuma declaração foi emitida. Em 2013, foram 5. No ano de 2014, 15. Em 2015, 19 declarações foram apresentadas. No ano de 2016, tiveram 9. São 10 declarações que envolvem temas da integração regional, que incluem uma em 2006, uma em 2013, duas em 2014 e duas em 2015.

A seguir, são apresentados gráficos com informações possíveis de se verificar nas declarações. Um resumo de todas as declarações encontra-se nos apêndices desta tese.

O gráfico 1 a seguir traz os impulsionadores das declarações, isto é, se a declaração partiu da MESA, de suas redes regionais ou de suas associações nacionais.

⁶ Existe a Declaração de Santiago no I Foro de Sociedade Civil CELAC-UE emitida nos dias 27 e 28 de setembro, mas publicada no site da MESA em 11 de março de 2015. Considerei essa declaração, que tem a ver com a integração regional no rol das que compõem o ano de 2015.

Gráfico 1 – Quem impulsionou as declarações?



Fonte: Elaboração da autora a partir de dados da MESA.

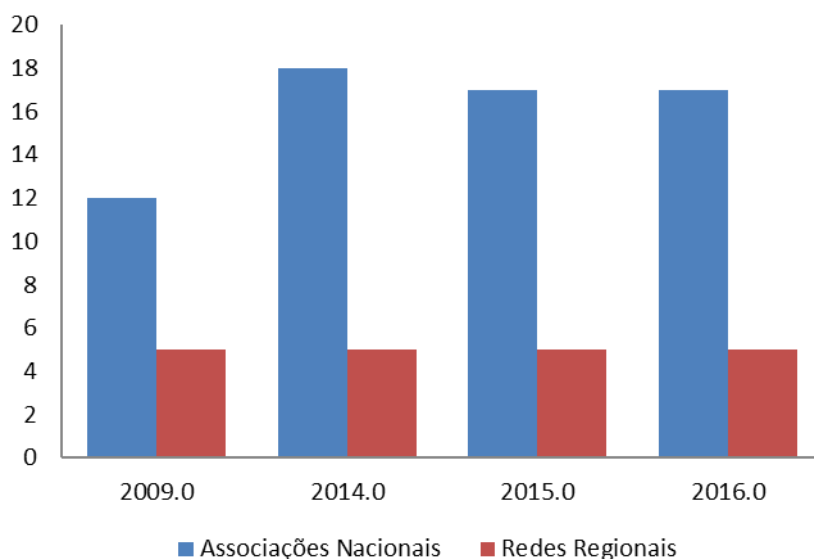
É interessante notar a mudança dos signatários destas declarações para entender brevemente o histórico de composição da MESA. Em 2009, eram 12 associações nacionais e 5 redes regionais. Algumas permanecem até hoje e outras não. Por exemplo, a *Coordinadora Regional de Investigaciones Económicas e Sociales* (CRIES) era uma das redes regionais da MESA naquele momento, e não faz mais parte do quadro na atualidade. Na declaração à CELAC, de janeiro de 2014, associações e redes signatárias somaram 11 organizações, sendo que o *Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales* (CLACSO) compunha o quadro da MESA e também não faz mais parte da articulação.

Na Declaração de Santiago no I Foro de Sociedade Civil CELAC-UE emitida nos dias de 27 e 28 de setembro de 2012, mas publicada no site da MESA em 11 de março de 2015, os assinantes somam 14 associações nacionais latino-americanas, 25 associações nacionais da CONCORD, 5 redes regionais latino-americanas e 20 redes regionais da CONCORD. Sendo ainda que todas essas OSCs se colocam como “membros da MESA”.

Nos últimos anos, a composição da MESA na América Latina varia entre 10 e 20 associações nacionais aproximadamente, e 5 redes regionais. Conforme demonstra o gráfico 2. Selecionei uma declaração em cada um desses anos, cujos assinantes se aproximavam mais com a composição atual da MESA.⁷

⁷Muitas das declarações foram produzidas em eventos específicos e contam com assinaturas de diversas OSCs que de fato não pertencem à MESA, apesar de serem aliados em algum momento.

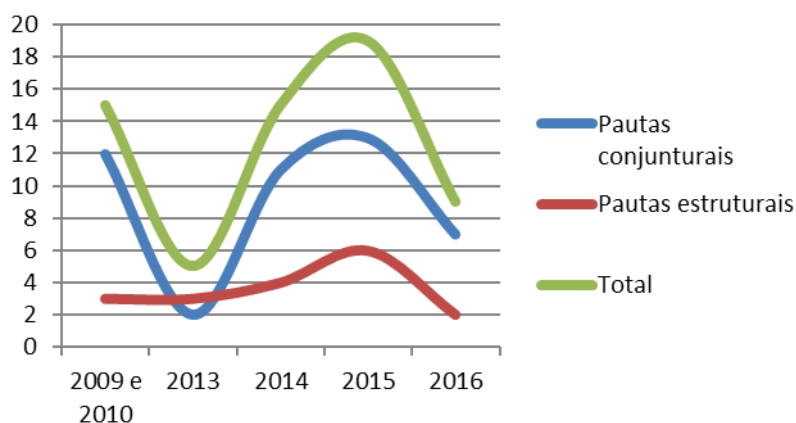
Gráfico 2- Composição da MESA



Fonte: Elaboração da autora a partir de dados da MESA.

Classifiquei o conteúdo das declarações em “pauta estrutural” e “pauta conjuntural” no gráfico 3. Pautas estruturais são aquelas que envolvem temas recorrentes que se referem a fenômenos maiores, por exemplo, quando a MESA se pronuncia sobre a luta para frear o neoliberalismo e concretizar alternativas para o desenvolvimento social, justo e respeitoso da natureza, na “Declaração da Assembleia de Movimentos Sociais no Fórum Social Mundial”, em 8 de abril de 2013. As pautas conjunturais são aquelas relacionadas aos momentos específicos, temas que emergem da conjuntura crítica. Por exemplo, quando a MESA repudia a violência policial nos protestos de junho de 2013 no Brasil.

Gráfico 3 – Pauta conjuntural *versus* pauta estrutural



Fonte: Elaboração da autora a partir de dados da MESA.

O número maior de pautas conjunturais reflete o comportamento reativo da MESA diante de eventos críticos provocados nas conjunturas dos países. Como pode-se analisar, entre os anos de 2014 e 2015, há um comportamento mais ativo da MESA, uma vez que nos anos de 2013 e 2014 foram realizados vários seminários e encontros regionais e sub-regionais, financiados pelo projeto com a UE, o que proporcionou de certa maneira, a partir da sociabilização de experiências, o maior volume de declarações em geral.

Entre 2015 e 2016, pode-se observar a queda no volume das declarações, explicada em parte pelo próprio momento de desmobilização das OSCs frente aos desafios políticos da região. Além da classificação das pautas em estruturais e conjunturais, a análise do conteúdo das declarações foi feita para ressaltar os elementos cognitivos, as diferentes visões de mundo e os valores comuns desse conjunto de OSCs.

Em que medida a sustentabilidade da ação política coletiva transnacional está condicionada ao caráter declarativo da MESA? A MESA é vista como um interlocutor regional para os organismos multilaterais, como será traçado no próximo capítulo. A experiência do projeto da UE é um indicativo disso. No entanto, a própria aliança com a UE traz alguns questionamentos: em que medida as declarações refletem interesses internacionais? As noções de desenvolvimento e direitos humanos são condicionadas por organismos como a ONU ou o Banco Mundial? Qual a implicação para a reprodução social da articulação transnacional quando as declarações conjuntas respondem mais para o conjuntural ou para o estrutural?

Em termos de sobrevivência de sua atuação, a articulação transnacional tem que ter uma certa flexibilidade, tem que ser capaz de se pronunciar sobre eventos específicos, conjunturais que envolvem aspectos mais disruptivos, e, ao mesmo tempo, não pode abandonar os temas recorrentes que estão diretamente ligados com o seu marco de atuação. Para compreender melhor as noções comuns, os valores e as interpretações de mundo das OSCs sobre os assuntos diversos das declarações, a figura 1 apresenta as palavras que aparecem com mais frequência no conjunto de declarações com pautas estruturais.

Figura 1 – Palavras frequentes nas pautas estruturais



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados da MESA, com o uso de *Nvivo 11 Plus*.

A Figura 2 traz as palavras mais utilizadas nas declarações que têm pautas conjunturais:

Figura 2 – Palavras frequentes nas pautas conjunturais



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados da MESA, com o uso de *Nvivo 11 Plus*.

É fundamental notar que embora as declarações tratem de pautas diferentes, as palavras mais utilizadas são praticamente as mesmas. Por exemplo: quando a MESA se pronuncia sobre o golpe no Brasil, considerada uma pauta conjuntural de 2016; e quando ela se pronuncia sobre o “Foro global da sociedade civil por uma Agenda de Desenvolvimento Pós-2015” em 2013, considerada uma pauta estrutural.

Palavras como “direitos humanos”, “desenvolvimento” e “social” aparecem como compondo o rol tanto das pautas estruturais quanto das conjunturais, expressando assim o conteúdo genérico das declarações, mesmo quando tratam de eventos específicos. Há uma leve diferença entre as pautas estruturais em que aparecem palavras como “instituições”, “internacionais” e “políticas”, e as conjunturais que trazem “governo”, “situação”, “violência” e “democracia” entre as palavras mais frequentes.

As dez declarações relacionadas ao tema da integração regional foram analisadas separadamente. A primeira é de 2006 que inicia o marco de atuação da MESA e declara a integração regional como “urgente, possível e necessária”. Existe uma em 2013, duas em 2014 e seis em 2015. A seguir, a figura 3 traz as palavras mais frequentes nessas declarações. Conforme demonstrado na figura, as palavras mais utilizadas são “desenvolvimento”, “direitos humanos”, “social”, “articulação”, entre outras. Isto é, as palavras “desenvolvimento” e “direitos humanos” estão presentes em quase todas as declarações, o que confirma o marco de atuação da MESA em duas linhas principais: temas de desenvolvimento e direitos humanos.

Figura 3- Palavras frequentes nas declarações sobre integração regional



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados da MESA, com o uso de *Nvivo 11 Plus*.

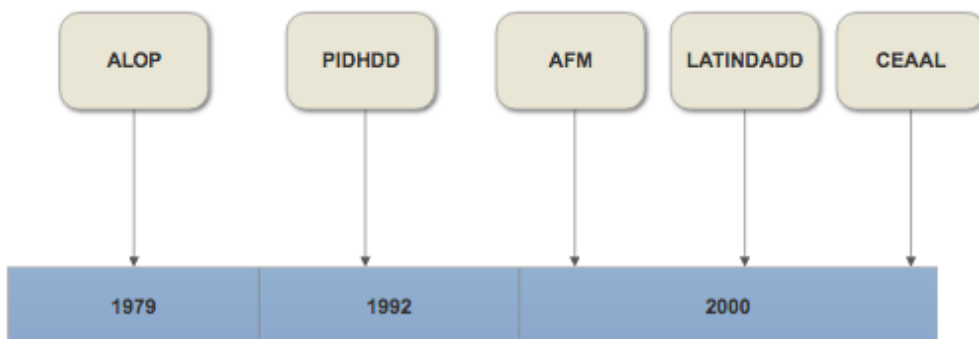
Assim, o que foi possível verificar pela análise de conteúdo das declarações é o marco de atuação consolidado da MESA em torno de temas comuns que une as OSCs da região, ainda que esses valores comuns como “desenvolvimento” e “direitos humanos” assumam caráter bastante genérico. A seguir, as cinco redes regionais que compõem a MESA são apresentadas.

3.2 As redes regionais

As redes regionais que compõem a MESA contam com a participação de movimentos sociais e campanhas internacionais. Exemplos disso são as OSCs e movimentos sociais que estão na LATINDADD e tiveram grande participação na campanha do Jubileu 2000, ou a PIDHDD em seus capítulos nacionais que se mostrou muito mais ativa entre OSCs que compõem a Aliança Social Continental (ASC).

Esta seção traz as informações gerais das cinco (5) redes regionais da MESA: a *Asociación Latinoamericana de Organizaciones de Promoción al Desarrollo* (ALOP); a *Plataforma Interamericana de Derechos Humanos, Democracia y Desarrollo* (PIDHDD); a *Red Latinoamericana de Deuda, Desarrollo y Derechos* (LATINDADD); a *Articulación Feminista Marcosur* (AFM); e o *Consejo de Educación Popular de América Latina y el Caribe* (CEAAL). A figura 4 a seguir traz os seus anos de criação:

Figura 4- Linha do tempo das redes regionais



Fonte: Elaboração da autora a partir de dados das redes regionais.

A **Asociación Latinoamericana de Organizaciones de Promoción al Desarrollo (ALOP)** é uma associação de ONGs de desenvolvimento proveniente de 20 países da América Latina e Caribe e constitui um dos esforços mais duradouros entre as ONGs da região. A ALOP foi criada em 1979 e está dividida em 3 regiões: Andina; América Central (México e Caribe); e, Cone Sul. A região andina compreende organizações que estão na Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela. A região América Central abarca as que estão no México e no Caribe (Costa Rica, Cuba, Guatemala, El Salvador, Honduras, México, Nicarágua e Panamá). Haiti e República Dominicana também fazem parte desta região, mas na atualidade a Associação não conta com organizações desses países. No Cone Sul estão as localizadas na Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai. O quadro 10 demonstra quem são as OSCs participantes da ALOP.

Quadro 10 – OSCs que compõem a ALOP

Região Andina	Região CAMEXCA	Região Cone Sul e Brasil
1- <i>Asociación Arariwa para la Promoción Técnica cultural Andina</i> , Peru 2- <i>Asociación Civil Acción Campesina</i> , Venezuela 3- <i>Centro de Derechos y Desarrollo (CEDAL)</i> , Peru 4- <i>Centro de Estudios y Promoción del Desarrollo (DESCO)</i> , Peru 5- <i>Centro de Investigación y Promoción del Campesinado (CIPCA)</i> , Bolívia 6- <i>Centro de Investigación y Educación Popular (CINEP)</i> , Colômbia 7- <i>Centro Peruano de Estudios Sociales (CEPES)</i> , Peru 8- <i>Corporación Región para el Desarrollo y la Democracia</i> , Colômbia 9- <i>Corporación Viva la Ciudadanía</i> , Colômbia 10- <i>Fondo Ecuatoriano Populorum Progressio (FEPP)</i> , Equador 11- <i>Fundación Taller de Iniciativas en Estudios Rurales (Fundación Tierra)</i> , Bolívia 12- <i>Fundación Foro Nacional por Colombia</i> , Colômbia	1- <i>Asociación para el Desarrollo de los Pueblos (ADP)</i> , Nicarágua 2- <i>Centro para la Acción Legal en Derechos Humanos (CALDH)</i> , Guatemala 3- <i>Centro Félix Varela (CFV)</i> , Cuba 4- <i>Centro Operacional de Vivienda y Poblamiento AC (COPEVI)</i> , México 5- <i>Deca-Equipo Pueblo AC</i> , México 6- <i>Servicios para la Educación Alternativa AC (EDUCA)</i> , México 7- <i>Fundación Nacional para el Desarrollo (FUNDE)</i> , El Salvador 8- <i>Fundación Salvadoreña para la Promoción y el Desarrollo Económico (FUNSALPRODESE)</i> , El Salvador	1- <i>Base, Educación, Comunicación, Tecnología Alternativa (BASE-ECTA)</i> , Paraguai 2- <i>Centro Cooperativista Uruguayo (CCU)</i> , Uruguai 3- <i>Centro de Assessoria Multiprofissional (CAMP)</i> , Brasil 4- <i>Centro Latinoamericano de Economía Humana (CLAEH)</i> , Uruguai 5- <i>Federação de Órgãos para a Assistência Social Educacional (FASE)</i> , Brasil 6- <i>Fundación para el Desarrollo en Justicia y Paz (FUNDAPAZ)</i> , Argentina 7- <i>Instituto de Desarrollo Social y Promoción Humana (INDES)</i> , Argentina 8- <i>Instituto de Estudios Socioeconômicos (INESC)</i> , Brasil 9- <i>Corporación Juventudes</i>

<p>13-Grupo Social Centro al Servicio de la Acción Popular (CESAP), Venezuela</p> <p>14- Productividad Biosfera Medio Ambiente (PROBIOMA), Bolivia</p>	<p>9-Fundación Promotora de Vivienda (FUPROVI), Costa Rica</p> <p>10-Programa de Promoción y Desarrollo Social (PRODESO), Panamá</p> <p>11-Proyecto de Desarrollo Santiago-La Salle (PRODESSA), Guatemala</p>	<p>para el Desarrollo y la Producción (JUNDEP), Chile</p> <p>10-Instituto Pólis, Brasil</p> <p>11-Servicio Habitacional y de Acción Social (SEHAS), Argentina</p> <p>12-SUR Centro de Estudios Sociales y Educación, Chile</p>
--	--	--

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados da ALOP.

Desde a sua fundação, a ALOP se define como “democrática e pluralista”, estabelecendo em sua missão o compromisso com a promoção e o apoio às iniciativas e ações dos setores sociais democráticos que lutam contra a pobreza e a exclusão, na busca pela construção de um desenvolvimento “humano, integral e sustentável”, definindo assim o caráter político de seu compromisso fundacional (ALOP, 2016).

Suas alianças compreendem: o Fórum Social Mundial; *Instituto de Estudios Políticos para América Latina e África* (IEPALA); *International Land Coalition*; *Voces Mesoamericanas*; *The Reality of Aid*; Foro sobre a Eficácia do Desenvolvimento das OSCs (*Open Forum for CSO Development Effectiveness*); e Grupo Chorlaví.

A **Plataforma Interamericana de Derechos Humanos, Democracia y Desarrollo (PIDHDD)** é composta por capítulos nacionais que compreendem pelo menos 5 organizações, e foi criada em 1992 na Colômbia. Dentre os seus principais objetivos estão: promover a construção de sociedades inclusivas, que buscam respeitar a diversidade, os direitos humanos e a integração regional baseada na democracia e na não discriminação na justiça social. Pautada na primazia dos direitos humanos através do compromisso e articulação com os seus capítulos nacionais para atuar conjuntamente com os setores, movimentos e organizações sociais.

Desde 1995, a então Plataforma Sul-Americana ampliou sua atuação para os países do continente incorporando outras ONGs e OSCs de base, primeiro na América do Sul, e, a partir dos anos 2000, na América Central e no Caribe, para se tornar, então, Interamericana.

Os seus grandes eventos estão relacionados ao combate ao tráfico de pessoas. As principais alianças são com organizações como a ALOP; Aliança Social Continental (ASC), *Consejo de Educación Popular de América Latina y El Caribe* (CEAAL) e *Campaña Latinoamericana por el Derecho a la Educación*.

A ***Red Latinoamericana de Deuda, Desarrollo y Derechos (LATINDADD)*** é composta por 17 organizações em 11 países: Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Equador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Peru e Uruguai. A Rede Estratégia Andina e da América Central sobre a Dívida e Luta contra a Pobreza foi seu antecedente.

Esta rede se espalhou por vários países do continente, através de instituições especializadas nas áreas de trabalho que tiveram um papel relevante na Campanha Internacional Jubileu 2000. Seus principais temas estão relacionados com a dívida; a justiça fiscal; a nova arquitetura financeira; e o financiamento privado. Suas principais alianças são: a *European Network on Debt and Development (EURODAD)*; a *Red de Justicia Tributaria de América Latina y el Caribe*; *Financial Transparency Coalition*; a *African Forum and Network on Debt and Development (AFRODAD)*; e a *Tax Justice Network*.

Esta rede regional busca “a construção de uma economia justa que esteja a serviço das pessoas, de modo que seja alternativa ao modelo econômico atual, que não é inclusivo nem participativo”; que se façam vigentes os direitos humanos e o cuidado com o meio ambiente; e, que “se avance na construção de novas bases e relações internacionais que proporcionem solução aos problemas que afrontam nossos países na região” (LATINDADD, 2016).

A ***Articulación Feminista Marcosur (AFM)*** foi formada no ano 2000 em um Seminário sobre Integração Regional e Gênero, organizado pelo Centro de Comunicação Virginia Woolf (*Cotidiano Mujer*). Todas as organizações que a compõem têm suas origens na preparação da IV Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher, realizada em Pequim, em 1995.

Na Argentina, a AFM é representada pela *Centro de Intercambio y Servicios Cono Sur Argentina para la investigación y promoción del hábitat (CISCSA)*. No Brasil, pela Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB); pelo Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA); pelo Coletivo Leila Diniz; pela Rede de Desenvolvimento Humano (REDEH); e pela SOS Corpo. Na Bolívia, pelo *Centro de Información y Desarrollo de la Mujer (CIDEM)*; e pela *Coordinadora de Mujeres de Bolivia*. Na Colômbia, pela *Red Nacional de Mujeres*. No Paraguai, pela *Coordinadora de Mujeres Paraguayas (CMP)*; e pelo *Centro de Documentación y Estudios (CDE)*. No Peru, pelo Flora Tristán e, no Uruguai, pelo *Cotidiano Mujer*.

O *Consejo de Educación Popular de América Latina y el Caribe (CEAAL)* é composto por organizações latino-americanas em 22 países e foi criado no ano de 2000. Seus principais temas e grandes eventos estão relacionados com a educação com o foco para a incidência em políticas educativas. Suas principais alianças envolvem redes globais e regionais como: o *International Council for Adult Education (ICAE)*, a *Campaña Mundial por la Educación* e o *Foro de Diplomacia Ciudadana*.

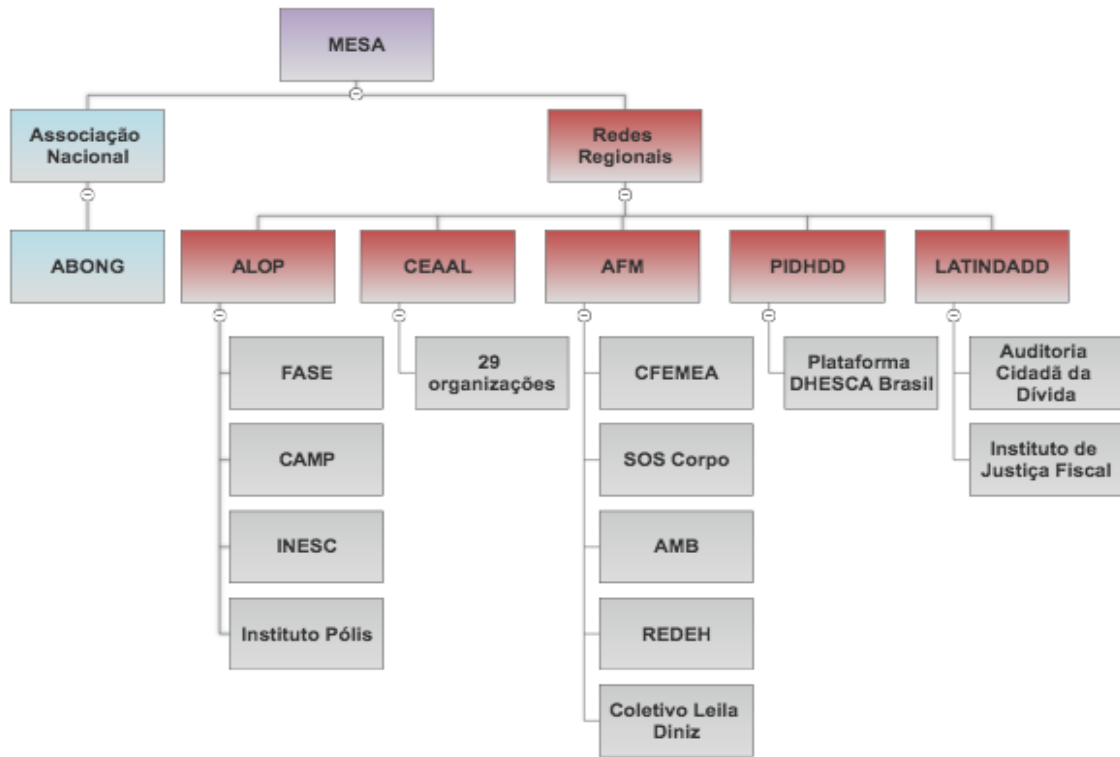
O CEAAL é um movimento de educação popular que, como rede, atua e acompanha processos de transformação educativa, social, política, cultural e econômica das sociedades latino-americanas e do Caribe, em cenários locais, nacionais e regionais. Se define como um “movimento de educação popular” para se articular com os movimentos sociais e organizações sociais dos diferentes contextos da América Latina em busca de um pensamento e prática educativa crítica (CEAAL, 2016).

3.3 Os atores nacionais: os casos das OSCs do Brasil e da Argentina

3.3.1 O caso brasileiro

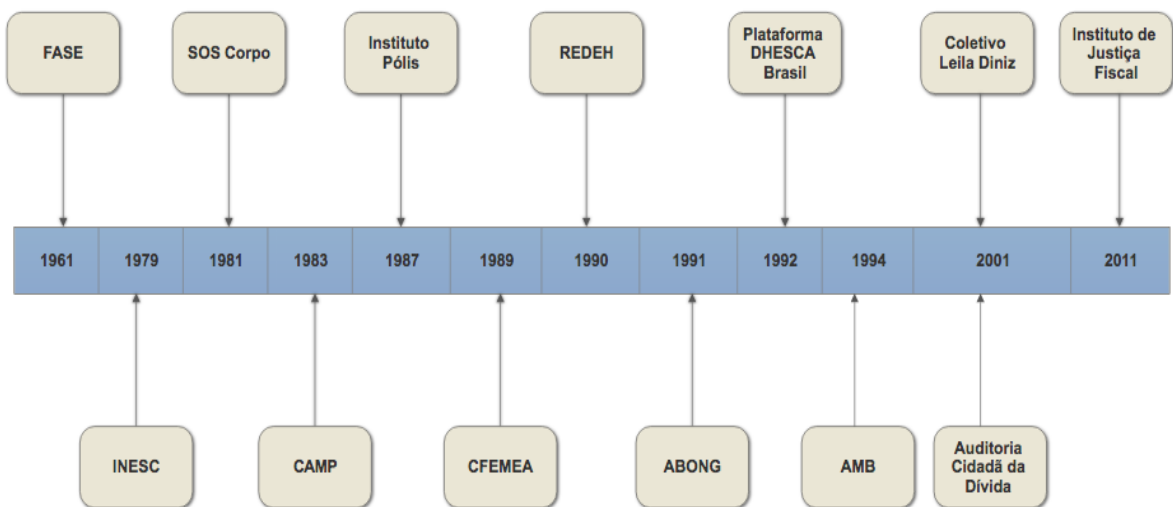
A figura 5 a seguir traz as OSCs do Brasil que participam da MESA como associação nacional e aquelas organizações que integram o rol das redes regionais. Cada uma delas será descrita de maneira resumida, uma vez que serão alvo de análise mais elaborada nos Capítulos 4 e 5. A figura 6 traz a linha do tempo das OSCs brasileiras que fazem parte da MESA, excluindo as 29 organizações que estão dentro do CEAAL que serão apresentadas mais adiante.

Figura 5 – OSCs do Brasil que compõem a MESA



Fonte: Elaboração da autora a partir de dados da MESA

Figura 6- Linha do tempo OSCs do Brasil



Fonte: Elaboração da autora a partir de dados das OSCs

A **Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG)** foi fundada em 10 de agosto de 1991. Se define como “uma associação civil sem fins lucrativos e econômicos, democrática e pluralista, com duração ilimitada”, com sede na cidade de São Paulo (ABONG, 2016). Seu estatuto social de 16 de março de 2016 define as ONGs como:

[...] entidades que, juridicamente constituídas sob a forma de fundação ou associação, todas sem fins lucrativos, notadamente autônomas e pluralistas, tenham compromisso com a construção de uma sociedade democrática, participativa e com o fortalecimento dos movimentos sociais de caráter democrático, condições estas, atestadas pelas suas trajetórias institucionais e pelos termos dos seus estatutos.

Traz ainda, a exclusão de algumas OSCs do rol que consideram ONGs. Isto é, “as entidades vinculadas a Igrejas, organizações sindicais, partidos políticos ou empresas, mesmo atendendo aos princípios gerais enunciados neste Estatuto, não serão aceitas como associadas da ABONG” (ABONG, 2016).

A ABONG está atualmente muito envolvida com a Agenda 2030, participando desde 2013 como líder nacional da campanha global da sociedade civil *Beyond 2015*, que pressiona para uma agenda de Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), sendo mais ambiciosa e legítima que os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM) e implementada com incidência nacional e internacional (ABONG, 2016). Além disso, a organização faz parte da coalizão *Action 2015*, que tem mais de 1.500 organizações membros que buscam incidir sobre os governos para que o pós-2015 realmente seja um período de mudanças e ação organizada.

O Fórum Internacional das Plataformas Nacionais de ONGs (FIP) reúne 55 plataformas nacionais de ONGs da África, América Latina, Ásia, Europa e Oceania e 7 coalizões regionais que, juntas, correspondem a mais de 21 mil organizações. A Secretaria do FIP se encontra nos escritórios de *Coordination SUD*, plataforma francesa de ONGs. Em 2011, “deu-se início a um processo de descentralização da Secretaria do FIP. O primeiro passo foi a transferência do trabalho de comunicação às Plataformas do Chile, ACCIÓN; e do Brasil, ABONG” (ABONG, 2016).

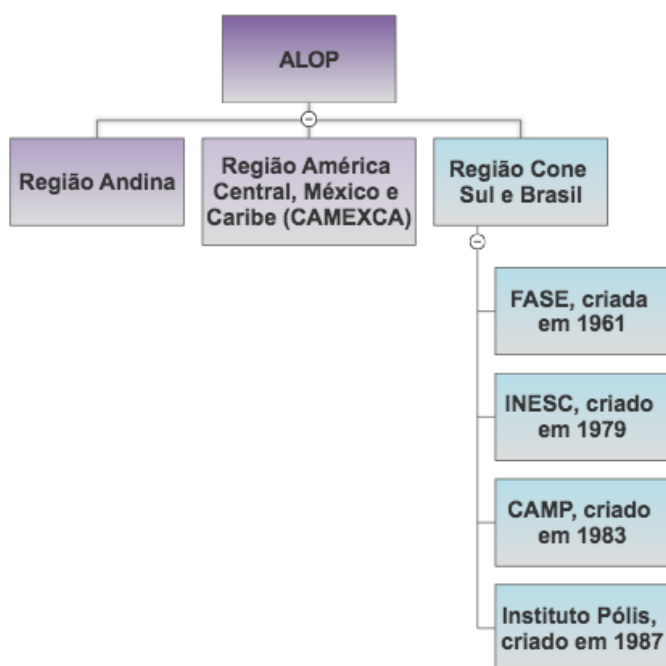
Com o intuito de investir na geração de informação qualificada sobre o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), cujo objetivo é contribuir para o desenvolvimento de um ambiente mais seguro e saudável para a atuação das organizações brasileiras, este projeto da ABONG propõe considerar alguns critérios: “incluir informação geral sobre o papel e importância das OSCs para a vitalidade da democracia brasileira; usar linguagem clara e comunicativa; e dialogar com o público amplo” (ABONG, 2016).

O Observatório da Sociedade Civil é um projeto da ABONG que propõe construir um ambiente cada vez mais favorável à atuação das OSCs, ampliando os espaços de mobilização e participação social e fortalecendo a democracia brasileira. O objetivo é dar visibilidade ao trabalho das entidades, ampliando a transparência e qualificando o debate social a respeito do tema, com especial atenção à mídia (ABONG, 2016).

O Programa de Desenvolvimento Institucional (PDI) em vigor desde 2001, é um projeto articulado de forma sistêmica à dinâmica institucional da Associação. Assim, objetivos e atividades procuram reforçar a incidência sócio-política das associadas, redes parceiras e da própria ABONG, visando maior credibilidade na sociedade brasileira e internacional.

As **OSCs do Brasil** que estão dentro da **ALOP** (Cone Sul e Brasil) são quatro: o CAMP; a FASE; o INESC e o Instituto Pólis, conforme demonstra a figura 7.

Figura 7- OSCs do Brasil dentro da ALOP



Fonte: Elaboração da autora partir de dados da ALOP

A **Federação de Órgãos para Assistência Social Educacional (FASE)**, fundada em 1961, é uma ONG atuante em seis estados brasileiros e tem sua sede nacional no Rio de Janeiro. Desde a sua origem, esteve comprometida com o trabalho de organização e desenvolvimento local, comunitário e associativo. Ao longo da década de 1960, a FASE

lançou as bases de um trabalho ligado ao associativismo e ao cooperativismo, mas o início da ditadura militar em 1964, fez com que estes rumos fossem redefinidos. A resistência e a formação das oposições sindicais e dos movimentos comunitários de base passaram a ser o foco principal da entidade (FASE, 2016).

Na década de 1970, apoiando o movimento de organização social que enfrentou a carestia, o trabalho infantil e as desigualdades econômicas e sociais, teve grande presença junto ao campesinato no Norte do Brasil, junto aos trabalhadores rurais do Nordeste, aos trabalhadores da construção civil e das indústrias metalúrgicas do Sudeste e aos movimentos de associações de moradores por todo o país. “Formando centenas de lideranças pelo Brasil e apoiando-as em suas reivindicações, a FASE chegou aos anos 1980 participando de todo o processo que levou à anistia, à constituinte e às eleições diretas” (FASE, 2016).

A organização desenvolveu ferramentas e metodologias educativas voltadas ao controle popular e à participação da cidadania no âmbito das questões urbanas e rurais, na segunda metade dos anos de 1980 e nos anos de 1990. “O tema do desenvolvimento social e sustentável, a luta pela ação afirmativa de movimentos sociais de mulheres, afrodescendentes e indígenas, bem como a ação pela exigibilidade em Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, vêm marcando a sua atuação contra as desigualdades” (FASE, 2016).

A partir do século XXI, a ONG se voltou para a atuação local, nacional e internacional com o objetivo de integrar redes, fóruns e plataformas, sempre visando derrotar as políticas de caráter neoliberal (FASE, 2016). No campo da promoção de princípios e da produção de conhecimento, vem realizando convênios com órgãos públicos, faz monitoramento de projetos e firma parcerias com universidades.

O Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), criado em 1979, é uma ONG que se define como “não partidária e com finalidade pública”. Sua missão é “contribuir para o aprimoramento dos processos democráticos visando à garantia dos direitos humanos, mediante a articulação e o fortalecimento da sociedade civil para influenciar os espaços de governança nacional e internacional” (INESC, 2016).

Em todos os seus projetos, o INESC atua, principalmente, com duas linhas de ação: o fortalecimento da sociedade civil e a ampliação da participação social em espaços de deliberação de políticas públicas. Para ampliar o seu impacto, possui parceria com outras organizações e coletivos sociais, fazendo parte, inclusive, da ABONG.

O INESC participa de fóruns, redes e articulações sociais nacionais e internacionais. A participação da organização nesses espaços procura estimular o debate público e contribuir para a construção de um novo conceito de cidadania, que agregue a ampliação da participação

pública, da responsabilidade e solidariedade social. Nessa linha de atuação, visa “a superação da pobreza e das desigualdades sociais; a reafirmação do conceito de Direitos Humanos (políticos e civis), Econômicos, Sociais, Ambientais e Culturais – Dhescas como parâmetro de construção da moderna cidadania” (INESC, 2016).

O **Centro de Assessoria Multiprofissional (CAMP)** é uma ONG que atua “na mobilização, organização social, educação, capacitação, formação de lideranças, pesquisa e sistematização de conhecimento”. Visa promover a garantia dos direitos políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais das populações urbanas por meio da mobilização social, da formação de lideranças democráticas e da produção de conhecimento no sentido da construção de novos referenciais de desenvolvimento local sustentável (CAMP, 2016).

Foi fundada em 1983, por jovens estudantes, religiosos ligados à teologia da libertação e sindicalistas urbanos e rurais. Sua equipe e sócios são militantes sociais que dedicam parte de sua trajetória de vida contribuindo e apoiando “processos de organização coletiva em prol do fortalecimento da democracia, da justiça social e da sustentabilidade ambiental”. (CAMP, 2016).

Para a organização, o fortalecimento de sujeitos sociais coletivos é um “processo intencional e contínuo que articula grupos e pessoas que trazem consigo saberes acumulados através das suas experiências e histórias de vida” (CAMP, 2016). A sua metodologia de trabalho tem como referência o conhecimento acumulado e estimula a reflexão sobre “as práticas, o conhecimento de experiência de outros grupos, o estudo de novos temas, o acesso a diferentes formas de expressão e de comunicação, a experimentação da autogestão e da democracia, a construção de diagnóstico e de planos de trabalho”. (CAMP, 2016).

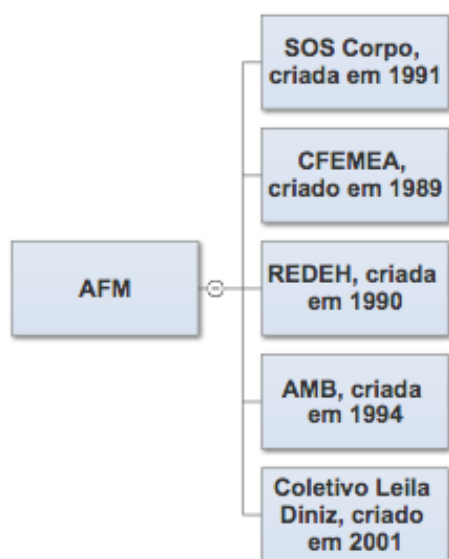
O **Instituto Pólis** é uma ONG, fundada em 1987, de atuação nacional e internacional em busca da construção de cidades mais justas, sustentáveis e democráticas, por meio das seguintes áreas: “reforma urbana (direito à cidade e urbanismo), democracia e participação (juventudes, formação e participação cidadã), inclusão e sustentabilidade (resíduos sólidos, desenvolvimento local e segurança alimentar e nutricional) e cidadania cultural (convivência e paz e mídias livres)” (INSTITUTO PÓLIS, 2016).

A ONG tem como objeto de trabalho as relações entre as representações da cidadania e os governos locais, nas políticas públicas e nos processos de participação popular e fortalecimento dos movimentos sociais, na organização de fóruns e redes, na análise da gestão municipal e de políticas públicas.

Suas atividades incluem seminários e debates públicos, atividades de capacitação, mapeamentos socioculturais, consultorias, além da articulação de ONGs e da atuação em conselhos municipais e nacionais e em redes e fóruns.

Assim, foi apresentado o panorama geral das OSCs que participam da ALOP que são: CAMP, FASE, INESC e Instituto Pólis. As **OSCS do Brasil** que estão dentro da **AFM** são:

Figura 8- OSCs do Brasil dentro da AFM



Fonte: Elaboração da autora partir de dados da AFM.

Fundada em 1981, o **SOS Corpo**, denominado “Instituto Feminista para a Democracia”, se define como “uma organização da sociedade civil, autônoma, sem fins lucrativos”, com sede na cidade do Recife, Pernambuco, na região Nordeste do Brasil (SOS CORPO, 2016). Visa a emancipação das mulheres e propõe-se a contribuir para a construção de uma sociedade democrática e igualitária com justiça socioambiental.

A ação do SOS Corpo tem como fundamento a ideia de que os movimentos de mulheres, como movimentos sociais organizados que lutam pela transformação social, são sujeitos políticos que provocam mudanças nas condições de vida das mulheres em geral (SOS CORPO, 2016). Para o SOS Corpo, a luta contra a pobreza, o racismo e a homofobia são dimensões fundamentais do feminismo e da transformação social para o enfrentamento do sistema capitalista e patriarcal, produtor de desigualdades e sofrimento humano.

O **Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA)** fundado em Brasília, em julho de 1989, por um grupo de mulheres feministas, que assumiram a luta pela

regulamentação de novos direitos conquistados na Constituição Federal de 1988, se define como uma “organização não governamental feminista e antirracista, de caráter público e sem fins lucrativos” (CFEMEA, 2016).

Para o desenvolvimento do seu trabalho, o Centro adotou, ao longo dos últimos 25 anos, algumas estratégias que envolvem: “sensibilização e conscientização; articulação e mobilização; *advocacy* (promoção e defesa de ideias); comunicação política; acompanhamento e controle social” (CFEMEA, 2016). O CFEMEA, desenvolve também a difusão das plataformas feministas na mídia e em seus veículos próprios de comunicação, assim como produz textos para reflexão e expansão do debate feminista.

A partir de 2015, com o projeto institucional 2015-2017, o CFEMEA inaugura um novo ciclo de atuação orientado à sustentabilidade do ativismo. Para tanto, definiu as seguintes estratégias centrais: o fortalecimento da Universidade Livre Feminista; o impulsionamento da dimensão política do autocuidado e do cuidado entre ativistas; o desenvolvimento de metodologias de formação na ação para fortalecer a luta feminista, ampliar o ativismo e a resistência dos movimentos à ofensiva conservadora antidireitos (em especial, frente ao Parlamento), e lutar contra a criminalização das mulheres e pela legalização do aborto.

Criada em 1990, a **Rede de Desenvolvimento Humano (REDEH)** se define como “uma associação civil, sem fins lucrativos, sem filiação política partidária ou orientação religiosa”, que tem como missão “a promoção do desenvolvimento humano que contemple a igualdade entre os gêneros, raças/etnias, o desenvolvimento justo e sustentável, a proteção e conservação do meio ambiente e promoção da diversidade cultural” (REDEH, 2016).

A estratégia utilizada consiste em apoiar lideranças de mulheres e de outros atores sociais (jovens, comunidades e professoras/es) nos processos decisórios e na implementação de políticas públicas voltadas às mulheres, população negra, jovens e outros segmentos em situação de desvantagem social (REDEH, 2016). Um dos focos da REDEH desde sua fundação é o campo do desenvolvimento justo e sustentável.

O trabalho da REDEH esteve focado em traduzir para a prática recomendações de políticas públicas de gênero endossadas pela comunidade global nos Planos de Ação que resultaram das grandes conferências globais da ONU dos anos 1990, especialmente a ECO 92 e Beijing 95. Atualmente, ocupa espaços mais estratégicos e atua como uma catalisadora de parcerias para o cumprimento de propósitos ainda muito significativos, como a conquista de direitos para as mulheres, o enfrentamento ao racismo e a defesa da justiça ambiental. Junto à Associação Brasileira para o Desenvolvimento de Lideranças e o *Global Leadership Network*,

a REDEH também desenvolve cursos de formação de lideranças de todos os setores da sociedade brasileira.

Fundada em 1994, a **Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB)** se define como uma “organização política feminista, antirracista, não partidária”, instituída em 1994 para “coordenar as ações dos movimentos de mulheres brasileiras com vistas à sua consolidação como sujeito político no processo da IV Conferência Mundial sobre a Mulher – Igualdade, Desenvolvimento e Paz (ONU, Beijing, 1995)” (AMB, 2016).

O Encontro Nacional de 1994 reuniu mais de 700 mulheres de todo o país, no Rio de Janeiro, e marcou o ápice desta que foi a primeira fase da AMB. No período pós-Beijing, a AMB afirma-se no campo dos movimentos sociais como uma organização que articula e potencializa a luta feminista das mulheres brasileiras nos planos local, nacional, latino-americano e internacional.

A AMB posiciona-se como “articulação feminista anticapitalista”, a partir da concepção que dentro deste sistema, especialmente em seu estágio atual de mundialização do capital e hegemonia da sociedade de consumo, “é impossível conquistas significativas na direção da igualdade e autonomia para todas as mulheres, uma vez que este sistema concentra riqueza, provoca crescente exclusão com aumento do empobrecimento e crises socioambientais” (AMB, 2016).

O **Coletivo Leila Diniz**, fundado em 2001, por um grupo de mulheres com trajetória reconhecida nacionalmente por considerar o feminismo como projeto político de transformação social, é uma ONG, cuja sede é na cidade de Natal, no Rio Grande do Norte. Sua missão é “contribuir para a democratização do Estado e da sociedade, promovendo a igualdade de gêneros por meio de ações locais e nacionais” (COLETIVO LEILA DINIZ, 2016).

Seus objetivos principais são: “contribuir para a qualificação das ações das mulheres em âmbito público acerca de seus direitos, lutando pela melhoria da atenção integral de saúde da mulher no Sistema Único de Saúde (SUS), e popularizar as propostas feministas de combate à violência de gênero em defesa dos direitos humanos individuais e coletivos” (COLETIVO LEILA DINIZ, 2016).

As **OSCs do Brasil** que estão dentro do **CEAAL** são ao todo 29:

- 1- Ação Comunitária do Brasil
- 2- Ação Educativa: Assessoria, Pesquisa e Informação
- 3- Associação de Saúde da Periferia do Maranhão (ASP-MA)

- 4- Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSESOAR)
- 5- Associação de Orientação às Cooperativas do Nordeste (ASSOCENE)
- 6- Centro Cida Romano (CECIR)
- 7- Centro de Ação Comunitária (CEDAC)
- 8- Centro de Assessoria Multiprofissional (CAMP)
- 9- Centro de Educação e Cultura Popular (CECUP)
- 10- Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro (CJC)
- 11- Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG)
- 12- Equipe Técnica de Assessoria, Pesquisa e Ação Social (ETAPAS)
- 13- Escola de Formação Quilombo dos Palmares (EQUIP)
- 14- Centro de Pesquisa e Assessoria (ESPLAR)
- 15- Fundação de Desenvolvimento, Educação e Pesquisa da Região de Celeiro (FUNDEP)
- 16- Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (FIDENE - UNIJUI / DePe)
- 17- Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos (IDDH)
- 18- Instituto de Governo e Cidadania do ABC (IGC)
- 19- Instituto Ecoar para a Cidadania
- 20- Instituto Multifuncional (CEDOPE)
- 21- Instituto Paulo Freire
- 22- Movimento de Organização Comunitária (MOC)
- 23- Pesquisa e Assessoria em Educação (NOVA)
- 24- Núcleo de Educação Popular Paulo Freire
- 25- Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão de Jovens e Adultos e em Educação Popular (NUPEP)
- 26- Instituto Pólis
- 27- Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos (RBEDH)
- 28- Rede Mulher de Educação (RME)
- 29- Vereda Centro de Estudos em Educação

Vale ressaltar que o CAMP e o Instituto Pólis são duas OSCs brasileiras que fazem parte de duas redes regionais da MESA, da ALOP e do CEAAL, e foram descritas anteriormente. É necessário fazer uma ressalva sobre as informações adquiridas no sítio do CEAAL. O sítio se encontra bastante desatualizado e embora conste essas organizações, como

as que compõem o coletivo nacional da Rede, não foi possível verificar quais são de fato na atualidade. Conforme esclareceu Raimunda Oliveira,⁸ representante da CONTAG no CEAAL: “A CONTAG entrou agora nesse mandato que começou em junho de 2016 e se estenderá por 4 anos”. Ela completa:

Aqui no Brasil tem uma lista de organizações filiadas, mas atuando mesmo têm umas 15, que constroem uma relação com os espaços que o CEAAL mobiliza e também demandam ao CEAAL a partir de sua própria pauta questões específicas que têm a ver com o âmbito local.

Raimunda relata sobre as OSCs do Brasil mais ativas no CEAAL: “As OSCs mais ativas são o CAMP, NUPEP, CONTAG, Cátedra Paulo Freire, EQUIPE e INESC, que se filiou nessa última assembleia. O Moroni já vinha participando, mas o INESC ainda não estava filiado”. Segundo ela:

Essas organizações que estão mais ativas têm tido um comprometimento com o CEAAL. O CEAAL talvez por sua própria trajetória, as pessoas que participam têm uma relação muito afetuosa com esse espaço, mesmo vendo ele esvaziado pelas condições que se está vivendo, têm um desejo de vê-lo forte. As OSCs que estão filiadas têm o cuidado com esse espaço que é bem coletivo, que é o legado do Paulo Freire.

Ela também discorre sobre o Instituto Pólis e o CAMP: “o Instituto Pólis mudou o foco e na última conversa que a gente teve eles estavam pensando em se afastar porque não estão mais no campo da formação. E a gente argumentou que o CEAAL estava se abrindo exatamente para incluir um rol maior de OSCs e etc”.

De acordo com Raimunda, o “CAMP tem muitas frentes de atuação, tem a questão da economia solidária e etc. O CAMP foi nos últimos 6/7 anos a entidade animadora do CEAAL no Brasil”. Neste capítulo, trouxe o relato da representante da CONTAG para trazer mais informações sobre o coletivo Brasil dentro do CEAAL devido à falta de dados do próprio sítio. Os relatos dos entrevistados serão abordados mais detalhadamente no capítulo 4.

A seguir, as **duas OSCs do Brasil** que estão dentro da **LATINDADD**, a **Auditoria Cidadã da Dívida** e o **Instituto de Justiça Fiscal**, são apresentadas.

As atividades da **Auditoria Cidadã da Dívida** se iniciaram logo após o Plebiscito Popular da Dívida Externa, realizado em setembro do ano 2000, em que 3.444 municípios do país participaram. Este plebiscito foi organizado por diversas OSCs do Brasil, e especialmente

⁸ Entrevista concedida em janeiro de 2017.

pela Campanha Jubileu Sul. “Contou com a participação de 6.030.329 cidadãos, sendo que mais de 95% votaram NÃO à manutenção do Acordo com o FMI; NÃO à continuidade do pagamento da dívida externa sem a realização da auditoria prevista na Constituição Federal, e NÃO à destinação de grande parte dos recursos orçamentários aos especuladores” (AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA, 2016).

A auditoria da dívida está prevista na CF de 1988, no artigo 26 do ADCT, que até o momento atual não foi cumprido. “Em respeito à Constituição Federal e ao voto dos milhões de cidadãos que participaram do Plebiscito, a Auditoria Cidadã da Dívida vem realizando, desde 2001, estudos, publicações, eventos, além de atividades para a mobilização de entidades da sociedade civil nacional e internacional” (AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA, 2016).

Desde o seu início, a Auditoria Cidadã da Dívida é coordenada por Maria Lucia Fattorelli, de forma voluntária e cidadã. Conta também com o trabalho voluntário e a colaboração, apoio e participação de grande número de cidadãos e outras OSCs que vêm se integrando ao movimento desde a sua criação. A Auditoria Cidadã da Dívida é uma entidade aberta à participação “de todas as entidades e cidadãos preocupados com o agravamento dos problemas nacionais dentre os quais o endividamento público exerce papel preponderante” (AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA, 2016).

Criado em 2011, o **Instituto de Justiça Fiscal** se define como “uma associação civil, sem fins lucrativos”, com sede em Porto Alegre e atua em todo o território nacional. Tem por finalidade “o aperfeiçoamento do sistema fiscal para torná-lo mais justo e capaz de contribuir para a redução das desigualdades sociais e regionais” (INSTITUTO DE JUSTIÇA FISCAL, 2016).

A sua criação está apoiada no pressuposto de que é necessário criar condições para que o debate sobre o sistema fiscal nacional e sobre a justiça fiscal, para que isto não fique restrito a um conjunto reduzido de agentes, normalmente mais voltados à defesa de interesses privados, mas que seja passível de ser assimilado e apropriado por toda a sociedade, condição indispensável para se garantir a precedência do interesse público (INSTITUTO DE JUSTIÇA FISCAL, 2016).

A OSC nacional que está dentro da **PIDHDD** é a **Plataforma DhESCA Brasil**.

A **Plataforma de Direitos Humanos (DhESCA Brasil)** é uma rede formada por 40 organizações da sociedade civil que desenvolve ações de promoção e defesa dos direitos humanos, bem como de reparação de violações de direitos. Seu objetivo geral é contribuir para a construção e fortalecimento de “uma cultura de direitos, desenvolvendo estratégias de

exigibilidade e justiciabilidade dos direitos humanos econômicos, sociais, culturais e ambientais, bem como incidir na formulação, efetivação e controle de políticas públicas sociais” (DHESCA BRASIL, 2016).

A Plataforma surgiu como um capítulo nacional da PIDHDD, que se articula desde os anos 1990, para somar na luta pela implementação dos direitos humanos, integrando OSCs de diversos países, em especial do Peru, Equador, Argentina, Chile, Bolívia, Colômbia, Paraguai e Venezuela.

No Brasil, “o início da articulação foi mais intenso. Depois, o processo se tornou esparso e pontual. Foi necessária, então, uma reorganização, que culminou no ano de 2000 com o surgimento de uma coordenação colegiada”, composta por representantes do Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH), Rede de Articulação e Ação pelo Direito Humano a se Alimentar (FIAN Brasil), Centro de Justiça Global (CJG), Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (GAJOP), Comissão de Justiça e Paz de São Paulo (CJP-SP) e Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE). Reuniram-se organizações com atuação no campo dos direitos humanos, especialmente a DhESCA (DHESCA BRASIL, 2016).

No período de julho de 2002 a julho de 2005, o Brasil sediou a Secretaria Regional da PIDHDD, conferindo uma integração maior com as atividades continentais. Assim, além do processo de consolidação, a atuação da PIDHDD, neste período, foi marcada pela expansão, com o ingresso de mais países, e pelo esforço de construção de uma perspectiva de ação continental, que se confirmou na Assembleia Regional pela aprovação da seguinte consigna: “Outra integração é possível, por uma cidadania interamericana com todos os direitos humanos para todas e todos” (DHESCA BRASIL, 2016).

A partir do ano de 2007, houve uma intensificação do debate sobre os modelos de desenvolvimento e seus impactos nos direitos humanos na Plataforma. Em 2008, houve uma Assembleia Geral com participação das Relatorias e das organizações filiadas. O documento base para as discussões foi o Relatório de Avaliação Externa elaborado por Domingos Armani, que teve por objetivo “avaliar a relevância e o impacto do Projeto Relatores Nacionais na promoção e proteção dos direitos humanos econômicos, sociais e culturais dos cidadãos brasileiros, buscando, ainda, refletir sobre sua viabilidade, sua aplicabilidade e sobre as conseqüências da criação de um sistema nacional de proteção dos direitos humanos” (DHESCA BRASIL, 2016).

Em 2009, foram incorporados os eixos de raça e gênero nas Relatorias, que passaram a ser chamadas de Relatorias de Direitos Humanos, como resultado desses processos. A

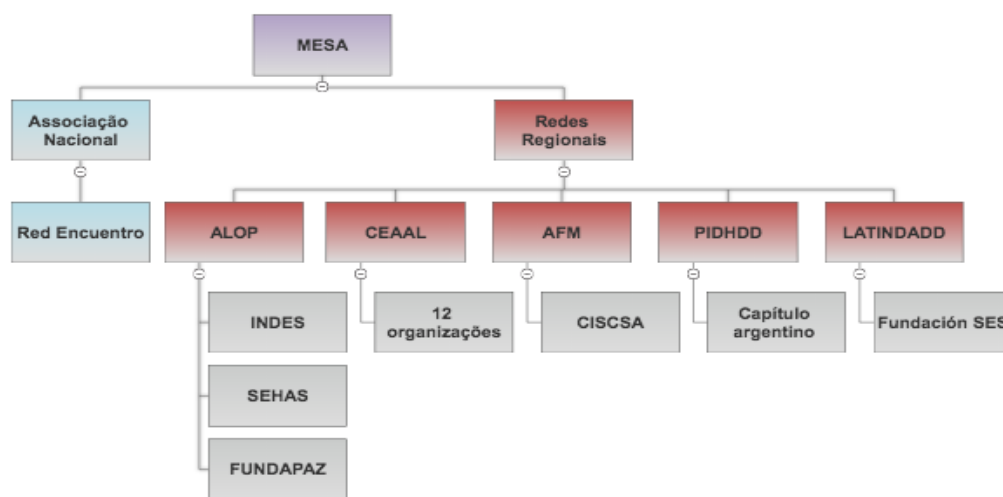
Plataforma teve papel importante na articulação política que resultou na elaboração conceitual e metodológica do texto original do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH III), assim como nos processos posteriores de articulação nacional para a sua implementação (DHESCA BRASIL, 2016).

“A Plataforma incidiu e articulou o processo político – convocado pelo governo federal em setembro de 2014 – de constituição do novo Conselho Nacional de Direitos Humanos”, o que levou à definição da representação da sociedade civil no conselho. “Destaque deve ser dado ao fato de que a própria Plataforma foi uma das nove entidades de DH selecionadas para representar a sociedade civil no novo conselho”. (DHESCA BRASIL, 2016).

3.3.2 O caso argentino

A figura 9 a seguir traz as OSCs argentinas que participam da MESA como associação nacional e aquelas organizações que integram o rol das redes regionais. A figura 10 traz a linha do tempo das OSCs argentinas que fazem parte da MESA, excluindo-se as doze organizações que compõem o CEAAL.

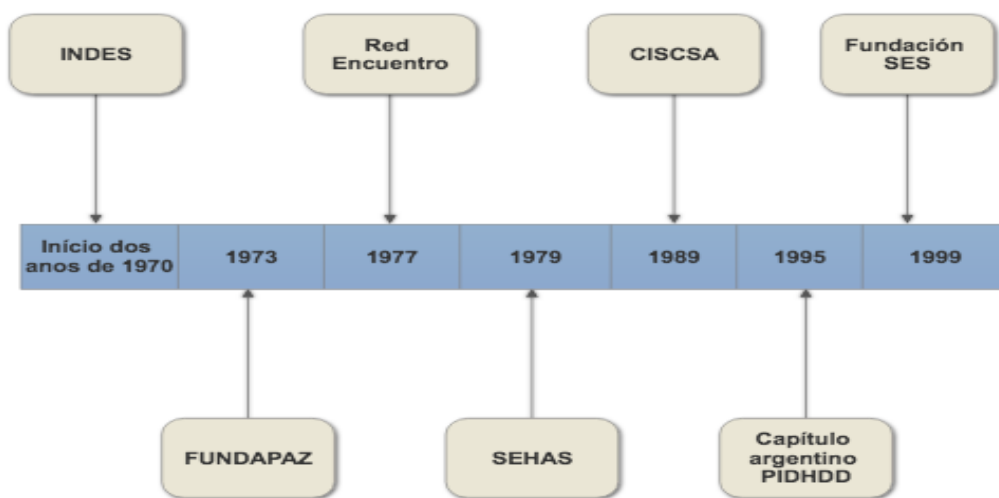
Figura 9 – OSCs da Argentina que compõem a MESA



Fonte:

Elaboração da autora a partir de dados da MESA.

Figura 10 - Linha do tempo OSCs da Argentina



Fonte: Elaboração da autora.

A **Red Encuentro**, denominada *Encuentro de Entidades no Gubernamentales para el Desarrollo* (EENGDD), se define como uma “entidade de segundo grau constituída como associação civil sem fins lucrativos” (RED ENCUESTRO, 2016). Foi fundada em 1977, se constituindo legalmente em 19 de maio de 1984. Sua missão é “contribuir com a construção de um novo poder social e político na Argentina sob bases democráticas, com a efetiva participação dos setores populares nos distintos âmbitos de poder local e nacional” (RED ENCUESTRO, 2016).

Esta rede é a mais antiga da Argentina, possui 29 organizações, englobando uma diversidade de temáticas, quais sejam: desenvolvimento urbano e rural; hábitat popular; educação popular; comunicação popular; formação de dirigentes; capacitação social; microcréditos e fundos rotativos; agroecologia; atenção primária à saúde; gênero; infância, adolescência e jovens; entre outras.

A *Red Encuentro* se propôs a ser um espaço de articulação das organizações de promoção ao desenvolvimento na Argentina e uma ponte para outras organizações e redes. Por um lado, se destacam as atividades de formação, intercâmbio e cooperação entre as associadas. Por outro lado, a participação em espaços de articulação. É construtora ativa em nível nacional das seguintes organizações e espaços:

- INTERREDES: organização de terceiro grau formada por quatro redes (*Encuentro, Intercambio Hábitat, Confluencia e Amuyén*);
- *Campaña Argentina por el Derecho a la Educación* (CADE);

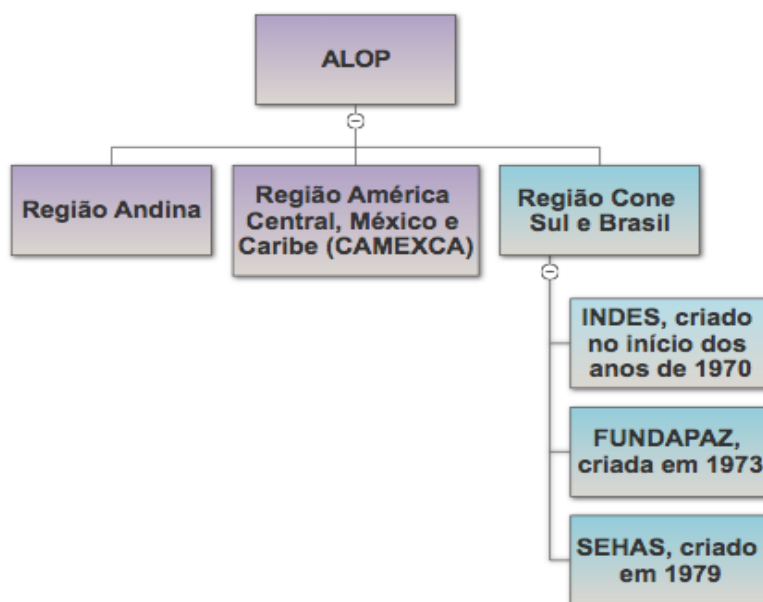
- *Plataforma Argentina de Organizaciones Sociales para la Integración Regional y la Incidencia en el G20 (PLARSUR)*;
- *Agenda Legislativa de las Organizaciones Sociales*;
- *Espacio Habitar* - Iniciativa multisetorial pelo direito à terra, moradia e habitát.

Como rede de intercâmbio, “promove e facilita a participação de suas associadas, organizando os seus próprios eventos e apoiando os organizados por seus membros” (RED ENCUENTRO, 2016). Como ator social, participa em espaços de incidência para a elaboração de leis e programas relacionados à sociedade civil e às temáticas de interesses comuns.

Além da MESA, participa de outras articulações regionais e internacionais como a Aliança de Organizações da Sociedade Civil para a Eficácia do Desenvolvimento (AOED) e o Foro Internacional de Plataformas de ONGs (FIP).

As **OSCs da Argentina** que estão dentro da ALOP são três: **FUNDAPAZ**, **INDES** e **SEHAS**, conforme descrito na figura 11.

Figura 11- OSCs da Argentina dentro da ALOP



Fonte: Elaboração da autora a partir de dados da ALOP.

Nos primeiros anos de 1970, o *Instituto de Desarrollo Social y Promoción Humana (INDES)* foi criado por um grupo de profissionais do âmbito público e privado, com

experiência no campo do desenvolvimento social, que compartilhava a visão e a vontade de trabalhar em prol de uma sociedade mais justa e solidária.

Na década de 1970, existiam poucas ONGs de desenvolvimento na Argentina, e a ideia inicial de seus fundadores era contribuir, principalmente, para o fortalecimento da sociedade civil, apoiando organizações comunitárias de base (cooperativas, instituições de fomento, etc.) para consolidar seus mecanismos de participação interna e melhorar a capacidade de elaboração e gestão de projetos (INDES, 2016).

A irrupção da ditadura militar em 1976 reforçou o espaço da incipiente instituição como refúgio para realização de ações de desenvolvimento social e promoção humana, apesar das enormes limitações impostas pelo contexto. Nesta etapa, INDES iniciou vinculações com organismos de cooperação internacional, como a IAF e a Campanha contra Fome/Ação Pró-Desenvolvimento da FAO e se associou ao *Consejo de Fundaciones Americanas "Solidarios"*, que apoiaram tanto o seu desenvolvimento institucional quanto os projetos locais em diversas províncias e ajudaram a ampliar a rede de vinculações internacionais (INDES, 2016).

Em 1977, o INDES convocou a primeira reunião de entidades não governamentais para o desenvolvimento, da qual nasceu a *Red Encuentro*. No final da década de 1970, a organização decidiu priorizar ações na Região NEA, com pequenos produtores minifundistas, somando-se aos primeiros técnicos e promotores locais em Misiones e Corrientes.

Nos anos de 1980, o INDES assume, junto a outras OSCs, o desafio de recriar a mobilização social dos setores populares e, a partir daí, aportar experiências e propostas para as políticas sociais da incipiente democracia. Esse processo levou à promoção de novos grupos solidários locais e facilitou a construção de espaços de articulação maiores, com capacidade de representação. Exemplos disso são a criação da *Asociación de Pequeños Productores del Chaco*, a *Coordinadora del Norte de Misiones* e a *Federación de Cooperativas de Corrientes*.

Nos anos de 1990, as políticas econômicas e sociais aprofundaram a desigualdade, a exclusão social e o desemprego, obrigando as ONGs a desempenharem estratégias de sobrevivência. Neste cenário de transformação, cabe destacar a transcendência que adquiriu o Programa Social Agropecuário, constituindo-se como um importante aliado das ONGs de desenvolvimento rural. Neste momento, o INDES participava da criação da *Red de Agricultura Orgánica de Misiones*, do *Consortio Latinoamericano de Agroecología y Desarrollo*, e do *Movimiento Agroecológico de Latinoamérica y el Caribe*. “As grandes protagonistas destes anos foram as mulheres rurais através de suas organizações locais” (INDES, 2016).

O novo cenário político e social, a partir do ano de 2001, impõe a superação dos modelos de desenvolvimento, dando lugar à busca de articulações e processos autônomos somando-se ao objetivo de construir um mundo mais justo e igualitário. Com mais de 30 anos de atuação, coerentemente com seus objetivos fundacionais e dando continuidade ao seu trabalho prévio, o INDES encara novas ações no acompanhamento das lutas pela Terra em Misiones e os direitos dos povos originários no Chaco, bem como a busca por participação, expressão e realização dos jovens no campo e na cidade de Corrientes e grande Buenos Aires (INDES, 2016).

Fundada em 1973, a *Fundación para el Desarrollo en Justicia y Paz (FUNDAPAZ)* é uma ONG que trabalha pelo desenvolvimento rural junto às comunidades indígenas e os produtores familiares na região do Chaco Argentino. Sua missão é contribuir para reduzir a pobreza nesta região, promover a participação social e o uso dos recursos naturais de maneira sustentável, assim como a cooperação entre os atores privados. A sua visão é constituída a partir da premissa de que as comunidades rurais do Chaco possam exercer seus direitos e manejar suas terras sustentavelmente (FUNDAPAZ, 2016).

Em 1979, oito profissionais da área de assistência social, psicologia e arquitetura proveniente do Centro Experimental de Vivienda Popular (CEVE) fundam o *Servicio Habitacional y de Acción Social (SEHAS)* na cidade de Córdoba. O nascimento da instituição se inscreve numa época de transição entre os movimentos sociais dirigidos à recuperação do Estado de bem-estar com paradigmas revolucionários e a emergência de novos movimentos sociais próprios da década de 1980 com a abertura democrática.

O SEHAS inicia suas atividades em meados de 1970 em um contexto de forte repressão. Desenvolve entre 1975/1976 e 1980 um trabalho de promoção e assistência a processos organizativos em várias “villas” de emergência de Córdoba e Reconquista (Santa Fé). O SEHAS é fundador da *Red Ecuentro*, aderindo em 1984. A partir da década de 1990, com o aprofundamento do modelo neoliberal na Argentina, a fragmentação social e a ruptura econômica-política, o SEHAS logra uma incidência direta na modificação da lei do *Fondo Nacional de la Vivienda*.

Em 1992, em Córdoba, se constitui a *Unión de Organizaciones de Base por los Derechos Sociales (UOBDS)*, importante movimento social que chegou a associar mais 100 organizações. A UOBDS, ao ser reconhecida pelo governo local, dá origem à *Mesa de Concertación de Políticas Sociales*, integrada também por quatro ONGs que historicamente apoiaram os processos organizativos da maioria das OSCs que conformam a UOBDS, (CECOPAL, MUTUAL MUGICA, SEHAS e SERVIPROH), o governo local e a

municipalidade. Funciona entre 1995 e 1997, representando um significativo avanço em termos de acesso a direitos e exercício da cidadania. Simultaneamente, o SEHAS desenvolve outras ações vinculadas aos jovens, em termos de trabalho e gênero.

Atualmente, a OSCs desenvolve seis linhas de ação: fortalecimento de grupos e organizações populares; acesso à terra, moradia e hábitat; proteção dos direitos de meninas e meninos e jovens; economia social; investigação, sistematização e propostas de políticas; e, assessoramento e formação de equipes técnicas (governamentais e não governamentais). É membro ativo de diversos espaços de ação e articulação entre OSCs, nos níveis local, nacional e internacional.

Em âmbito local, faz parte do *Foro Córdoba de Instituciones de Promoción y Desarrollo*, do *Colectivo Cordobés por los Derechos de Niñas, Niños y Jóvenes*, da *Red Local de Economía Social ECOS*, da *Mesa de Organizaciones Populares de Microcrédito*, do *Consejo Municipal de Niñez y Adolescencia* e do *Consejo Provincial de Niñez y Adolescencia*.

Em âmbito nacional, integra a *Red Encuentro de Entidades No Gubernamentales para el Desarrollo de Argentina*, a *Red de Fondos de Microcréditos de Argentina*, vinculada a la *Subsecretaría de Vivienda de la Nación* e o *Espacio multisectorial Habitar Argentina*. Em nível internacional, compõe a ALOP, a *Red de Derechos Económicos, Sociales y Culturales* (DESCs) e a *Coalición Internacional del Hábitat* (HIC).

A OSC argentina que está dentro da AFM é o CISCOSA.

O *Centro de Intercambio y Servicios Cono Sur Argentina para la investigación y promoción del hábitat* (CISCOSA) é uma ONG, estabelecida em Córdoba, em 1988. Seus objetivos são promover e dar apoio a organizações sociais, assim como apoiar o governo local no desenho de políticas públicas e ações nos diversos campos da problemática urbana e social. Participa dando assistência a projetos integrais de desenvolvimento local junto a organizações sociais e municípios. O CISCOSA participa da AFM por ser sede da *Red Mujer y Hábitat*, além de cofundador da própria AFM.

Fundada em 1989, a *Red Mujer y Hábitat* é constituída por instituições e mulheres comprometidas com a promoção dos direitos das mulheres e com uma maior equidade de gênero no campo do hábitat. Está conformada por uma instância de coordenação regional, por representação regional, por representantes de organizações de diversos países da América Latina e por sócias individuais.

A rede articula trabalhos e compartilha enfoques e metas com organizações de mulheres adstritas na *Coalición Internacional para el Hábitat* (HIC). Desde a sua formação vem avançando em conhecimentos e ações acerca dos direitos das mulheres, à terra, à moradia e à cidade.

A rede implementou programas regionais, com a participação de instituições de vários países e redes de mulheres. As ações realizadas abordam os seguintes temas: direito à moradia e à cidade – dimensões territoriais, culturais e legais; direito das mulheres a cidades seguras; desenvolvimento local e gestão do território; espaços públicos e serviços urbanos – impacto diferencial de acordo com o gênero; vida cotidiana e o uso do tempo; governabilidade e cidadania – o papel dos governos locais e as políticas públicas; programas de ajuste e pobreza na América Latina e o seu impacto nas mulheres; e programas de crédito e financiamento.

Além da AFM, a rede participa de espaços de articulação regional e internacional, como a *Comisión Huairou*, rede de redes, cujo objetivo é fortalecer OSCs de mulheres para promover comunidades sustentáveis.

As **OSCs da Argentina** que estão dentro do **CEAAL** são ao todo 12:

- 1- *Acción Educativa por la Educación Popular*
- 2- *Asociación Civil (CANOA)*
- 3- *Fundación Ecuménica de Cuyo (FEC)*
- 4- *Centro de Comunicación Popular y Asesoramiento Legal (CECOPAL)*
- 5- *Centro de Investigación y Promoción Educativa y Social (CIPES)*
- 6- *Centro de participación para la paz y los derechos humanos (CePaDeHu)*
- 7- *Centro Ecuménico de Educación Popular (CEDEPO)*
- 8- *Centro Misionero para la Educación Popular (CEMEP-ADIS)*
- 9- *Comité Para la Defensa de la Salud, la Ética y los Derechos Humanos (CODESEDH)*
- 10- *Instituto de Estudios y Acción Social (IDEAS)*
- 11- *Sendas para la Educación Popular*
- 12- *Servicio a la Acción Popular (SEAP)*

Conforme mencionado anteriormente, o sítio do CEAAL se encontra em processo de atualização. María Rosa Goldar⁹, diretora da *Fundación Ecuménica de Cuyo* (FEC), ressalta

⁹ Entrevista concedida em janeiro de 2017.

que “o CEAAL sofreu grande impacto com a crise das ONGs”. Segundo ela, dentre essas 12 OSCs que compõem o rol das argentinas que participam deste espaço, “a Acción Educativa por la Educación Popular, a Asociación Civil (CANOA), a Fundación Ecuménica de Cuyo (FEC) e o Centro de Comunicación Popular y Asesoramiento Legal (CECOPAL) são as mais ativas”.

O Centro de Investigación y Promoción Educativa y Social (CIPES), que “esteve ativo até 2012, era bastante grande, com duas sedes, em Buenos Aires e no Chaco”, como observa María Rosa, que complementa: “A sede de Buenos Aires fecha e a de Chaco segue ativa até um 5 anos atrás. Agora não está muito ativa no CEAAL”.

Sobre o *Centro de Participación para la Paz y los Derechos Humanos* (CePaDeHu), “é uma organização que foi incorporada fazem 3 ou 4 anos. É de Buenos Aires”. Segundo ela, o *Centro Ecuménico de Educación Popular* (CEDEPO) saiu. Já o “*Centro Misionero para la Educación Popular* (CEMEP-ADIS) é uma organização ativa em missões, mas não tem participação no coletivo nacional”. María Rosa completa: “É membro, não é ativa, mas não saiu”. O *Comité Para la Defensa de la Salud, la Ética y los Derechos Humanos* (CODESEDH), por sua vez, “esteve muito ativo nos anos de 1990, mas agora está inativo”.

Segundo ela, “o *Instituto de Estudios y Acción Social* (IDEAS) se desarmou. O *Sendas para la Educación Popular* é uma OSC desativada”. E o *Servicio a la Acción Popular* (SEAP), de Córdoba, segundo María Rosa, “segue membro, mas não é muito ativa dentro do coletivo”. Além destas, ela acrescenta o seguinte comentário enumerando as que foram incorporadas no ano passado, que são cinco OSCs: “AREPA, Centro Feli Mastropaolo, Congregación del Sagrado Corazón, ETIS e CePaDeHu”.

A **OSC argentina** que está dentro da **LATINDADD** é a **Fundación SES**.

Fundada em 1999, a **Fundación SES** é uma organização social que trabalha pela inclusão dos jovens em situação de vulnerabilidade, desde a perspectiva de direitos. Trabalha a partir de duas estratégias: a construção de redes e alianças, e o fortalecimento das OSCs, contribuindo para a construção de políticas públicas junto aos Estados. A sigla SES, que dá nome à organização, refere-se a três valores fundamentais: sustentabilidade (pelo compromisso com as gerações futuras), educação (entendida como o motor do desenvolvimento) e solidariedade (elemento básico da integração social) (FUNDACIÓN SES, 2016).

A organização possui o objetivo geral de desenvolver e potencializar a inclusão social dos jovens para melhorar a situação educativa, social, política e econômica também dos

adolescentes. Sua missão é expressada pela seguinte afirmação: “trabalhar com os jovens por acesso à educação, ao trabalho e à participação cidadã, dar suporte para a construção de políticas públicas e fortalecimento para as OSCs que trabalhem com jovens desde uma perspectiva de direito” (FUNDACIÓN SES, 2016).

Como já foi dito anteriormente, a PIDHDD é uma rede regional de diversas OSCs, agrupadas em capítulos nacionais, que promovem os direitos humanos, fundada em 1992, na Colômbia. Desde 1995, a então Plataforma Sul-Americana da PIDHDD ampliou sua atuação para diversos países, incorporando outras OSCs do continente e organizações sociais de base, a partir do ano de 2000, na América Central e no Caribe, tornando-a Interamericana.

O **capítulo argentino da PIDHDD** é uma expressão cívica que busca realizar os direitos humanos como conteúdo essencial para a democracia e o desenvolvimento. Opera como uma coordenação que não suplanta nem representa outras organizações que a integram (PIDHDD, 2009). Promove a ação pública sobre os DhESCA desde uma perspectiva integral dos direitos humanos, já que sua exigibilidade, defesa e promoção transformam a dinâmica das organizações sociais. Seu objetivo central é “potencializar o trabalho das partes que desenvolvem e qualificam seus esforços a ajudar a projeção nacional e internacional da rede” (PIDHDD, 2009).

O capítulo argentino soma outras OSCs que não necessariamente ingressam organicamente a PIDHDD, mas que participam plenamente de alguns grupos de trabalho. Trabalham com os seguintes eixos: criminalização da mobilização social; migrações; infância e adolescência; integração regional; terra e território; segurança alimentar; e segurança e direitos humanos.

Para findar este capítulo, é importante frisar que as informações trazidas aqui foram adquiridas em grande parte nos próprios sítios das OSCs pesquisadas, assim como em fôlderes, estudos e relatórios de avaliação advindos do contato com os entrevistados para dirimir o fato de que muitos sítios estão em fase de construção, trazem poucas informações sobre as OSCs nacionais ou se encontram bastante desatualizados. Ou seja, esta parte do trabalho trouxe as informações básicas de cada uma das OSCs que compõem o universo desta pesquisa, além de analisar primariamente o conteúdo dos discursos das OSCs por meio das declarações emitidas pela MESA e por seus documentos oficiais.

CAPÍTULO 4 AS OSCS DE BRASIL E ARGENTINA DENTRO DA AÇÃO POLÍTICA COLETIVA TRANSNACIONAL

Este capítulo traz as questões pertinentes à atuação das organizações da sociedade civil de Brasil e Argentina dentro da ação política coletiva transnacional promovida pela MESA. Traça a história de vida no tempo e no espaço dessas organizações, assim como oferece os aspectos necessários para a comparação de sua atuação e a relação entre as dimensões analíticas a fim de compreender quais elementos contribuem para a sua sobrevivência e como eles conferem sustentabilidade às ações das OSCs.

Entre os anos de 1990 a 2000, vários pesquisadores estavam convencidos de que as fronteiras nacionais estavam dando espaço à comunidade global e que os movimentos domésticos estavam caminhando para a criação de uma sociedade civil global. Eventos-chave como protestos contra a Organização Mundial de Comércio (OMC) e as edições do Fórum Social Mundial entusiasmaram essas hipóteses.

Para Tilly e Tarrow (2015), três elementos são cruciais para entender como os processos de investigação e absorção dos movimentos globais geraram mais entusiasmo do que análises detalhadas. O primeiro é que nem todo conflito possui foco diretamente nos governos, mas governos estruturam o conflito doméstico, respondem à este, pressionam atores para irem além das formas toleradas e oferecem aliados em potencial para aqueles interessados em interagir com as instituições. Isto é, embora atores transnacionais demandem pontos focais em governos, instituições internacionais ou corporações internacionais, não existe um ponto focal estável além do governo para organizar o conflito em termos de política mundial.

O segundo é que construir movimentos sociais transnacionais é imensamente mais difícil do que desempenhar a mesma tarefa em âmbito doméstico. Como resultado, campanhas de movimentos sociais transnacionais são geralmente consideradas inconsistentes e fadadas ao fracasso. O terceiro elemento está relacionado à atuação dos ativistas que estão em busca da criação de movimentos transnacionais e têm de capitalizar minimamente visões cosmopolitas no nível internacional e articulá-las com os grupos domésticos nos diferentes países, o que gera ameaças e oportunidades, e suas reivindicações acabam coincidindo apenas parcialmente com as dos ativistas transnacionais que tentam coordenar a ação coletiva.

Para explicar a diversidade dos papéis organizacionais, Tarrow (2011) invoca três diferentes significados do processo de organização. O primeiro tem a ver com a organização da ação coletiva a partir do ponto de contato com os seus oponentes, em que estes podem ser

controlados por organizações formais, coalizões de organizações ou serem “autônomos”. O segundo adquire sentido mais comum e se refere ao termo *advocacy organization* ou ao sentido mais formal de pessoas dedicadas ao interesse público promovendo ou resistindo à mudança que, se implementada, geraria conflitos com interesses sociais, culturais, econômicos ou com outros grupos.

O terceiro significado de organização se refere às estruturas conectivas ou redes interpessoais que oferecem a ligação entre líderes e seguidores, centro e periferia, diferentes partes de um movimento, permitindo coordenação e agregação, e, assim, promovendo a perpetuação do movimento, mesmo quando na ausência de uma organização formal.

As redes interpessoais possuem uma estrutura básica, elas socializam e criam movimentos identitários, oferecem oportunidades de participação para indivíduos sensíveis a determinada questão, e moldam preferências individuais antes dos indivíduos se juntarem ao movimento. (TARROW, 2011, p. 124).

Elas também exercem a função de controle social em relação aos indivíduos com baixos níveis de comprometimento. E o mais importante: “elas são o horizonte para as pressões normativas e os incentivos solidários dos quais os movimentos emergem e são sustentados” (TARROW, 2011, p. 124).

Um formato de ação coletiva que a sociedade civil assume são as coalizões instrumentais, em que a colaboração não gera identidades mais amplas, como observam Della Porta e Diani (2011). Para os autores, em outros momentos a ação coletiva é promovida por redes ou pessoas que pensam conjuntamente sobre uma questão específica ou uma causa ampla. A ação coletiva ainda pode assumir a forma de organizações específicas sem estimular o crescimento de redes e identidades mais amplas.

Existe muito mais campo em comum com as diversas abordagens sobre a sociedade civil ao se considerar como as formas organizacionais combinam a questão da eficácia com o comprometimento de descentralizar as estruturas participativas e como coordenar recursos e estratégias (KRIESI, 1996; JORDAN; MALONEY, 1997; ANHEIER; THEMUDO, 2002; DELLA PORTA; DIANI, 2011).

Cada noção de sociedade civil implica em alguma medida a concepção de como a sociedade deveria ser e como a política deveria operar. Assim, diferentes compreensões de sociedade civil convergem em projetos políticos diversos que estão sempre em disputa. Isso é particularmente presente na América Latina, onde debates intelectuais e políticos estão intimamente ligados.

Ideias sobre sociedade civil na América Latina devem ser concebidas compreendendo o contexto: altos níveis de desigualdade, sociedades políticas que historicamente foram incapazes de resolver este problema; altos níveis de heterogeneidade cultural, especialmente em países com populações indígenas; e a fachada da democracia liberal, que é caracterizada pela enorme distância entre as elites políticas e as instituições, e a grande massa de população latino-americana (DAGNINO, 2011).

A sociedade civil e o Estado são mutualmente constitutivos. De fato, o tipo de relação estabelecida entre eles representa uma dimensão crucial na construção de democracia. Nos últimos anos, a situação da América Latina tornou a centralidade das relações entre Estado e sociedade civil ainda mais clara. Descobrir o formato de sociedade civil visto como legitimado a participar e gerir espaços públicos parece ser um dos pontos centrais para entender o futuro da sociedade civil na região.

Para Ana Bourse¹⁰ diretora da CRIES:

Atravessamos um tempo na região, onde o maior impacto político vinha das organizações que respondiam à forma de pensar sobre os seus próprios governos, e a cooptação de parte da sociedade civil foi muito presente. Os fundos iam para essas organizações, as OSCs defendiam determinados projetos políticos e logravam impacto porque eram os únicos interlocutores com os governos. [...]uma parte da sociedade civil ficou fora disso, porque houve uma polarização política muito forte também.

É improvável que se chegue a um ponto comum no debate sobre a sociedade civil, uma vez que o próprio conceito continua sendo moldado e reinterpretado por novos atores em novos contextos. A ideia de que a ação coletiva voluntária possa influenciar o mundo para melhor está fadada a se dissipar ou ser substituída. Muitos formatos de sociedade civil serão criados no futuro, contendo formas organizacionais híbridas, amplo espectro de parceiros e alianças. Para uma representante do capítulo argentino da PIDHDD: “Estamos vivendo tempos novos economicamente e socialmente. Te digo isso do ponto de vista de quem assistiu aos funerais de algumas organizações. Creio que nascem novas consciências sociais desde essas experiências fracassadas. Vejo muitas mudanças”.

Esta tarefa será árdua pelas pressões crescentes dos governos e do mercado rumo às redefinições dos papéis convencionais, direitos e responsabilidades da sociedade civil em sua relação com a esfera pública, seus valores associativos são frequentemente colocados em xeque por estas instituições. As pressões constantes testarão a capacidade de reformatar a prática da ação cidadã na região.

¹⁰ Entrevista concedida em junho de 2016.

Um estudo feito pelo *Instituto de Comunicación y Desarrollo* (ICD), em 2014, estimou que o número de organizações da sociedade civil na Argentina era entre 80.000 e 120.000. No entanto, em um pedido de acesso à informação pública apresentado pela *Confederación de la Sociedad Civil à Administración Federal de Ingresos Públicos* (AFIP), a administração manifestou ter em regra cerca de 7.637 OSCs. E de acordo com a *Inspección General de Justicia*, onde as fundações e associações da sociedade civil são registradas, existem 10.000 com personalidade jurídica vigente.

Sobre a disparidade dos números oficiais da quantidade de organizações argentinas, Alberto Croce¹¹, diretor da *Red Encuentro*, discorre: “Todos os números são reais, o que está mais perto é o da AFIP. Atualmente, acredito que tenha na Argentina entre 100 e 120 mil organizações”. Ele complementa:

A maioria são informais, nos bairros, nas favelas e etc. Muitas nascem e morrem rápido. Entre 15 e 20 mil que têm alguma formalidade em nível municipal, estadual ou nacional. Porque nos municípios você pode cadastrar uma organização como uma entidade sem fins lucrativos, mas isso não dá a personalidade jurídica, é apenas uma forma de reconhecimento. Tem entre 300 e 500 que são mais importantes, que tem tudo mais ou menos ordenado, que são as que representam e respondem a convocatórias e etc. E tem umas 10, que são maiores como a Caritas, como a Anistia Internacional etc. O número da AFIP são aquelas formalizadas, o número é muito maior se consideramos a informalidade.

O estudo do ICD (2014) apresentou também dados do *Índice CIVICUS de la Sociedad Civil* 2008-2010 (ISC), que demonstra que a sociedade civil argentina se desenvolve num contexto que não promove a sua permanência, mas subsiste sem maiores inconvenientes ou graves ameaças. O que se confirmou com os resultados arrolados no *Índice de Ambiente Habilitante de 2013*, que situa a Argentina na posição 37 entre 109 países. Alberto Croce, diretor da *Red Encuentro*, complementa sobre a questão do Ambiente Habilitante no caso argentino:

Uma questão importante para todas as OSCs da América Latina é a questão do Ambiente Habilitante e o que acontece em cada país com a relação sociedade civil e Estado. Isso se complica quando os Estados estão tomados por governos de direita e as organizações da sociedade civil não querem ter formato de ONG de direita. Ou seja, o modelo de direita tem o modelo de ONG, que tem a ver com a privatização, com a terceirização de serviços sociais, com a responsabilização do Estado e a transferência para a sociedade civil. As organizações que querem isso estão cómodas nesse momento. As organizações que querem um Estado mais protagonista, com distribuição de renda e maior justiça fiscal, que é o nosso caso, não é um bom momento.

¹¹ Entrevista concedida em janeiro de 2017.

No Brasil, por sua vez, diante da volatilidade dos grupos, é bastante difícil fazer uma estimativa fiel ao tamanho do setor da sociedade civil. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010, existiam mais de meio milhão de organizações sem fins lucrativos no Brasil, cerca de 556.846. Esse número abrange desde hospitais, organizações beneficentes, instituições de educação de todos os níveis, grupos religiosos, câmaras empresariais, sindicatos e até partidos políticos. Dentro desse amplo grupo, as fundações privadas e associações sem fins lucrativos constituem o universo de mais de 290.000 organizações, sendo que as de vinculação religiosa são quase 30% desse total.

Segundo o ICD (2014), no Brasil, a distribuição geográfica das fundações e associações tende a acompanhar a distribuição da população. Assim, a região sudeste concentra 44,2% das organizações, a região nordeste, 22,9%, a região sul, 21,5% (a única região que não acompanha a densidade de população), o centro-oeste, 6,5%, e a região norte, 4,9%. Mais da metade das 290.000 organizações são bastante jovens: cerca de 51% nasceram entre 2001 e 2010, e as mais antigas, nascidas antes dos anos de 1980 somam cerca de 12,7% do total.

O total de organizações do Brasil emprega mais de 2 milhões de assalariados. As organizações antigas concentram a maior quantidade de pessoas empregadas, mais de 47%. Sendo ainda que muitas organizações jovens trabalham majoritariamente ou exclusivamente com pessoal voluntário (ICD, 2014).

O conjunto de fundações e associações apresenta dois grandes grupos de entidades: aquelas relacionadas à defesa dos direitos e interesses da cidadania e aquelas de cunho religioso. Neste estudo, verificou-se também que no primeiro caso incluem-se associações de bairros, comunitárias, de desenvolvimento rural, emprego, capacitação e defesa de grupos e minorias como as associações empresárias e patronais, as profissionais e as de produtores rurais. Estas compõem cerca de 90.000 das organizações que representam 30% das fundações e associações.

Outro dado importante possibilitado pelo estudo do ICD (2014) foi o de que houve um crescimento das associações entre 2006 e 2010, cerca de quase 9%, em que o número de organizações passou de 267.300 a 290.700. Essa expansão foi significativamente menor da observada no período de 2002 a 2005, onde as organizações cresceram quase 23%. Proporcionalmente, o setor de fundações e associações foi o que menos cresceu no Brasil, porque outras entidades privadas e sem fins lucrativos como sindicatos e condomínios, por exemplo, cresceram cerca de 13%.

Para além das contribuições teóricas e empíricas desta tese, investigar um grupo de organizações da sociedade civil no Brasil e na Argentina que compreendem organizações mais antigas e mais novas, diferentes formatos, como o de associações nacionais, fundações, ONGs e de redes dentro de redes regionais, permite entender em maior profundidade as OSCs de cada país. Ademais, investigar a ação política coletiva transnacional empreendida direta e indiretamente por organizações nacionais lança o olhar para os novos desafios regionais. Já que “os problemas gerados pelo grande capital não cabem em apenas uma fronteira”, como observa Raimunda Oliveira,¹² representante da CONTAG no CEAAL.

O capítulo em tela está dividido em 6 seções que dizem respeito às dimensões analíticas, quais sejam: **(1) sociedade civil organizada; (2) representação por afinidade; (03) recursos e oportunidades; (4) frames; (5) trajetória e aprendizado; e (6) coordenação.**

4.1 Sociedade civil organizada

A sociedade civil organizada em torno de processos por maior inserção na vida política é motivada principalmente por dois elementos: a impossibilidade de resolução dos problemas pela via do mercado ou do Estado; e a desconfiança crescente nos sistemas eleitorais de representação política.

Para Maria Lúcia Fatorelli¹³ (Auditoria Cidadã da Dívida), “a única saída para a humanidade são as organizações sociais autênticas, a possibilidade da sociedade civil organizada despertar e criar um novo modelo, porque o modelo vigente é danoso e está falido”. Para ela: “A única chance disso mudar é a partir de baixo. Isso não vai mudar a partir de cima. O andar de cima cria fraudes”.

Atualmente, a sociedade civil organizada está preocupada com um conjunto de prioridades que possibilitem a agregação das OSCs da América Latina, que é um campo “vinculado às organizações de defesas de direitos coletivos, de bens comuns, com enfoque da asseguarção de direitos em relação ao modelo de desenvolvimento vigente, com uma visão crítica ao tipo de exploração social imposto à América Latina”, afirma Miguel Santibáñez¹⁴, diretor da MESA.

Essa linha de atuação, que envolve agregar organizações em torno de temas comuns, é o que define o marco de visão e articulação da MESA enquanto sociedade civil organizada.

¹²Entrevista concedida em janeiro de 2017.

¹³Entrevista concedida em agosto de 2016.

¹⁴Entrevista concedida em agosto de 2016.

Segundo o diretor da MESA: “Estamos preocupados em nos constituirmos como um ator regional com as dificuldades que temos de não sermos organizações com um peso específico ou tão grande como os movimentos sociais sindicais, de camponeses ou de mulheres, que são maiores”. Santibáñez completa:

Apesar de que muitas de nossas organizações trabalham conjuntamente com esses temas e movimentos sociais. No momento, estamos operando na MESA com muita particularidade, muita heterogeneidade, muitas diferenças, mas basicamente com um marco de princípios pela defesa de direitos, de bens comuns públicos, direitos coletivos que nos aglutinam.

Para Alberto Croce (*Red Encuentro*), “a função e missão das organizações sociais é de promover e ampliar a fronteira dos direitos humanos e sociais das populações que fazemos parte. Isso é um ponto-chave para o desenvolvimento de nossos países e sociedades”. Ele discorre sobre do papel da sociedade civil organizada:

E para isso existem as organizações, não somente para fazer projetos, e sim para expandir os direitos, protege-los e aprofundar as discussões. Esse é o lugar social das organizações. Temos que defender os direitos. Olha o que está acontecendo no Brasil agora, é fundamental a defesa de uma democracia legítima, mais além de questões específicas. Estou certo de que é a sociedade civil organizada que vai recuperar a democracia no Brasil. Não tem outra possibilidade.

Nesta tese, o significado de sociedade civil organizada está relacionado ao formato possibilitado pela MESA, em que associações nacionais e redes regionais de OSCs compõem o seu quadro.

4.1.1 Associações nacionais

As associações nacionais da MESA são compostas de duas ou mais organizações da sociedade civil que atuam com temas afins e estão estabelecidas no mesmo território nacional. Para Miguel Santibáñez (MESA), “o sentido básico de uma associação nacional é representar politicamente, gremialmente, promovendo a aproximação de conhecimentos e uma atuação política de base”, sendo que o vínculo “regional ou global gera um trabalho adicional para as associações nacionais”.

As associações nacionais iniciam os seus trabalhos no nível da comunidade e são vistas frequentemente como muito localizadas para impactar barreiras sistêmicas, como observa Kunreuther (2011). Para o autor, novos formatos de associações que superam os

limites organizacionais e geográficos podem ser bem-sucedidos em escala mais ampla e nível mais profundo.

A MESA possui 17 associações nacionais em 15 países latino-americanos como demonstra a figura a seguir. Sendo que no Peru e México há mais de uma associação nacional no mesmo território que pertencem à MESA.

Figura 12 – Associações nacionais da MESA na América Latina



Fonte: Elaboração da autora a partir de dados da MESA.

Ana Bourse (CRIES) chama a atenção para o papel das associações nacionais na construção de articulações maiores: “Quem teve muita liderança nos processos da MESA foi a ACCIÓN, a ABONG e a ALOP”. Miguel Santibáñez (MESA) discorre sobre o início da MESA em 2005, onde “duas organizações tiveram um papel de liderança e constituem o primeiro comitê político da MESA, a ALOP e a ABONG, que possuem um papel maior, uma vez que eram as organizações que convocavam as atividades”.

Miguel complementa com um exemplo: “Na Assembleia da ABONG eram convidados os integrantes da MESA. Então, se tinha a possibilidade de participar da Assembleia da ABONG e ter sua própria reunião”. Jorge Durão, ex-diretor da FASE, ex-diretor da ABONG e ex-diretor da ALOP Cone Sul afirma que “na minha gestão na ABONG a gente se

empenhou bastante na relação com a MESA. É uma iniciativa que a ABONG sempre valorizou”.

Ivo Lesbaupin¹⁵ (ABONG) também reforça o papel de associações nacionais do Chile e da Guatemala junto à ABONG no processo de criação da MESA: “A ABONG participa desde o começo da MESA junto com a ACCIÓN do Chile e a ALOP. ACCIÓN do Chile sempre teve um papel muito importante nessa articulação que é a MESA, com o apoio da ALOP muito forte, e da CONGCOOP da Guatemala. A CONGCOOP tem uma presença muito forte em articulações latino-americanas e internacionais”.

De acordo com Lesbaupin, “no Peru, tem 2 ou 3 OSCs mais ativas. Na Argentina, embora falte uma organização mais ampla, eles compensam em articulação e seguem avançando. O caso da Argentina é muito forte nesse sentido”.

Não existe uma associação nacional em sentido formal, e sim uma rede, a *Red Encuentro*, que faz o papel de associação nacional. Assim, o formato é diferente de outros países que compõem a MESA. Embora não haja uma organização formal e ampla como uma associação nacional, as OSCs que compõem a *Red Encuentro* seguem se articulando.

Ivo Lesbaupin (ABONG) segue discorrendo sobre o caso argentino: “no período que eu participei da MESA, variou um pouco os representantes da Argentina. E como lá não tinha uma ABONG ou uma ACCIÓN, era sempre uma rede um pouco maior que articulava mais”. Ainda segundo ele, “recentemente, era a *Red Encuentro* que fazia esse papel e representava a argentina mais na MESA. O Alberto Croce, que está à frente da *Red Encuentro*, representa a Argentina na LATINDADD e na AOED”.

Adrián Falco¹⁶ (Fundación SES) esclarece que “a Fundación SES preside a *Red Encuentro*. É uma rede muito velha, é do final da década de 1970, que tem muitas organizações. É bastante representativa, mas não está muito ativa”. Adrián também enfatiza: “Existe a presidência, em que se mobilizam temas e agendas, mas custa muito alcançar a participação ativa das OSCs, que é um problema de todas as redes”.

Alberto Croce, diretor da *Red Encuentro*, discorre sobre o processo de criação da MESA e a participação de OSCs nacionais que compunham a ALOP e também fazem parte da sua organização: “A *Red Encuentro* está desde o começo na MESA. A base da *Red Encuentro* são organizações ligadas à ALOP. Em todos os países tinham organizações que faziam parte da ALOP”. Ele complementa:

¹⁵ Entrevista concedida em agosto de 2016.

¹⁶ Entrevista concedida em junho de 2016.

E a ALOP em um momento propõe a criação da MESA. Então, a MESA começa a existir ao mesmo tempo que as organizações que faziam parte da ALOP também faziam parte da *Red Encuentro*. Isso foi no início. A *Red Encuentro* tinha mais organizações que pertenciam à ALOP. Na atualidade, são três [FUNDAPAZ, INDES e SEHAS] que fazem parte da ALOP. Creio que assim foi a origem, praticamente se iniciou com a participação dessas organizações.

O mesmo aconteceu no caso brasileiro: as OSCs que compõem a ALOP, em sua maioria, também participam da ABONG. Ivo Lesbaupin (ABONG) discorre sobre a diversidade da capacidade organizacional das associações nacionais que compõem a MESA:

As organizações pertencentes da MESA são muito variadas em termos de capacidade organizacional. Tem a ABONG, a ACCIÓN, associações nacionais muito bem articuladas, com uma institucionalidade maior e uma estrutura mais bem definida com recursos.

Lesbaupin ainda complementa sobre o caso argentino: “E tem outros países que tem organizações mais frouxas como a Argentina, mas que mesmo não havendo uma associação nacional, tem um trabalho regulado pelas OSCs”.

Sobre a participação da *Red Encuentro*, rede que assume papel de associação nacional argentina, Alberto Croce explica: “A *Red Encuentro* foi uma das fundadoras da MESA e sempre teve uma presença, mas não foi uma das redes mais fortes dentro da MESA. Era apenas uma rede que integrava e aportava dentro do possível, não tem sido uma das que lideraram os processos da MESA”.

Para Ana Bourse, diretora da CRIES, organização argentina que não faz mais parte da MESA completa: “também existem OSCs nacionais que preferem impactar em outros níveis. A globalização permite que micro-organizações de um determinado lugar tenham muito impacto e grandes organizações não tenham nenhum”. A seguir, a figura 13 expressa as palavras mais frequentes nos relatos dos entrevistados ao tratarem das associações nacionais da MESA:

Figura 13- Mapa de palavras sobre as “associações nacionais”



Fonte: Elaborado pela autora, com o uso de *Nvivo 11 Plus*.

As palavras mais utilizadas ao discorrerem sobre as associações nacionais delineia o sentido que esse tipo de organização assume no contexto nacional. São “coalizões”, em alguns casos “temáticas” e construídas pelo “consenso”. Nos casos argentino e brasileiro estão em busca de uma “atuação” “internacional” e “regional”.

4.1.2 Redes regionais

Redes regionais são o conjunto de duas ou mais organizações da sociedade civil, apresentando formatos diversos (ONGs, campanhas internacionais, redes, coletivos etc.), que atuam com temas afins e estão estabelecidas em territórios nacionais iguais e/ou diferentes em uma mesma região. Para Adrián Falco (Fundación SES), o que levou sua organização nacional a participar de uma rede regional é “o direito de ter mais força como organização local. A Fundación SES na Argentina pertencendo a uma rede regional dá um pouco mais de força para dialogar com instituições do Estado ou privadas”.

A ALOP teve bastante relevância no processo de criação da MESA ao lado de associações nacionais, como podemos desprender da fala dos entrevistados na seção anterior. Assim, organizações que estão dentro das associações nacionais e redes regionais tiveram relevância nesse processo. Para Jorge Durão¹⁷ (FASE), a ALOP teve mais relevância no século passado:

¹⁷ Entrevista concedida em novembro de 2016.

Nas décadas de 80 e 90, a ALOP era mais relevante, tanto que nós achávamos que a ALOP era um espaço que poderia propiciar uma articulação das ONGs da região. E, de certa maneira, ela propiciou intercâmbios, conhecimento mútuo, espaços para diálogo. A ALOP contribuiu para a própria criação da MESA.

Ainda segundo Jorge Durão (FASE),

há uma certa complexidade de a ALOP fazer parte da MESA. Isso revela a proximidade de vários dirigentes de ONGs com a MESA. O próprio Miguel Santibañez é um exemplo disso. A FASE não participa de praticamente quase nada intermediado pela ALOP. Nós temos uma avaliação bastante crítica quanto à ALOP. Inclusive, essa avaliação foi transmitida para a própria direção da ALOP. [...]

Um dos problemas é a sua própria membresia. A ALOP é cristalizada dentro de um limite de determinados números de organizações por país, sendo que o Brasil tem uma cota totalmente desproporcional em relação ao peso populacional e à sua importância. São apenas 4 OSCs brasileiras dentro da ALOP. A nossa influência é muito limitada.

Para Adrián Falco (Fundación SES), existem redes regionais que “são eixos quase como caixas vazias, e tem outras que não. A LATINDADD é uma rede que tem muita presença na América Latina e tem muito trabalho de suas OSCs”. Ele também aborda o tema da conexão de temas locais e regionais proporcionada pelas redes regionais:

O trabalho local às vezes não está muito conectado com o regional. Por isso, os dirigentes de redes têm que ter a esperteza de perceber que temas locais têm vínculo com o regional ou com o global. Às vezes a rede que te impulsiona a trabalhar com temas locais. Com a LATINDADD isso acontece muito. A LATINDADD empurra temas.

Ainda segundo Adrián, na LATINDADD o processo funciona da seguinte forma:

Temos uma agenda regional ou global que é a questão dos fluxos ilícitos e perguntamos aos sócios na América Latina como estão trabalhando em seus países. Existem temas também que foram se perdendo como tema do trabalho, justamente porque não existem organizações nacionais que os conseguem motorizar.

Maria Lúcia Fatorelli, diretora da Auditoria Cidadã da Dívida, organização brasileira que faz parte da LATINDADD, afirma que:

A Auditoria Cidadã é independente e o nosso tema é a dívida. Às vezes as pautas não andam por isso, é difícil se encontrar uma associação independente como a nossa, que conta com doações pequenas e um grande volume de pessoal voluntário que está aqui por vontade e consciência, que não está vinculado a partido, a ideologia, a financiamento e nem outros interesses.

Fatorelli relata um pouco de sua experiência na LATINDADD: “Eu fui convidada para participar da LATINDADD inicialmente na questão tributária, porque na época a

LATINDADD trabalhava com temas de direitos humanos e dívida”. Ela discorre sobre as primeiras interações da OSC nacional com a rede regional:

O primeiro convite que surgiu, nem era LATINDADD ainda, tinha outro nome, foi em 2002/2003, e eu fui convidada a tratar da questão tributária, porque eu sou auditora da Receita Federal. E eles tinham um seminário sobre a questão tributária. Só que na época eu já participava como coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida também. [...] A gente já vinha se focando nos Fóruns Sociais Mundiais apresentando a questão da auditoria. Então, quando a LATINDADD estava começando, outras organizações também foram criadas como a AFRODAD, a EURODAD. O conhecimento veio através do Fórum Social Mundial que desde 2001, a Auditoria Cidadã já começou a apresentar painéis. E a questão tributária por conta da minha atuação como auditora da Receita nos sindicatos dos auditores e etc.

Vale lembrar que no escopo da MESA existem redes regionais, como a PIDHDD, que inspiraram a criação de capítulos nacionais. Isto é, os capítulos nacionais, muitas vezes organizados na forma de redes, nasceram a partir da rede regional. Darci Frigo, diretor da Terra de Direitos, membro da Plataforma DhESCA Brasil e ex-coordenador da PIDHDD, relata: “Tiveram processos de formação e intercâmbio, inserções no Fórum Social Mundial, a PIDHDD exerceu de alguma forma influência e foi bastante importante para as organizações nacionais”.

Segundo ele, a organização do capítulo brasileiro da PIDHDD via Plataforma DhESCA Brasil “se deu principalmente porque havia um grupo de organizações na América Latina que passou a se preocupar com esse protocolo”. Frigo completa:

Foi esse mecanismo de reunião que incentivou a criação do capítulo brasileiro e sua inserção no âmbito da região. O Brasil chegou a presidir a PIDHDD. Até um determinado momento, a PIDHDD teve um papel muito importante. A pergunta que eu me faço sempre é: Em que momento ela se desarticulou?

Nos últimos anos, a PIDHDD segue se desarticulando no Brasil e na Argentina, de maneira que seus capítulos nacionais começaram a seguir sua atuação autonomamente. Ainda nas palavras de Darci Frigo (Terra de Direitos/Plataforma DhESCA Brasil): “O que acontece atualmente, nos últimos seis anos, é que a PIDHDD não faz mais reuniões, manteve por um tempo a lista de e-mails, uma representação formal e assinava documentos em nome da rede regional”. Ele relata o processo de desarticulação: “Talvez seja a primeira vez que vou falar isso, mas acredito que não existe mais a PIDHDD concretamente. Existiu como uma grande rede regional no passado, mas que ninguém está propondo no momento reativá-la”. Segundo Darci:

Mais recentemente, talvez tenha permanecido apenas o GT de migrantes, que era o maior e conseguia se viabilizar mais autonomamente. Vários capítulos nacionais fizeram esforços. Inclusive, o capítulo argentino tinha um grupo ativo no MERCOSUL, fizeram alguns contatos com a REBRIP e o INESC, mas não conseguiram ninguém para articular isso com as OSCs brasileiras. Isso foi dificultando as relações entre os capítulos nacionais. Hoje cada capítulo nacional se manteve na sua perspectiva dentro das suas incertezas e teve uma perda muito grande das relações na América Latina. Existem outras formas de organização e articulação, mas nesse campo não se constituiu outra rede que pudesse dar continuidade a esse campo. Os capítulos nacionais na Bolívia, na Argentina, no Paraguai e etc. continuam com suas atuações autônomas, mas sem nenhum tipo de mediação da rede regional.

Sobre o caso brasileiro, ele complementa:

Nos somamos a essa rede, porque ela tinha a possibilidade de uma articulação internacional, e nós como organização singular poderíamos ter um campo de ressonância maior de atuação e ter uma inserção maior nas relatorias de direitos humanos no sentido de que essas redes são um movimento muito eficaz do ponto de vista de monitoramento e da incidência política no campo dos direitos humanos.

Ana Chaves¹⁸ representante do capítulo argentino da PIDHDD, relata sobre a entrada das OSCs argentinas na PIDHDD: “Nos juntamos para reclamar ações concretas em matéria de política pública, essa era a nossa meta”. Ana expressa a desarticulação da rede regional e o grau de incerteza em relação à sobrevivência do capítulo argentino:

Não sei como vai ser em relação às Assembleias da PIDHDD. O que temos é uma comunicação por Skype ainda. Tenho que ser honesta, tem sido muito difícil, creio que não vai se manter. Creio que é mais fácil manter esses espaços de decisão conjunta em eixos concretos. Participamos de determinado espaço que aborda a exploração sexual e nos articulamos de maneira pontual com outras organizações, porque às vezes a estrutura organizativa define que se tem que fazer uma consulta ao capítulo de algum lugar etc., o que dá morosidade aos processos.

Com a desarticulação da PIDHDD regionalmente, após o fortalecimento de capítulos nacionais, os capítulos brasileiro e argentino seguem seus trabalhos de maneira autônoma. Após a desarticulação a partir de 2010, “cada capítulo nacional foi diminuindo de tamanho. Me parece que no Brasil também se passou o mesmo. O capítulo argentino nasceu de um tribunal ético para punir os responsáveis por violar gravemente os direitos econômicos, sociais e culturais” (Ana Chaves, Capítulo Argentino PIDHDD). Ela completa:

Foi o *Centro de Estudios Legales y Sociales* (CELS) que impulsionou o capítulo argentino. E depois, o CELS se retira e participa de outras redes com ênfase em direitos econômicos, sociais e culturais. Nós começamos como movimento, não começamos com a mesma história programática que tinha o capítulo da Bolívia, conformatado como um capítulo autônomo, que é praticamente outra organização. Na Argentina, sempre foi uma rede e não uma organização autônoma. Caminha para ser autônoma após a desarticulação.

¹⁸ Entrevista concedida em junho de 2016.

O CELS que foi o impulsionador do capítulo argentino, não compõe a PIDHDD na atualidade, mas continua se articulando com as OSCs do Brasil, inclusive, como afirma Darci Frigo: “Nós também temos uma relação forte com uma OSC argentina chamada CELS”. Ana Chaves explica como o capítulo argentino caminha para se manter autônomo diante da desarticulação da rede regional:

A Relatoria da Infância se mantém autonomamente, para além da PIDHDD. E na atualidade, participa de outras redes. O trabalho mais importante da Relatoria de Acesso à Justiça é o apoio ao observatório latino-americano sobre o tráfico de pessoas, em que compartilhamos o trabalho com Colômbia. Esse trabalho se manteve em rede e foca principalmente no tema da exploração sexual. Efetivamente, depois de todo esse processo, são as duas relatorias que permanecem.

Outra rede regional da MESA, o CEAAL, diante de uma possível desarticulação, começou um trabalho de mudança de sua atuação. Segundo Raimunda Oliveira, representante da CONTAG no CEAAL: “desde 2011, o CEAAL vem fazendo um debate sobre a mudança de sua atuação enquanto rede regional. E essa mudança tem a ver com o fortalecimento dos coletivos nacionais”.

Sobre o caso brasileiro, Raimunda explica:

Aqui, no Brasil, tem uma lista de organizações filiadas, mas atuando mesmo tem umas 15, que constroem uma relação com os espaços que o CEAAL mobiliza e também demandam ao CEAAL, a partir de sua própria pauta, questões específicas que tem a ver com o âmbito local. [...]

Essa relação que o CEAAL estabelece na América Latina e no Caribe e abarca em torno de 22 países faz com que ele atua localmente por intermédio dessas organizações nacionais. Daí a iniciativa do CEAAL dos últimos anos de constituir e fortalecer os coletivos nacionais.

Ainda segundo Raimunda Oliveira, “os coletivos nacionais possuem dinâmicas próprias em seus países. Tem uma agenda de encontro em que os coletivos se encontram para pensar os seus processos”. Ela discorre sobre o processo pelo qual o CEAAL passa de reconfiguração de sua atuação a partir de 2011:

Desde 2011 que o CEAAL vem se reinventando por dentro. Mudou a sua razão social, seu conselho de jovens e adultos, que é o que deu origem à sua atuação a partir da pedagogia do Paulo Freire. Dentro desses novos desafios dos movimentos sociais, se percebeu que a educação popular tinha que levar em consideração as pautas mais diversas dos movimentos, que seria importante que o próprio CEAAL se abrisse para outras experiências de formação, que não necessariamente a formação de jovens e adultos.

Maria Lúcia Goldar, diretora da *Fundación Ecumenica de Cuyo* (FEC), OSC argentina, membro do CEAAL, discorre sobre o caso argentino:

Distintos contextos foram gerando a necessidade de que era necessário dar um salto no que se concebia como CEAAL. [...]

Nos anos de 2011 até agora me parece que foi um momento em que foi se modificando a forma das organizações-partes, crise financeira, e a necessidade de começar a responder distintos desafios pela conjunturas latino-americanas, esses tipos distintos de movimentos e ações que existiam nos diversos países e o contexto dos governos progressistas na região.

Maria Rosa explica melhor o caso argentino: “A *Fundación Ecumênica de Cuyo* (FEC) pertence ao CEAAL desde a sua origem, desde meados dos anos de 1980. Nesta mesma época, aqui na Argentina existia uma rede Nacional de ONGs de educação popular que se chamava *Confluenzia*”. Ela discorre mais detalhadamente sobre esse processo:

Então, é como se o coletivo do CEAAL no caso argentino fosse o mesmo que a *Confluenzia*. Muitas das atividades eram desempenhadas com duplo pertencimento. A *Confluenzia* por distintas razões foi se desarticulando no início dos anos 2000. Ao mesmo tempo, começamos a participar mais ativamente no CEAAL no nível latino-americano.

Guacira Cesar¹⁹, diretora do CFEMEA, explica o processo de criação da AFM a partir do trabalho “com o movimento de mulheres, a articulação dentro da sociedade civil com os movimentos sociais se tornou algo importante. A gente, além se relacionar com o próprio movimento de mulheres, redes e plataformas de mulheres, também se relacionava com associações mais amplas de sociedade civil”.

O CFEMEA teve um papel importante na criação da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), que também faz parte da AFM. “No movimento de mulheres, o momento mais importante desde 1994, 5 anos depois de nossa fundação, foi a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB)”, como esclarece Guacira. De acordo com ela, “o CFEMEA, desde o começo, está presente na criação da articulação, que vem do debate lá da Conferência Mundial da Mulher de Beijing”. A diretora do CFEMEA complementa:

E também teve toda uma conexão com esse círculo social da ONU dentro dessa rede nacional. Nesse mesmo processo é criado a *Articulación Feminista Marcosur* (AFM). Ainda não se chamava AFM, chamava *Articulación de Mujeres de América Latina e Caribe Rumo a Beijing*. Tanto a AFM quanto a AMB são processos que o CFEMEA esteve muito envolvido.

¹⁹ Entrevista concedida em novembro de 2016.

A diretora do CFEMEA ainda traça alguns elementos sobre o caso argentino ao ser indagada sobre o fato de que apenas uma OSC argentina compõe o rol da AFM:

[a] AFM não faz muito esforço de filiação, a gente se acomodou numa identidade que a gente construiu e nos mexemos menos do que devíamos para ter mais gente.
[...]

O CISCOSA foi muito importante em 1995 na AFM. A rede antecedente da AFM tinha duas coordenadoras em 1994, quando a gente estava preparando o processo, que eram conhecidas internacionalmente. E naquele momento isso foi muito importante porque a gente não tinha uma articulação internacional e precisava para ter um processo regional nosso. Ana Falu do CISCOSA e Regina Vargas do Flora Tristan do Peru. O primeiro foro regional de Beijing aconteceu em Mar del Plata e foi todo coordenado pelas argentinas. E passado os processos de Beijing, o CISCOSA entrou numa linha internacional de ação. Atualmente, conferências de hábitat, de assuntos da cidade, o CISCOSA está em tudo isso, mas descolou do processo nacional.

Maria Luísa Garrido, diretora da AFM, complementa sobre o caso argentino: “Houve uma época na AFM que também tinham mais organizações argentinas. As OSCs argentinas deixaram de participar da AFM, creio que por falta de recursos”. Maria Luísa discorre sobre as OSCs da Argentina:

O problema é que quando se fundou a AFM em 2000, tinha um grupo grande de OSCs argentinas. Por outro lado, nós não somos uma rede regional interessada em agregar muitas organizações. CISCOSA faz parte por ser sede da *Red Mujer y Hábitat*, que é importante para a região. Ana Falu, que dirige o CISCOSA e a *Red Mujer y Hábitat*, participou do processo de Beijing junto com todas nós que fundamos a AFM.

Sobre esses processos, Ana Falu,²⁰ diretora do CISCOSA e da *Red Mujer y Hábitat*, explica: “Não sei muito bem o que aconteceu com as OSCs argentinas no processo da AFM. É algo que sempre fico na dúvida”. Ela completa: “Não sei em que momento se distanciaram e não se aproximaram. Não sei quais foram as razões. O que sei é que algum momento a AFM deu mais preferência para ONGs do que para as redes, mas não tenho os elementos para responder”.

O CISCOSA, organização argentina que faz parte da AFM, é também cofundador da rede regional. Soledad Perez²¹ representante do CISCOSA, ressalta: “Beijing em 1995 é extremamente importante para essas organizações que nasceram nos anos 80. O CISCOSA está desde o início quando se cria a AFM. Pelos projetos da AFM e questões de aliança, CISCOSA estava bem no princípio de construção da rede, depois mais nos últimos anos”.

²⁰ Entrevista concedida em dezembro de 2016.

²¹ Entrevista concedida em dezembro de 2016.

Ana Falu, diretora do CISCSA, completa sobre os processos que deram origem ao surgimento da AFM: “A AFM surge como resultado dos processos para Beijing”. Sobre os processos de Beijing no surgimento da AFM, ela discorre:

Beijing teve algo de importante e positivo que foi consolidar articulações entre as ONGs da América Latina, entre as feministas, redes formais e informais que promoveram o conhecimento ao assumir os desafios rumo a Beijing. Simultaneamente, existe outra questão importante, que são os encontros latino-americanos, porque os encontros latino-americanos feministas foram mais heterogêneos. Como surge o tema da AFM? Creio que surge pela preocupação expressa e latente entre as pessoas que estavam vinculadas por distintos motivos, pelas redes ou porque já não encontravam consenso com instituições como a CEPAL, ou porque participavam do processo de Beijing ou porque nos encontrávamos nos encontros latino-americanos.

As cinco redes regionais da MESA – ALOP, LATINDADD, PIDHDD, CEAAL e AFM – apresentam momentos de maior mobilização e sustentabilidade de sua atuação a partir do fortalecimento das OSCs nacionais participantes. A ALOP foi importante na própria criação da MESA, mas segue afastada da atuação de suas OSCs nacionais por possuir uma agenda genérica sob o guarda-chuva do “desenvolvimento”. Embora seja uma das primeiras redes regionais da América Latina composta por organizações mais antigas e consolidadas da região.

A LATINDADD segue dando força às OSCs nacionais argentinas e brasileiras que possuem uma agenda pontual e específica, que confere forte mobilização em temas específicos. A PIDHDD segue se desarticulando, principalmente por ausência de recursos materiais, mas propiciou que os capítulos argentinos e brasileiros se mantivessem autonomamente. O CEAAL, diante de uma possível desarticulação, mudou a sua atuação para trazer outras OSCs nacionais e movimentos sociais, inclusive incorporando movimentos e organizações de base, como a CONTAG no caso brasileiro. A AFM que nasceu de OSCs nacionais fortes, como o CFEMEA no Brasil e o CISCSA na Argentina, é fortalecida por essas OSCs, assim como teve influência nos processos de criação de articulações no contexto nacional, como o caso da AMB no Brasil e a *Red Mujer y Habitat* na Argentina.

4.1.3 Ação política coletiva transnacional

A ação política coletiva transnacional é a ação empreendida por associações nacionais e redes regionais da sociedade civil em processos políticos para além das fronteiras do Estado.

Nesta tese, a ação política coletiva transnacional é representada pelas associações nacionais e redes regionais da MESA.

As formas emergentes de ação coletiva transnacional não podem ser estudadas como se estivessem dissociadas de contextos políticos, como observa Von Bulow (2014). Para ela, uma abordagem que dê ênfase na “inserção política desses atores permite uma melhor compreensão das diferentes escolhas feitas por organizações semelhantes em variados países e ao longo do tempo, além de tornar visíveis as potencialidades e armadilhas da ação coletiva transnacional”.

Segundo Adrián Falco (Fundación SES), “a MESA é uma mamushka²² de OSCs”. “A MESA é uma organização de terceiro nível praticamente, porque existem as associações que são de segundo piso e tem seus membros. Por exemplo, na ABONG, se tem OSCs que são membros de ALOP, de CEAAL e etc.”, como completa Miguel Santibáñez (MESA).

Ainda segundo Santibáñez, “[a] MESA não se vincula diretamente com as OSCs que compõem a ABONG, ou as OSCs que fazem parte de uma rede regional como a AFM. Simplesmente, se manifestam dentro da MESA como ABONG ou AFM”. Para Rodolfo Wlasiuk²³ (CRIES): “dentro da MESA existiam ONGs e redes de ONGs muito fortes em termos de representatividade que asseguravam um sustento para o trabalho da MESA”.

Segundo Ana Bourse (CRIES), “a MESA foi como um movimento social de alguma forma. Os movimentos sociais antigos se esgotaram um pouco quando desapareceu a ameaça comum para o qual se reuniram. Os novos movimentos sociais seguiram replantando os seus objetivos na medida que vão se reformulando, o mesmo acontece com as organizações de direitos humanos, por exemplo”. Segundo Ivo Lesbaupin (ABONG), “a MESA tem tido um papel de reforçar as OSCs em nível nacional”.

Maria Luísa Garrido, diretora da AFM, complementa sobre a participação da AFM na MESA: “Eu não sou a primeira representante da AFM na MESA, mas sou a que durou mais tempo. Nos somamos à MESA em 2008”. Segundo ela:

Entramos na MESA uma discussão que tinha a ver com a cooperação, com todo o movimento que estava passando internacionalmente sobre os rumos da ajuda para o desenvolvimento e etc. Creio que a MESA percebeu que era meio ridículo não ter nenhuma organização feminista compondo o seu quadro. Acredito que seja uma aliança útil, as duas partes saíram ganhando. Recentemente, tivemos

²² Trata-se de um conjunto de bonecas chamado *Matryoshka*, *Matrioska* ou *Mamushka*. A prole da *Matrioska* também pode ser mista, composta por bonecos e bonecas. A palavra *Matryoshka* vem do diminutivo de *Matryona*, nome próprio feminino muito comum entre as camponesas da Rússia antiga. Normalmente o conjunto de bonecas é composto de três a sete bonecas, que vão se encaixando umas dentro das outras.

mais uma vitória porque vai participar da MESA a Rede de Mulheres Afro, precisamos de mais redes feministas.

A ação política coletiva transnacional é expressada nesta pesquisa pela MESA, que é uma organização de terceiro nível. As associações nacionais que a compõem têm o seu quadro de OSCs membros, assim como as redes regionais também possuem OSCs nacionais em seu bojo. Tanto no caso brasileiro quanto no caso argentino foi verificado que a MESA funciona como uma organização de terceiro nível. Isto é, em que OSCs nacionais participam direta e indiretamente da ação para além das fronteiras nacionais.

O grande ganho para as OSCs nacionais empreenderem esforços rumo a uma ação política coletiva transnacional construída pelas associações nacionais e redes regionais da MESA é poder ter uma agenda comum, um marco de atuação em torno de temas comuns, gerando um consenso regional entre as OSCs que participam dela.

4.2 Representação por afinidade

A representação por afinidade é uma forma não eleitoral de representação, em que um ator age por sua própria conta em nome de outros e incorre numa situação de representação através de um processo de identificação (AVRITZER, 2012; 2014; ANNUNZIATA, 2014) diferentes formatos de sociedade civil trabalhando internacionalmente, vinculados por valores compartilhados, discurso comum e troca de informações através da representação por afinidade.

A experiência da MESA é possibilitada pela representação por afinidade. Ivo Lesbaupin (ABONG) discorre sobre isso: “Quando alguma entidade vai ser representante na MESA, isso é definido pela própria MESA. A articulação transnacional que define. Por exemplo, a ABONG vai nos representar em determinado tema, mas não vai falar em nome da ABONG, e sim da MESA”.

A MESA representa várias outras OSCs que se somam à sua atuação, principalmente, por afinidade de temas. Como explica Miguel Santibáñez, “são quatro temas que para nós da MESA são importantes”, demonstrando o marco de atuação estabelecido para a representação de OSCs pela MESA. Santibáñez discorre sobre os quatro temas importantes para a articulação que fazem parte de suas principais linhas de ação:

O primeiro tema tem a ver com toda a agenda em torno de marcos favoráveis à militância ou a agenda de Busan, que está vinculada com a influência da AOED. Muitos dos integrantes da MESA são partes da iniciativa da AOED, que é uma instância maior que a MESA. O segundo é a própria agenda de desenvolvimento

sustentável, a agenda 2030, em que a MESA participou ativamente em algumas campanhas, como a Beyond 2030. Os temas sobre a arquitetura internacional e o papel das OSCs no processo de implementação desses objetivos do desenvolvimento sustentável em nível nacional e regional. Tem um tema particular que tem a ver com a temática da criminalização das organizações, que é bastante relevante, já que complexifica as relações entre os governos e a sociedade civil, que ocorre tanto em governos de direita quanto em governos progressistas.

Segundo o diretor da MESA, são quatro os temas estabelecidos no marco de atuação da articulação transnacional: marcos favoráveis à militância; agenda de desenvolvimento sustentável; implementação dos objetivos do desenvolvimento sustentável; e a criminalização das OSCs. Ivo Lesbaupin (ABONG) relata sobre os temas importantes para a MESA: “Têm temas que são comuns pela institucionalidade das OSCs, a questão do financiamento, a questão do marco jurídico e do papel das OSCs na sociedade contribuindo no avanço do processo de democratização”. Ele complementa:

São temas comuns que estão sempre sendo levados à frente. E têm temas que se tornam mais prementes de acordo com o momento. Por exemplo, os objetivos do desenvolvimento sustentável do milênio de 2015, a Agenda 2030. Houve um conjunto de OSCs latino-americanas que entraram mais nessa luta. A MESA se articulou para ter uma presença maior nessa área.

Adrián Falco (Fundación SES) discorre sobre a representação por afinidade no caso argentino: “A Fundación SES, a *Red Encuentro*, a LATINDADD são um grupo de pessoas que motorizam, que têm agenda, que produzem um documento, e as outras OSCs participantes recebem esse documento”. Ele complementa que “não há um papel muito ativo por parte das OSCs participantes. Por exemplo, se tem um documento de posicionamento sobre o golpe no Brasil e pergunto as OSCs o que elas acham para publicá-lo, uma ou outra que responde”.

Jorge Durão (FASE) comenta sobre a representação da ALOP na região vista como um espaço de diálogo sobre temas de cooperação internacional, um espaço de representação por afinidade, e não um espaço de articulação para a ação: “A ALOP teve um papel positivo na região. A ALOP sempre teve um viés muito institucionalista”. Ele discorre sobre a ALOP como um espaço importante de diálogo de questões mais amplas. “Por exemplo, no tema da educação popular, a FASE se vê uma entidade em busca disso desde 1982. A ALOP nunca foi um espaço relevante do ponto de vista da educação popular como o CEAAL”. Jorge ressalta as interações de sua OSC nacional com a rede regional:

Nós tínhamos ligações com entidades de educação popular de outros países da América Latina, mas não por intermediação da ALOP. A ALOP era vista como um espaço importante para dialogar sobre a cooperação internacional para o

desenvolvimento, para estabelecer vínculos entre as ONGs importantes da região, mas ela nunca foi um espaço de articulação para a ação. A ALOP é um espaço de diálogo institucional entre as ONGs e delas com a cooperação internacional. Era importante contarmos com a visão ampla da ALOP sobre desenvolvimento e cooperação com as agências europeias. Vários temas para o nosso conhecimento foram trazidos pela ALOP. Outro esforço positivo foi de atualizar a análise sobre o desenvolvimento da democracia na América Latina.

Jorge faz uma crítica à representação feita pela ALOP: “Como espaço de articulação para uma incidência política eu não me recordo de um momento importante da ALOP nessa direção”. Maria Lúcia Fatorelli (Auditoria Cidadã da Dívida) relata a representação por afinidade feita pela LATINDADD em torno de temas comuns:

Os temas são escolhidos pelas OSCs a partir dos próprios impactos. Tem o tema dos direitos humanos, tem o tema da dívida pública e auditoria, tem o tema do modelo tributário, e agora as questões das transnacionais, que têm até uma Campanha que é “que as transnacionais paguem o justo”. A última campanha que a LATINDADD lançou que é sobre a exploração das transnacionais nos nossos países deixando o dano ambiental e ainda tem isenção tributária, incentivo à exportação porque é considerado exportação.

É possível analisar a MESA sob a perspectiva da representação por afinidade em três níveis nos casos das OSCs argentinas e brasileiras. Em primeiro lugar, a MESA proporciona uma representação por afinidade de todos os seus membros por intermédio de suas associações nacionais e redes regionais. Em segundo, no caso das associações nacionais, a ABONG e a *Red Encuentro*, também funcionam como mecanismos de representação por afinidade, já que envolvem em seu bojo diversas organizações. E por último, no caso das OSCs que participam das redes regionais, há também um mecanismo de representação relacional, já que as organizações brasileiras e argentinas acabam participando das redes regionais, principalmente por afinidade de temas e experiências. A figura 14 traz as palavras mais utilizadas pelos entrevistados ao tratarem do tema da representação por afinidade:

Figura 14- Mapa de palavras sobre “representação por afinidade”



Fonte: Elaborado pela autora, com o uso de *Nvivo11 Plus*.

A figura 14 sublinha o sentido que a representação por afinidade assume nesta pesquisa. É a representação feita por OSCs em nome de outras OSCs em torno de temas comuns, em um marco que as une. Esta representação, por sua vez, é um processo do conjunto de OSCs, muitas vezes associado ao próprio grau de institucionalidade das organizações e os formatos organizacionais assumidos por elas.

A representação por afinidade garantida pela própria MESA e suas cinco redes regionais em nome de seus atores nacionais é uma representação conferida pela própria sociedade civil. Segundo Avritzer (2014), é a representação em que há uma autorização para atores com maior experiência em determinados temas, ocorre por finalidade e processo, cujo sentido é representar outros atores em temas e experiências.

4.3 Recursos e oportunidades

Os recursos e as oportunidades são considerados formas de como o ambiente internacional impacta a articulação transnacional regional e, conseqüentemente, os atores nacionais. Nesta seção, é discutida a dinâmica desses dois componentes na ação política coletiva transnacional empreendida pelos atores nacionais de Brasil e Argentina por meio de suas associações nacionais e OSCs que integram as redes regionais da MESA. Os recursos e as oportunidades são vistos como uma categoria única, entendidos pelo prisma da

sustentabilidade da atuação das OSCs, já que na ação política coletiva transnacional esses dois elementos são indissociáveis.

Marcos conceituais para analisar a ação coletiva e o seu vínculo com os sistemas políticos de alcance regional, como a teoria de mobilização de recursos, dão ênfase em como os grupos se apropriam de recursos e os utilizam para alcançar seus objetivos; análises que recorrem às estruturas de oportunidades políticas dão destaque às possibilidades de êxito ou fracasso diante de oportunidades. A forma que a ação coletiva adquire em seu nível de conflito e seu grau de institucionalização é resultado do sistema político e dos recursos e das oportunidades que dispõem os atores sociais (TARROW, 1983).

A falta de recursos financeiros da MESA advinda de dinâmicas internas como a inexistência de um *status* jurídico é ilustrada na fala de Ivo Lesbaupin (ABONG): “A MESA nunca conseguiu se tornar uma pessoa jurídica e havia muitas discussões sobre isso também. Sempre os seus encontros dependiam de recursos conseguidos para outras utilidades”. Segundo ele:

O período que teve mais recurso foram esses 2 anos do projeto da União Europeia, que foi 2013 e 2014. Teve encontro duas vezes por ano latino-americanos e encontros sub-regionais, do Cone Sul, da região andina e da América Central. Esse foi o período mais rico de encontros e debates. Nos anos anteriores era quase uma reunião só por ano e vinha uma só pessoa de cada entidade. Quando a MESA se reunia, eram em torno de 20 pessoas. E com o projeto houve mais possibilidade de diálogo. Ultimamente, a MESA está tentando melhorar a parte institucional. Criar estatutos e regimentos, para ficar clara a relação das várias entidades dentro da MESA.

Miguel Santibáñez, diretor da MESA, discorre detalhadamente sobre os recursos materiais desde os primeiros passos da MESA: “Nesse período de 1995 a 2005, a MESA funcionou sem recursos próprios. Funcionou com os recursos de seus integrantes que começaram a ter a necessidade de uma articulação maior”. Ele complementa sobre o recurso material advindo de uma organização francesa:

Teve um momento que se teve um vínculo com a Plataforma francesa de ONGs, a *Coordinacion SUD*, que tinha um projeto com a ABONG. E essa aventura é muito particular porque se voltou à pobreza em lugares como Lagos. Isso em 2004. 2005 teve um acordo com essa Plataforma, e ela começa a apoiar algumas iniciativas da MESA. O primeiro acordo que se dá é no Fórum Social Mundial de Porto Alegre, em 2005. Posteriormente a isso, começa um apoio de um projeto de constituir uma aliança maior de associações nacionais de ONG. Isso é o que planteou a Plataforma francesa de ONGs. Nesse marco, conseguimos recursos com a agência francesa para o desenvolvimento com a UE, para apoiar as associações nacionais. Nesse contexto, começamos a receber um pequeno recurso, algo como 15.000 euros que nos permitia fazer uma Assembleia anual. E começamos um pequeno apoio a uma secretaria de comunicações.

A possibilidade de recursos materiais advindos da cooperação é abordada por Ana Chaves (Capítulo argentino da PIDHDD): “A cooperação internacional é um fator decisivo para a eficácia, sobretudo em organizações que dependem de financiamento para sobreviver”. Chaves complementa: “Não creio nesse momento que dependamos de voluntarismo, e sim de capacidade de ação política. Sem recursos, o único que temos é a capacidade de ação política e as metodologias de trabalho”.

O projeto da MESA com a UE foi responsável por propiciar recursos e oportunidades. Miguel Santibáñez observa: “No marco do projeto que tivemos com a UE, asseguramos uma série de iniciativas em relação ao marco regulatório da sociedade civil. Os grupos de trabalho sub-regionais e regionais foram muito produtivos também”. De acordo com ele: “Obviamente que tivemos uma dificuldade de participação pela falta de recursos, mas foram produzidos textos e documentos que resultaram desse processo de aprendizado”.

Recorro à tipologia de recursos de Cress e Snow (1996), discutida no Capítulo 1, para demonstrar o que foi possível apreender no caso brasileiro e no caso argentino. De acordo com esses autores, existem quatro tipos de recursos: moral, material, informacional e humano. Os recursos e as oportunidades no caso da MESA não são somente externos. A MESA e as redes regionais funcionam mais como fontes de recursos morais, informacionais e humanos para as OSCs nacionais de Brasil e Argentina, por promoverem apoio solidário, suporte estratégico e pessoas que doam o seu tempo às organizações, do que fontes de recursos materiais.

Em alguma medida, foi possível verificar o recurso material advindo do projeto da MESA com a UE, que, ao promover estudos e encontros sub-regionais, acabou gerando recursos morais, informacionais e humanos para as OSCs brasileiras e argentinas. Recursos materiais advindos de organizações externas se mostraram, no caso de algumas OSCs nacionais, como fator de desmobilização, que é o caso da Auditoria Cidadã da Dívida e da *Fundación SES*, que em algumas instâncias, por questões de financiamentos, ficam sujeitas a restringir sua ação e não tocar no tema da auditoria da dívida, e, conseqüentemente acabam por não participar desses espaços. Ou no caso do capítulo argentino da PIDHDD, em que a perda de financiamento da NOVIB-OXFAM acarretou a desmobilização regional.

No que se refere à questão das oportunidades, entendida como abertura no ambiente regional para a participação e sustentabilidade da mobilização das OSCs nacionais de Brasil e Argentina, foi possível verificar que a MESA e as redes regionais funcionam como mecanismos de oportunidades políticas para as OSCs nacionais, uma vez que propiciam a abertura necessária para a mobilização de temas e agendas comuns na região.

Ivo Lesbaupin (ABONG) completa sobre os impactos do projeto da MESA com a UE, e o papel da MESA em fortalecer as OSCs nacionais funcionando como mecanismo de recursos e oportunidades: “A MESA tem tido um papel de reforçar as OSCs em nível nacional”. Ele discorre sobre esse processo utilizando o exemplo do projeto com a UE: “O exemplo mais concreto foi o projeto da UE, que propiciou que as organizações mais estruturadas impulsionassem organizações nacionais, que eram mais fracas e tinham menos estrutura”. Segundo ele:

Hoje, estão mais fortes em função disso. E, também, essas temáticas vêm sendo levadas a elas. O tema dos direitos humanos é trazido por organizações mais fortes e estruturadas e que têm um papel mais ativo e vão sendo levadas para essas organizações que não se preocupavam com isso. Isso vai articulando e reforçando a representação da sociedade civil nesses organismos. Se não houvesse uma articulação, haveria uma presença muito mais fraca nesses organismos regionais.

Lesbaupin ainda discorre sobre como o projeto da UE estimulou o desenvolvimento de OSCs nacionais no Paraguai e Uruguai, assim como ajudou a impulsionar um dos maiores êxitos das OSCs brasileiras, que é a definição de um marco regulatório:

No Paraguai, por exemplo, a atuação era muito mais fraca e foi esse projeto que permitiu que eles se organizassem melhor. Uruguai, que não era tão fraca, avançou bastante também nesse período. Responder aos compromissos de um projeto, desempenhar as atividades, foi um processo difícil porque se tinham lugares onde o pessoal já tinha meios de fazer e outros onde o pessoal foi forçado a fazer, mas não tinham os meios necessários. Acabou dando certo, mas com essas variações. Foram feitos 3 estudos, um sobre o papel das ONGs na América Latina, um sobre o financiamento das OSCs, e aquele sobre o marco jurídico. E que durante esse período, coincidiu que o Brasil finalmente conseguiu aprovação da lei do marco regulatório do Congresso. Isso deu um grande impulso para o conjunto das OSCs.

Maria Lúcia Fatorelli (Auditoria Cidadã da Dívida) expõe que os recursos financeiros muitas vezes promovem a desarticulação na medida que “tem o caso dos financiamentos atrelados. Por exemplo, nós já tivemos numa reunião em que foi dito que nós não poderíamos nos pronunciar sobre a dívida, apenas sobre comércio, porque os financiamentos que nós temos não permitem que a gente aborde o tema da dívida”.

Adrián Falco (Fundación SES) também relata essa situação no caso argentino: “o próprio financiamento às vezes complica as agendas de trabalho, na medida em que as OSCs têm que trabalhar determinado tema e não outro. Por exemplo, trabalhamos com o tema da dupla tributação, quando fomos dialogar com a agência de cooperação para repetir o financiamento para seguir trabalhando, mas o tema teria que ser o dos refugiados”.

As redes regionais, por sua vez, são responsáveis em alguns casos por gerarem mais mecanismos de oportunidade à permanência das OSCs nacionais do que mecanismos advindos de recursos financeiros. Segundo Maria Lúcia Fatorelli:

A gente não recebe absolutamente nenhum recurso da LATINDADD. Quem recebe o recurso é a secretaria da LATINDADD que funciona no Peru. Eles é que recebem e remuneram o pessoal, prestam contas nas Assembleias, fazem publicações, financiam as viagens. Nós que somos entidades apoiadoras da rede regional não recebemos nada, a não ser, por exemplo, no caso de um seminário internacional, em que eles de dispõem a pagar a passagem de um ou de outra. Às vezes a gente tem alguma ajuda para publicação. Por exemplo, fizemos o livro da Auditoria em uma versão em espanhol. Entregamos a versão para eles em PDF e eles publicaram em impresso e fizeram uma tiragem no Peru voltada para a distribuição. Eles ajudam a divulgar o trabalho, a gente não cobra direito autoral, e também eles não vendem, é para distribuição gratuita.

Maria Rosa Goldar (FEC) esclarece sobre as OSCs argentinas participantes do CEAAL: “Não temos recursos do CEAAL, é sempre com recurso próprio, às vezes com o apoio de alguma organização”. Raimunda Oliveira (CONTAG) discorre sobre o apoio advindo de OSCs brasileiras:

Como a CONTAG tem autonomia financeira, a gente tem o recurso para fazer as mobilizações que a gente precisa fazer. Quando a gente tem uma atividade que tem temas correlacionados a organizações desse coletivo nacional, que é importante construir relações para debater essas questões, a gente chama, estabelece uma parceria. A gente paga passagem, e a organização assume as outras despesas. A pessoa vem e a gente faz o debate. Ou a gente dá suporte de outras formas. E a gente tem conseguido construir essa teia de debates em torno especialmente dos grandes desafios que os movimentos estão vivendo hoje.

É fato que quanto mais são os recursos materiais, maior será a mobilização e as possibilidades de sustentar a ação coletiva de determinada OSC. No entanto, a própria MESA e as suas redes regionais seguem sendo fontes de recursos morais, informacionais e humanos para as OSCs nacionais. Ana Chaves (capítulo argentino da PIDHDD) discorre sobre a perda de financiamento da rede regional:

Temos que definir dois momentos da PIDHDD: antes e depois da perda total de financiamento. Ou seja, quando a PIDHDD teve financiamento, teve programa regionais como a Mesa de Migrantes, teve um grupo de trabalho de migrantes, do qual nasceu outra organização distinta, que se tornou autônoma. O financiamento era extremamente importante porque era um trabalho com ênfase em políticas programáticas. Quando se perdeu o financiamento, a PIDHDD ainda permaneceu mais como uma vontade política por parte do companheiro Pablo do Equador.

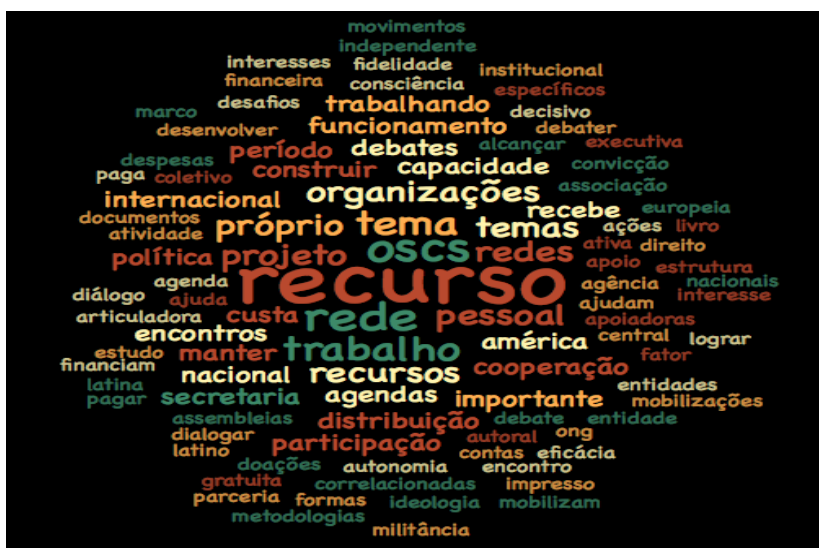
Adrián Falco (Fundación SES) traz alguns elementos sobre a dificuldade de mobilização das redes argentinas pelo prisma dos recursos materiais e a falta de abertura para trabalhar temas comuns entendida como oportunidade:

Não sei se é pelo tema do financiamento ou se é por uma agenda que não provoca interesse sobre os temas. O que se passa é que muitas redes conseguem financiamento para sustentar sua estrutura de secretaria executiva da rede, mas não para seguir cumprindo o seu papel de rede articuladora, é apenas uma ONG que tem o nome da rede. Faz com que acabe assinando documentos como rede e como organização nacional. Isso se dá por uma questão institucional. Custa muito lograr a fidelidade das OSCs participantes no caso das redes. Acaba se propondo um tema na presidência, algumas respondem e outras não, e seguem trabalhando com poucas organizações.

Os relatos de Ana e Adrián reforçam a ideia de que a reprodução social da ação política coletiva transnacional está muito mais ancorada na questão dos recursos morais, informacionais e humanos, ao lado das oportunidades, do que os recursos materiais no caso da MESA. Isto é, embora tenham tido a perda de financiamento e passam por um processo de desarticulação em nível regional, a rede regional cumpriu de certa maneira o seu papel de proporcionar o fortalecimento dos capítulos nacionais tanto no brasileiro quanto no argentino, no caso da PIDHDD, por exemplo.

Alberto Croce (*Red Encuentro*) enfatiza: “[d]epois de muito anos de militância e participação, tenho muito claro que a sustentabilidade não está nos recursos. É óbvio que se tem recurso, tem funcionamento melhor. E se tem recurso e convicção, vai ter funcionamento muito melhor”. A seguir, a figura 15, reúne as palavras utilizadas pelos entrevistados ao relatar o tema dos “recursos”:

Figura 15- Mapa de palavras sobre “recursos”



Fonte: Elaborada pela autora, com o uso de *Nvivo 11 Plus*.

A palavra “recurso” vem bastante associada a “temas”, “projeto”, “redes”, “trabalho”, “próprio”, dentre outras, que, por um lado, expressam o caráter mais material dos recursos nos relatos dos entrevistados e a ideia de que o recurso material é advindo de projetos específicos, condicionado a temas e necessário para garantir o mínimo de funcionamento de determinada OSC. Por outro lado, também reflete o componente moral, informacional e humano perceptível por meio da frequência de palavras como “independente”, “ações”, “articuladora” que aparecem reforçando a MESA e suas redes regionais como fontes de recursos morais, humanos e informacionais, mais do que materiais.

As oportunidades políticas, por sua vez, vêm associadas às aberturas proporcionadas pela própria MESA e as redes regionais para as OSCs nacionais, podendo ser verificadas, sobretudo, no momento atual de mudanças políticas e possível desmobilização, cujas OSCs permanecem ativas. Como afirmou Tarrow (1994), a estrutura de oportunidades políticas inclui “as dimensões do ambiente político que proporcionam incentivos para a ação coletiva, afetando as expectativas das pessoas para o sucesso ou fracasso” (p. 76-77).

Os movimentos sociais transnacionais oferecem recursos e oportunidades para os atores do movimento doméstico. Os movimentos sociais transnacionais são definidos como grupos socialmente mobilizados em pelo menos dois países, envolvidos em interações em pelo menos um país diferente do seu, ou contra uma instituição internacional, ou contra um agente econômico multinacional (TARROW, 2001). Segundo Smith, Chatfield e Pagnucco (1997), movimentos sociais transnacionais têm sido utilizados para mobilizar apoio para políticas específicas, ampliar a participação do público no processo da política internacional e ajudar a manter a atenção sobre os problemas globais críticos e questões que definem a agenda de política.

4.4 Frames

As redes transnacionais são fundamentais para a criação e recriação de significados sociais, e, mais ainda, de *frames*, entendidos enquanto enquadramentos discursivos pelos quais será possível influenciar as tomadas de decisão em nível local, nacional e global (BRINGEL; FALERO, 2008; JELÍN, 2003; GOHN; BRINGEL, 2014; ALONSO, 2012; DESMARAIS, 2007; SCHERER-WARREN, 2012; VIEIRA, 2014; VON BULOW; CARVALHO, 2014).

A construção de *frames* proporciona a assimilação de elementos racionais e irracionais, cognitivos, valorativos e a construção de formas de ver e estar no mundo a partir da prática social dos agentes sociais. Foi possível identificar um tipo de *frame* de ação coletiva nos casos das OSCs do Brasil e da Argentina participantes da MESA: os *frames* de identidade. Esses, por sua vez, assumem caráter diverso nos casos analisados, uma vez que as OSCs de Brasil e Argentina possuem identidades coletivas diferentes. Essa diferença que as identidades coletivas assumem é melhor explorada no Capítulo 5.

Os *frames* de identidade estão relacionados ao pertencimento das OSCs nacionais às redes regionais por se identificarem com temas e histórias comuns. Maria Rosa Goldar (FEC) discorre sobre o caso argentino no CEAAL: “era um pertencimento mais de identidade, sentimos uma identificação com o CEAAL pelo seu objetivo. Por ser a rede latino-americana que juntava centros de educação popular, nos nutrimos muito das distintas ações de CEAAL, das publicações e dos encontros”.

Para Maria Lúcia Fatorelli, “o que nos aproximou foi a percepção de que nossa história estava ligada em vários aspectos”. Assim, a identidade aparece como a percepção de que as histórias comuns estavam conectadas em um nível regional. Ela complementa: “Aqui no Brasil, na Argentina, no Equador. Quando a gente começou a trocar informações, a gente percebeu que nossa situação era mesma, de um modelo implantado para a região. E começamos a ver uma série de outras coisas”.

Para Ana Chaves (capítulo argentino da PIDHDD), “as interações e relações do capítulo argentino com outros capítulos, como o brasileiro, é somente por questões de identidade e pertencimento em relação à PIDHDD”. Raimunda Oliveira (CONTAG) relata como a educação popular agregou as OSCs, no caso do CEAAL: “A educação popular que juntou todo mundo”. E complementa:

Tem experiências que trabalham com política, com escolarização e a escolarização contextualizada, que é a base dos princípios da educação popular. Tem OSCs que atuam basicamente com a sistematização das experiências. Essa diversidade de organizações foi possibilitada por esta abertura do CEAAL, para além das organizações que trabalhavam com a escolarização desde o local até as relações com as universidades e etc. O pessoal da igreja tem muita influência nisso, principalmente o da Igreja Católica. Foi se abrindo nesse período de maneira que tem coletivos de periferia participando, tem ONGs mais articuladas nos âmbitos das microrregiões, e tem OSC nacionais de cunho mais sindical, que é o nosso caso. Aliás, somos a única organização de caráter sindical que participa do CEAAL, o que é fruto dessa abertura. Somos filiados não por sermos uma organização sindical e sim por ter uma escola que faz a formação política a partir da educação popular. O que nos junta é a prática da educação popular nessas diferentes frentes. Esses coletivos estão nos 22 países, inclusive tem os sub-regionais, como o Coletivo Cone Sul e etc.

Maria Lúcia Fatorelli ressalta sobre as OSCs que compõem a LATINDADD: “Como a nossa história é muito parecida, nós somos muito afinados em termos de repúdio ao tipo de endividamento ao qual estamos submetidos, o sistema da dívida. Isso é consenso, assim como a questão do comércio injusto e do modelo tributário”. Ela complementa: “o que acontece é que às vezes uma OSC ou outra tem um foco maior numa área. No nosso caso, o foco maior é na dívida. Já o Instituto de Justiça Fiscal, o foco deles já é mais a questão tributária”. A figura 16 traz as palavras mais frequentes nos relatos dos entrevistados sobre questões de identidade:

Figura 16- Mapa de palavras sobre “identidade”



Fonte: Elaboração da autora, com o uso de *Nvivo 11 Plus*.

Quando os informantes-chave abordam a questão da identidade, as palavras mais frequentes foram “pertencimento”, “distintas”, “coletiva”, “identificação”, “relações”, que remetem ao sentido que a identidade coletiva assume por meio do pertencimento das OSCs em relação ao engajamento da ação coletiva.

Ivo Lesbaupin (ABONG) relata a identificação como “OSCs mais à esquerda” das participantes da MESA: “No conjunto, são OSCs mais à esquerda, porque são organizações ligadas à defesa de direitos humanos”. Ele detalha melhor:

O ponto de partida é isso. Mesmo que cada uma esteja em uma área diferente, direitos das mulheres, pessoas com deficiência etc. Nesse conjunto, essencialmente são críticos dos governos que são uma parte importante dos que atacam os direitos humanos. Dentro desse conjunto de OSCs mais à esquerda ou mais progressistas, tem diferenças. Por exemplo, tem OSC que apoia a Venezuela atual, mesmo sendo autoritário. A maioria é mais crítica aos acontecimentos da Venezuela, mas existem algumas poucas assim. Existem diferentes posições internas, divergências internas, mas no campo da esquerda.

Um *frame* de identidade mais geral presente em quase todas as OSCs pesquisadas foi a identificação como “OSCs à esquerda” ou “OSCs progressistas”. A figura acima traz as palavras mais frequentes ao invocarem esse *frame*. A “esquerda” vem associada à “luta”, “construir”, “igualdade”, “propostas” e etc. Na primeira etapa desta pesquisa, procurei analisar se a identificação como “OSCs à esquerda”, recorrente em quase todos os relatos, estaria relacionada à um outro tipo de *frame*, o *frame* contra-hegemônico. No entanto, ao analisar de perto as OSCs do Brasil e da Argentina, foi possível evidenciar que este tipo mais geral de *frame*, os *frames* baseados em identidade, é que se desdobravam em identidades coletivas construídas de formas diversas.

4.5 Trajetória e aprendizado

A ideia de trajetória, nesta tese, é oferecer a descrição dos momentos que importam para esse conjunto de OSCs, bem como pontuar quais deles produziram mudanças e proporcionaram o direcionamento de suas atuações. A trajetória é vista conjuntamente à ideia de aprendizado, esta relacionada à trajetória na medida em que ideias, arranjos e agendas das OSCs vão se adaptando ao longo de sua caminhada, levando em conta as decisões tomadas anteriormente que facilitam as decisões posteriores, propiciando um curso de ação em detrimento de outro, que é a ideia de dependência de trajetória.

Miguel Santibáñez (MESA) relata os primeiros antecedentes da MESA no ano de 1995: “Existem alguns antecedentes, em relação à sua constituição, com dois ou três tipos de atores, que agrupavam as OSCs da região”. Ele complementa relatando os processos que possibilitaram o surgimento da MESA: “Por outro lado, associações nacionais e coalizões regionais, em alguma medida, temáticas. Isso começou a constituir-se no início dos anos de 1980 com organizações como CEAAL, ALOP, PIDHDD”. Ele completa:

No final dos anos de 1980 e começo dos anos de 1990, começam a constituir-se as associações nacionais de ONGs ou redes de ONGs de caráter nacional que tinham quatro elementos fundamentais: defesa do setor frente a ameaças de criminalização ou perseguição e sustentabilidade de sua identidade com a cooperação internacional; produção de conhecimento; defesa de aspectos concretos sobre o financiamento público; e o tema de atuação política. Esse último foi o mais importante. Quando um país articulou uma base de estruturação que permitiu a articulação, começou o processo de vínculo entre militantes latino-americanos, representantes dessas organizações que participam de seminários. E assim foi que ocorreu o primeiro encontro que deu origem à MESA, em 1995, em São Paulo.

O diretor da MESA cita um exemplo de “uma primeira atividade de mobilização latino-americana” nesses primeiros passos da MESA, a partir de 1995, que foi quando “havia uma pessoa que entrou num cargo das Nações Unidas, e todos os atores da sociedade civil da América Latina pressionaram para que fosse um representante vinculado à sociedade civil”. Para Santibáñez, isso “foi um exemplo de incidência política. Te diria isso até o ano de 1999, onde ocorreu o segundo encontro de associações nacionais e redes de ONGs da América Latina, em Cartagena, organizada por ALOP e pela Confederação Colombiana de ONGs”.

Ainda segundo Santibáñez, até 2005 as “OSCs operaram levemente, com uma institucionalidade quase inexistente. A MESA nesse momento somente se encontrava na medida em que algumas coalizões regionais e associações nacionais”. Estas, por sua vez, “convocavam uma atividade e davam um espaço para participação dos representantes das associações nacionais ou das coalizões regionais temáticas”. Ele relata esse processo:

Daí começa a surgir a forma e a ideia de ter uma MESA, a partir dos encontros regionais. Em algumas dessas reuniões, que ainda não eram reuniões da MESA, eram reuniões sobre algum seminário particular sobre direitos humanos em que convocavam a ABONG ou uma reunião sobre o seguimento dos acordos com a UE que convocavam a ALOP. Existia um momento especial em que se tinha os representantes da MESA. Isso se dava em um almoço, em uma tarde. Se reuniam para tratar temas específicos das ONGs da região. Os temas da cooperação internacional, do marco regulatório favorável e etc. passavam a ser temas de agenda dessas organizações.

Para Ana Falu (CISCSA), as trajetórias das OSCs feministas combinadas a um “momento latino-americano” que propiciaram os elementos necessários para o surgimento de redes regionais e articulações maiores: “Já havia uma trajetória que vinha se fortalecendo de vinculação entre as ONGs feministas, possivelmente entre as vozes mais potentes nos distintos países”.

“A preocupação era como trabalhar a incidência política e a agenda política, não somente armar projetos e levar as diversas linhas temáticas [...] como incidir nos espaços políticos latino-americanos. Creio que também seja interessante vincular isso ao momento latino-americano”, como observa Ana.

Já para Maria Luísa Garrido (AFM): “A MESA nasceu sendo levada pela onda progressista regional. E agora, com o final disso, não sei em que campo ela vai se mover. E, claro, que são processos também que têm a ver com os rumos do Fórum Social Mundial, que me parece que está cada vez mais desengajado”.

Para Guacira Cesar (CFEMEA): “Nos anos 90, os processos de conferências das Nações Unidas são importantes. Depois, na próxima década, o processo de construção do Fórum Social Mundial, a crítica aos processos da ONU, o esvaziamento do ciclo social”.

“Um diálogo muito intenso dentro do Fórum se desdobra na criação MESA, porque vários atores da MESA são atores no qual a perspectiva política foi sendo mais dialogada e refinada, em que construímos convergências”, observa Guacira.

O Fórum Social Mundial, principalmente em sua edição no ano de 2005, é bastante importante para o momento de criação da MESA e de várias OSCs que a compõem. Maria Lúcia Fatorelli complementa: “O início das relações da Auditoria Cidadã da Dívida com outras OSCs da região foi no Fórum Social Mundial. As atividades do Fórum permitiram a integração das OSCs. Foi uma relação muito importante, porque a gente viu que nós somos submetidos a um mesmo modelo”. Maria Lúcia observa:

O que os trabalhadores e a sociedade estão passando aqui no Brasil. Um país rico que deveria estar numa situação de desenvolvimento socioeconômico infinitamente superior ao que nos encontramos. O que nos atrasa é um modelo econômico imposto para a sociedade, que não é sustentável. Se você pegar a política monetária aplicada é uma política monetária suicida, em vez de verificar a possibilidade de irrigar a economia de recursos, esteriliza atualmente um trilhão de reais. E ainda aplica taxa de juros altas que impedem investimento. Se você olha essa política implementada aqui e olha para a Argentina é extremamente parecido. Na Venezuela, no México e etc.

Guacira Cesar (CFEMEA) discorre sobre a trajetória de processos nacionais de preparação para reuniões internacionais como Beijing e o Fórum Social Mundial na construção da AFM: “O processo que cria AFM é relacionado aos processos nacionais de preparação para Beijing. Foi um debate muito intenso, a América Latina estava num processo importante de redemocratização e fim das ditaduras militares e de afirmação de direitos humanos”.

Para a diretora do CFEMEA, “um debate político sobre Estado, direitos era praticamente inexistente em termos de região. O processo para Beijing forçou isso, organizarmos uma pressão forte sobre estas temáticas e os respectivos Estados”. Ela ainda relata sobre a importância do processo de Beijing para a sua organização:

Para o CFEMEA, esse foi o primeiro momento que possibilitou uma articulação latino-americana, em que construímos uma posição regional. Não foram as alianças globais que proporcionaram isso, foi a partir de nós, a gente construiu o nosso processo dentro desta articulação latino-americana, dentro do Brasil.

Não foram as ONGs que prepararam e mobilizaram e etc. Todo o processo de mobilização, ampliação da ideia de construção de movimento feminista

anticapitalista estava muito presente. Isso foi criando uma identidade entre algumas de nós que estávamos em Beijing.

Guacira Cesar também discorre sobre a importância do Fórum Social Mundial na trajetória do CFEMEA e no próprio surgimento da AFM:

Alguns anos depois, quando estávamos bastante envolvidas nos processos do Fórum Social Mundial monitorando os compromissos de Beijing, decidimos criar a AFM com uma proposta, não como uma rede de feministas com várias posições, mas como uma corrente de pensamento e ação feminista. A partir desse pensamento que a gente foi aprofundando, a gente foi ampliando a nossa presença, seja no Brasil, seja nos espaços internacionais.

As Campanhas contra a ALCA foram um marco de atuação para as OSCs da região. Dentre as diversas OSCs participantes da MESA, algumas tiveram um papel mais ativo nesse momento, e outras nem tanto. Jorge Durão (FASE) comenta um pouco da trajetória de sua organização nesse momento: “A FASE participou muito ativamente das Campanhas contra ALCA através da REBRIP. Havia bastante unidade contra a ALCA entre as OSCs participantes da ALOP”. Jorge discorre sobre o processo de articulação regional das Campanhas contra a ALCA:

Nessa luta, a ASC e a ALOP nunca conseguiram se articular. Nós, da FASE, fizemos várias tentativas dialogando com a ASC e a ALOP, mas não dava liga de jeito nenhum. Não sei se é porque em muitos países, como no México, por exemplo, as pessoas envolvidas em uma ou outra articulação não se entendiam. Ou porque haviam desconfianças políticas, porque a ALOP tinha esse diálogo com as instituições multilaterais como o próprio BID ou o Banco Mundial.

Guacira Cesar relata o processo das Campanhas contra a ALCA no caso brasileiro: “[p]ara o CFEMEA e para a AMB, a gente não tinha uma estratégia latino-americana a partir da AFM nas Campanhas contra a ALCA”. No entanto, ela comenta: “Mas, no Brasil, entre a AMB e outras OSCs brasileiras decidimos nos engajar nas Campanhas e no Plebiscito. A nossa participação nesse processo foi de engajar-se no processo que era liderado, definido num lugar que a gente não estava com uma participação mais efetiva”. Ela detalha melhor:

A ASC e as organizações sindicais construíram os seus espaços e estratégias, e a gente entrou colaborando com essas estratégias, mas não formulando a estratégia. A luta feminista nos outros movimentos sociais nesse momento estava muito pouco apropriada ainda. Foi no processo do Fórum Social Mundial que a gente vai conseguir colocar o combate ao patriarcado como um dos eixos estruturais da construção de alternativas. E aí os movimentos sindicais tiveram que discutir isso.

A MESA, por sua vez, não teve um papel ativo nas Campanhas contra ALCA, uma vez que estava começando a sua trajetória rumo a institucionalização. Segundo Miguel Santibáñez: “A MESA no tema da ALCA não tinha uma estruturação forte, uma vez que é a primeira etapa da MESA como organização que era convocada por outros atores principais como ABONG e ALOP para participar de algumas atividades”. Ele reforça: “Portanto, nas campanhas contra a ALCA, a MESA não teve um papel protagonista como articulação, mas seus integrantes tiveram uma participação ativa nesse processo”.

Teve inclusive, organizações nacionais que tiveram grande papel nos levantes populares contra a ALCA ou seminários sobre tema ou na própria Cúpula da Argentina, episódio em que se mobilizaram muitas organizações. Mas nesse momento, a MESA não tinha uma constituição orgânica que lhe permitisse articular-se e ter um posicionamento mais ativo. Até mesmo porque a MESA começa a se chamar de MESA em 2004, 2005. Antes, era um encontro de associações nacionais e redes regionais. Não tinha uma estrutura orgânica. A estrutura orgânica era propiciada basicamente pela força que tinha a ABONG e a ALOP. O tema da ALCA foi muito importante de toda maneira, porque proporcionou mudanças de atuação no cenário. Isso fortaleceu muito a MESA.

Para Rodolfo Wlasiuk (CRIES): “Depois que desaparece a ameaça comum, a ALCA, é bastante difícil aglutinar as diferenças e a força”. De acordo com ele, “lutar contra ALCA, que nos aglutinou ‘de trás’, nem sempre foi de maneira mais produtiva dentro da MESA, mas a partir do inimigo comum”. Rodolfo ressalta a sua percepção acerca da MESA: “E depois com o desaparecimento do inimigo comum talvez um dos erros da MESA tenha sido quanto ao seu objetivo constitutivo, trabalhar somente sobre essa linha de luta e não de uma maneira que poderia incluir outros temas da América Latina”.

Maria Lúcia Fatorelli (Auditoria Cidadã da Dívida) traz a importância de eventos como o Plebiscito de 2000 na trajetória de sua organização: “Para nós, o momento mais importante foi o do Plebiscito de 2000, que até antecede as Campanhas contra a ALCA, que foi o Plebiscito da dívida que deu origem à Auditoria Cidadã da Dívida”. Ela comenta sobre as Campanhas contra a ALCA no Brasil: “A Campanha contra a ALCA foi um momento importante de reflexão, mas depois daquilo a ALCA foi implantada não só no Brasil, mas em todos os países de forma fatiada”. Ela observa:

Se você olhar os capítulos do projeto da ALCA, da liberdade de comércio, da liberdade financeira, da possibilidade de estrangeiros comprarem terra e etc., ele já está todo aí. Essa crise política e financeira no Brasil são uma coisa só. O que provocou a crise financeira no Brasil? A própria política monetária, que esteriliza um trilhão de reais da nossa economia e coloca os juros de maneira extorsiva e insustentável, é uma crise provocada. São os mesmos atores que cometeram todos os erros que provocaram o desgaste do governo.

A agenda 2030 é algo bastante presente na atuação das OSCs brasileiras e argentinas da MESA, principalmente em torno da construção da Aliança de OSCs para a Eficácia do Desenvolvimento (AOED), como esclarece Adrián Falco:

A Fundación SES está trabalhando com a AOED, o que tem a ver com a agenda pós-2015, a agenda 2030. Estivemos em várias reuniões, inclusive com nosso governo, para ver como esse governo novo vai atuar nessa agenda. Obviamente, a resposta foi que não tem nem ideia e que não sabem o vão fazer.

Embora a própria MESA não participe da Aliança de OSCs para a Eficácia do Desenvolvimento (AOED), como esclarece Miguel Santibáñez (MESA):

Outras organizações importantes da MESA participam em outras iniciativas como na AOED. Creio que 60% dos membros da MESA estão na AOED, mas a MESA enquanto estrutura institucional não participa da AOED. Porque a AOED tem sua própria estrutura institucional que parte do nível global e chega ao nível regional e nacional como uma estrutura autônoma.

Karina Cárceres²⁵, representante da AOED, esclarece o papel da *Fundación SES* nesse momento da Agenda 2030: “No caso da Argentina, a *Red Encuentro* é uma das redes de articulação que participa da Aliança. A *Fundación SES* é parte da *Red Encuentro*. Ademais, existem organizações sindicais como a CGT, CTA, e o setor de jovens está representado pelo *Foro Latinoamericano y Caribeño de Juventud* (FLACJ), entre outros”.

Adrián Falco reflete sobre o momento atual: “Acredito que perdemos muitas oportunidades nesses últimos anos. Sobretudo, porque tínhamos muitos *feedbacks* dos governos, com Lula e Dilma e etc. Não soubemos aproveitar essa abertura com os governos progressistas”. Ele complementa sobre o momento atual no caso argentino:

Não sei se foi a confiança no apoio popular. E, aqui, por exemplo, na Argentina, o Macri ganhou as eleições democraticamente, mas sem o apoio popular que Cristina tinha. Não sei o que aconteceu, algo fizemos de errado. Talvez não pressionamos corretamente os governos para deixarem instituições regionais democráticas que permitam a nossa atuação. A UNASUL, o MERCOSUL, como associações de aduanas, com interesses voltados à União Europeia. Creio que nesse cenário temos mais a reencarnação da ALCA.

Maria Lúcia Fatorelli discorre sobre “a desqualificação das OCSs e esse novo projeto aprovado que criminaliza os movimentos sociais” no momento atual. De acordo com ela:

Se você olhar para o nosso trabalho ao pé da letra, nós podemos ser considerados terroristas, já que questionamos essa ordem. Que ordem é essa? É um suicídio

²⁵ Entrevista concedida em junho de 2016.

econômico, não podemos chamar de ordem um ordenamento econômico que suicida a economia do país, que cria milhões de desempregados. Seria muito incompetência num país como o Brasil com todo esse potencial. Temos todas as fontes enérgicas, o mineral mais estratégico do mundo que é o nióbio. É uma pauta proibida praticamente se falar do nióbio, e nós temos 98% das reservas do mundo. Clima favorável, petróleo, terra agriculturável, e como conseguem colocar um país desse em recessão? Temos 15 milhões de desempregados. Eu não acredito que isso seja incompetência, isso é planejado para ser assim, para impedir o nosso desenvolvimento socioeconômico, gerar toda essa crise. Nesse sentido, as pautas dos movimentos sociais se unem, mas eu acho que ainda estamos muito fragmentados.

Maria Luísa Garrido (AFM) faz uma crítica à atuação da MESA no momento atual: “Com toda essa criminalização que está ocorrendo com as OSCs, a MESA poderia ter um trabalho de incidência mais forte. A ALOP fez uma declaração sobre isso e todo mundo acatou. Mas a MESA enquanto MESA não se pronunciou ainda”. Para ela, “Me parece que falta um papel mais ativo da MESA nesse sentido. Creio que a MESA é um pouco burocrática”. Ela complementa: “A própria ABONG é uma das mais burocráticas no quadro da MESA. Todos de certa idade e com uma cultura comum, amigos entre si e etc. E sempre estão esses mesmos, em toda parte, a ABONG, a ACCIÓN”.

Sobre a presença de sempre as mesmas pessoas nos mesmos espaços durante as múltiplas trajetórias, Jorge Durão (FASE) discorre:

Eu, às vezes, tenho a sensação, estando na ALOP, de estar em um clube de senhores idosos dirigentes de ONGs. Eu mesmo, tenho 71 anos. Primeiro, a ALOP faz a questão de certas formalidades, a presença sempre dos diretores. Tem esse limite à renovação quanto ao quadro de associadas. Segundo, tem uma outra limitação que é a de que as agendas são muito influenciadas pela possibilidade de acesso a recursos. Daí, o investimento que é feito em fóruns paralelos à Cúpula Ibero-americana ou qualquer coisa do gênero. Ou seja, em um certo sentido, eu diria que a ALOP envelheceu e não soube se renovar.

Ana Falu (CISCSA) relata a instabilidade política: “Atualmente, estamos num momento obscuro politicamente. É um retrocesso muito perigoso que tem a ver com um retrocesso mundial das forças progressistas, e que vamos enfrentar, e está claro que está sucedendo em vários países”. Falu discorre sobre a necessidade de ações conjuntas diante da instabilidade política: “Temos que coordenar uma ação feminista muito mais orgânica e atenta, de resposta social muito mais que crítica sobre acontecimentos”. Ela completa:

O que está acontecendo na América Latina, com o golpe no Brasil, com as eleições de presidentes conservadores sob o tema da corrupção. Sem dúvida, o tema da corrupção foi trazido como uma novidade para o Brasil, a Argentina e outros países. Esses todos são marcos de situações que geraram um retrocesso de mais de uma década em um tempo que parecia muito promissor apesar das debilidades políticas que encerram os governos progressistas. Inclusive, alguns muito pouco comprometidos com os direitos das mulheres, muito comprometidos com os direitos humanos, mas pouco comprometido com os direitos das mulheres. Hoje estamos

num momento muito difícil e obscuro, temos que ter uma articulação muito mais fortalecida e temos que ampliar as vozes e a crítica, e ter estratégias mais consolidadas.

As múltiplas trajetórias das OSCs, desde os anos de 1970, e a escolha de determinadas ações em detrimento de outras, propiciaram aprendizados diversos. Para Ana Chaves (capítulo argentino da PIDHDD), o aprendizado veio da experiência brasileira: “[u]m dos aprendizados que se copiou do Brasil e funcionou muito bem por aqui em uma época foi a Relatoria dos Direitos da Infância”. Ana relata o processo:

O que foi copiado foi o que se articulava e pensava a PIDHDD como organização não governamental em formato de rede e o que articulava no Brasil em termos de movimento, porque a Assembleia reedita de alguma maneira a participação, a Assembleia extrai linhas e eixos para demandar frente ao Estado, porque colocam um relator similar ao da ONU e de alguma maneira sistematiza a violação e sistematiza também as petições. E hoje permanecemos com duas relatorias, exatamente como no caso brasileiro, a Relatoria da Infância e a Relatoria de Acesso à Justiça.

Já para Ana Falu (CISCSA), o aprendizado é advindo não somente das experiências nacionais, mas também em nível de região e sub-região: “Houve um aprendizado na região, na sub-região talvez com mais peso, e houve também em nível dos países”. Ela explica melhor o caso argentino: “[n]a Argentina, é complexo, porque não existe, como tem no Brasil, uma Articulação das Mulheres Brasileiras (AMB); não temos uma articulação das mulheres argentinas”. Ana complementa:

Houve em um momento no processo de Beijing, subsistiu por alguns anos e depois fulminou. Isso tem a ver com própria situação dos partidos na Argentina, da representação política na Argentina. Houve uma etapa entre 2002/2003/2004 até 2008/2010 que houve um conjunto de ministras muito interessantes na região, tanto em Brasil como em Chile, Uruguai, Paraguai e Argentina, que compuseram um rol muito interessante. Isso também respaldava a possibilidade de instalar uma agenda política. Isso também era parte de um momento propício que gerava uma plataforma para instalar temas ou promover temas ou plantar temas da agenda política feminista.

Guacira Cesar (CFEMEA) complementa que “o maior aprendizado foi que só tem democracia, só tem direito se tiver movimento forte, crítico e exigente. Essa construção é a gente que tem que fazer, nós feministas e militantes”. E relata esse processo: “[n]ós institucionalizamos um monte de coisa aqui no Brasil. E, em 180 dias, a Dilma já começou a enfraquecer algumas coisas, a desinstitucionalização, e veio o golpe”. Ela complementa:

Como uma presidenta que sofreu tortura aprova uma lei antiterrorismo? A trajetória dessa pessoa não indicava isso. Se ela, com a trajetória dela, teve que fazer isso por questões políticas, imagina acabar com a Secretaria de Políticas para as Mulheres,

4.5.1 Sociabilização de experiências

O principal aprendizado das OSCs nacionais que participam direta e indiretamente da MESA é a sociabilização de experiências. Isto é, a troca de informações e adoção de estratégias comuns de ação empreendida pelos atores durante as suas múltiplas trajetórias. Segundo Adrián Falco:

O que nos move a permanecer nas redes transnacionais? É basicamente o mesmo, obter informações do que está acontecendo nos diversos países. É muito útil ter companheiros em outros países que nos podem contar. É como se aprendêssemos com as investigações em outros países e aplicássemos no nosso. Outro ponto são as intenções políticas, marcar um posicionamento político sobre um tema específico.

Para Maria Luísa Garrido (AFM), “[a]s OSCs nacionais que integram a AFM já têm uma história de trabalho, e cada uma das OSCs levou isso até a AFM. Histórias de trabalho comum que criaram laços com distintas organizações. Isso acontece no nível da MESA também. Um vai aprendendo com o outro”. E completa:

Nós, feministas, somos uma fonte de ideias para a MESA também. Temos um discurso onde cabem todos. Isso é um exemplo de aprendizagem mútua. Desde a AFM, temos aprendido bastante como subsistir, fizemos matrimônios que não se divorciam porque seguem juntos e estão bem. Porque dentro da AFM também somos diversas, e não pensamos sempre igual. Os espaços têm que se oxigenar também, uma vez que as OSCs não estão interessadas em participar onde todos pensem igual.

Guacira Cesar (CFEMEA) confirma a importância das experiências em comum na AFM: “A AMB e o CFEMEA foram se nutrindo muito disso. A nossa elaboração política vai se construindo dentro desses espaços”. Ela explica melhor esse processo: “A gente está dentro dessas correntes de pensamento e ação, e a ONG absorve na sua estrutura o que a AMB ou AFM acumulam de estratégias, críticas e etc.”

Ivo Lesbaupin (ABONG) discorre sobre a sociabilização de experiências no âmbito do projeto com a UE e como influenciou a definição de um marco regulatório e impulsionou o caso argentino:

Por exemplo, a Argentina, motivada pela aprovação do Brasil, deu um avanço importante lá, conseguindo aprovar algumas leis, conseguiram se articular em um semestre com mais força e aprovar uma legislação que vai na direção de um marco jurídico favorável para as OSCs. Com a vantagem que lá a presidência da Câmara era mais favorável a isso. Então, houve colaboração dos órgãos legislativos para isso. No Brasil, foi sempre sob pressão por parte das OSCs. O Congresso não queria nada conosco.

A troca de informações e adoção de estratégias comuns de ação empreendida pelos atores durante o seu tempo de vida, ou seja, a sociabilização de experiências no âmbito da MESA, possibilitou a criação de um campo estratégico de ação. Miguel Santibáñez, o diretor da MESA, enaltece esse processo: “Existe uma estratégia comum agora, que é nos reforçar institucionalmente, estabelecer uma linha de trabalho que tem a ver com o desenvolvimento sustentável, sua função social”.

Esse campo estratégico possibilitado pela experiência das OSCs da MESA segue sendo retroalimentado por suas OSCs nacionais e redes regionais. Nas palavras de Maria Luísa Garrido (diretora AFM), “[n]ão temos muito dinheiro, mas podemos tirar um pouco de cada lado para poder apoiar grupo de mulheres que monitorem os pontos que têm a ver com gênero. Creio que isso seja bastante retroalimentada”.

4.6 Coordenação

O grau de coerência entre os problemas, recursos, estratégias das OSCs nacionais e aquilo que está sendo levado pela articulação transnacional, que é o nível de interação entre os atores, é entendido como coordenação. A coordenação ocorre quando dois ou mais atores políticos perseguem um objetivo comum e trabalham juntos para consegui-lo. No caso das OSCs da MESA foi possível verificar: a coordenação formal no nível da MESA; procedimentos informais e formais de deliberação conjunta; e ações e estratégias comuns.

Ivo Lesbaupin (ABONG) discorre sobre a coordenação formal no nível da MESA: “[t]em uma coordenação que é eleita pelo conjunto. Três ou quatro entidades fazem parte da coordenação. E em cada país é a entidade que faz parte, e não a pessoa”. Ele completa sobre o papel da ABONG na coordenação da MESA:

A ABONG faz parte da coordenação da MESA, junto com a ACCIÓN e a ALOP, mas é a ABONG e não o Ivo. Isso varia um pouco em cada país. Eles valorizam muito a ABONG, porque temos um sistema de rodízio. Uma pessoa nunca fica mais na direção do que 2 mandatos. A própria direção é colegiada, são 5 pessoas. E cada pessoa fica no máximo 6 anos, 2 mandatos de 3 anos cada. Têm OSCs em outros países que possuem o mesmo representante há mais de 10 anos, não tem esse rodízio. Na reunião das 22 entidades da MESA, se elegem quais OSCs estarão na coordenação. É sempre a partir da eleição e definida pelo conjunto. O que se está fazendo desde 2015 é um esforço para regulamentar isso melhor, com estatutos e regimentos. A metodologia de atuação da MESA para definir as suas posições, isso às vezes era um pouco *ad hoc*. Agora, há um esforço para se tornar isso mais regular, mais institucionalizado.

Relembrando a estratégia comum atual da MESA relatada por Miguel anteriormente: “[e]xiste uma estratégia comum agora que é nos reforçar institucionalmente” na temática do desenvolvimento sustentável e sua função social. Ele explica:

Já temos trabalhado nisso têm 3 anos e vamos continuar nos apropriando dessa temática, e, particularmente, existe uma dimensão mais complexa que é a relação disso com os governos. Esse é o marco político que estamos trabalhando, que é a necessidade de se constituir como ator regional em dois âmbitos: a questão institucional que é fundamental nos processos de integração regional e a aproximação com os movimentos sociais regionais, com o movimento sindical, e também fortalecer os vínculos com outras organizações sociais como os pescadores, os artesãos.

Miguel também discorre sobre os procedimentos formais da MESA: “As decisões conjuntas são tomadas na Assembleia que acontece uma vez no ano. Nos reunimos em dezembro de 2015, em Antígua. Em maio de 2016 nos reunimos em Bogotá e tivemos nossa Assembleia”. Ele também relata sobre os informais: “Temos outros espaços informais de deliberação conjunta”. E cita um exemplo: “quando acontece alguma reunião ou seminário, em que estão presentes vários membros da MESA”. Miguel ainda observa: “Ademais, uma dimensão que tenho que mencionar, é que participamos da plataforma política para o desenvolvimento da UE. Temos uma participação lá”.

Para além da coordenação formal da MESA e os espaços informais de deliberação conjunta, descritas nas falas de Ivo e Miguel, a coordenação é utilizada para demonstrar o processo decisório em rede, os mecanismos de interação entre as OSCs, como a informação é difundida entre os atores, como a agenda é estabelecida, como os objetivos são pactuados, como as ações são avaliadas e revisadas. E, assim, como se dá a construção de agendas em comum. A figura 19 ilustra as palavras mais frequentes nos relatos sobre coordenação.

Figura 19 – Mapa de palavras sobre “coordenação”



Fonte: Elaborado pela autora, com uso de *Nvivo11 Plus*.

As palavras mais frequentes para os entrevistados ao serem questionados sobre os mecanismos de coordenação foram “temas”, “nacionais”, “regional”, “ações”, “estratégica”, delineando o sentido que a coordenação assume nesta pesquisa, que têm a ver com as interações das OSCs entre os níveis nacional e transnacional, assim como estão relacionadas a “momentos” e “processos”.

Já para Maria Luísa Garrido (AFM), coordenar ações conjuntas na região é uma das principais funções de uma rede regional: “Creio que a AFM exista para isso, para que os movimentos nacionais sintam que têm força e que têm uma espécie de guarda-chuva onde se pode coordenar ações no nível de região”. Ela completa: “Como AFM, creio que somos muito integradoras, estamos muito a favor da integração das pessoas”.

Guacira Cesar dá ênfase ao processo de coordenação de articulações nacionais a partir da participação das redes regionais, como é o caso da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB): “SOS Corpo, Coletivo Leila Diniz, REDEH estão na AFM e estão na AMB. Algumas desde o início e outras depois”. Adrián Falco (Fundación SES) discorre sobre as relações com as OSCs brasileiras a partir da coordenação construída dentro das redes regionais:

As relações com OSCs brasileiras se dão através das redes regionais. Na LATINDADD, por exemplo, está o Instituto de Justiça Fiscal e Auditoria Cidadã da Dívida. Não temos a relação que gostaríamos de ter com as OSCs brasileiras. Temos

que conseguir trabalhar em conjunto, construir uma agenda em conjunto, para além das redes. Ou ainda, motorizar o trabalho das redes em função da agenda brasileira e argentina, em termos económicos e etc.

Adrián discorre sobre o caso brasileiro: “Não sei porque isso ocorre. Nas próprias redes tem muito pouca representação do Brasil. Não sei se é uma barreira do idioma. Nos custa encontrar OSCs brasileiras para trabalhar”. Ele complementa:

Sobretudo, sobre o tema da justiça fiscal, que para os dois países é um tema de agenda muito forte. Nos custa encontrar organizações que nos respondam sobre construir uma agenda comum de trabalho. A Auditoria Cidadã da Dívida é uma organização muito forte. O Instituto de Justiça Fiscal também tem um trabalho muito interessante. São somente essas, não tem outras OSCs brasileiras com as quais temos relações. Na rede regional, no Cone Sul, temos uma agenda comum porque Argentina e Brasil coordenam essa parte. Nos encontrávamos muito com as OSCs peruanas que fazem parte da LATINDADD, não para discutir temas do Peru, mas para discutir temas regionais e globais.

Maria Lúcia Fatorelli discorre sobre a coordenação da LATINDADD: “[p]articipamos das Assembleias e das Campanhas da LATINDADD, assim como da agenda da rede. Tudo isso se constrói de forma coletiva nas assembleias”. Ela explica o processo de deliberação conjunta mais informal: “[t]emos reuniões por *Skype*, que são espaços mais informais de deliberação para questões mais específicas, como a publicação de um estudo, por exemplo. Mas todas as decisões mais importantes são feitas conjuntamente e as tarefas são distribuídas”.

Ana Falu (CISCSA) relata sobre as relações entre as redes regionais: “As ações conjuntas com outras redes regionais se dão em projetos específicos”. Soledad Perez (CISCSA) complementa sobre as ações conjuntas entre as OSCs brasileiras e argentinas: “CISCSA, faz muito anos, é a entidade coordenadora da *Red Mujer Y Habitat*, que está integrada por diferentes organizações. O que define as organizações da AFM é o caráter mais feminista”. Ela descreve a coordenação no âmbito da *Red Mujer y Hábitat* e as interações com as OSCs brasileiras:

A *Red Mujer y Hábitat* compreende mais organizações mistas, que vêm trabalhando pela via popular e que têm uma visão particular sobre as mulheres, feministas algumas e outras desde a perspectiva de um olhar de gênero de alguma forma. Na *Red Mujer* têm outras OSCs brasileiras que não são as mesmas que estão na AFM. O CFEMEA, em particular, articulou ações com a *Red Mujer y Hábitat*, mas por fora da AFM. As OSCs brasileiras que fazem parte da *Red Mujer y Hábitat* são as que trabalham mais com o tema de moradia e de terra, já que hoje dentro da AFM não tem essa especificidade. Tem muito antecedentes de trabalho também com as OSCs brasileiras, com a REDEH, por exemplo, que também faz parte da AFM. Fizemos um projeto com REDEH também por fora da AFM.

Alberto Croce, diretor da *Red Encuentro*, discorre sobre a coordenação entre as OSCs da MESA no momento atual: “[a] coordenação é mínima, o necessário para a subsistência e não muito mais. Não estamos fazendo um grande trabalho de articulação em nível regional neste momento”.

Maria Rosa Goldar dá ênfase ao processo de interação e OSCs nacionais com as redes regionais como um indicativo de coordenação: “Por um lado, as interações com o CEAAL a partir das OSCs nacionais é uma relação de ida-e-volta. Os próprios contextos locais em que as OSCs se coordenam vão colocando temas e problemas e ações que nutrem a ação do CEAAL, e devolve as OSCs nacionais publicações e possibilidade de publicação”. Ela explica melhor esse processo:

Essas OSCs nacionais se nutrem do CEAAL como núcleo agregador. As OSCs nacionais nutrem o CEAAL com temas, problemas e ações, e o CEAAL nutre essas OSCs com uma coordenação mais estratégica tentando recolocar os temas e etc., gerando uma dinâmica participativa de ida e volta. Tem coletivos em distintos momentos que são mais ativos e em outros momentos são menos ativos.

De certa maneira, o relato de Maria Rosa sintetiza o que foi possível verificar no caso das OSCs nacionais de Brasil e Argentina sobre a coordenação, uma vez que ela é marcada pelas interações entre os atores nesse movimento de “ida e volta”.

Este capítulo trouxe o que foi possível apreender pelos relatos dos entrevistados sobre as categorias analíticas nos casos investigados. O próximo capítulo explora em profundidade as relações entre as categorias analíticas e o sentido empírico que elas assumem na pesquisa. Assim, o Capítulo 5, em alguma medida, volta nos relatos oferecidos aqui para explicar como os elementos que contribuem para a sustentabilidade da ação política coletiva transnacional são fruto do refinamento teórico possibilitado pelos dados, considerando o próprio exercício de síntese que emergiu da empiria.

CAPÍTULO 5 OS ELEMENTOS QUE CONTRIBUEM PARA A SUSTENTABILIDADE DA AÇÃO POLÍTICA COLETIVA TRANSNACIONAL

“Está muy bueno que mires la foto y la película. La dimensión tiempo es muy presente en el caso de la MESA. No estamos en el último capítulo de la película” (Alberto Croce, diretor da *Red Encuentro*). Esse excerto de relato de um informante-chave ilustra o desafio de investigar a sustentabilidade da ação política coletiva transnacional em relação aos processos que estão em mutação, sobretudo no momento atual. A MESA iniciou os seus passos em 1995, em 2006 adquiriu sua institucionalidade e segue ativa até o presente, passando por momentos de maior articulação e desarticulação ao longo dos seus 10 anos de existência formal.

As informações e opiniões contidas nos três estudos sub-regionais²⁶ promovidos pela própria MESA (2014) listam a sustentabilidade financeira como um dos principais desafios que enfrentam a sociedade civil na América Latina. Paradoxalmente, a luta pela sobrevivência em um contexto que fornece recursos em quantidades decrescentes ocorre enquanto as OSCs são formalmente reconhecidas como importantes agentes de desenvolvimento e exigências lhes são dirigidas, em termos de eficácia, eficiência e transparência.

As fontes tradicionais de subsistência, advindas da cooperação bilateral e multilateral Norte-Sul e dos Estados nacionais, passam por processos de transformação. O sentimento de orfandade de muitas OSCs é intensificado pela retirada de alguns doadores tradicionais que desempenharam papéis relevantes em transições para a democracia e/ou processos de paz em muitos países da região.

Além das variações na conjuntura na região, existem mudanças na distribuição dos fluxos como resultado de mudanças nas prioridades dos doadores. A isto se acrescenta o rápido crescimento e diversificação de formatos e funções das OSCs em resposta às múltiplas demandas. “Mesmo em um contexto de estabilidade ou aumento dos fundos de cooperação,

²⁶ São os estudos feitos pela MESA durante o projeto regional que obteve financiamento da União Europeia (UE) nos anos de 2013 e 2014, e já foram mencionados em capítulos anteriores. Os estudos cobriram um total de 18 países da América Latina. O estudo da sub-região “México e América Central” incluiu oito países: Belize, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua e Panamá. O estudo da sub-região Andina analisou cinco países: Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela. O estudo da sub-região Cone Sul cobriu cinco países: Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai.

há uma redução relativa da oferta em relação à crescente demanda por financiamento” (MESA, 2014).²⁷

Os futuros cortes na cooperação bilateral e multilateral, adicionados ao desequilíbrio já considerável entre a oferta e a procura de financiamento, além do fato de que os fundos concedidos às OSCs raramente fornecem financiamento para os processos de fortalecimento institucional ou mecanismos de sustentabilidade futura, estão levando as OSCs na região a explorarem novas fontes de renda que podem acabar produzindo mudanças significativas no perfil do setor nos próximos anos.

Aquelas que falham nesses processos são forçadas a cortar seus orçamentos e atividades e, no final, a fechar suas portas. Não deve ser descartada, portanto, a ideia de que a taxa de rotatividade das OSCs poderá acelerar no futuro próximo, na medida em que muitas organizações mais antigas não conseguem se adaptar às mudanças no seu ambiente e, eventualmente, desaparecem, e então novas tomam seu lugar.

Na busca de novas fontes de recursos internos e internacionais, muitas OSCs estão recorrendo a opções que eram praticamente impensáveis alguns anos atrás: o financiamento de empresas privadas e do Estado em esferas nacionais e locais.

Na verdade, eles são cada vez mais numerosos. Embora, conforme demonstrado pelos estudos da MESA, este envolvimento varie em sintonia com os ciclos políticos e econômicos. É um momento de transformação dos papéis da sociedade civil e suas relações com setores governamentais e empresariais, em alguns casos na América Latina indo em direção até a uma dependência excessiva.

Algumas OSCs têm optado por se aventurar em microfinanças e modelo de empresa social. Como esperado, estas novas interações com o mercado estão as forçando a agir de acordo com os princípios do próprio mercado, dando impulso à filantropia privada no formato de responsabilidade social, pelo qual as empresas contribuem para ações de promoção social, voltada principalmente para melhorar as suas relações com as comunidades relevantes para os negócios locais.

²⁷ Essa desproporção é observável na tipicamente baixa taxa de aprovação das propostas apresentadas para concursos (MESA, 2014). “Por exemplo, o primeiro convite à apresentação de projetos da Aliança Global para a Maior Responsabilidade Social (GPSA, na sigla em Inglês) do Banco Mundial, em 2013, recebeu 216 propostas, das quais foram aprovadas doze” (MESA, 2014). Sendo que, na segunda chamada, no ano seguinte, foram aprovados 8 das 428 propostas apresentadas. Segundo estes estudos, à taxa de aprovação muito baixa (3%) adiciona-se o fato de que apenas 2 (um em cada chamada) dos 20 projetos autorizadas (ou seja, 10% do total) foram para a América Latina.

Em busca de novas experiências e novos recursos, as OSCs estão cada vez mais atentas às desvantagens de cada uma das opções disponíveis, como demonstrou os estudos da MESA. As OSCs pesquisadas nos estudos da MESA (2014) argumentam, em primeiro lugar, que devem ser colocadas como atores que promovem a mudança, em vez de recipientes passivos de ajuda.

Em segundo lugar, o financiamento deve vir de várias fontes, a fim de oferecer proteção contra contingências, superar os vícios da dependência de uma única fonte, e, particularmente, quando os únicos relacionamentos envolvem o Estado é necessário preservar o controle, investindo na capacidade de crítica e incidência. Em terceiro, onde a relação com o Estado faz prestadores de serviços e implementadores de políticas públicas, deve ser considerada a participação das OSCs na concepção e avaliação de programas que gerem e executem.

Em quarto lugar, é importante que as atividades de fundos de doações não só permitam, mas também cubram os custos operacionais de fortalecimento institucional das OSCs envolvidas; e, finalmente, é essencial que as relações com os Estados institucionalizem um modo de sobrevivência para as OSCs às mudanças de governo, proporcionando um ambiente de maior estabilidade e previsibilidade.

Na Argentina e no Brasil, fundos do Estado não são tão dominantes, mas são uma importante fonte de financiamento para o setor. Na Argentina, os analistas e informantes-chave abordados nos estudos da MESA concordam que o fluxo de fundos do Estado para a sociedade civil está aumentando. Eles dizem, no entanto, que as transferências são caracterizadas pela discricão e falta de transparência, e não têm confiança sobre o número de organizações com base nos dados do governo nacional ou provincial (MESA, 2014).

Estimou-se que nas províncias mais de 15.000 organizações, muitas organizações de base e aquelas ligadas a igrejas, têm acordos. “Há também programas para fortalecer a sociedade civil em nível nacional e em vários locais. Por exemplo, o Governo da Cidade de Buenos Aires tem fundos de subvenções para apoiar as iniciativas de formação de voluntários” (MESA, 2014).

No nível federal, enquanto isso, os Ministérios de Desenvolvimento Social, Educação e Meio Ambiente, a *Secretaría de Vivienda* e a *Oficina de Juventud* têm seções de assistência a OSCs ou acordos e apoio específico para as OSCs. Dentro da órbita da Presidência também opera o *Centro Nacional de Organizaciones de la Comunidad* (CENOC), que visa promover a participação das organizações sociais na gestão das políticas, através da realização de

concursos para pequenos fundos a fim de apoiar ações de formação ou aquisição de bens para as OSCs.

No entanto, muitos dos informantes-chave dos estudos da MESA e dos entrevistados desta tese concordam que, nos últimos anos, isto tem se enfraquecido. Como observa Adrián Falco (Fundación SES): “Por exemplo, nós da Fundación SES já não temos mais conhecimento das linhas de trabalho da *cancillería* do governo, ou quais medidas eles vão tomar para seguir impulsionando nossas agendas”.

No Brasil, as contribuições do governo para as OSCs são uma fonte importante, embora não exclusivas nem majoritárias. Os recursos de acesso a financiamentos públicos assumem quatro formas: transferências do orçamento federal; acordos; fundos públicos; e incentivos fiscais (MESA, 2014).

Os montantes das transferências do orçamento federal duplicaram entre 2000 e 2010, alcançando em 2013 mais de 2 bilhões de reais. No entanto, estes aumentaram a uma taxa muito mais baixa do que o aumento no orçamento federal (45% *versus* 80%). Transferências nos níveis estadual e municipal, no entanto, cresceram mais rapidamente e acima do crescimento orçamental (131% no nível estadual, em que o orçamento aumentou 69%, e 311% no nível municipal, em que o orçamento cresceu 77%) (MESA, 2014).

Enquanto isso, o número de acordos entre o governo federal e as OSCs, e com ele os recursos financeiros, diminuiu substancialmente entre 2003 e 2011, com um pico em 2005 e uma forte redução em 2011. Esses estudos da MESA (2014) consultaram um total de 29 fundos públicos e suas contribuições do orçamento federal (embora alguns incluam contribuições de agências de cooperação internacional). Por sua magnitude, destacaram-se o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, o Fundo Nacional de Saúde e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, para citar apenas alguns no caso brasileiro.

No Brasil, um avanço significativo, no qual as OSCs nacionais participantes da MESA, principalmente a ABONG, tiveram um papel protagonista, foi a asseguaração do marco regulatório para as OSCs, que regula a relação entre o Estado e a sociedade civil. A Câmara dos Deputados aprovou, em 2 de julho de 2014, o projeto que define novos padrões de associações voluntárias nos estados, no Distrito Federal e nos municípios.

A lei fornece mecanismos mais claros para as parcerias que envolvam ou não a transferência de recursos financeiros entre o Estado e a sociedade civil. Entre as inovações contidas na nova lei está a criação de instrumentos específicos para as associações, os requisitos de qualificação das organizações, a desburocratização dos orçamentos e uma maior

segurança jurídica na prestação de contas (MESA, 2014). Ivo Lesbaupin (ABONG) discorre sobre o processo de asseguarção do marco regulatório das OSCs:

Já tiveram 3 Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) de ONGs, todas motivadas para tentar reprimir, desmobilizar e barrar a pressão das OSCs. A própria lei que a gente conseguiu aprovar, que embora seja um avanço, a possibilidade de ter financiamento público, no fundo, ela foi influenciada por essas CPIs. Quer dizer, tem um viés controlador da lei. A gente conseguir equilibrar um pouco a lei, colocar mais aspectos positivos, mas se você ler com atenção esse viés controlador está muito presente ainda.

A criminalização das OSCs na região é algo bastante recorrente nos países da região. Inclusive, em muitas das declarações da MESA, apresentadas no Capítulo 3 desta tese, o tema é abordado nas situações da Bolívia e Venezuela. Há a crescente desqualificação das OSCs e criminalização de movimentos sociais e organizações no caso brasileiro e no caso argentino. Maria Lúcia Fatorelli apresenta o seu olhar sobre a desqualificação das OSCs e esse novo projeto aprovado que criminaliza os movimentos sociais.

Se você olhar para o nosso trabalho ao pé da letra, nós podemos ser considerados terroristas, já que questionamos essa ordem. Que ordem é essa? É um suicídio econômico, não podemos chamar de ordem um ordenamento econômico que suicida a economia do país, que cria milhões de desempregados. [...] Nesse sentido, as pautas dos movimentos sociais se unem, mas eu acho que ainda estamos muito fragmentados.

“Essa questão de ter um marco jurídico favorável em que haja a possibilidade de financiamento público, isso une o conjunto de OSCs. Por outro lado, as próprias perseguição e criminalização das OSCs, também as une” como observa Ivo Lesbaupin. Ainda segundo ele:

Em 2011/2012, se fez um levantamento sobre a situação das OSCs em cada país e era generalizado a criminalização. Raros eram os países onde as OSCs agiam livremente sem ser acusadas pela mídia ou atacadas pelos governos. E nesse mesmo período, países como Bolívia e Equador, que teoricamente deveriam ser mais favoráveis, foram países cujos governos bateram de frente com as OSCs, porque eram essas organizações que defendiam os povos indígenas, projetos contragovernamentais.

A busca por uma maior transparência tanto nos mecanismos de financiamento quanto na atuação das OSCs é algo que se confirmou ser bastante presente na agenda das OSCs investigadas. Ivo reforça a transparência como um elemento importante para a sobrevivência no tempo e no espaço de iniciativas da sociedade civil, citando o exemplo da associação nacional boliviana:

Todo ano a UNITAS na Bolívia faz um encontro onde eles apresentam publicamente à mídia, inclusive, o que foi feito pelas OSCs naquele ano. Expõem isso no site da OSC, dados sobre orçamento e pagamento de pessoal, tudo no site público. E fazem

a divulgação anual disso num encontro amplo. Com isso, eles conseguiram uma boa defesa e mostrar o que estão fazendo diante das acusações.

“Inspirado nessa experiência, eu tenho tentado fazer com que a ABONG assumira esse tipo de iniciativa, da transparência. Sempre foi uma discussão muito grande nas ONGs e redes de ONGs, divulgar ou não divulgar os ganhos”, como menciona Ivo.

Os estudos da MESA (2014) também consideraram a questão da produção e acesso à informação como um fator crucial na geração de sustentabilidade para as organizações da sociedade civil. O estudo do Cone Sul e do Brasil declarou preocupação com a disponibilidade irregular e acessibilidade à informação sobre fontes de financiamento para a sociedade civil e as tendências de cooperação.

Enquanto em alguns casos há uma quantidade significativa de dados, em outros casos, não existem recentes reflexões substantivas sobre a questão do financiamento para a sociedade civil, que por sua vez pode servir como elementos para o desenho de ações. “Em geral, a informação disponível é muito fragmentada e dispersa” (MESA, 2014). Isso foi verificado em todas as questões abordadas nesta pesquisa e não somente em relação ao financiamento, uma vez que as primeiras informações advindas dos sítios de algumas OSCs estão bastante desatualizadas como demonstrado no Capítulo 3, no caso da rede regional CEAAL, por exemplo.

“Na sub-região Cone Sul, poucas instituições se dedicam à realização de pesquisa acadêmica ou aplicada em questões relacionadas com a sustentabilidade da sociedade civil” (MESA, 2014). Esta pesquisa buscou dirimir essa perspectiva, por se dedicar exatamente à sustentabilidade da ação política coletiva transnacional empreendida pela MESA e suas OSCs nacionais.

Ana Bourse, diretora da CRIES, organização argentina que não faz parte mais da MESA, fez uma crítica em relação à transparência da atuação da articulação transnacional: “A CRIES foi crítica da transparência da MESA que é um problema comum das redes regionais e articulações maiores. Às vezes chegam com documentos aprovados que não sabemos quem os aprovou e planteavam questões que não haviam sido discutidas coletivamente”.

Ivo Lesbaupin (ABONG) observa que “[n]os últimos 10 anos, na América Latina, houveram iniciativas que permanecem exatamente por causa da transparência”. De acordo com ele, “[i]sso dá uma visibilidade e uma credibilidade que têm sido importantes para o conjunto dessas OSCs frente ao confronto com os governos. Tanto para os governos de direita quanto para os governos progressistas, as OSCs são um problema”.

Os estudos da MESA (2014) recomendaram novos funcionamentos institucionais, onde o trabalho em rede e de caráter coletivo também possa contribuir para constituir-se em uma forma de sustentação para as atividades das OSCs. O trabalho em rede de caráter coletivo é entendido como um ambiente, onde se compartilham recursos informacionais, conhecimento em nível local, nacional e internacional, que podem não ser viáveis para algumas organizações, mas que podem converter-se em possibilidades reais em alguns casos.

Nos países do Cone Sul começaram a aparecer exemplos práticos na tendência de compartilhar os diferentes tipos de recursos. Um exemplo no caso argentino é a adoção de espaços de *coworking*,²⁸ onde uma fundação privada dá espaço livre para que operem organizações sem fins lucrativos num edifício de sua propriedade.

As práticas solidárias e a ajuda mútua significam um passo importante no caso da MESA. É óbvio que ambientes nacionais e internacionais favoráveis com financiamentos constantes para a atuação das OSCs contribuem para uma maior sustentabilidade para a sua ação, mas como foi possível verificar, nesta tese, a sustentabilidade da ação política coletiva transnacional envolve um conjunto de elementos e está muito mais ligada à criação de um campo estratégico de ação que segue sendo retroalimentado constantemente pelas OSCs nacionais, inclusive em momentos de crise de financiamentos.

“Os recursos sozinhos, por exemplo, o fundo de projeto de cooperação, garantem o mínimo de funcionamento, mas não proporcionam uma sustentabilidade da articulação. A sustentabilidade da articulação transnacional está vinculada às convicções das organizações que a integram, que permitem depois conseguir ou não recursos” (Alberto Croce, *Red Encuentro*).

“A sustentabilidade da MESA está ancorada na convicção de ser parte de uma realidade maior do que a realidade nacional, e que é necessário olhar para essa realidade com os seus pares nacionais num nível regional”, como afirma Alberto.

Já para Maria Luísa Garrido, diretora da AFM, a sobrevivência da MESA está ligada à sustentação das plataformas nacionais e a continuidade do seu trabalho internacional: “[p]or um lado, para a MESA sobreviver é necessário sustentar as plataformas nacionais, porque elas estão debilitadas”. E completa: “[p]or outro lado, para as ONGs europeias, a MESA é o interlocutor da América Latina e Caribe. A cada vez que ocorre um encontro de presidentes

²⁸No Uruguai, recentemente, abriu-se o primeiro espaço *coworking*, uma proposta que inclui o arrendamento de escritórios individuais, espaços de trabalho compartilhados e uma variedade de atividades para incentivar a interação entre os empresários, de forma que eles estão analisando as organizações no Paraguai, para também compartilhar recursos humanos especializados (MESA, 2014).

da América Latina e da Europa, a MESA revive, porque é ela que organiza a declaração da América Latina”.

Para Adrián Falco (Fundación SES), “[o] papel das organizações nacionais atualmente é fortalecer as redes regionais, tratar de pressionar os governos com as agendas que temos, para que as redes possam fortalecer as organizações locais”.

“A MESA teve a grande virtude de transformar-se em um espaço de interlocução regional para a maioria dos processos importantes que estavam acontecendo no mundo”, como observa Alberto Croce (*Red Encuentro*). Ele complementa:

Quando era necessário conectar-se com alguma rede da América Latina, representativa de organizações de todos os países, a MESA era o ator ao qual se recorria. Para muitas organizações locais e regionais, a MESA foi considerada como um interlocutor e participou de vários espaços regionais. Nesse sentido, creio que a MESA ocupou um lugar muito importante. Isso está mudando. Por parte dos governos atuais, a MESA não é um aliado muito confortável. E também alguns espaços regionais que haviam estão desaparecendo.

Um desafio para que a MESA perpetue a reprodução social da ação política coletiva transnacional está relacionado a garantir esferas regionais fortes para a sua participação, isto é, caminhar para além de uma participação cidadã meramente decorativa. Miguel Santibáñez (diretor da MESA) enumera dois passos nesse sentido que deverão ser empreendidos pela articulação nos próximos anos: “[a] temática da luta social contra a agenda do sistema neoliberal é algo bastante forte agora; a mercantilização dos bens comuns, a justiça fiscal, o que dialoga bastante com os movimentos sociais”. Segundo ele, “esse é um primeiro passo para compreender a realidade política que estamos vivendo”. Miguel complementa:

Um segundo é a estrutura institucional disso, que tem maiores dificuldades agora de conformar essa poluição presente na rua e mudanças institucionais no marco dos quais se debatem as mudanças, que são em parlamentos e etc., espaços mais restritos à participação cidadã, para uma real participação cidadã. Portanto, aí há uma necessidade de gerar mecanismos para que não seja uma participação cidadã meramente informativa, decorativa ou consultiva, e que se gerem mecanismos vinculados de participação para as OSCs.

Este capítulo reflete sobre as categorias analíticas embasadas nas distintas teorias apresentadas ao longo desta tese e demonstra o sentido mais empírico que elas assumem a partir dos relatos dos informantes-chave nesta pesquisa, que foram apresentados no capítulo anterior. Assim, o capítulo em tela traz os elementos que contribuem para a sustentabilidade da articulação, entendida a partir da dinâmica com os dois atores nacionais. Está dividido em cinco seções, quais sejam: (1) **configuração organizacional**; (2) **coordenação**; (3) **identidade**; e (4) **retroalimentação do campo estratégico de ação**.

5.1 Configuração organizacional

As OSCs do Brasil possuem configurações organizacionais diferentes das OSCs da Argentina. A partir da consideração da configuração organizacional como elemento que contribui para a sustentabilidade da ação política coletiva transnacional, pode-se dizer que as OSCs do Brasil possuem mais características de “organização”, enquanto as argentinas possuem mais características de “movimentos sociais”.

Os movimentos sociais podem ser vistos como um componente integral da sociedade civil, e vice-versa; a vida associativa e os processos participativos na sociedade civil podem ser considerados como um exemplo de dinâmica de movimento social mais ampla (DELLA PORTA; DIANI, 2011). A definição de Diani e Eyerman (1992) é a de que movimentos sociais são como redes informais criadas por uma multiplicidade de indivíduos, grupos e organizações, envolvidas em conflitos políticos ou culturais com base numa identidade coletiva compartilhada.

Os movimentos sociais são na verdade apenas um possível modo de coordenação da ação coletiva na sociedade civil. Sua peculiaridade reside no acoplamento de redes interorganizacionais densas e identidades coletivas que transcendem os limites de qualquer organização específica e englobam coletividades muito mais amplas (DIANI; BISON, 2004; DELLA PORTA; DIANI, 2011).

Segundo os autores, a ação coletiva na sociedade civil também pode assumir a forma de coalizões instrumentais, nas quais a colaboração não se baseia nem gera identidades maiores. Em outras ocasiões, a ação coletiva é promovida por redes de pessoas com a mesma opinião, preocupadas com uma questão específica ou uma causa mais ampla (por exemplo, em comunidades epistêmicas), e não apenas por organizações (DELLA PORTA; DIANI, 2011). Finalmente, a ação coletiva pode ocorrer dentro de organizações específicas sem estimular o crescimento de redes e identidades mais amplas.

No Brasil, as OSCs são mais profissionalizadas, com uma estrutura organizacional com regras claras, estatutos e prestação de contas predefinidos. Por isso, se assemelham mais ao conceito de organização. Já na Argentina, as OSCs, por possuírem caráter mais informal, não possuem estatutos definidos, e muitas vezes possuem pautas mais flexíveis, se aproximando mais dos movimentos sociais.

O que foi possível verificar nos dois casos, em termos das implicações da configuração institucional para a sustentabilidade da ação, é que as regras de funcionamento contribuem para a longevidade de maneira diferente em relação às OSCs do Brasil e da

Argentina. O caso brasileiro possui uma maior delimitação do escopo de sua atuação conferindo mais formalidade para a sua atuação. Ao mesmo tempo, o caso argentino, por ter a delimitação de sua atuação mais fluida, é mais informal.

Relembrando o relato de Ivo Lesbaupin (ABONG), “[a]s organizações pertencentes da MESA são muito variadas em termos de capacidade organizacional”. Ele complementa sobre o caso argentino: “[e] como lá não tinha uma ABONG ou uma ACCIÓN, era sempre uma rede um pouco maior que articulava mais”. Segundo ele:

Você tem a ABONG, a ACCIÓN, muito bem articuladas, com uma institucionalidade maior e uma estrutura mais bem definida com recursos. E tem outros países que têm organizações mais frouxas como a Argentina, mas que mesmo não havendo uma associação nacional, têm um trabalho regulado pelas OSCs.

As OSCs do Brasil possuem uma formalidade maior em comparação com as OSCs argentinas. Em sua maioria, as OSCs do Brasil assumem o formato de ONG. A discussão do formato de ONG no caso brasileiro e o formato de rede de caráter coletivo no caso argentino é controversa na medida que a própria discussão na literatura sobre os formatos de sociedade civil também o é.

A formação das Nações Unidas (ONU) após a Segunda Guerra Mundial forneceu tanto o rótulo como um ponto de partida formal para o que hoje são conhecidas como “ONGs”. Ao lado da Assembleia Geral e do Conselho de Segurança, a nova estrutura das Nações Unidas incluiu um fórum – o Conselho Econômico e Social (ECOSOC) – dedicado ao debate sobre questões econômicas e sociais. Muito antes desse evento, várias organizações religiosas e de caráter “filantrópico” transnacionais haviam trabalhado nessas áreas (FOWLER, 2011).

Para permitir que essas entidades e entidades similares fossem acreditadas como observadoras participantes dos debates governamentais no ECOSOC, 41 foram reconhecidas com o *status* consultivo, como uma categoria institucional não estatal de uma organização não governamental (ONG) em 1947 (FOWLER, 2011). Segundo o autor, este rótulo permaneceu e se expandiu em um complexo e, muitas vezes, perplexo, muito além de suas origens nas Nações Unidas.

Ainda segundo Fowler (2011), há dois pontos críticos a ter em mente a partir desta breve história. Primeiro, o rótulo formal “ONG” foi aplicado apenas a entidades que trabalham internacionalmente, o que não é mais o caso. Muitas organizações que são entendidas e legalmente definidas como ONGs são domésticas em suas intenções e relacionamentos. Em segundo lugar, independentemente de terem ou não o estatuto

consultivo, as ONGs estavam preocupadas com questões sociais e econômicas que, com o advento da ajuda externa, uns quinze anos mais tarde ganharam o atributo adicional de serem formalmente desenvolvimentistas. Ou ainda, a aplicação do rótulo “ONG” a entidades que podem ou não ter qualquer afinidade tangível com as intervenções, a lógica ou as práticas de ajuda externa ocasionou um problema que levou a uma grande confusão analítica.

A insatisfação com a natureza global do “não governamental” contribuiu para uma evolução terminológica, incluindo organizações voluntárias privadas (*private voluntary organizations PVOs*) nos Estados Unidos e organizações voluntárias de desenvolvimento (*voluntary development organizations VDOs*) na Índia, bem como organizações sem fins lucrativos (*nonprofit organizations NPOs*), organizações do terceiro setor (*third sector organizations TSOs*) e, mais recentemente, organizações da sociedade civil (OSCs) em todo o mundo (FOWLER, 2011).

Todos esses termos se sobrepõem com os atributos das ONGs, como originalmente entendidas. Essa multiplicidade de classificações é explorada por Tvedt (1998) em termos de tipologias legais, financeiras/econômicas, funcionais e estruturais-operacionais. O autor defende uma definição acordada que pode ser confiada em nível nacional. No entanto, como não existe uma definição universal, nem uma caracterização “positiva” robusta ou incontestada do que ONGs são, o que elas fazem e por que elas existem em todo o mundo (FOWLER, 2011).

Tanto as OSCs argentinas quanto as brasileiras foram criadas no mesmo período em que as organizações mais antigas datam dos anos de 1960 e início dos anos de 1970, enquanto as mais novas, dos anos 2000. A mais antiga no caso brasileiro é a FASE, criada em 1961, e a mais nova é o Instituto de Justiça Fiscal, criado em 2011. No caso argentino, a mais antiga é o INDES, criado no início dos anos 1970, e a mais nova é a *Fundación SES*, de 1999.

As OSCs argentinas, em sua maioria, assumem o formato de rede. Um exemplo disso é a *Red Encuentro*, que tem a função de associação nacional na MESA, mas é uma rede de OSCs. Além do que poucas organizações assumem o formato de ONG. Talvez pelo fato de que muitas ONGs foram cooptadas pelos governos Kirchner ou deixaram de existir frente aos desafios diversos de desmobilização. Sobre o formato das OSCs argentinas, Alberto Croce esclarece:

Existem dois tipos de redes na Argentina. Uma é mais temática, rede de mulheres, rede de jovens, redes pró-ambiente, redes de moradia e etc. E por outro lado, existem redes mais “gremiais”. Não sei se essa é a melhor palavra, mas que representa as “organizações em si mesmas” e não por tema. A *Red Encuentro* está nesse segundo grupo, não é uma rede temática, ainda que tenha seu foco em

desenvolvimento. É uma rede de organizações que de alguma forma estão na Argentina.

Em termos de configuração organizacional, então, o caso brasileiro se aproxima das características de “organização”, enquanto o caso argentino se aproxima das características de “movimentos sociais”. Pode-se dizer que o caso argentino possui o formato da denominada “rede de caráter coletivo”, conforme definido no estudo sub-regional do Cone Sul e Brasil pela MESA (2014), exibindo exemplos de *coworking*, mencionado no início deste capítulo.

Inclusive, durante as entrevistas realizadas nesta tese, na cidade de Buenos Aires, isso foi bastante perceptível: OSCs funcionando em espaços coletivos cedidos por outras fundações privadas. Como observa Alberto Croce (*Red Encuentro*): “todo o funcionamento da rede é feito a partir do voluntariado, com recursos das próprias organizações. Hoje não temos recursos específicos para isso e seguimos”. Segundo ele, “isso pode ser visto como um ponto forte, não dependemos de um secretariado pago e etc.”

Alberto Croce relata como isso se dá no caso de sua OSC: “Não temos uma sede, não temos uma estrutura física alugada, não temos coisas que são da *Red Encuentro*. Em nenhum momento houve isso. A *Red* teve historicamente um pequeno apartamento que manteve alugado e etc., pequenos recursos que permitem algumas coisas básicas”.

“A estrutura da *Red Encuentro*, em si mesma, não exige que as organizações participantes aportem fundos que não têm, nem que se consigam fundos próprios para que a *Red* seja mais forte que as organizações que a integram” (Alberto Croce). Para ele:

Quando se tem uma rede que tem recursos próprios, isto é, a “ONGzização” das redes, quando a rede se transforma em si mesma em uma ONG. Então, as outras organizações membros se transformam em clientes. Isto é um perigo para as redes em certos momentos de desenvolvimento das redes. Nossa opção tem sido fortalecer as organizações abrindo a participação, sustentando a rede com a participação. Não temos uma sede, não tem um aluguel, não temos coisas que são da *Red Encuentro*.

“Os movimentos sociais latino-americanos, principalmente os brasileiros e chilenos, têm tido uma incidência fundamental em definir as mudanças culturais de fundo político”, como menciona Miguel. Alberto complementa: “[a] primeira coisa que quero te dizer é que a realidade da sociedade civil argentina é um tanto diferente da realidade brasileira. Eu entendo que vocês têm um movimento social muito mais forte que o nosso”.

Apesar das diferenças na configuração organizacional dos dois casos, em que o brasileiro exhibe mais aspectos conferidos às organizações e o argentino mais características de movimentos sociais, talvez por existirem movimentos sociais fortes amplamente reconhecidos regional e internacionalmente no Brasil, como o Movimento dos Sem Terra (MST), por

exemplo, o caso brasileiro também é associado aos movimentos sociais por meio de relatos de alguns entrevistados. Uma explicação para isso seria que movimentos sociais do Brasil como o MST, por exemplo, cuja reprodução social persiste por mais de 30 anos de existência, proporcionaram todo um cenário consolidado de mobilização, assegurando, inclusive a criação de OSCs mais institucionalizadas e maior visibilidade para as organizações de base.

A MESA, por sua vez, é uma organização de terceiro nível por possuir associações nacionais que possuem suas OSCs participantes e redes regionais compostas por OSCs nacionais, que em alguns casos também compõem o quadro das associações nacionais e/ou participam de mais de uma rede regional.

Relembrando o relato do diretor da MESA, Miguel Santibáñez, explicitado no capítulo anterior: “A MESA é uma organização de terceiro nível, praticamente, porque existem as associações que são de segundo piso e têm seus membros. Por exemplo, na ABONG, se têm OSCs que são membros de ALOP, de CEAAL e etc.”. “Da MESA, nós fazemos parte indiretamente enquanto associadas da ABONG e enquanto OSC dentro da ALOP”, como observa Jorge Durão (FASE).

No caso brasileiro, são cinco OSCs nacionais que compõem a ALOP, o INESC, a FASE, o CAMP e o Instituto Pólis. FASE, INESC e CAMP também fazem parte da ABONG. FASE, INESC e Instituto Pólis compõem também o quadro da Plataforma DhESCA Brasil, que é o capítulo brasileiro da PIDHDD. O CAMP e o INESC também estão dentro do CEAAL. A AMB e o CFEMEA, que são membros da AFM, também fazem parte da Plataforma DhESCA Brasil.

No caso argentino, as três OSCs que compõem a ALOP são: INDES, SEHAS e FUNDAPAZ. As três estão dentro da *Red Encuentro*. Quem preside a *Red Encuentro* no momento é a *Fundación SES*, que é membro da LATINDADD. A *Fundación SES* também preside a AOED. Segundo Miguel, diretor da MESA, “[m]uitos dos integrantes da MESA são partes da iniciativa da AOED, que é uma instância maior que a MESA”.

Como esclarece Miguel, “[c]reio que 60% dos membros da MESA estão na AOED, mas a MESA enquanto estrutura institucional não participa da AOED. Porque a AOED tem sua própria estrutura institucional, que parte do nível global e chega ao nível regional e nacional como uma estrutura autônoma”.

A ABONG também faz parte da AOED, assim como a ALOP, a CONGCOOP da Guatemala e a ACCIÓN do Chile. A ABONG e a *Red Encuentro*, as associações nacionais de Brasil e Argentina, participam do Foro Internacional das Plataformas Nacionais de ONG

(FIP) ao lado da MESA. Aliás, o FIP é composto por 10 associações nacionais na América Latina, sendo todas elas parte da MESA também.

Sobre a participação da MESA no FIP, Miguel esclarece: “A MESA participa do FIP, que é uma organização de plataformas nacionais de ONGs. A MESA participa como uma organização integrante que não tem direito a voto. Não é uma participação plena, como membro pleno”. Ele complementa: “Recebe alguns benefícios de participar no FIP, que tem a ver com os financiamentos”.

A MESA participa do FIP, a ABONG e a *Red Encuentro* também, assim como as 10 associações nacionais que integram o rol da América Latina são as que também estão dentro da MESA. Como observa Miguel, “[o]s integrantes que têm direito a voto são aproximadamente 10 associações nacionais como a ACCIÓN e a CONGCOOP, por exemplo”. Miguel discorre sobre as alianças globais da MESA:

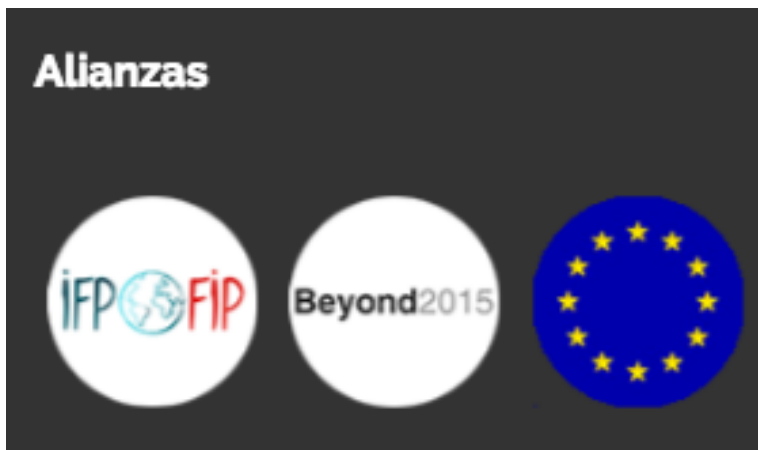
Participamos também do processo da agenda de desenvolvimento sustentável na iniciativa que se chama *Action First for Development*, que é uma mega articulação que engloba organizações como o próprio FIP, *Action Network*, *Participaid* e outras grandes organizações em nível global, onde há um reconhecimento da governança do processo das coalizões regionais.

Miguel ressalta que a MESA “vai ter um assento no comitê de coordenação do processo global que vai dando seguimento ao processo de agenda de desenvolvimento sustentável, que é muito mais complexa agora do que a chamada Agenda Pós-2015”. Ele observa que o processo da denominada agenda pós-2015 ou Agenda 2030 “era simplesmente a formulação dos objetivos e dos indicadores e das metas, que eram basicamente uma negociação intergovernamental. Agora, vem a implementação”.

“Participamos nessas iniciativas, FIP e *Action First for Development*, e eventualmente em algumas outras. Mas, no momento, estamos vinculados a essas duas” como conclui Miguel sobre as alianças da MESA. Alberto Croce (*Red Encuentro*) reforça: “A MESA representa a América Latina em muitos espaços, no FIP, nas relações com a União Europeia, por exemplo”.

Além das alianças da MESA mencionadas pelos entrevistados, a própria União Europeia (UE) aparece ao lado do FIP e da Campanha *Beyond 2015* como uma aliança, conforme figura extraída do sítio da MESA a seguir:

Figura 20 - Alianças da MESA



Fonte: MESA, 2016.

É preciso fazer uma breve problematização dessa aliança com a UE. Como afirma Miguel: “[a]demais, uma dimensão que tenho que mencionar, é que participamos da plataforma política para o desenvolvimento da UE. Temos uma participação lá”. Em que medida o recurso material advindo desta aliança está atrelado à sustentabilidade da atuação da MESA? Desafios expressados por perguntas como essa parecem definir os rumos que a articulação transnacional irá tomar nos próximos anos como interlocutor regional entre as ONGs europeias e organismos multilaterais, e poderão condicionar, sobretudo, a sua reprodução social. A UE, por sua vez, aparece no sítio da FIP como um apoio e não como uma aliança, conforme figura extraída a seguir:

Figura 21- UE na FIP



Fonte: FIP, 2016.

Como se pode observar ao longo desta tese, uma das categorias analisadas foram os recursos e oportunidades, cuja configuração organizacional está intimamente a ela, ou seja, somar a questão dos recursos às oportunidades parece algo promissor para compreender a reprodução social da ação coletiva a partir de dois elementos-chave que se articulam: o contexto político, que dispõe recursos, oportunidades e obstáculos, e a identidade que dá a especificidade em relação às outras ações. De acordo com Tarrow (1983), a forma que a ação coletiva adquire em seu nível de conflito e seu grau de institucionalização é resultado do sistema político e dos recursos e das oportunidades que dispõem os atores sociais.

Sendo assim, em termos de recursos e oportunidades, a configuração organizacional das OSCs de Brasil e Argentina conferem sustentabilidade de maneiras diferentes para a ação política coletiva transnacional. A MESA e suas redes regionais funcionam como mecanismos de recursos e oportunidades para as OSCs nacionais de Brasil e Argentina muito mais como fontes de oportunidades e de recursos morais, humanos e informacionais do que de recursos materiais.

Ainda que os recursos materiais advindos da UE, em 2013 e 2014, conferiram uma maior mobilização para o conjunto de OSCs. Bem como estabelecem mecanismos de oportunidades políticas para atuação das OSCs nacionais para além de suas fronteiras por promoverem a abertura para instâncias de participação regional e global. Como menciona Von Bulow (2014, p. 32):

Mecanismos relacionais como extensão, supressão, difusão, transformação podem fortalecer vínculos entre aliados internacionais muito diferentes entre si, mas também podem levar a um declínio da ação coletiva na esfera doméstica, porque: a atenção e os recursos políticos diluem-se em vez de se concentrarem em demandas específicas, as principais demandas são por vezes ignoradas e novos tipos de organizações e ideias têm de ser adaptados a diversas realidades sociais e políticas. Pelos mesmos motivos, acordos transnacionais entre OSCs costumam ser frágeis e vigorar por apenas breves períodos de tempo.

O que a autora ressalta talvez possa ser verificado nos próximos anos da MESA, uma vez que a aliança internacional que poderia causar de certa maneira uma maior mobilização na mesma proporção que uma desmobilização é com a UE, e esta é muito recente e fugiu ao escopo de análise desta tese por falta de informações empíricas dos próprios entrevistados.

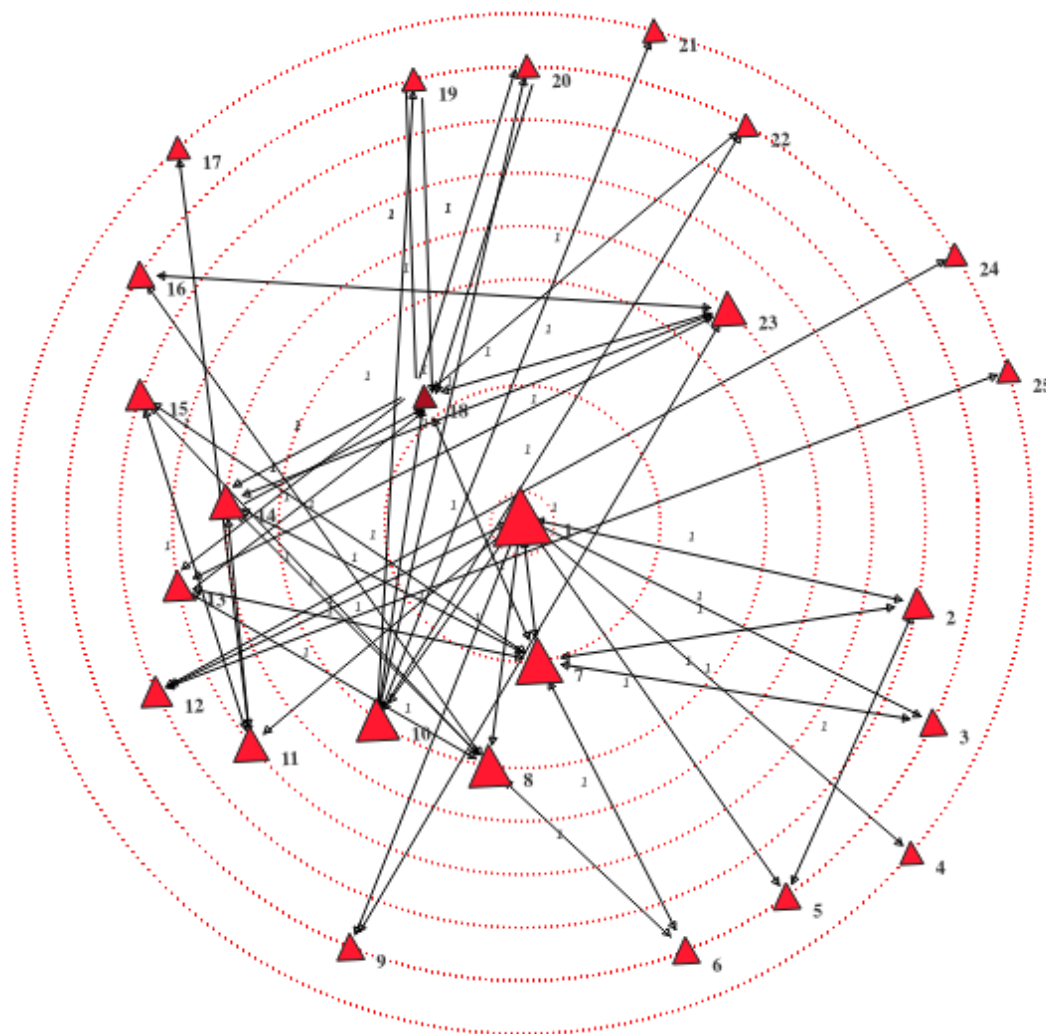
As OSCs do Brasil, a partir de sua configuração organizacional, em que a ABONG possui um bojo de ONGs consolidadas em território nacional, como a FASE, o INESC, o Instituto Pólis e o CAMP, por exemplo, tendem a estabelecer alianças regionais consolidadas muito mais do que alianças globais, contribuindo para a sustentabilidade da ação. Foi possível

verificar isso a partir da dinâmica das OSCs brasileiras nas cinco regionais, em que a participação do coletivo Brasil é mais ativa do que a do coletivo Argentina, de maneira geral. Exemplos disso são as OSCs brasileiras que possuem certo protagonismo dentro da ALOP, da LATINDADD, do CEAAL e da AFM.

Em termos de configuração organizacional no caso argentino, a *Red Encuentro* é uma rede de caráter coletivo, que data de meados de 1970, e possui um trabalho regulamentado pelas OSCs e possui um grupo de OSCs consolidadas em território nacional em seu bojo. Ainda, foi verificado com maior clareza o protagonismo das OSCs argentinas em apenas uma das redes regionais da MESA, na PIDHDD, cujo capítulo argentino se mantém autonomamente. A Relatoria da Infância e Juventude é um exemplo para os demais capítulos latino-americanos em termos de direitos humanos. Foi possível verificar também que, no momento atual, as OSCs argentinas tendem a construir alianças mais globais, como é o exemplo da *Fundación SES*, participante da LATINDADD, que preside a *Red Encuentro*, e esta preside a AOED.

As figuras abaixo esboçam as interações das OSCs que compõem a MESA no Brasil e na Argentina. Como pode-se perceber, os dois atores nacionais possuem uma dinâmica parecida a uma primeira vista, em que as associações nacionais possuem OSCs em seu bojo que também participam de redes regionais. No entanto, pode-se destacar vários elementos que foram apresentados nessa seção. Um deles é o protagonismo de ONGs, como a CFEMEA no caso brasileiro, que possui uma teia de interações no ambiente doméstico e no ambiente regional. Ou a ABONG, que se nutre dessas OSCs nacionais fortes. No caso argentino, é perceptível o movimento de OSCs nacionais, como a *Fundación SES*, que preside a *Red Encuentro* e possui uma participação tanto regional por meio da LATINDADD quanto global por meio da AOED.

Figura 22- Interações no caso brasileiro

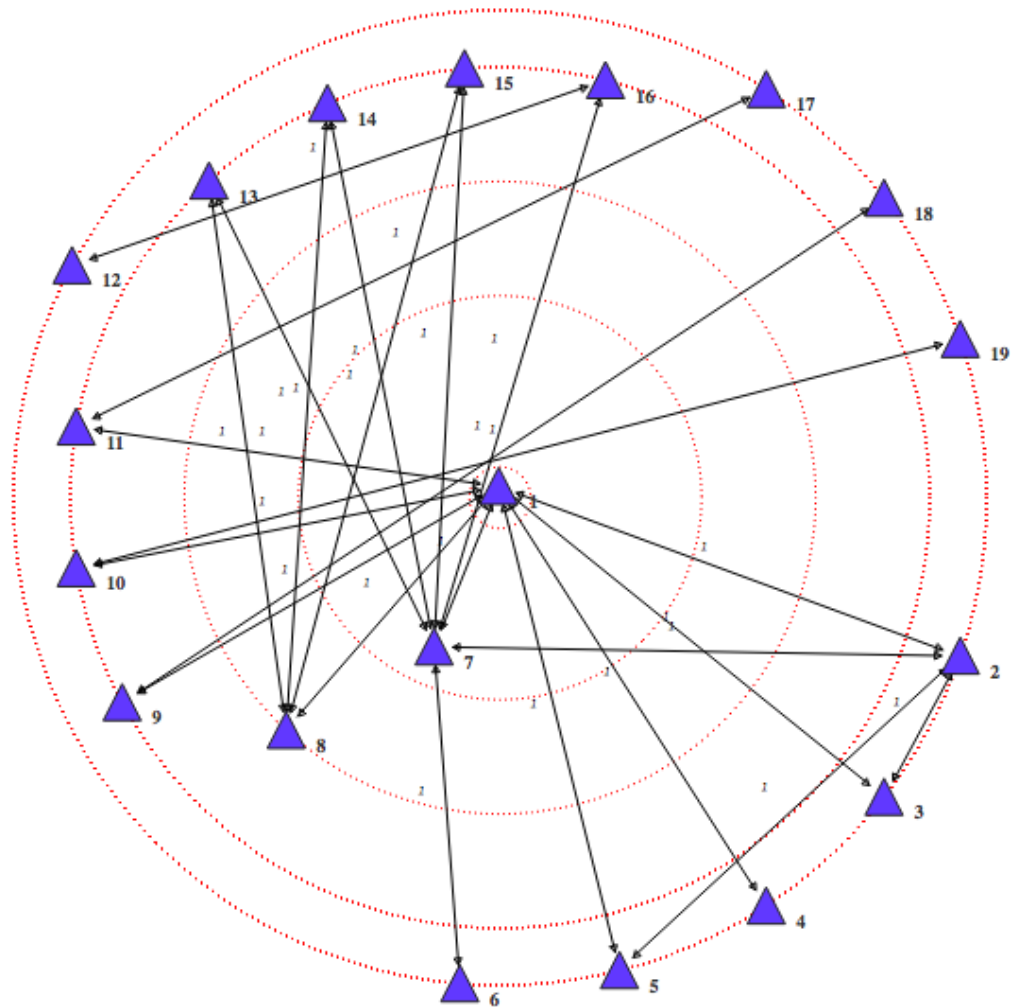


Legenda:

1- MESA	6- AOED	11- CEAAL	16- Instituto Pólis	21- Coletivo Leila Diniz
2- FIP	7- ABONG	12- LATINDADD	17- CONTAG	22- AMB
3- Beyond 2015	8- ALOP	13- FASE	18- CFEMEA	23- Plataforma DHESCA Brasil
4- Action First for Development	9- PIDHDD	14- INESC	19- SOS Corpo	24- Auditoria Cidadã da Dívida
5- UE	10- AFM	15- CAMP	20- REDEH	25- Instituto de Justiça Fiscal

Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 23- Interações no caso argentino



Legenda:

- | | | | |
|---------------------------------|------------------|---------------|---------------------------------|
| 1- MESA | 6- AOED | 11- CEAAL | 16- Fundación SES |
| 2- FIP | 7- Red Encuentro | 12- LATINDADD | 17- FEC |
| 3- Beyond 2015 | 8- ALOP | 13- INDES | 18- Capítulo argentino (PIDHDD) |
| 4- Action First for Development | 9- PIDHDD | 14- FUNDAPAZ | 19- CISCOSA |
| 5- UE | 10- AFM | 15- SEHAS | |

Fonte: Elaborado pela autora.

Dada a complexidade de formas e o fato de não haver um consenso sobre o carácter distintivo dos vários tipos de sociedade civil, não é de surpreender que, em termos práticos, os investigadores que se dizem primariamente interessados nos movimentos sociais ou na sociedade civil acabem com questões e objetos empíricos semelhantes de análise (DELLA PORTA e DIANI, 2011).

Por exemplo, ambas as linhas de pesquisa compartilham um interesse nos mecanismos que facilitam ou desestimulam o envolvimento dos cidadãos na ação coletiva como indivíduos (DIANI; MACADAM, 2003; DELLA PORTA; DIANI, 2011). As duas linhas de investigação também convergem quando os movimentos são considerados primariamente como conjuntos de organizações com objetivos semelhantes ou pelo menos compatíveis, e não como redes de atores interdependentes.

Se o foco está em organizações voluntárias como organizações e não em suas redes, então a distinção entre “organizações de movimento social” – termo favorecido por analistas de movimentos sociais – “associações voluntárias” e “grupos de interesse público” – termos utilizados por analistas da sociedade civil – perde parte de sua relevância (DELLA PORTA; DIANI, 2011).

Esta seção demonstrou que num ambiente transnacional com escassez de recursos, as oportunidades continuam a ser geradas pela própria configuração organizacional tanto das OSCs do Brasil quanto da Argentina de maneiras diferentes, conferindo sustentabilidade para sua ação. Em alguns casos, inclusive, foi possível verificar a ação conjunta do coletivo sub-regional Brasil e Argentina, em que as OSCs correlatas em cada um dos casos podem guiar uma maior reprodução social. Por exemplo, no caso do CEAAL, com a FEC na Argentina e a CONTAG no Brasil que estabelecem estratégias comuns, ou no caso da LATINDADD, com a Auditoria Cidadã da Dívida e a *Fundación SES*, ou ainda no caso da AFM, com o CISCSA e o CFEMEA.

Há muitas bases comuns para considerar como essas formas organizacionais combinam uma busca de eficácia e um compromisso com estruturas descentralizadas e participativas; como elas coordenam recursos; e outras questões importantes (KRIESI, 1996; JORDAN; MALONEY, 1997; ANHEIER; THEMUDO, 2002; DELLA PORTA; DIANI, 2011). Uma dessas questões importantes advindas das interações entre as OSCs é a própria coordenação, abordada a seguir.

5.2 Coordenação

A coordenação no caso da MESA e seus atores nacionais demonstra o processo decisório em nível transnacional articulado com o nacional. Ou seja, como coordenar as ações conjuntas a partir das interações entre as OSCs contribui para a longevidade do arranjo. Assim, a coordenação é vista pelo prisma dos mecanismos de interação entre as OSCs a partir da mudança de escalas, de como a informação é difundida entre os atores, como a agenda é estabelecida, como os objetivos são pactuados, como as ações são avaliadas e revisadas. De acordo com Von Bulow (2014), “a interação entre os atores é importante, porque pode levar a mudanças na forma como enxergam seus papéis e interesses na ação coletiva transnacional”.

Recorrendo à interdisciplinaridade nesta tarefa de delimitar mecanismos mais concretos de coordenação, Grandori (1997) e Grandori e Furnari (2013), apesar de estarem falando de objetos diversos ao desta tese, por se referirem à governança em termos empresariais e de inovação, oferecem alguns elementos que ajudam a tornar mais palpável a coordenação pela ótica das interações. Essas interações em alguma medida estão relacionadas à discussão de governança dentro das organizações sociais por considerarem que os atores coordenam as suas atividades para construir e manter organizações formais e informais. Utilizei três dos vários aspectos abordados por esses autores como mecanismos de coordenação, quais sejam: comunicação, controle e incentivo.

Grandori (1996) observa que, entre os resultados das análises da teoria dos jogos em termos de mecanismos de coordenação, é importante lembrar que existem estruturas em equilíbrio, nas quais soluções podem ser abordadas de forma eficaz e eficiente, sem comunicação, mas apenas através de sequências apropriadas de “movimentos”. Por exemplo, eles incluem situações em que, em igualdade de circunstâncias, os interesses dos atores são totalmente opostos, então não há nenhum ponto em se comunicar, mas um equilíbrio pode ser alcançado através de estratégias mínimas unilaterais: as situações em que não há nenhum conflito de interesses, e as estratégias dominantes de cada jogador para levar a um resultado ótimo; ou há combinações de movimentos que são superiores para todos, em que a comunicação ainda seria um custo desnecessário (GRANDORI, 1996).

É preciso sublinhar que o nível de complexidade de informação que pode ser tratado através de “jogos” e os mecanismos de coordenação sem comunicação são, em qualquer caso, baixo: situações de risco e incerteza são tratáveis, mas apenas por meio da definição de um conjunto de alternativas conhecidas. No entanto, durante os “jogos” ou “interação

estratégica”, o que pode ser aplicado para a coordenação de ambos é a interdependência das trocas e a interdependência da ação coletiva, como estabelece Grandori (1996).

Calhoun (2011) afirma que uma esfera pública vibrante é a dimensão da sociedade civil mais essencial à democracia. Ajuda a constituir o próprio *demos* (“o povo”) como uma coletividade capaz de orientar seu próprio futuro. A esfera pública funciona através da comunicação, combinando criatividade cultural, apropriação seletiva da tradição e debate racional para informar seus membros e potencialmente influenciar estados e outras instituições (CALHOUN, 2011).

Assim, segundo o autor, a esfera pública é vibrante na medida em que o envolvimento é animado, diverso e inovador; entretanto, seu valor é reduzido quando é passivo, ou quando simplesmente reage a ações ou falhas do governo, ou quando a comunicação mutuamente informada é sacrificada à mera agregação de opiniões privadas.

A comunicação pública não se limita a fluir de forma indiferenciada; seja em nível nacional ou transnacional, uma esfera pública é composta de múltiplos públicos e contra públicos que se sobrepõem parcialmente (CALHOUN, 2011). Trazendo diferentes concepções do bem público e, por vezes, do próprio público maior e inclusivo, fazendo com que possam ser julgados pela sua abertura, criatividade ou sucesso em trazer a razão para suportar questões públicas.

Para este autor, o problema está na dupla questão de até que ponto a vida social pode ser auto organizada e em que medida a auto-organização social pode ser alcançada através da ação humana livre. A esfera pública é vital para essa possível liberdade e para seu exercício em busca do bem público.

O fluxo de comunicação no caso brasileiro e no caso argentino possuem maneiras diferentes de ser internalizado em relação às suas associações nacionais. A ABONG tem assembleia anual, além de um grande volume de estudos e conteúdos informativos em seu sítio sobre a atuação das OSCs. Tem estatuto e regimento interno, entre outros procedimentos formais de comunicação. Já a *Red Encuentro* não possui assembleia anual e não possui sítio oficial, apenas um *blog* com informações bastante restritas, mas o seu fluxo comunicacional é advindo de regras baseadas em um *ethos*²⁹ coletivo construído desde meados de 1970, centrado em valores comuns em torno do tema amplo do “desenvolvimento” ligado à questão social.

²⁹ Para Bourdieu (1990), o *ethos* é um conjunto sistemático de disposições morais, de princípio prático. São os valores em estado prático não-consciente que regem a moral cotidiana. O *ethos* compõe o *habitus*, que é a maneira de perceber, julgar e valorizar o mundo e conforma a forma de agir, corporal e materialmente.

Outro mecanismo de coordenação explorado por Grandori (1996) é o controle. Para a autora, a partir da dimensão cognitiva, o argumento de cooperação conveniente a longo prazo qualifica um mecanismo de coordenação de grupo de pares baseado na confiança calculista em termos de controle. De acordo com ela, o alinhamento de objetivos e comportamentos – graças aos processos de socialização e identificação – qualifica um mecanismo de controle cultural baseado na confiança não calculista.

Alvesson e Lindkvist (1993) baseiam-se nessa observação da justaposição de uma cooperação conveniente e de um controle cultural, uma distinção entre “clãs econômico-cooperativos”, que podem ser chamados de “coletivos” ou “grupos de pares”, como observa Grandori (1996).

De fato, por um lado, é inegável que a autoridade efetiva tem muitas bases, incluindo competência, eficiência de comunicação, eficiência de controle, resolução de conflitos e troca de direitos de decisão contra recompensas sem risco, de acordo com a autora. Para ela, por outro lado, seja qual for a sua base, a autoridade é um mecanismo de governança viável apenas se a informação e a competência relevantes para resolver problemas de ação puderem ser transferidos para um único ator, estabelecendo, então, uma “zona de aceitação”.

O ambiente de atuação propiciado pela MESA e suas redes regionais, em que se têm assembleias anuais, encontros e seminários esporádicos, confere às OSCs do Brasil e da Argentina uma espécie de “controle cultural” e “zona de aceitação”, uma vez que estabelece “grupos de pares” com base na confiança mútua, advinda de valores comuns, agendas comuns, um consenso regional em torno de marcos de atuação preestabelecidos que favorecem a criação de estratégias comuns.

Outro aspecto explorado por Grandori (1996) e Grandori e Furnari (2013) é a questão dos incentivos que está conectada ao processo decisório, uma vez que tornou-se uma preocupação central na teoria organizacional, devido à separação entre um grande número de “diretores” dispersos, que detêm os direitos de propriedade (os acionistas) e o pequeno número de “agentes” detentores dos direitos de decisão sobre toda a atividade de um (JENSEN e MEKLING, 1976). Como os autores ressaltam, uma solução para este problema foi encontrada na concepção de incentivos: o alinhamento dos direitos a recompensas residuais aos detentores de direitos de decisão.

Os incentivos como mecanismo de coordenação, no caso da MESA, contribuem para a sustentabilidade da ação política coletiva transnacional na medida em que oferecem recompensas para aqueles que estão afastados do processo decisório. Tanto no caso brasileiro como no caso argentino, as OSCs nacionais que estão dentro das redes regionais ou das

associações nacionais, e que participam indiretamente da articulação transnacional, veem valor agregado de seguir participando da MESA.

As recompensas são entendidas como a perpetuação de um espaço para a atuação desse conjunto de OSCs. Como esclarece Maria Rosa Goldar (FEC), essas recompensas estariam atreladas à própria asseguuração de estratégias comuns no nível da sub-região: “Estamos tentando que na sub-região do Cone Sul e Brasil a gente tenha mais estratégias comuns, uma relação mais permanente e sistemática das ações que estamos empreendendo nos distintos países”.

A própria criação de estratégias comuns no nível sub-regional está condicionada em grande medida ao fortalecimento das identidades coletivas e de uma agenda comum consolidada. Como observa Adrián Falco:

Nós costumamos dizer que usamos distintos “*sombreros*”. Vestimos um “*sombrero*” para cada reunião. Às vezes estou com o “*sombrero*” da LATINDADD, às vezes estou com o “*sombrero*” da *Fundación SES*. E vamos seguindo assim. O importante de tudo isso são os temas, a agenda. A LATINDADD tem uma agenda muito econômica, mesmo que vinculada ao social e cultural.

A configuração organizacional e os mecanismos de coordenação (comunicação, controle e incentivos) estão intimamente ligados à construção de uma identidade coletiva compartilhada pelas OSCs. Como esclarecem Della Porta e Diani (2011), as identidades transcendem os limites de qualquer organização específica e englobam coletividades muito mais amplas. Conforme será demonstrado a seguir, as identidades coletivas das OSCs do Brasil e da Argentina se manifestam de maneira diferente.

5.3 Identidade

De acordo com a literatura de movimentos sociais, os enquadramentos discursivos (*frames*) das redes transnacionais possibilitam o surgimento de significados sociais que influenciam as tomadas de decisão em nível local, nacional, internacional e global. Assim, a identidade de um movimento social é fruto de uma construção definida pelos próprios atores participantes, que adotam significados culturais que proporcionam solidariedade e unidade ao sistema de ação (MELUCCI, 2002).

De acordo com Goffman (1975), podemos definir *frame* como *scripts* mentais que reconhecem ocorrências e eventos dentro de um espaço de vida, em que organizam e identificam a experiência orientando a percepção e a ação. O autor argumentou que os *frames* são essenciais para todos os tipos de percepções do mundo e, portanto, para a interação

cotidiana e comunicação. Nessa perspectiva, os quadros: a) focalizam a atenção – o que está “no *frame*” e “fora do *frame*”; b) combinam elementos do cenário para que um conjunto de significados seja transmitido; e c) transformam aspectos da realidade social, por exemplo, de queixas rotineiras a injustiças em necessidade de ação.

Para Goffman (1975), os *frames* são elementos da cultura de um indivíduo ou de um grupo e experiências vivenciadas, e, portanto, relativamente estáveis. Essa ideia foi posteriormente desenvolvida por Pierre Bourdieu em sua conceptualização do *habitus* e sua importância na reprodução das distinções sociais (BOURDIEU, 1990).

Dentro do movimento social, a escolha dos quadros interpretativos é guiada pela cultura, pelos hábitos e pelas normas (GAMSON, 1998). Snow e Benford (1988) argumentam que os *frames* de ação coletiva funcionam centrando a atenção, combinando eventos, situações e fatos sociais, e transformando a compreensão de aspectos da realidade social. Segundo esses autores, os *frames* são deliberadamente aplicados e destinados a mobilizar apoiantes e desmobilizar os oponentes de uma determinada causa.

Pode-se dizer que os enquadramentos discursivos de ação coletiva são “símbolos” deliberadamente elaborados, que oferecem um pacote completo de significado (DONATI, 1992). Ou, de outro modo, os *frames* de ação coletiva possuem a interpretação de fenômenos sociais particulares, ativando discursos maiores ou subconjuntos de propriedades que situam o fenômeno em uma luz particular. Assim, o enquadramento discursivo torna-se uma tentativa estratégica de guiar a ativação de discursos e repertórios de compreensão específicos com o objetivo de mobilizar o consenso.

Muitos estudos de *frames* dão ênfase às suas origens ideológicas com um interesse no processo pelo qual ideologias políticas e religiosas têm sido usadas estrategicamente para mobilizar partidários e desmobilizar os adversários. A assimilação de elementos racionais e irracionais, cognitivos, valorativos, e a construção de formas de ver e estar no mundo a partir da prática social dos agentes sociais é responsável por criar os *frames* da ação coletiva.

Os *frames* verificados nos casos das OSCs do Brasil e da Argentina foram os *frames* de identidade. Um aspecto importante desta pesquisa foi mostrar como as identidades coletivas diferentes enquadram o mesmo fenômeno de formas diferentes. Dessa forma, é necessário fazer uma discussão sobre o próprio conceito de identidade coletiva para compreender a variação dos casos apresentados, assim como em que medida essa identidade dá suporte para os enquadramentos discursivos da ação coletiva.

A identidade coletiva na concepção de Melucci (1996) garante a continuidade e permanência de um movimento social ao longo do tempo ao estabelecer os limites do ator em

relação ao seu ambiente social. Para o autor, ela regula o pertencimento dos indivíduos definindo os requisitos para aderir ao movimento e os critérios pelos quais os seus membros se reconhecem e são reconhecidos. O conteúdo dessa identidade e sua duração temporal variam de acordo com o tipo de grupo em questão.

Quando consideramos as estruturas organizacionais, os padrões de liderança e os requisitos de adesão, lidamos com níveis de ação coletiva que pressupõem a noção de identidade coletiva: incorporam e representam as maneiras pelas quais um ator coletivo define os “fins, os meios e o campo de sua ação” (MELUCCI, 1996, p. 75). Nesse sentido, para o autor, esses níveis funcionam como indicadores empíricos de uma possível identidade coletiva e, inversamente, o próprio conceito deve ser usado como ferramenta analítica para desmembrar a aparência reificada das dimensões empíricas de um movimento social e para alcançar o processo construtivo por trás desses processos.

No caso das OSCs da MESA, não é que as diferentes configurações organizacionais das OSCs no Brasil e na Argentina influenciem uma identidade coletiva ou outra. Trata-se de entender que no caso brasileiro, por se aproximar mais do modelo de “organização”, a identidade coletiva tem um aspecto mais forte internamente, em que toda organização desenvolve uma cultura organizacional.

As redes de caráter coletivo que se aproximam mais dos movimentos sociais não têm isso, como no caso argentino. Os dois casos têm identidades coletivas diferentes. E, do ponto de vista da reprodução, têm implicações diferentes também.

As redes de caráter coletivo às vezes são mais duradouras que as ONGs, como demonstra o caso argentino. A *Red Encuentro*, por exemplo, é de 1977 e permanece ativa até hoje. Alberto Croce relata que “a Red Encuentro foi sempre composta de organizações mais progressistas como redes que haviam. Uma foram mais conservadoras, outras mais resistentes, outras mais ‘modernas’ em diferentes momentos da história”.

A identidade coletiva é um processo de aprendizado que leva à formação e manutenção de um ator empírico unificado. À medida que esse processo passa por várias etapas, o ator coletivo desenvolve uma capacidade para resolver problemas colocados pelo ambiente e se torna cada vez mais independente e autônomo em sua capacidade de ação dentro de redes em que se situa (MELUCCI, 1996). O processo de identidade coletiva é, portanto, também a capacidade de produzir novas definições integrando o passado e os elementos emergentes do presente na unidade e continuidade de um ator coletivo.

Num primeiro momento desta pesquisa, foram verificados *frames* de identidade mais amplos nos dois casos. As OSCs do Brasil e Argentina, a partir dos relatos dos informantes-

chave, se identificam como “OSCs mais à esquerda”, “OSCs progressistas”, “OSCs que lutam contra o neoliberalismo”, conforme demonstrado no Capítulo 4. No entanto, buscando variação nos dois atores nacionais, foi possível verificar que entre esses *frames* de identidade, consolidados mais amplos, a identidade coletiva se manifesta de maneira diferente.

No caso brasileiro, a identidade coletiva está mais relacionada às questões locais e mais voltada para o ambiente doméstico. Já no caso argentino a identidade coletiva aparece como mais ideológica, e muito mais relacionada às questões de fora e internalizadas no ambiente doméstico.

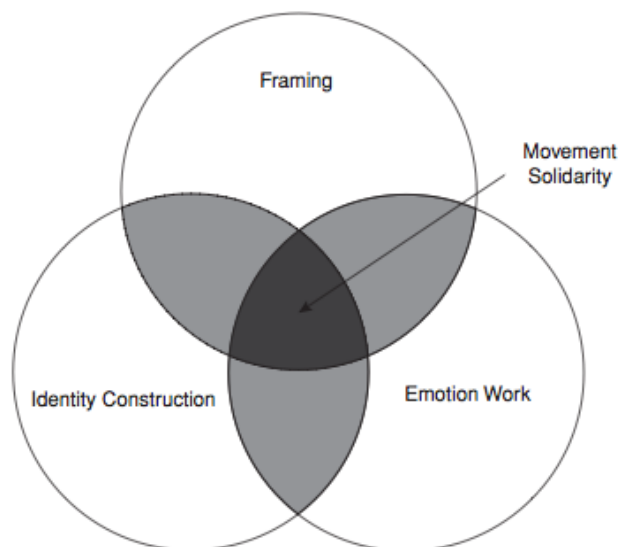
Nas últimas duas décadas, os estudiosos dos movimentos sociais e da *contentious politics* reconheceram que os movimentos não buscam simplesmente bens instrumentais, eles também criam e manipulam significados sociais (TARROW, 2011). No entanto, segundo o autor, os analistas diferem sobre como os movimentos fazem sentido. Ainda de acordo com Tarrow (2011), pelo menos três mecanismos principais podem ser extraídos da recente “reviravolta cultural” no estudo dos movimentos sociais, como veremos a seguir.

Primeiro, os movimentos moldam a *contentious politics*. Começando com o trabalho de David Snow e seus colaboradores, os enquadramentos discursivos (*frames*) funcionam como a construção de um esquema interpretativo que simplifica e condensa o “mundo lá fora”, assim como os jornalistas “moldam” uma história seletivamente pontuando e codificando objetos (SNOW; BENFORD, 1992; TARROW, 2011).

Segundo, os movimentos definem, cristalizam e constroem identidades coletivas. Começando com o trabalho pioneiro de Melucci (1988), os estudiosos veem cada vez mais as identidades não como um componente “essencialista” da ação coletiva mas como um conjunto construído de mecanismos de fronteira que definem quem somos, quem eles são, e as localizações das fronteiras entre eles (TARROW, 2011).

Terceiro, os estudiosos têm se concentrado cada vez mais em como os movimentos refletem emoções para mobilizar seguidores (TARROW, 2011). Ainda segundo o autor, estudiosos de movimentos sociais que tomaram a volta cultural têm lutado sobre qual dos três – enquadramento discursivo (*frame*), construção de identidade ou emoção – é a parte mais importante da cultura da *contentious politics*. O que parece claro é que os três são elementos importantes na criação de solidariedade entre os participantes do movimento potencial para ativá-los (TARROW, 2011). A figura a seguir extraída da obra do autor traz esses três componentes:

Figura 24 – Solidariedade do movimento



Fonte: Tarrow, 2011, p. 143.

Ainda segundo Tarrow (2011), esses três componentes – enquadramento, identidades e emoções – se intersectam para produzir as solidariedades com as quais os movimentos sociais interagem com aliados, adversários e autoridades. Um elemento não abordado nesta tese foram as emoções, uma vez que elas são muito mais presentes em movimentos sociais do que nas OSCs que já possuem um trabalho mais regulamentado.

No entanto, ao definir como as identidades coletivas se manifestam de maneira diferente nos casos argentino e brasileiro, as emoções poderiam ter sido exploradas pela ótica de suas interações com seus aliados mais próximos. Por exemplo, entre os entrevistados das OSCs da Argentina, a consciência de que a ALCA já havia sido implementada via acordos bilaterais era consenso entre quase todos, enquanto no Brasil apenas alguns entrevistados abordaram essa questão. Isso demonstra um caminho que poderia ser melhor explorado pelo prisma das emoções a partir da identidade coletiva construída a partir das interações com os adversários.

A seção a seguir demonstra como todos os elementos explorados até aqui convergem na retroalimentação do campo estratégico de ação, contribuindo, assim, para a sustentabilidade da ação política coletiva transnacional.

5.4 Retroalimentação do campo estratégico de ação

A criação de campos estratégicos de ação acontece em dois níveis no caso da MESA, por meio da própria MESA no nível da articulação transnacional e por meio de suas cinco redes regionais. Esse processo é duplamente retroalimentado por suas OSCs, as que estão no bojo das associações nacionais e as que compõem as redes regionais. A sustentabilidade da ação política coletiva transnacional está diretamente condicionada a esta retroalimentação do campo estratégico de ação, proporcionada por um movimento dialético, de ida e volta, de reciprocidade. Como ressalta María Rosa Goldar (FEC):

Por um lado, as interações com o CEAAL, a partir das OSCs nacionais, é uma relação de ida-e-volta. Os próprios contextos locais em que as OSCs se coordenam vão colocando temas e problemas e ações que nutrem a ação do CEAAL, e devolve às OSCs nacionais publicações e possibilidade de publicação. Essas OSCs nacionais se nutrem do CEAAL como núcleo agregador. As OSCs nacionais nutrem o CEAAL com temas, problemas e ações, e o CEAAL nutre essas OSCs com uma coordenação mais estratégica tentando recolocar os temas e etc., gerando uma dinâmica participativa de ida e volta.

Todos os elementos abordados nesta pesquisa que contribuem para a sustentabilidade da ação política coletiva transnacional convergem nesta seção. Isto é, a combinação de fatores analisados culmina em proporcionar a retroalimentação do campo estratégico de ação permitindo que a MESA sobreviva e permaneça sendo fortalecida pelas OSCs nacionais. A razão de ser das OSCs, de acordo com Alberto, é “para expandir os direitos, protegê-los e aprofundar as discussões. Esse é o lugar social das organizações. Temos que defender os direitos”.

“Em geral, é um campo muito incipiente o da participação da sociedade civil em cenário internacional regional global. Em alguns campos, existe uma grande incidência política pelo protagonismo de movimentos sociais e organizações da sociedade civil”, como observa Miguel Santibáñez. E “muitas das coisas importantes que acontecem na sociedade passam a entrar nas organizações. Primeiro nas organizações menores e vai passando para outras”, esclarece Alberto Croce.

“A rede transnacional permite uma diferença muito qualitativa para as organizações, dão o caminho para chegar a certas coisas. Às vezes as organizações percorrem, às vezes não. É muito distinto saber que está acompanhando uma luta mais ampla e com critérios e vocabulários mais específicos, com conhecimento de experiências de outros”, Alberto Croce conclui.

Relembrando o relato de Ivo Lesbaupin (ABONG): “A MESA tem tido um papel de reforçar as OSCs em nível nacional”. Ele cita um exemplo:

Os temas dos direitos humanos são trazidos por organizações mais fortes e estruturadas e que têm um papel mais ativo e vão sendo levadas para essas organizações que não se preocupavam com isso. Isso vai articulando e reforçando a representação da sociedade civil nesses organismos. Se não houvesse uma articulação, haveria uma presença muito mais fraca nesses organismos regionais.

“Construímos diálogos e estratégias comuns muito fortes com essas redes, porque temos características como não sermos organizações partidárias, não estarmos atreladas a movimentos sindical e etc. E daí fomos nos articulando com outras OSCs, redes e movimentos”, como observa Guacira Cesar (CFEMEA).

As múltiplas trajetórias das OSCs da MESA e os diversos aprendizados advindos das sociabilizações de experiências das OSCs nacionais para além das fronteiras dos seus Estados nesse ambiente transnacional culminam em criar um campo estratégico de ação que segue sendo retroalimentado constantemente. McAdam e Fligstein (2012) consideram que os campos de ação estratégica são as unidades fundamentais da ação coletiva na sociedade.

Um campo de ação estratégica é uma ordem social de nível meso, em que os atores (que podem ser individuais ou coletivos) estão sintonizados e interagem uns com os outros com base em entendimentos compartilhados sobre os propósitos do campo, as relações com outras pessoas no campo (incluindo quem tem poder e por quê), e as regras que governam a ação legítima no campo (MCADAM; FLIGSTEIN, 2012).

Um campo estável é aquele em que os principais atores são capazes de reproduzir-se e o campo dure um período bastante longo de tempo (MCADAM; FLIGSTEIN, 2012). De acordo com esses autores, todos os atores coletivos são eles próprios formados por campos de ação estratégica.

“Quando estes campos são organizados em uma hierarquia burocrática formal, com os campos essencialmente encaixados dentro de outros campos, o sistema vertical resultante se assemelha a uma boneca tradicional russa: com qualquer número de campos menores aninhados dentro de maiores” (MCADAM; FLIGSTEIN, 2012, p. 9). O que relembra o relato de Adrián Falco (*Fundación SES*) no Capítulo 4, onde ele diz que “a MESA é uma *mamushka* de OSCs”.

Em geral, os laços entre os campos destacam a interdependência dos campos e seu potencial para efetuar mudanças uns nos outros. Os autores argumentam que essas ligações constituem uma das principais fontes de mudança e estabilidade em todos os campos. “Por

exemplo, toda a revolução de gênero no mundo começou com a luta de pequenas organizações e hoje temos um movimento feminista fortíssimo na América Latina. É um processo”, ressalta Alberto, delineando o processo de criação de um campo estratégico no caso das OSCs feministas, por exemplo.

Segundo ele, “é importante que as organizações da *Red Encuentro* tenham a oportunidade de refletir e enriquecer essas agendas de direitos diversas. E cada uma vai aprendendo, recebendo e retroalimentando esse processo”. E complementa: “organizações que trabalham com temas de hábitat e moradia vão aprendendo com diversas organizações sobre o direito à terra, e, ao mesmo tempo, suas experiências vão retroalimentando esse processo”.

Para não dar uma ideia linear, a reprodução social não está ligada a uma agenda que permaneça no tempo, ela pode se desarticular e estar contribuindo para a sua sustentabilidade; se desarticulou porque já conseguiu cumprir seu objetivo. As cinco redes regionais da MESA, a ALOP, a LATINDADD, a PIDHDD, o CEAAL e a AFM, ofereceram exemplos de articulação e desarticulação a partir do fortalecimento de OSCs nacionais.

Para Ana Bourse, a MESA “foi mais útil para organizações nacionais paraguaias ou chilenas que tiveram a oportunidade de participar de algo que as impulsionam em um nível distinto do que estavam trabalhando. Organizações como CLACSO ou CRIES não viram valor agregado em seguir participando da MESA”, uma vez que, na opinião dela, organizações menores saem mais fortalecidas desse processo do que organizações que possuem linhas de atuação mais definidas.

Já para Alberto, “às vezes acontece também que se vincular a esses processos mais amplos se perde território concreto, que é um risco comum das redes transnacionais. Como tudo na vida, devemos ir manejando os riscos”. A ALOP foi importante na própria criação da MESA, mas segue afastada da atuação de OSCs nacionais que a compõem tanto no Brasil quanto na Argentina. Apesar de que partes das OSCs nacionais no Brasil e na Argentina que compõem a ALOP estão presentes e são fortes dentro da ABONG e da *Red Encuentro*, respectivamente.

A LATINDADD que segue dando força e sendo fortalecida pela atuação das OSCs nacionais argentinas e brasileiras. A *Fundación SES* e a Auditoria Cidadã da Dívida possuem muitas agendas em comum por fazerem parte da coordenação da rede regional. Como enfatiza Adrián Falco (*Fundación SES*), “a Auditoria Cidadã da Dívida é uma organização muito forte. O Instituto de Justiça Fiscal também tem um trabalho muito interessante. São somente essas, não tem outras OSCs brasileiras com as quais temos relações. Na rede regional, no Cone Sul, temos uma agenda comum porque Argentina e Brasil coordenam essa parte”.

A PIDHDD que se desarticulou, mas propiciou que os capítulos argentinos e brasileiros se mantivessem autonomamente. “O capítulo brasileiro surgiu a partir de um encontro da PIDHDD em Bogotá. Nesse momento, surgiu a Plataforma DhESCA Brasil. A relação se dava através da participação de GTs ou a própria coordenação”, como menciona Darci Frigo.

O CEAAL que diante de uma possível desarticulação mudou a sua atuação para trazer outros formatos de OSCs, como as organizações de base como a CONTAG no caso brasileiro. De acordo com Raimunda (CONTAG), “a própria experiência no campo da formação de educação popular que nos aproximou”. Para Maria Rosa Goldar (FEC), “na tentativa de consolidar uma rede latino-americana de educação popular, tentamos entrar em contato com outras organizações e coletivos”, relatando o mesmo sobre o caso argentino.

E a AFM, que nasceu de OSCs nacionais fortes como o CFEMEA no Brasil e o CISCOSA na Argentina. Maria Luísa Garrido (diretora da AFM) reforça o processo de construção de conhecimento a partir dos temas regionais e a relação com as OSCs nacionais:

Todo o material que recebo da MESA eu envio à coordenação da AFM. Por exemplo, esses são os pontos que a MESA vai levar para uma discussão para os europeus. E a AFM conversa sobre os pontos que vamos levar e etc. E eu me encarrego para que nesta declaração apareça o que discutimos na AFM. E vice-versa. Somos muito políticas e confiamos em quem nos representa. É muita confiança que temos umas nas outras, que começou desde o processo de Beijing.

A criação de um campo estratégico de ação em nível transnacional constantemente retroalimentado pelas OSCs nacionais é o que contribui para a sustentabilidade da ação política coletiva transnacional. Os dois casos pesquisados retroalimentam o processo no campo estratégico de ação de maneiras diferentes.

No Brasil, as OSCs possuem uma formalidade, cuja atuação está atrelada à cultura organizacional, conferindo restrições à participação que muitas vezes está condicionada a questões de financiamento. Ao mesmo tempo, os recursos materiais contínuos propiciam o fortalecimento institucional. Assim, as OSCs brasileiras contribuem para uma retroalimentação constante por meio da mobilização estruturada em arranjos formais, com base em uma identidade coletiva local ligada ao contexto doméstico.

As OSCs da Argentina possuem uma informalidade, a atuação fluida construída pelo *ethos* e que não está atrelada a recursos materiais. Dessa maneira, contribuem para a retroalimentação constante por meio da mobilização estruturada em arranjos informais, com base em uma identidade coletiva ideológica.

De acordo com McAdam e Fligstein (2012), a reprodução do campo pode ser a norma, mas é sempre acompanhada da rotina de mudanças incrementais. À medida que novos atores aparecem e os antigos desapareçam, as regras são modificadas e as relações dos titulares *versus* desafiadores são renegociadas. Esses tipos de ajustes são a regra em praticamente todos os campos, mesmo os mais estáveis (MCADAM; FLIGSTEIN, 2012).

De repente surgem novos campos ou os antigos se transformam ou até mesmo desmoronam e desaparecem por completo. Essas dinâmicas são diferentes. Para os autores, os titulares estão lutando enquanto os desafiadores estão surgindo ou aumentando. É exatamente nesses momentos que novas identidades e significados compartilhados definem interesses emergentes para produzir formas sociais novas e inovadoras.

Mas de qualquer forma, os atores estratégicos coletivos têm que organizar seus grupos, motivar seus participantes e organizar ações frente a outros grupos. Em tempos estabelecidos, as posições estruturais dos atores podem determinar seu destino. Se as regras, os recursos e as alianças políticas favorecerem os operadores históricos, os atores estratégicos qualificados em grupos desafiadores farão todo o possível para sobreviver ou melhorar sua posição (MCADAM; FLIGSTEIN, 2012).

Segundo McAdam e Fligstein (2012), apoiados por unidades de governança internas e aliados em campos próximos, atores estratégicos qualificados em grupos históricos usarão as regras e recursos existentes para reproduzir sua vantagem. No entanto, segundo os autores, quando os recursos ou as regras estão para ganhar e quando a ordem existente não se mantém, os atores estratégicos qualificados lutam arduamente para produzir ordens alternativas.

A retroalimentação do campo estratégico de ação como elemento principal que contribui para a sustentabilidade da ação política coletiva transnacional pode ser verificada também, em alguma medida, após a comparação das OSCs do Brasil e da Argentina, em um nível sub-regional também. Isto é, a sustentabilidade da ação política coletiva transnacional também está ligada à própria criação de um campo estratégico de ação no nível sub-regional, em que as OSCs brasileiras e argentinas possam construir estratégias comuns de ação e seguir se fortalecendo desse processo conjuntamente ao gerar mais esse campo estratégico.

A seguir, o quadro 11 condensa o que foi possível verificar por meio da comparação dos casos das OSCs do Brasil e da Argentina na MESA no que se refere aos elementos que contribuem para a reprodução social do arranjo transnacional.

Quadro 11 - Elementos que contribuem para a sustentabilidade da ação política coletiva transnacional

Elementos que contribuem para a sustentabilidade da ação política coletiva transnacional	OSCs do Brasil	OSCs da Argentina
Configuração organizacional	Formalidade. Características de “organização”. Formato de ONG. Tendem a construir mais alianças regionais	Informalidade. Características de “movimentos sociais”. Formato de rede de caráter coletivo. Tendem a construir mais alianças globais
Coordenação	Comunicação formal, controle cultural determinado pela cultura organizacional e incentivos diversos	Comunicação informal, controle cultural determinado pelos valores comuns definidos pelo <i>ethos</i> e incentivos diversos
Identidade	A identidade coletiva está relacionada mais às questões locais e suas interações com o ambiente doméstico	A identidade coletiva tem caráter mais ideológico, está mais relacionada ao repúdio do que vem de fora e internalizado no ambiente doméstico
Retroalimentação do campo estratégico de ação	Formalidade: atuação atrelada à cultura organizacional conferindo restrições à participação que fica condicionada a questões de financiamento, ao mesmo tempo que propicia o fortalecimento institucional em razão de recursos materiais contínuos. Contribuem para uma retroalimentação constante por meio da mobilização estruturada em arranjos formais, com base na identidade coletiva construída localmente no ambiente doméstico	Informalidade: atuação fluida construída pelo <i>ethos</i> e não atrelada a recursos materiais. Contribuem para uma retroalimentação constante por meio da mobilização estruturada em arranjos informais, com base em uma identidade coletiva ideológica

Fonte: Elaborado pela autora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde a Grécia Clássica, os pensadores têm sem voltado à sociedade civil como uma forma de gerar novas energias e ideias em torno de questões antigas e familiares, à medida que o mundo muda em torno delas. Vários teóricos clássicos tocam o tema das relações entre sociedade e Estado, mas não aprofundam a questão. A sociedade civil aparece como um conceito confuso e contestado, cujas afirmações feitas para seu poder explicativo não coincidem com as complexidades e contingências de culturas e sociedades reais, especialmente quando as interpretações formadas em um momento ou em uma parte do mundo são transportadas para outro (EDWARDS, 2011).

Ao mesmo tempo, são os padrões de ação coletiva e interação que proporcionam às sociedades respostas – ao menos parciais –, às questões de estrutura e autoridade, sentido e pertencimento, cidadania e autodireção (EHRENBERG, 2011). Gramsci ao definir a organização das sociedades nacionais afirma que em uma determinada sociedade nada está desorganizado e sem partido, à medida que se considera as organizações e partido em sentido amplo. Nesta multiplicidade de sociedades particulares, de caráter duplo, natural, contratual ou voluntário, uma ou mais prevalecem relativa ou absolutamente, constituindo o aparato hegemônico de um grupo social sobre o resto da população (ou sociedade civil), o que é a base do Estado entendido em sentido estrito como aparato governativo-coercitivo (GRAMSCI, 2000). Gramsci, por sua vez, entende o conceito de sociedade civil pelo sentido concebido por Hegel, cuja hegemonia política e cultural de um grupo social sobre toda a sociedade é conteúdo ético do Estado (LIGUORI e VOZA, 2017).

Ehrenberg (2011) relembra que Hegel e Kant compartilharam a visão de Adam Smith de que a sociedade civil era organizada e constituída por processos econômicos, mas nenhum dos filósofos estava tão confiante de que o mercado seria capaz de traduzir o caos do desejo privado no bem comum. A considerável força moral de Rousseau, foi buscada por Kant para basear a sociedade civil num senso intrínseco de dever moral que une todos os seres humanos. Sua afirmação de que a civilização exige categorias universais de direitos acessíveis a todos traz uma ética universal mínima apropriada para pessoas que são totalmente autogovernadas em assuntos morais (EHRENBERG, 2011).

A partir desta lógica, se as regras são exigências que as pessoas impõem a si mesmas, então o caminho da dependência para a autonomia é o caminho para a liberdade. No entanto, as instituições políticas e o Estado de Direito podem tornar possível uma sociedade civil capaz de gerar princípios morais universais, e é por isso que a sociedade civil de Kant repousa sobre uma base de coerção e obediência governada pela lei, de acordo com o autor.

Uma república comprometida com a proteção dos direitos poderia tornar possível que a razão sirva ao bem público, liberte a humanidade da autoridade e do dogma e organize uma sociedade civil de reconhecimento mútuo num “reino de fins”, como ressalta Ehrenberg (2011). Entretanto, o formalismo de Kant, o impediu de investigar profundamente a rede de relações materiais que constituía a sociedade civil, e Hegel se esforçou para demonstrar que a igualdade perante a lei, as instituições republicanas e as liberdades civis não eram suficientes para proteger a autonomia e as liberdades morais.

O controle consciente da vida individual e coletiva requer ação de acordo com os requisitos da razão. A liberdade é agora uma estrutura determinada de interações no mundo e as três esferas da vida social – a família, a sociedade civil e o Estado –, que são estruturas diferentes de desenvolvimento ético, são separadas e relacionadas aos “momentos de liberdade” (EHRENBERG, 2011). A maioria dos problemas do debate contemporâneo da sociedade civil decorre de uma abordagem poderosa, mas não reflexiva, redutora, que propõe uma relação mecânica entre certas formas de ação cidadã voluntária, as normas e compromissos que se presume atingir níveis macro de democratização e redução das desigualdades (EDWARDS, 2011).

Relembrei as considerações desses autores para dar ênfase ao fato de que, embora a teoria e a história da sociedade civil sejam muito amplas, e recorrentemente invocam os pensadores clássicos, a aplicação de tais ideias na política e na prática tem se mostrado muito mais restritiva, causando mais confusão e criando uma crescente insatisfação em certos setores em relação a alguns formatos de sociedade civil organizada, como o próprio de ONG, por exemplo.

Esta tese contribuiu para as Ciências Sociais em ambos os campos e considera tanto as diferenças quanto as semelhanças em sua conceituação, bem como a evolução dos atores sociais identificados e reconhecidos como movimentos sociais e como sociedade civil. Buscou-se promover uma maior integração entre as literaturas de movimentos sociais e de sociedade civil,

por meio da abordagem de um conjunto de categorias analíticas presentes em ambas. Como observam Della Porta e Diani (2011)³⁰, embora empiricamente, os atores coletivos definidos como movimentos sociais, por um lado, e como sociedade civil, por outro, apresentam vários temas sobrepostos. Nas Ciências Sociais, esses dois campos de interesse – grandes e crescentes – raramente interagiram.

Procurou-se também promover o diálogo entre teorias da Sociologia e da Ciência Política com a teoria organizacional, de forma a suscitar, também, o diálogo com os autores do projeto da *contentious politics*, vez que esses contribuem para o entendimento de maneiras não convencionais de ativismo típicas da última década, a interpretar de forma mais “*meso*” e relacional os atores sociais com processos e temas mais amplos. Esta tese deu ênfase aos processos advindos da dinâmica de interações entre os atores nacionais, as redes regionais e a articulação transnacional.

A partir das dez categorias analíticas desta pesquisa que estão inter-relacionadas foi possível chegar aos quatro elementos que contribuem para a sustentabilidade da ação política coletiva transnacional. Dentre as dez categorias, quatro assumem um caráter mais descritivo; seis assumem um caráter mais explicativo.

As categorias analíticas descritivas – quais sejam, sociedade civil organizada, associações nacionais, redes regionais e ação política coletiva transnacional – auxiliaram a pontuar qual sociedade civil organizada estava sendo abordada para dirimir as confusões recorrentes nas próprias análises que trazem os termos “sociedade civil global” e “redes transnacionais”, associados a conceituações genéricas, assim como propiciaram uma maior reflexão sobre a própria dinâmica da atuação em níveis para além do doméstico, mas sem que o “nacional” desapareça. A ênfase nos processos e na história de vida no tempo e no espaço desse conjunto de OSCs proporcionou compreender de maneira mais completa as interações dos atores nas escalas nacionais e transnacionais.

As seis categorias mais explicativas – quais sejam, representação por afinidade, recursos e oportunidades, *frames*, trajetória e aprendizado, sociabilização de experiências e coordenação –

³⁰ De fato, enquanto no discurso político e midiático, organizações particulares, indivíduos e eventos são rotineiramente descritos como decorrentes de um ou outro, as Ciências Sociais têm enfatizado conceitualizações diferentes para cada um desses dois fenômenos (DELLA PORTA e DIANI, 2011).

propiciaram a reflexão necessária para chegar aos elementos que contribuem para a reprodução das articulações transnacionais estruturadas em contextos domésticos fortes.

Dessa maneira, além das contribuições teórico-metodológicas desta pesquisa, voltar-se para os elementos que contribuem para a sustentabilidade desse conjunto de OSCs poderá auxiliar os atores sociais futuros a identificar as falhas em sua atuação. Investigar a reprodução social da ação política coletiva transnacional empreendida por um conjunto de OSCs para além das fronteiras do Estado a partir da dinâmica de dois atores nacionais em perspectiva comparada se mostrou bastante revelador à luz de teorias consolidadas de movimentos sociais e ação coletiva, especialmente porque nos dez anos de atuação da MESA, o momento atual é de incertezas e desafios, o que colocou em xeque alguns pressupostos amplamente difundidos na literatura.

A constante troca entre teoria e informações advindas dos dados obtidos com o auxílio da teoria fundamentada³¹ foi de extrema importância para os achados dos casos e o diálogo com a própria teoria que emergia desse olhar mais “por dentro” da ação coletiva. Por exemplo, teorias como a do sistema-mundo³², que à primeira vista pareciam explicar de maneira satisfatória o objeto de pesquisa, acabaram sendo descartadas.

A configuração organizacional é um dos elementos que contribui para a reprodução social nos casos da sociedade civil organizada do Brasil e da Argentina. O caso brasileiro possui uma formalidade, um modelo mais característico de “organização”. Em sua maioria, as OSCs possuem o formato de ONG e tendem a construir mais alianças regionais. Já o caso argentino possui uma informalidade, mais características de “movimentos sociais”. O formato é o de rede de caráter coletivo e tende a construir mais alianças globais.

³¹ É importante ressaltar que alguns preceitos principais da teoria fundamentada já foram empregados em estudos de movimentos sociais, embora principalmente de forma dispersa e implícita. Mattoni (2014) ilustra como a teoria fundamentada pode funcionar como uma fonte flexível de diretrizes no desenvolvimento da pesquisa sobre participação e mobilização política. Segundo ela, ao mesmo tempo em que estratégias consistentes de pesquisa foram desenvolvidas para focalizar processos culturais nos movimentos sociais, como no caso dos antropólogos, algumas características da teoria fundamentada estavam presentes embora fossem nomeadas de maneira diferente.

³² Segundo Wallerstein (2004), a proposição da ideia de análise de sistemas mundiais não é algo novo e a unidade de análise para o mundo atual não seriam as fronteiras dos Estados modernos, mas um grande sistema mundial. Esse sistema compreende os Estados, as empresas, as classes sociais e os grupos de identidade, de todos os tipos. O intercruzamento dessas instituições e identidades formam o sistema em si, assim como as contradições que permeiam o sistema e o conflito. Este sistema é uma criação social, com uma história, em que a história pode ser explicada, em que os mecanismos podem ser delineados. O mundo globalizado apresenta uma dinâmica puramente interconectada, que perpassa os limites geográficos locais (WALLERSTEIN, 2004).

A configuração organizacional das OSCs do Brasil e da Argentina contribuem de forma diferente para a sustentabilidade da ação política coletiva transnacional. Ao mesmo tempo em que é intimamente influenciada pelo acesso a recursos e oportunidades em âmbito nacional e transnacional tal configuração também os condiciona. Em termos de recursos e oportunidades, entendidos como formas do ambiente internacional impactar a articulação transnacional regional e, conseqüentemente, os atores nacionais, a própria MESA e as cinco redes regionais que a compõem funcionam como estrutura de recursos e oportunidades políticas para as OSCs nacionais de Brasil e Argentina. E muito mais como oportunidades políticas e fontes de recursos morais, humanos e informacionais do que de recursos materiais.

Ainda que os recursos materiais advindos da UE, em 2013 e 2014, tenham conferido uma maior mobilização para o conjunto de OSCs, a própria articulação transnacional e as redes regionais estabeleceram mecanismos de oportunidades políticas para atuação das OSCs nacionais para além de suas fronteiras, isso porque promoveram a abertura para instâncias de participação regional e global.

Na maioria dos trabalhos sobre a ação coletiva para além das fronteiras do Estado, a aplicação do conceito de estrutura de oportunidades políticas vem associada ao impacto e, conseqüentemente, ao resultado dessa ação coletiva. Esta tese lançou o olhar sobre o conceito de oportunidades políticas por meio das interações e aberturas possibilitadas pela articulação transnacional e as redes regionais para as organizações nacionais que as compõem. Assim, mostra que, para este conjunto de OSCs, as oportunidades políticas vêm da própria dinâmica das interações entre os níveis nacional e transnacional.

O próximo elemento que contribui para a sustentabilidade da ação política coletiva transnacional é a coordenação, entendida aqui a partir das interações entre os atores. Quanto mais os participantes das redes acreditam serem capazes de coordenar suas próprias ações, menor é a necessidade de se preocupar com a coordenação como pré-condição da interação, de acordo com Enroth (2012). Para o autor, se assumimos que a interação nas redes é essencial para a ação estratégica sob condições de interdependência, nada parece certo sobre coordenação. Como e quando os atores são capazes de coordenar suas ações parece ser uma pergunta puramente empírica voltada para questões de alinhamento de negociações, compromissos e objetivos.

Nesta tese, a coordenação procurou demonstrar o processo decisório em nível transnacional articulado com o nacional, como coordenar as ações conjuntas por intermédio das interações entre as OSCs. Por conseguinte, a coordenação é vista pela ótica dos mecanismos de interação entre as OSCs com base na mudança de escalas, de como a informação é difundida entre os atores, como a agenda é estabelecida, como os objetivos são pactuados, como as ações são avaliadas e revisadas e, assim, como se dá o processo de construção de consenso e de agendas em comum. E tudo isso está conectado, em alguma medida, à discussão de governança dentro das organizações sociais, por considerar que os atores coordenam as suas atividades para construir e manter organizações formais e informais.

Considerando que a mudança de escala é um processo complexo que não somente difunde o conflito entre o espaço ou setores sociais, mas cria instâncias para uma nova coordenação em um nível diferente do seu início (TILLY e TARROW, 2015), a coordenação nesta pesquisa foi utilizada para demonstrar o processo decisório em nível transnacional articulado com o nacional; ou seja, como as OSCs coordenam as ações a partir das interações.

Dei ênfase a três mecanismos de coordenação: comunicação, controle e incentivo. Foi possível verificar que, no caso brasileiro, a comunicação é formal e o controle cultural é determinado pela cultura organizacional, proporcionando incentivos diversos. No caso argentino, a comunicação é informal, o controle cultural é determinado pelos valores comuns definidos pelo *ethos*, e os incentivos são diversos.

Um aspecto que poderia ter sido melhor trabalhado em diversas das categorias analisadas são os próprios incentivos. Como os incentivos são difusos para esse conjunto de OSCs se mostrou difícil de ser verificado na empiria. Talvez como uma amostra maior de entrevistados seja possível investigar tal aspecto numa pesquisa futura.

Uma questão que poderia ter sido melhor trabalhada nos mecanismos de coordenação seria a capacidade de formulação conjunta de estratégias em nível regional, o que não foi possível realizar aqui por falta de dados empíricos. A própria capacidade de formulação conjunta de estratégias no nível sub-regional por atores fortes do Brasil e da Argentina é algo que condicionará a sustentabilidade da ação política coletiva transnacional em nível regional nos próximos anos. Esse é um achado que só foi possível atingir pelas implicações da investigação da dinâmica das interações nos dois casos.

As OSCs da MESA, em suas múltiplas interações com atores e instituições nacionais, internacionais e regionais, possuem um forte tipo principal de *frame* de ação coletiva: o enquadramento discursivo (*frame*) baseado em identidade, em que as “identidades coletivas” (MELUCCI, 1996) assumem caráter diferente em cada um dos casos analisados.

Numa primeira etapa de análise de dados desta pesquisa foram verificados *frames* de identidade mais amplos nos dois casos. As OSCs do Brasil e Argentina a partir dos relatos dos informantes-chave se identificam como “OSCs mais à esquerda”, “OSCs progressistas”, “OSCs que lutam contra o neoliberalismo”, conforme demonstrado no Capítulo 4.

No entanto, buscando a variação nos dois atores nacionais, a partir do refinamento desta categoria analítica, foi possível verificar que entre esses *frames* de identidade consolidados de forma mais ampla, a identidade coletiva se manifesta de maneira diferente. No caso brasileiro, a identidade coletiva está mais relacionada às questões locais e mais voltada para o ambiente doméstico. Já no caso argentino, a identidade coletiva aparece como mais ideológica, e muito mais relacionada às questões de fora que são internalizadas no ambiente doméstico.

Em termos de trajetória e aprendizado, o que tem a ver com a adoção de determinadas estratégias e lições que foram aprendidas durante as múltiplas trajetórias, a maneira de enxergar determinados problemas e propostas, além da própria agenda de mobilização das OSCs da MESA, foi verificado que por meio da sociabilização de experiências, a reprodução social da articulação transnacional segue se perpetuando. A MESA foi responsável pela criação de um campo estratégico de ação para as OSCs nacionais, sendo retroalimentado pelas organizações domésticas, e assim segue existindo. Chegando-se então ao último elemento, que é uma espécie de agregador dos três elementos anteriores: a retroalimentação do campo estratégico de ação.

Foi evidenciado que, nos casos da sociedade civil organizada do Brasil, tem-se uma formalidade: a atuação é atrelada à cultura organizacional, conferindo restrições à participação condicionada a questões de financiamento, ao mesmo tempo em que se propicia o fortalecimento institucional em razão de recursos materiais contínuos. Dessa maneira, a sociedade civil organizada do Brasil contribui para uma retroalimentação constante do campo estratégico de ação por meio da mobilização estruturada em arranjos formais com base na identidade coletiva construída localmente no ambiente doméstico.

Já as OSCs da Argentina possuem uma informalidade: a sua atuação é fluida, construída pelo *ethos* e não está atrelada a recursos materiais. Assim, contribuem para a retroalimentação

constante do campo estratégico de ação por meio da mobilização estruturada em arranjos informais, mas altamente regulamentada pelas OSCs participantes, com base em uma identidade coletiva ideológica.

As implicações dos achados desta pesquisa estão relacionadas a três aspectos. O primeiro deles é que os próprios achados favoreceram a possibilidade de entender melhor a dinâmica dos atores transnacionais, articulada com os contextos nacionais, lançando olhar sobre as diferenças nos casos brasileiro e argentino. Em segundo lugar, as implicações dos quatro elementos levantados como os responsáveis por garantir a sustentabilidade da ação política coletiva transnacional colocam novas questões sobre as consequências para a reprodução social nos casos apresentados nos próximos anos.

Por exemplo, a configuração organizacional mais formal ou mais informal continuará a garantir a retroalimentação do campo estratégico de ação em momento desfavorável à sua atuação? Haverá a inclusão de novos atores com novos formatos de sociedade civil nas redes regionais para assegurar uma maior sustentabilidade? Por último, essas implicações dos achados colocaram em xeque as características mais gerais da dinâmica política, como a própria organização político-partidária dos casos pesquisados. Diante das mudanças políticas no Brasil e na Argentina, tais implicações poderão guiar novos formatos de sociedade civil organizada nos próximos anos.

Um refinamento teórico-metodológico possível nesta tese foi a partir dos “momentos que importam” para as OSCs, estabelecidos no início da pesquisa, descritos no Capítulo 2, para dar ênfase ao fato de que as relações entre sociedade civil e Estado não são estáticas, chegando-se assim à constatação de que existiram “momentos latino-americanos”. Os momentos latino-americanos importantes para este conjunto de organizações têm a ver com uma maior mobilização em nível transnacional, conferindo mais força ao conjunto de OSCs pesquisadas. Descrevo brevemente a classificação que foi possível depreender dos relatos dos entrevistados, funcionando como eixos transversais que delineiam o marco temporal, em que os significados sociais e a atuação desses atores sociais emergiram.

A ideia de “momentos latino-americanos” também está relacionada ao momento crítico da conjuntura em que há uma incidência, uma conexão do momento com as agendas das OSCs em nível nacional. De acordo com Ivo Lesbaupin (ABONG), “em função de momentos, há determinados temas que passam à frente”. Para Ana Falu (CISCSA) “houve um momento latino-

americano em que a CEPAL³³ desempenhou um papel interessante [...] momentos das reuniões das instituições e mecanismos oficiais pelos direitos das mulheres em toda América Latina e Caribe”. Ela complementa sobre o papel da CEPAL nisso: “nem sempre um papel que nós gostamos, mas um papel muito proativo, muito criativo e que tomava os temas que as ONGs e redes avançavam e iam se instalando na região. E conferia uma certa institucionalidade a esses temas”.

Foi possível verificar quatro tipos de momentos latino-americanos para o conjunto das OSCs pesquisadas:

- Mudanças no contexto (processos históricos; fim das ditaduras; governos progressistas; giro à direita);
- Campanhas internacionais (campanhas jubileu, campanhas contra a ALCA);
- Fóruns intergovernamentais (CELAC, UNASUL, ONU, FMI, Banco Mundial);
- Fóruns da sociedade civil de caráter global (FSM, AOED);

O terceiro momento, por sua vez, está relacionado ao objetivo principal da MESA, a razão de ser de sua criação está atrelada à participação das iniciativas de integração regional, uma vez que o aproveitamento das arenas regionais entre governos e redes da sociedade civil é um dos seus marcos de atuação. Mas como Maria Lúcia Fatorelli (Auditoria Cidadã da Dívida) observou, “nessas reuniões de organismos internacionais, ainda que digam que há espaço para a sociedade civil, de fato não há. É meramente decorativo, tem horas que dá até um certo receio de participar, porque podem dizer que tal pauta tem o respaldo da sociedade civil”.

Ou como relatou Ivo Lesbaupin (ABONG): “nesses foros de sociedade civil dos organismos multilaterais, as OSCs são sempre chamadas a participar, mas sempre com problemas. Se bobear, não são chamados. É uma tendência das instituições multilaterais evitar a participação das OSCs”. Ainda, segundo Ivo, “não é uma coisa tranquila. A gente tem que sempre brigar para ser chamado”. E complementa: “para os governos e órgãos políticos usuais, a sociedade civil não faz parte dessas instâncias. Aqui no Brasil, com Lula e Dilma, se conseguiu avançar e participar mais, mas mesmo assim às vezes não são chamados”.

³³ O conhecimento proporcionado pela CEPAL em questões como o “desenvolvimento”, por exemplo, é algo que permaneceu em passante nesta investigação. A relação disso com a criação de significados comuns em torno de temas para os atores que importam para esta pesquisa seria um caminho a ser explorado no futuro.

Murilo Kominski,³⁴ assessor internacional da Secretaria de Governo e Presidência da República (SGPR) no Brasil, ressalta que a partir do primeiro mandato do presidente Lula, em 2003, houve um esforço no sentido da consolidação institucional da participação social como método de governo, e desde então “mais de 300 conferências nacionais ocorreram nas mais diversas áreas temáticas: direitos humanos, direitos das mulheres, direitos do meio ambiente, acesso à alimentação adequada”. Ele esclarece que foi um processo que veio sendo fortalecido desde o primeiro mandato do Lula, mas não é uma iniciativa exclusiva do governo Lula ou do governo Dilma. “Há uma série de exemplos de práticas governo-sociedade civil anteriores, como o Conselho Nacional sobre Saúde, que data de meados de 1940”.

O diplomata ainda toca numa questão muito importante que poderá ditar os rumos da sustentabilidade futura da ação política coletiva transnacional, qual seja, a autonomia da sociedade civil organizada perante os governos. Kominski explica que “a posição brasileira é de que os movimentos sociais devem ter plena autonomia na elaboração de agenda e na constituição de suas pautas reivindicatórias”. Ele ilustra as divergências de posição quanto à tutela da sociedade civil nos diferentes países da região, com o exemplo da reunião do Foro de Participação Cidadã da UNASUL, realizada em Cochabamba em 2014:

O governo equatoriano fretou um avião e levou um avião inteiro, mais de cem representantes da sociedade civil do Equador para a reunião em Cochabamba. O Brasil devia ter 10 representantes e os outros países mais ou menos isso também. Ali se teve um forte desequilíbrio entre o nível de representatividade em cada um dos países da região, a partir dessa experiência que não foi vista como positiva por muitos países, com a tradição mais pautada na autonomia dos movimentos sociais, como o Brasil, a Argentina e o Uruguai. A partir daí, nós passamos a nos engajar desde 2014 em um processo de maior detalhamento das regras de procedimento, que é um dos temas que está em pauta nas nossas negociações, deve haver um limite máximo de representantes da sociedade civil de cada país, de até 10 representantes, para se ter ao menos um equilíbrio, da mesma maneira que a decisão seja por consenso e não por voto.

Este relato do diplomata brasileiro ilustra um dos desafios futuros da MESA, que é assegurar a consolidação das arenas regionais de participação com os procedimentos adequados que promovam uma maior permanência ao longo do tempo, além de buscar a sua consolidação como interlocutora regional, criando o campo estratégico de ação para os seus pares em momento desfavorável à sua atuação.

³⁴ Entrevista concedida em março de 2016.

Vale lembrar que esta pesquisa, como toda investigação, possui limites, assim como aponta possibilidades futuras. Um percurso seria compreender melhor como a conjuntura política dos dois países se desdobrará em estruturas de oportunidades para os próximos anos. Ou até mesmo explorar melhor como as identidades coletivas do Brasil e da Argentina estão relacionadas com a dinâmica política dos dois países e são condicionadas pela polarização entre direita e esquerda no momento atual.

Outro percurso de investigação seria dar ênfase a recursos e oportunidades no nível sub-regional, expandir o que foi possível verificar nos casos das OSCs do Brasil e da Argentina em relação à sub-região Cone Sul. Outra possibilidade seria investigar como a diminuição dos recursos materiais irá impactar esse conjunto de OSCs e como as interações e alianças próximas continuarão garantindo mecanismos de recursos morais, informacionais e humanos e oportunidades. Nesse sentido, uma pesquisa que também poderia ser empreendida futuramente exploraria a dinâmica das interações com os aliados mais próximos, a partir das relações dos atores da MESA com ONGs europeias e a União Europeia.

Três componentes (o enquadramento, as identidades e as emoções) estão inter-relacionados e produzem as solidariedades com as quais os movimentos sociais interagem com aliados, adversários e autoridades (TARROW, 2011). Um elemento não abordado nesta tese foram as emoções, uma vez que elas são muito mais presentes em movimentos sociais do que nas OSCs que já possuem um trabalho mais regulamentado. Mas ao definir como as identidades coletivas se manifestam de maneira diferente nos casos argentino e brasileiro, as emoções poderiam ter sido exploradas pela ótica de suas interações com seus aliados mais próximos.

A questão dos *frames* de identidade poderia ser melhor explorada ao se considerar a análise de discurso e o componente das emoções. Lindekilde (2014) observou que a virada linguística ou cognitiva que varreu as Ciências Sociais na década de 1970 atingiu o subcampo de estudos sobre os movimentos sociais no início da década de 1980 como uma crítica em evolução do paradigma estabelecido da teoria da mobilização de recursos (MCCARTHY e ZALD, 1977).

A crítica era a de que a teoria da mobilização de recursos tinha enfatizado demais a importância dos incentivos seletivos e do cálculo racional na explicação da participação e ativismo de protesto, sem prestar atenção suficiente no papel das queixas e da ideologia como determinantes da participação (KLANDERMANS, 1984). O problema, argumentou-se, era que os estudos sobre os movimentos sociais não podiam explicar de forma convincente por que

alguns temas, queixas e demandas passaram a ser o foco dos protestos políticos em vez de outros.

A análise de discurso³⁵ viria para fornecer auxílio na compreensão de como as demandas e queixas dos movimentos são construídas e quais os principais significados comuns da ação coletiva. Em alguma medida, esta tese fez uso de análise de discurso por ter recorrido à análise qualitativa do texto das declarações da MESA e dos relatos dos entrevistados, uma vez que eles reproduzem os discursos das organizações em maior ou menor grau. No entanto, não foi possível analisar os discursos de forma aprofundada para apresentar como os mecanismos cognitivos pelos quais as queixas são interpretadas, dão orientação e consenso em torno dos objetivos do ativismo político criado.

A pesquisa ainda apresentada poderia ser expandida de diversas maneiras mais óbvias. Uma delas consistiria em enfatizar algumas associações nacionais dentre as dezessete que compõem a MESA, e não as redes regionais. Outra seria focalizar nas redes regionais mais temáticas e explorar profundamente a criação de significados comuns a partir das categorias levantadas na dinâmica de interações entre as redes regionais e as OSCs nacionais que as compõem. Um outro caminho seria abordar mais casos, as OSCs do Brasil, da Argentina, do Uruguai, do Chile e do Paraguai, expandindo a pesquisa para todo o nível sub-regional. Enfim, as possibilidades são muitas e poderão ser empreendidas num futuro próximo.

Finalmente, é necessário ressaltar que esta investigação se insere em um contexto maior de macro transformações do capitalismo na América Latina e seus processos econômicos que têm impacto nos processos sociais. Afinal, a América Latina não representa uma realidade única, homogênea e monocromática. Em sua fisionomia histórica e contemporânea se fundiram situações e fenômenos que trouxeram um território comum semeado por injustiças e posições desiguais na relação com os centros de poder do mundo, expressadas em sua construção social, cultural e política desde o encontro violento com o “civilizado” em 1492.

O cenário atual de crise econômica e crise democrática na região, com a intensificação do neoliberalismo e a perseguição aos movimentos sociais impacta todos os cidadãos. Ao mesmo tempo, linhas conservadoras da sociedade tentam se articular como movimentos sociais, vão às

³⁵ Para Lindekilde (2014), as duas abordagens estreitamente relacionadas – a saber, análise do discurso e análise de *frames* – se baseiam em suposições ontológicas e epistemológicas semelhantes, mas podem servir a propósitos diferentes. Segundo o autor, elas pertencem à mesma família de quadros analíticos e ambas lançam uma perspectiva interpretativa sobre a interação social que constitui atividade de movimento social, com inspiração da hermenêutica e da fenomenologia.

ruas, se manifestam, mas utilizam a esfera pública de maneira instrumental porque defendem interesses particularistas. A demanda não é por inserção de direitos ou redistribuição de justiça, o que propõem é o retrocesso conservador. Tentam desconfigurar um espaço de lutas emancipatórias que começou a se configurar permanentemente no início dos anos de 2000. Assim, a reprodução social de um modelo de atuação e participação cidadã definirá os rumos que a sociedade civil organizada tomará nos próximos anos na região.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Jorge. Movimientos de indignados sociales en el mundo. *¡Sí se puede! Caminos al desarrollo con equidad*. Juan Pablos, México, p. 279-299, 2012.

ALVAREZ, Sonia E. A “globalização” dos feminismos latino-americanos: tendências dos anos 90 e desafios para o novo milênio. In: ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (ed.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 2000. p. 383-426.

ALVESSON, M.; LINDKVIST, L. *Transaction Costs, Clans and Corporate Culture*. *Journal of Management Science*, n. 3, p. 427-452, 1993.

ANHEIER, Helmut; GLASIUS, Marlies; KALDOR, Mary. Introducing global civil society. In: ANHEIER, Helmut; GLASIUS, Marlies; KALDOR, Mary (Ed.). *Global civil society*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

ANHEIER, Helmut; THEMUDO, Nuno. Organizational forms of global civil society: implications of going global. In: GLASIUS, Marlies; KALDOR, Mary; ANHEIER, Helmut. (Ed.). *Global civil society*. Oxford, UK: Oxford University Press, 2002. p. 191-216.

ANNUNZIATA, Rocío. Mas allá de la promesa electoral: repensar la representación en Argentina. *Sudamérica*, Mar del Plata, Argentina: Universidad Nacional de Mar del Plata, EUDEM, n. 3, 2014.

ARATO, Andrew. Ascensão, declínio e reconstrução do conceito de sociedade civil: orientações para novas pesquisas. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 18., 1994, Caxambu. *Conferência...* Caxambu, nov. 1994.

ARATO, Andrew; COHEN, Jean L. *Civil society and political theory*. London, England; Massachusetts: The MIT Press, 1994.

ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Unesp, 1995.

AVRITZER, Leonardo. Democracy beyond aggregation: the participatory dimension of public deliberation. *Journal of Public Deliberation*, v. 8, issue 2, 2012.

AVRITZER, Leonardo. *Los desafíos de la participación en América Latina*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2014.

BAIOCCHI, Gianpaolo. *Militants and citizens: the politics of participation in Porto Alegre*. Stanford: Stanford University Press, 2005.

BEVIR, Mark (Ed.). *The SAGE handbook of governance*. London: Sage, 2012.

BIERKART, Kees. *Políticas de las ONGs europeas para América Latina: tendencias y perspectivas recientes: proyecto de mapeo sobre la colaboración Europa-América Latina* (ALOP, ICCO, NOVID, SNH, HIVOS, CORDAID). Trad. Cristina Barajas. La Haya, Países Bajos: Instituto de Estudios Sociales (ISS), 2005.

BOBBIO, Norberto. *O conceito de sociedade civil*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

BOBBIO, Norberto. *Gramsci e o conceito de sociedade civil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Org.). *Sociedade civil*. In: _____. *Dicionário de política*. v. 2, 5. ed. Trad. Carmen C. Varrialle e outros. Brasília: Ed. UnB; São Paulo: Ed. Imprensa Oficial, 1992.

BOLOS, Silvia. Las experiencias de los movimientos sociales: resistência y creación. In: GOMÉZ, Rigoberto Gallardo; CORONADO, Jaime Preciado: outro desarrollo desde el Sur Global. Tomo II. México: Fronter Abierta, 2012.

BONI, Valdete; QUARESMA, Silvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. *Em Tese*, Florianópolis: UFSC, v. 2, n. 1, p. 68-80, jan.-jul. 2005.

BOTTO, Mercedes. *La integración regional en América Latina: quo vadis? El Mercosul desde una perspectiva sectorial y comparada*. Buenos Aires, AR: Eudeba, 2015.

BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loic J. D. *An invitation to reflexive sociology*. Chicago: University of Chicago Press, 1992.

BOURDIEU, Pierre. *The logic of practice*. Stanford, CA: Stanford University Press, 1990.

BOURSE, Ana. La utopía post-westfaliana: tendencias y contramarchas globales, la gobernanza regional y el impacto sobre la sociedad civil en América Latina. In: MOURÃO, Wagner (Org.). *Pensamento proprio: participação, representação y ciudadanía política en América Latina y el Caribe*. *CRIES*, n. 40, ano 19, jul.-dec. 2014.

BRAUN, Dietmar; GILARDI, Fabrizio. Taking Galton's problem seriously: towards a theory of policy diffusion. *Journal of Theoretical Politics*, v. 18, n. 3, p. 298-322, 2006.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; GRAU, Nuria Cunill (Org.). *O público não-estatal na Reforma do Estado*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.

BRINGEL, Breno; FALERO, Alfredo. Redes transnacionais de movimentos sociais na América Latina e o desafio de uma nova construção socioterritorial. *Caderno CRH*, v. 21, p. 269-288, 2008.

BRINGEL, Breno; DOMINGUES, José Maurício. Teoria crítica e movimentos sociais: interseções, impasses e alternativas. In: GOHN, Maria da Glória; BRINGEL, Breno. *Movimentos sociais na era global*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

CALHOUN, Civil Society and the Public Sphere. In: EDWARDS, Michael. *The oxford handbook of civil society*. Oxford: University Press, 2011.

CASTELLS, Manuel. *Sociedade em Rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. Trad. Klauss Brandini Gerhardt. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CASTELLS, Manuel. The new public sphere: global civil society, communication networks, and global governance. *The Annals of American Academy of Political and Social Sciences*, v. 616, n. 1, p. 78-93, 2008.

CHARMAZ, Kathy. *Grounded Theory: a Practical Guide Through Qualitative Analysis*. New York, US: SAGE Publications, 2006.

COHEN, Jean. Sociedade civil e globalização: repensando categorias. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 46, n. 3, p. 419-459, 2003.

COLLIER, Ruth Berins; COLLIER, David. *Shaping the political arena: critical junctures, the labor movement, and regime dynamics in Latin America*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1991.

CRESS, Daniel M.; SNOW, David A. Mobilization at the margins: resources, benefactors, and the viability of homeless social movement organizations. *American Sociological Review*, v. 61, n. 6, p. 1089-1109, 1996.

CYERT, Richard M.; MARCH, James G. *A behavioral theory of the firm: a summary of basic concepts in the behavioral theory of the firm*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, 1963. Chapter 7, p. 161-176.

DAGNINO, Evelina; OLIVERA, Alberto J.; PANFICHI, Aldo. Introducción: por outra lectura de la disputa por la construcción democrática en la América Latina. In: DAGNINO, Evelina; OLIVERA, Alberto J.; PANFICHI, Aldo (Coord.). *La disputa por la construcción democrática en la América Latina*. México: Fondo de Cultura Económica, Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social, Universidad Veracruzana, 2006.

DAGNINO, Evelina. Citizenship: a perverse confluence. *Development in Practice*, v. 17, n. 4-5 p. 549-556, 2007.

DAGNINO, Evelina. Civil society in Latin America. In: EDWARDS, Michael. *The oxford handbook of civil society*. Oxford: University Press, 2011.

DELLA PORTA, Donatella. *Methodological practices in social movement research*. London: Oxford University Press, 2014.

DELLA PORTA, Donatella; DIANI, Mario. Social movements. In: EDWARDS, Michael. *The oxford handbook of civil society*. Oxford: University Press, 2011.

DELLA PORTA, Donatella; KRIESI, Hanspeter; RUCHT, Dieter (Ed.). *Social movements in a globalizing world*. New York: St. Martin's Press, 1999.

DESMARAIS, Annette Aurélie. *Globalization and the power of peasants: la Via Campesina*. Canada; Fernwood Publishing; London: Pluto Press, 2007.

DIANI, Mario. EYERMAN, Ron (Ed.). *Studying social movements*. London: Sage, 1992.

DIANI, Mario; BISON, Ivano. "Organizations, Coalitions, and Movements", *Theory and Society*, n. 33, p. 281-309, Berlin, 2004.

DIANI, Mario; MCADAM, Doug. (Ed.). *Social movements and networks*. Oxford: Oxford University Press, 2003.

DRYZEK, John S. *Deliberative global politics: discourse and democracy in a divided world*. Cambridge, UK: Polity Press, 2006.

DIMAGGIO, Paul J.; POWELL, Walter. The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational Fields. *American Sociological Review*, v. 48, n. 2, p. 147-160, 1983a.

DIMAGGIO, Paul J.; POWELL, Walter. Introduction. In: POWELL, Walter; DIMAGGIO, Paul J. (Ed.). *The new institutionalism in organizational analysis*. Chicago, IL: The University of Chicago Press, 1983b.

DONATI, Paolo R. Political Discourse Analysis. In: DIANI, Mario. EYERMAN; Ron (Ed.). *Studying collective action*. London: Sage, 1992. p. 68-136.

DUTTON, John M.; THOMAS, Annie; BUTLER, John E. The history of progress functions as a mana-gerial technology. *Business History Review*, v. 58, n. 2, p. 204, 1984.

EDWARDS, Michael; HULME, David (Ed.). *Beyond the magic bullet: NGO performance and accountability in the Post-Cold War World*. West Hartford, CT: Kumarian Press, 1996.

EDWARDS, Bob; MCCARTHY, John D. Resources and social movement mobilization. In: SNOW, David A.; SOULE, Sarah A.; KRIESI, Hanspeter (Ed.). *The Blackwell companion to social movements*. Malden, MA: Blackwell Publishing, 2007. p. 116-152.

EDWARDS, Michael. *The oxford handbook of civil society*. Oxford: University Press, 2011.

EHRENBERG, John. The History of Civil Society Ideas In: EDWARDS, Michael. *The oxford handbook of civil society*. Oxford: University Press, 2011.

EISINGER, Peter. The conditions of protest behavior in American cities. *American Political Science Review*, v. 81, n. 1, p. 11-28, 1973.

ENROTH, Henrik. Beyond unity in plurality: rethinking the pluralist legacy. In: FROM THE HANSEATIC LEAGUE TO THE ERA OF ENLIGHTENMENT, St. Peterburg, Dec. 7-9, 2012. *Conference paper...* European University at St. Petersburg, 2012.

ESTEVA, Gustavo. Agenda y sentido de los movimientos anti-sistemicos. *Polis*, 2008. Disponível em: <dialnet.unirioja.es>. Acesso em: 3 abr. 2016.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. A América dos 33: a proposta de criação da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC). *Meridiano 47*, n. 116, mar. 2010.

EVANS, Peter. Fighting marginalization with transnational networks: counter-hegemonic globalization. *Contemporary Sociology*, v. 29, n. 1, p. 230-241, Jan. 2000.

FALERO, Alfredo. Entre o rigor teórico-metodológico e a criatividade: algumas chaves cognitivas para a pesquisa dos movimentos sociais na América Latina. In: GOHN, Maria da Glória; BRINGEL, Breno. *Movimentos sociais na era global*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

FALERO, Alfredo. Diez tesis equivocadas sobre la integración regional en América Latina: elementos desde las Ciencias Sociales para una perspectiva alternativa. In: BORÓN, Atilio; HOUTART, François; RETAMAR, Roberto F.; COCKCROFT, James; FRANCO, María Ciavatta (Org.). *Pensar a contracorriente*. v. 2. La Habana, Cuba: Instituto Cubano del Libro, Editorial de Ciencias Sociales, CEDEP, 2008. p. 308-337.

FLÓREZ-FLÓREZ, Juliana. Lectura no eurocéntrica de los movimientos sociales latinoamericanos. Las claves analíticas del proyecto modernidade-colonialidad. In: CASTRO-GOMES, Santiago; GROSGOUEL, Ramón. *El giro decolonial*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central; Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

FLORINI, Ann M. (Ed.). *The third force: the rise of transnational civil society*. Washington D.C.: Carnegie Endowment for International Peace, 2000.

GAMSON, William A. *The strategy of social protest*. Belmont: Wadsworth, 1990 [1975].

GAMSON, William A.; MEYER, David S. Framing political opportunity. In: MCADAM, Doug; SMITH, Jackie; ZALD, Mayer N. (Ed.). *Comparative perspectives on social movements*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. p. 275-290.

GAMSON, William A. Social Movements and Cultural Change. In: GIUGNI, Marco G.; MACADAM, Doug; TILLY, Charles (Ed.). *From Contention to Democracy*. Lanham, Md: Rowman and Littlefield, 1998. p. 57-77.

GARRETÓN, Manuel Antonio. La transformación de la acción colectiva en América Latina. *Revista de la CEPAL*, Santiago de Chile, n. 76, abr. 2002.

GEORGE, Alexander L.; SMOKE, Richard. *Deterrence in American Foreign Policy: theory and practice*. New York: Columbia University Press, 1974.

GEORGE, Alexander L.; TIMOTHY, J. McKeown. Case studies and theories of organizational decision making. In: COULAM, Robert F.; SMITH, Richard A. *Advances in information processing in organizations: a research annual*. Greenwich, Conn.: JAI Press, 1985. p. 21-58.

GOFFMAN, Erving. *Frame Analysis*. New York: HarperCophon, 1974.

GOHN, Maria da Glória; BRINGEL, Breno. *Movimentos sociais na era global*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Edição de Carlos Nelson Coutinho, com a colaboração de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000. v. 3.

GRANDORI, Ana. Governance Structures, Coordination Mechanisms and Cognitive Models, *The Journal of Management and Governance*, n. 1, p. 29-47, 1997.

GRANDORI, Ana; FURNARI, S. Configurational Analysis and Organization Design: Towards a Theory of Structural Heterogeneity. In: FISS, P. CAMBRÉ, B.; MARX, A. (Ed.). *Configurational Theory and Methods in Organizational Research*. Reino Unido: Emerald Group Publishing, 2013. p. 77-105.

GREVE, Henrich R. Managerial cognition and the mimetic adoption of market positions: what you see is what you do. *Strategic Management Journal*, v. 19, n. 10, p. 967-988, 1998.

GURR, Ted. *Why men rebel*. Princeton: Princeton University Press, 1970.

GUILLÉN, Mauro F. *The limits of convergence: globalization and organizational change in Argentina, South Korea and Spain*. Princeton: Princeton University Press, 2001.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo, SP: Loyola, 2009.

HARVEY, David. *Seventeen contradictions and the end of capitalism*. London, UK: Profile Books, 2014.

HAUNSCHILD, Pamela; CHANDLER, David. Institutional level-learning: learning as a source of institutional change. In: GREENWOOD, Roiston et al. *The SAGE handbook of organizational institutionalism*. London, UK: Sage, 2008.

HUBER, George P. Organizational learning: the contributing processes and the literatures. *Organization Science*, v. 2, n. 1, p. 88, 1991.

IANNI, Otávio. *Teorias da globalização*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

IMIG, Doug; TARROW, Sidney. The Europeanization of movements: a new approach to transnational contention. In: KRIESI, Hanspeter; DELLA PORTA, Donatella; RUCHT, Dieter (Ed.). *Social movements in a globalizing world*. Basingstoke: Macmillan, 1999. p. 112-133.

JELÍN, Elizabeth. La escala de la acción de los movimientos sociales. In: JELÍN, Elizabeth (Comp.). *Mas allá de la nación: las escalas múltiples de los movimientos sociales*. Buenos Aires: Libros del Zorzal, 2003.

JENKINS, J. Craig. Resource mobilization theory and the study of social movements. *Annual Review of Sociology*, v. 9, n. 1, p. 527-553, 1983.

JENSEN, M. C.; MECKLING, W. H. Theory of the Firm, *Journal of Financial Economics*, p. 305-360, 1976.

JERVIS, Robert. Understanding Beliefs. *Political Psychology*, v. 27, n. 5, p. 641-663, 2006.

JOHNSTON, Hank; NOAKES, John (Ed.). *Frames of protest: social movements and the framing perspective*. Oxford: Rowman and Littlefield Publishers, 2005.

JORDAN, G.; MALONEY, W. *The Protest Business?* Manchester: Manchester University Press, 1997.

KALDOR, Mary. *Global civil society: an answer to war*. Cambridge: Polity Press, 2003.

KECK, Margaret E.; SIKKINK, Kathryn. Human rights networks in Latin America. In: _____. *Activists beyond borders*. Ithaca: Cornell University Press, 1998. p. 79-120.

KHAGRAM, Sanjjev; RIKER, James; SIKKINK, Kathryn. *Restructuring world politics*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2002.

KITSCHOLT, Herbert. Political opportunity structures and political protest: anti-nuclear movement in four democracies. *British Journal of Political Science*, v. 16, n. 1, p. 57-85, 1986.

KLOTZ, Audie. Transnational activism and global transformations. *European Journal of International Relations*, v. 8, n. 1, p. 49-76, 2002.

KOPPENJAN, Joop. Consensus and conflict in policy networks: too much or too little? In: SORENSEN, Eva; TORFING, Jacob (Ed.). *Theories of democratic network governance*. Basingstoke: Palgrave Mcmillan, 2007.

KORNHAUSER, William. *The politics of mass society*. Glencoe, Illinois: The Free Press, 1959.

KRIESI, Hanspeter. The organizational structure of new social movements in a political context. In Kriesi et al. (Eds.). *Comparative perspectives on social movements*. New York: Cambridge University Press, 1996.

KRIESI, Hanspeter; KOOPMANS, Ruud; DUYVENDAK, Jan Willem; GIUGNI, Marco (Ed.). *The politics of new social movements in Western Europe*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1995.

KRIESI, Hanspeter. Political context and opportunity. In: SNOW, David; SOULE, Sarah; KRIESI, Hanspeter (Ed.). *The Blackwell companion to social movements*. Oxford: Blackwell Publishing, 2007. p. 67-90.

KUNREUTHER, Frances. Grassroots associations. In: EDWARDS, Michael. *The oxford handbook of civil society*. Oxford: University Press, 2011.

LA JARA, Felipe Hevia. Participación ciudadana institucionalizada: análisis de los marcos legales de la participación em América Latina. In: DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto J.; PANFICHI, Aldo (Coord.). *La disputa por la construcción democrática en la América Latina*. México: Fondo de Cultura Económica, Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social, Universidad Veracruziana, 2006. p.15-102.

LA JARA, Felipe Hevia. Participación ciudadana institucionalizada y organizaciones civiles en Brasil: articulaciones horizontales y verticales en la política de asistencia social. *Revista de Estudios Sociales*, Bogotá, n. 39, p. 95-108, 2010.

LAVALLE, Adrián Gurza. Crítica ao modelo da sociedade civil. *Lua Nova*, São Paulo, n. 47, p.121-135, 1999.

LAVALLE, Adrián Gurza; VERA, Ernesto Isunza. Precisiones conceptuales para el debate contemporáneo sobre la innovación democrática: participación, controles sociales y representación. In: VERA, Ernesto Isunza; LAVALLE, Adrián Gurza (Coord.). *A innovación democrática en América Latina: tramas y nudos de la representación, la participación y el control social*. México: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social, Universidad Veracruzana, 2009. (Publicaciones de la Casa Chata).

LEVITT, Barbara; MARCH, James G. Organizational learning. *Annual Review of Sociology*, v. 14, p. 319-340, 1998.

LIEBERMAN, Marvin B. The learning curve and pricing in the chemical processing industries. *RAND Journal of Economics*, v. 15, n. 2, p. 213-228, 1984.

LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (Org.). *Dicionário gramsciano*. Tradução de Ana Maria Chiarini et al. São Paulo: Boitempo, 2017.

LINDEKILDE, Lasse. Discourse and Frame Analysis: In-Depth Analysis of Qualitative Data in Social Movement Research. In: DELLA PORTA, Donatella. *Methodological practices in social movement research*. London: Oxford University Press, 2014.

MANIN, Bernard. *Los principios del gobierno representativo*. Madrid: Alianza, 1998.

MARTIN, John L. What Is Field Theory? *American Journal of Sociology*, v. 109, n. 1, p. 1-49, 2003.

MARTINS, Carlos Eduardo. *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARTINS, Paulo Henrique. Reterritorialización, nuevos movimientos sociales y culturales y democracia participativa em América Latina. *Convergencia Revista de Ciencias Sociales*. UAEMex, n. 51, p. 17-44, Sept.-Dec.2009.

MATO, Daniel. *Actores globales, redes transnacionales y actores locales em la producción de representaciones de ideas de sociedade civil*. In: MATO, Daniel (Coord.). *Políticas de ciudadanía y sociedade civil em tiempos de globalización*. Caracas: Facultad de Ciências Económicas y Sociales, Universidad Central del Venezuela, 2004. p. 67-94.

MATO, Daniel. Des-fetichizar la "globalización": basta de reduccionismos, apologías y demonizaciones: mostrar la complejidad y las prácticas de los actores. In: MATO, Daniel. *Cultura, política y sociedade: perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires, Argentina: CLACSO, Consejo Latino-americano de Ciências Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, 2005.

MATTONI, Alice. The Potentials of Grounded Theory in the Study of Social Movements In: DELLA PORTA, Donatella. *Methodological practices in social movement research*. London: Oxford University Press, 2014.

MCADAM, Doug. *Political process and the development of black insurgency*. Chicago: Chicago University Press, 1982.

MCADAM, Doug; MCCARTHY, John D.; ZALD, Mayer N. (Ed.). *Comparative perspectives on social movements*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

MCADAM, Doug; FLIGSTEIN, Neil. *A theory of fields*. New York: Oxford Press, 2012.

MCCARTHY, John D.; ZALD, Mayer N. *The trend of social movements*. Morristown, NJ: General Learning, 1973.

MCCARTHY, John D.; ZALD, Mayer N. Resource mobilization and social movements. *American Journal of Sociology*, v. 82, n. 6, p. 1212-1241, 1977.

MELUCCI, Alberto. Getting Involved. In: KLANDERMANS, Bert; KRIESI, Hanspeter; TARROW, Sidney (Ed.). *From Structure to Action*. Greenwich, CT: JAI Press, 1988. p. 48-329.

MELUCCI, Alberto. *Challenging codes: collective action in the information age*. Cambridge University, 1996.

MELUCCI, Alberto. *Acción colectiva, vida cotidiana y democracia*. Ciudad de México: Ediciones El Colegio de México, 2002.

- MELUCCI, Alberto. *Por uma sociologia reflexiva: pesquisa qualitativa e cultura*. Petrópolis: Vozes, 2005.
- MILES, Matthew B.; HUBERMAN, A. M. *Qualitative Data Analysis: an expanded sourcebook*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 1994.
- MOGHADAM, V. *Globalization and social movements: Islamism, feminism and the global justice movement*. Lanham, US: Rowman and Littlefield, 2009.
- MORLINO, Leonardo. Problemas y opciones en la comparación. In: SARTORI, Giovanni; MORLINO, Leonardo. *La comparación en las ciencias sociales*. Madrid: Alianza Editorial, 1994.
- MIJARES, María Martha. Ciudadanía, sociedad civil, redes sociales o el constante reacomodo a los nuevos términos: debemos aprender a hablar de nuevo? In: MATO, Daniel (Coord.). *Políticas de ciudadanía y sociedad civil em tiempos de globalización*. Caracas: Facultad de Ciencias Económicas y Sociales, Universidad Central del Venezuela, 2004. p. 53-66.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. Sociedade civil, entre o político-estatal e o universo gerencial. *RBSC*, v. 18, n. 52, jun. 2003.
- OBERSCHALL, Anthony. Opportunity and framing in the Eastern European revolts of 1989. In: MCADAM, Doug; MCCARTHY, John D.; ZALD, Mayer N. (Ed.). *Comparative perspectives on social movements: political opportunities, mobilizing structures and cultural framings*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. p. 93-121.
- OLSON, Mancur. *The logic of collective action: public goods and the theory of groups*. Harvard: Harvard University Press, 1965.
- PIERSON, Paul. *Politics in time: history, institutions, and social analysis*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2004.
- PITKIN, Hannah F. *The concept of representation*. California: University of California Press, 1967.
- PLEYERS, George. Internacionalização sem institucionalização? A experiência do Fórum Social Mundial. In: GOHN, M. da G.; BRINGEL, B. *Movimentos Sociais na era global*. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 167-188.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Ou inventamos ou erramos: encruzilhadas da integração regional sul-americana. In: VIANA, André Rego; BARROS, Pedro Silva; CALIXTRE, André Bojikian (Org.). *Governança global e integração da América do Sul*. Brasília: IPEA, 2011.
- PRECIADO, Jaime. Geopolítica crítica, agendas de desarrollo y escenarios alternativos in controversias y concurrencias latinoamericanas. *ALAS*, n. 1, abr. 2009.

PRICE, Richard. Transnational civil society and advocacy. *WorldPolitics*, v. 55, n. 4, p. 579-607, 2003.

PUTNAM, Robert. *Making democracy work: civic traditions in modern Italy*. Princeton: Princeton University Press, 1994.

RAGIN, Charles C. *The comparative method: moving beyond qualitative and quantitative strategies*. Berkeley: University of California Press, 1987.

RAGIN, Charles. *Constructing social research*. Thousand Oaks: Pine Forge Press, 1994.

RAMOS, Alfredo. *El giro representativo: de la pluralización a la efectividad representativa*”. [S.l: s.n.], 2015. Mimeografado.

RAUBER, Isabel. *Revoluciones desde abajo: gobiernos populares y cambio social em Latinoamérica*. Buenos Aires: Ed. Peña Lillo; Ediciones Continente, 2010.

REIMANN, Kim D. *A view from the top: international politics, norms and the worldwide growth of NGOs*. Georgia: Georgia State University, 2006.

RENNÓ, Lucio. Estruturas de oportunidade política e engajamento em organizações da sociedade civil: um estudo comparado sobre a América Latina. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 21, p. 71-82, 2003.

RIBEIRO, Darcy. *As Américas e a civilização: processo de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

RISSE, Thomas; ROPP, Stephen; SIKKINK, Kathrin. (Ed.). *The power of human rights*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

RODRIGUES, Gilberto M. A.; MACIEL, Tadeu M. A participação da sociedade civil nas Organizações Internacionais Regionais (OIR) da América Latina e Caribe. In: MOURÃO, Wagner (Org.). *Pensamento propio: participación, representación y ciudadanía política en América Latina y el Caribe*. *CRIES*, n. 40, ano 19, jul.-dec. 2014.

ROITTER, Mário M. El tercer sector como representación topográfica de sociedade civil. In: MATO, Daniel. *Políticas de ciudadanía y sociedad civil*. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 2004. p.17-32.

ROSENAU, James. *Linkage politics: essays on the convergence of national and international systems*. New York: Free Press, 1969.

RUESCHEMEYER, Dietrich; STEPHENS, Evelyne H.; STEPHENS, John D. (Ed.). *Capitalist development and democracy*. Chicago: University of Chicago Press, 1992.

SCHERER-WARREN, Ilse. Organizações não-governamentais na América Latina: seu papel na construção da sociedade civil. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo: SEADE, v. 8, n. 3, jul.-set. 1994.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes de movimentos sociais na América Latina: caminhos para uma política emancipatória? *Caderno CRH*, 2007. Disponível em: < npms.ufsc.br>. Acesso em: 20 de março de 2015.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes emancipatórias: nas lutas contra a exclusão e por direitos humanos*. 1. ed. Curitiba: Appris, 2012.

SCOTT, W. Richard; MEYER, John. The organization of societal sectors. In: MEYER, John; SCOTT, W. Richard (Ed.). *Organizational environments: ritual and rationality*. Beverly Hills, CA: Sage, 1983. p. 129-153.

SERBIN, Andrés. Globalización y sociedad civil en los procesos de integración. *Nueva Sociedad*, n. 147, enero-febr. 1997.

SERBIN, Andrés. Atuando sozinho? Governos, sociedade civil e regionalismo na América do Sul. *Lua Nova*, São Paulo, 2013.

SIKKINK, Kathryn. La dimensión transnacional de los movimientos sociales. In: JELIN, Elizabeth (Comp.). *Más allá de la nación: las escalas múltiples de los movimientos sociales*. Buenos Aires: Libros del Zorzal, 2003. p. 301-335.

SIMMONS, Beth A.; DOBBIN, Frank; GARRETT, Geoffrei. The international diffusion of liberalism. *International Organization*, v. 60, n. 4, p. 781-810, 2006.

SMITH, Jackie; CHATFIELD, Charles; PAGNUCCO, Ron. Social movements and world politics: a theoretical framework. In: SMITH, Jackie; CHATFIELD, Charles; PAGNUCCO, Ron (Ed.). *transnationalsocial movements and global politics: solidarity beyond the State*. Syracuse, NY: Syracuse University Press, 1997. p. 59-80.

SNOW, David A.; BENFORD, Robert D. Ideology, Frame Resonance, and Participant Mobilization. In: KLADERMANS, Bert; KRIESI, Hanspeter; TARROW, Sidney (Ed.). *From Structure to Action: Comparing Social Movement Research Across Cultures*. Greenwich, CT: JAI Press, 1988. p. 197-217.

SNOW, David; BENFORD, Robert. Alternative types of cross-national diffusion in the social movement arena. In: DELLA PORTA, Donatela; KRIESE, Hanspeter; RUCHT, Dieter (Ed.). *Social movements in a globalizing world*. New York: St. Martin's Press, 1999. p. 23-39.

STIGLITZ, Joseph E. *Cómo hacer que la globalización funcione*. Madrid: Taurus, 2007.

STRAUSS, A., CORBIN, J. *Basics of Qualitative Research: Techniques and Procedures for Developing Grounded Theory*. 2 ed. London: SAGE Publications, 1998.

SOCZEK, Daniel. A participação que se institucionaliza: as ONGs nos anos 90. In: _____. *ONGs e democracia: metamorfoses de um paradigma em construção*. Curitiba: Juruá, 2005. p.159-186.

SOCZEK, Daniel. *ONGs e democracia: metamorfoses de um paradigma em construção*. Curitiba: Juruá, 2007.

SORENSEN, Eva; TORFING, Jacob (Ed.). *Theories of democratic network governance*. Basingstoke: Palgrave Mcmillan, 2007.

STRETTON, Hugh. *The Political Sciences*. Illinois: The Dorsey Press, 1969.

TARROW, Sidney. Struggling to reform: social movements and Policy change during the Cycles of Protest. *Western Societies Occasional Papers*, n. 15, Ithaca Cornell University, 1983.

TARROW, Sidney. *Power in movement: social movements, collective action and politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

TARROW, Sidney. *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

TARROW, Sidney. *Power in movement: social movements and contentious politics*. New York: Cambridge University Press, 2011.

TAYLOR, Rupert. Interpreting global civil society. *Voluntas*, v. 13, n. 4, 2002

TILLY, Charles. *From mobilization to revolution*. Reading, MA: Addison-Wesley, 1978.

TILLY, Charles; TARROW, Sidney. *Contentious politics*. New York: Oxford Press, 2015.

TOWNS, Ann. *Women in states: norms and hierarchies in international society*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

TSUTSUI, Kiyoteru; SHIN, Hwa Ji. *The impact of international human rights law on contemporary social movements: the case of Korean residents in Japan*. Paper presented at the annual meeting of the American Political Science Association, Aug. 2004.

TUSSIE, Diana. *Luces y sombras de una nueva relacion: el Banco Interamericano de Desarrollo, el Banco Mundial y la sociedad civil*. Temas Grupo Editorial. California: University of California, 2000.

URBINATI, Nadia. *Representative democracy*. Chicago: University of Chicago Press, 2006.

VAN DER HEIJDEN, Hein-Anton. Globalization, environmental movements, and international political opportunity structures. *Organization Environment*, v. 19, n. 1, p. 28-45, 2006.

VENNESSON, Pasca. Case studies and process tracing: theories and practices. In: DELLA PORTA, Donatella; KEATING, Michael (Ed.). *Approaches and methodologies in the social sciences: a pluralist perspective*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2008. p. 223-239.

VIEIRA, Flávia Braga. Articulações internacionais “desde baixo” em tempos de globalização. In: GOHN, Maria da Glória; BRINGEL, Breno. *Movimentos sociais na era global*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

VON BULOW, Marisa. *Building transnational networks: civil society and the politics of trade in the Americas*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

VON BULOW, Marisa. *A batalha do livre comércio: a construção de redes transnacionais da sociedade civil nas Américas*. São Paulo: Ed. Unesp, 2014.

VON BULOW, Marisa; CARVALHO, Priscila Delgado de. Entre o nacional e o transnacional: o caso das organizações da agricultura familiar no Mercosul. In: GOHN, Maria da Glória; BRINGEL, Breno. *Movimentos sociais na era global*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

WALLERSTEIN, Immanuel. *World systems analysis: an introduction*. Durham; London: University Press, 2004.

WALLERSTEIN, Immanuel. O que significa hoje ser um movimento anti-sistêmico? In: LEHER, Roberto; SETÚBAL, Mariana (Org.). *Pensamento crítico e movimentos sociais. Diálogos para uma nova práxis*. São Paulo: Cortez, 2005.

Documentos consultados das OSCs

ABONG. Organizações em Defesa dos Direitos e Bens Comuns. Carta de princípios. 2016. Disponível em: <http://www.abong.org.br/quem_somos.php?id=2>. Acesso em: 5 set. 2016.

ABONG. Democratizar a democracia. ABONG em 2005. Relatório Anual de Atividades. 2005. Disponível em: <<http://www.abong.org.br/final/download/democratizar2005.pdf>>. Acesso em: 6 set. 2016.

ABONG. ABONG 2010 a 2013. Em defesa dos direitos e bens comuns. 2013. Disponível em: <<http://www.abong.org.br/final/download/revistaabongfinal.pdf>>. Acesso em: 6 set. 2016.

ABONG. Relatório trienal 2013/2016. 2016. Disponível em: <<http://www.abong.org.br/final/download/relatorio-trienal-abong-2013-2016-digital.pdf>>. Acesso em: 6 set. 2016.

ABONG. Projetos em curso. 2016. Disponível em: <http://abong.org.br/quem_somos.php?id=7382>. Acesso em: 6 set. 2016.

AFM. Qué somos? 2016. Disponível em: <<http://www.mujeresdelsur-afm.org.uy/que-somos>>. Acesso em: 10 set. 2016.

ALOP. Regiones. 2016. Disponível em: <<http://www.alop.org.mx/?q=Regiones>>. Acesso em: 5 jul 2016.

AMB. História. 2016. Disponível em: <<http://articulacaodemulheres.org.br/historia/>>. Acesso em: 6 ago. 2016.

Auditoria Cidadã da Dívida. Quem somos. Disponível em: <<http://www.auditoriacidada.org.br/quem-somos/>>. Acesso em: 3 ago. 2016.

CAMP. Histórico. 2016. Disponível em: <<http://camp.org.br/sobre-o-camp/>>. Acesso em: 22 out. 2016.

CEAAL. Identidad institucional. 2016. Disponível em: <<http://ceaal.org/v2/cacerca.php>> Acesso em: 5 nov. 2016.

CFEMEA. Projeto institucional. 2016. Disponível em: <<http://www.cfemea.org.br/index.php/cfemea/projeto-institucional-2015-2017>>. Acesso em: 11 set. 2016.

CISCSA. Disponível em: <http://www.ciscsa-argentina.com> Acesso em: 9 nov. 2016.

Coletivo Leila Diniz. Sobre o coletivo Leila Diniz. Disponível em: <<http://www.fundodireitoshumanos.org.br/projeto/coletivo-leila-diniz/>> Acesso em: 10 out. 2016.

FASE. Histórico. 2016. Disponível em: <<http://fase.org.br/pt/quem-somos/historico/>>. Acesso em: 3 dez. 2016.

Fundación SES. Histórico. 2016. Disponível em: <<http://www.fundses.org.ar/es/quienes-somos>>. Acesso em: 10 dez. 2016.

FUNDAPAZ. Histórico. 2016. Disponível em: <<http://www.fundapaz.org.ar/fundapaz/>>. Acesso em: 9 out. 2016.

ICD – Instituto de Comunicación y Desarrollo. Aporte a la generación de propuestas de mecanismos de financiamiento de las ONG en el Cono Sur y Brasil. Informe en el marco del Proyecto de la Mesa de Articulación de Asociaciones Nacionales y Redes de ONGs de América Latina y el Caribe, Montevideo, abr. 2014. Disponível em: <<http://mesadearticulacion.org/wp-content/uploads/2014/07/Mecanismos-de-financiamiento-Conosur.pdf>>. Acesso em: 5 out. 2016.

IBGE. As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil FASFIL 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/fasfil/2010/>>. Acesso em: 10 out. 2016.

INDES. Histórico. 2016. Disponível em: <<http://indes-ong.blogspot.com.br>>. Acesso em: 8 nov. 2016.

INESC. Temas de atuação. 2016. Disponível em: <<http://www.inesc.org.br/temas-de-atuacao>>. Acesso em: 7 out. 2016.

Instituto de Justiça Fiscal. Institucional. 2016. Disponível em: <<http://ijf.org.br>>. Acesso em: 6 set. 2016.

Instituto Pólis. Institucional. 2016. Disponível em: <http://polis.org.br/institucional/#page_o-que-e-o-polis>. Acesso em: 10 out. 2016.

LATINDADD. Histórico. 2016. Disponível em: <<http://www.latindadd.org/quienes-somos/>>. Acesso em: 12 nov. 2016.

MESA. Informe Narrativo: Proyecto Regional: Mesa de Articulación de América Latina y sus aliados del Sur aumentan su Capacidad de Incidencia y Diálogo con Gobiernos y Sector Privado. Disponível em: <http://mesadearticulacion.org/wp-content/uploads/2016/08/INFORME-NARRATIVO_FINAL_MESA.pdf>. Acesso em: 10 out. 2016.

MESA. Informe sobre Democracia y Desarrollo en América Latina 2012-2013: Las organizaciones y movilizaciones sociales Disponível em: <http://mesadearticulacion.org/wp-content/uploads/2015/05/INFORME-SOBRE-DEMOCRACIA-Y-DESARROLLO-EN-AMERICA-LATINA-2012_2013_FINAL.pdf>. Acesso em: 12 out. 2016.

MESA. Estudio Regional sobre Marcos Regulatorios de las OSC en América Latina. Disponível em: <<http://mesadearticulacion.org/wp-content/uploads/2015/02/Estudio-Marcos-Regulatorios-de-las-OSC.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2016.

MESA. Estudio Regional – Rol de las ONG en América Latina. Disponível em: <<http://mesadearticulacion.org/wp-content/uploads/2014/11/ROL-ONG-Latinoamerica.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2016.

MESA. Estudio Regional sobre mecanismos de financiamiento de las OSCs en América Latina. Disponível em: <<http://mesadearticulacion.org/wp-content/uploads/2014/10/Estudio-Mecanismo-Financiamiento.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2016.

MESA. Estudio Regional sobre Marcos Jurídicos de las OSC en Latinoamérica (versión portugués). Disponível em: <http://mesadearticulacion.org/wp-content/uploads/2014/10/Informe-Final_-Marcos-Jur%C3%ADdicos_2014.pdf> Acesso em: 12 out. 2016.

MESA. Informe final Evaluación Intermedia Proyecto Regional. Disponível em: <http://mesadearticulacion.org/wp-content/uploads/2014/08/Informe-Final-_EV-INTERMEDIA.23_06_14.pdf> Acesso em: 10 set. 2016.

MESA. Marcos jurídicos de las OSC – Subregión Cono Sur. Disponível em: <<http://mesadearticulacion.org/wp-content/uploads/2014/08/Estudio-Subregional-marco-legal-OSCs-Cono-Sur.pdf>>. Acesso em: 16 nov. 2016.

MESA. Marco conceptual: Estudio Rol de las OSC – Subregión Cono Sur. Disponível em: <<http://mesadearticulacion.org/wp-content/uploads/2014/07/Marco-conceptual.-Rol-OSC-Conosur.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2016.

MESA. Tríptico informativo MESA de Articulación. Disponível em: <http://mesadearticulacion.org/wp-content/uploads/2014/07/trip_mesa_esp_Orig_Ok_FINAL.pdf>. Acesso em: 12 out. 2016.

MESA. Estudio Mecanismos de Financiamiento – Subregión Cono Sur. Disponível em: <<http://mesadearticulacion.org/wp-content/uploads/2014/07/Mecanismos-de-financiamiento-Conosur.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

Plataforma DHESCA Brasil. Histórico. 2016. Disponível em: <<http://www.plataformadh.org.br/quem-somos/historico/>>. Acesso em: 23 ago. 2016.

REDEH. Nossa história. 2016. Disponível em: <<http://www.redeh.org.br>>. Acesso em: 9 set. 2016.

Red Encuentro. Histórico. 2016. Disponível em: <<http://encuentrodeongs.blogspot.com.br>>. Acesso em: 11 out. 2016.

SEHAS. Misión. Visión. 2016. Disponível em: <<http://sehas.org.ar/conozcanos>>. Acesso em: 10 out. 2016.

SOS Corpo. Histórico. 2016. Disponível em: <<http://soscorpo.org/quem-somos/>>. Acesso em: 6 de nov. de 2016.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Declarações da MESA nos anos de 2009 e 2010

Declaração	Data	Aspectos gerais
GCAP convoca a defesa urgente da vida dos povos amazônicos no peru	21 de maio de 2009	A <i>Confederación General de Trabajadores del Perú</i> manifesta sua solidariedade ao povo amazônico em suas manifestações públicas
MESA na 5ª Cúpula das Américas	20 de setembro de 2009	A MESA convoca os chefes de Estado reunidos na 5ª Cúpula das Américas a comprometerem-se com as mudanças de fundo, à asseguaração do futuro da cidadania em nossos países, uma vez que são necessárias urgentes transformações para enfrentar a crise financeira global
O Golpe de Estado de Honduras e o Acordo de Associação da UE	21 de setembro de 2009	Em repetidas ocasiões, as OSCs manifestaram total repúdio ao golpe de Estado em Honduras. Enfatizaram que os problemas da democracia se resolvem unicamente com mais democracia e não com menos
Declaração para a 5ª Cúpula das Américas	21 de setembro de 2009	“Para assegurar o futuro de nossos povos é necessário mudança de fundos”
Declaração pública da situação em Honduras	23 de setembro de 2009	A MESA expressa seu mais enérgico rechaço ao agravamento da repressão policial-militar por ordem do regime golpista instalado em Honduras
Argumentos da CONGCOOP em audiência no Congresso sobre as reformas constitucionais	26 de setembro de 2009	A CONGCOOP dá ênfase para a necessidade de se chamar uma Assembleia Nacional Constituinte por não estarem de acordo com a reforma parcial do texto constitucional na Guatemala
CONGCOOP sobre a problemática agrária na Guatemala	26 de setembro de 2009	A OSC afirma que a problemática agrária não encontra resposta no atual governo
“Novo esforço para silenciar as ONGs” no Peru	26 de setembro de 2009	As OSCs denunciaram a iniciativa legislativa, promovida por diversos setores políticos, que tem como fim incrementar as atribuições da Agência Peruana de Cooperação Internacional (APCI) para ameaçar e controlar as ONGs
Declaração da coordenação de DDHH e da Associação Nacional de Centros (ANC)	26 de setembro de 2009	As OSCs rechaçaram a posição de autoridades do Estado que se mostraram invariavelmente intolerantes e agressivas diante das ONGs, alimentando uma constante calúnia e assédio administrativo
ONGs integrantes do CEAAL no Chile se pronunciaram frente à situação da Bolívia	26 de setembro de 2009	As OSCs manifestaram a sua preocupação com a situação de violência na Bolívia

Declaração de apoio ao governo equatoriano	26 de setembro de 2009	Frente à controvérsia existente entre o governo equatoriano e a empresa brasileira Odebrecht, as OSCs manifestaram apoio à iniciativa soberana do presidente Rafael Correa de responsabilizar a empresa pelos maus serviços prestados, especialmente em relação à Usina Hidroelétrica de San Francisco. Consideraram legítima a demanda por uma justa reparação da Odebrecht pelas perdas causadas por este empreendimento, financiado com recursos públicos de cidadãos brasileiros através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)
Pronunciamento da ACCIÓN frente à vigilância às ONGs e a situação de presos mapuche	26 de setembro de 2009	A OSC se somou ao apoio de diversas ONGs e movimentos sociais ao povo mapuche, e manifestou sua solidariedade com os dirigentes mapuches na prisão em sua greve de fome de 79 dias
Declaração das OSCs no III Encontro Cívico Iberoamericano	26 de setembro de 2009	Mais de 4.000 OSCs demandaram a maior abertura de espaços participativos e aprofundamento da democracia
Declaração pela vida: “Nunca mais outro Ycuo Bolaños. Exigimos justiça, reparação e segurança”	26 de setembro de 2009	As OSCs paraguaias invocando o caso Ycuo Bolaños chamando atenção para a falta de justiça, a falta de respostas eficazes de reparação e inexistência de mecanismos de prevenção
Declaração de AMARC ALC sobre aprovação de Lei de Mídias na Argentina	13 de outubro de 2009	A <i>Asociación Mundial de Radios Comunitarias, América Latina y Caribe (AMARC ALC)</i> celebra a aprovação da Lei de Mídias Audiovisuais na Argentina e destaca disposições que garantem a diversidade e o pluralismo nos serviços de comunicação audiovisual
Declaração diante às tragédias do Haiti	9 de fevereiro de 2010	As ONGs latino-americanas, manifestam sua preocupação em relação às modalidades de cooperação para os países mais pobres

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados da MESA.

APÊNDICE B – Declarações da MESA no ano de 2013

Declaração	Data	Aspectos gerais
Foro global da sociedade civil por uma Agenda de Desenvolvimento Pós-2015	4 de abril de 2013	As OSCs chamaram a atenção para um desenvolvimento que seja universal, transformativo e voltado para as pessoas
Declaração da Assembleia de Movimentos Sociais no Fórum Social Mundial de 2013	8 de abril de 2013	As OSCs chamaram a atenção para a América Latina, enquanto espaço de luta para frear o neoliberalismo e concretizar alternativas para o desenvolvimento social, justo e respeitoso da natureza
Beyond 2015: Declaração de Guadalajara, segurança para meninos e meninas	22 de abril de 2013	Uma série de petições se desprende da Declaração Guadalajara para a inclusão dos direitos da infância na Agenda de Desenvolvimento Pós-2015, cujos primeiros pontos têm a ver com a garantia de segurança para meninos e meninas, uma vez que a porcentagem mundial de violência contra a criança tem aumentado nos últimos anos
ONGs do Brasil manifestam seu repúdio à violência policial	19 de junho de 2013	OSCs brasileiras manifestaram o seu repúdio à violência policial exercida nos protestos de 2013 nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro contra o aumento das tarifas de transporte público
MESA condena negação de livre trânsito aéreo ao Presidente Evo Morales	5 de julho de 2013	18 associações nacionais e redes regionais que compõem a MESA manifestaram repúdio à atitude dos governos da França, Itália, Espanha e Portugal por colocarem em risco a vida do presidente do Estado Plurinacional da Bolívia, Evo Morales, sua tripulação e acompanhantes

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados da MESA.

APÊNDICE C – Declarações da MESA no ano de 2014

Declaração	Data	Aspectos gerais
Comunicado da rede venezuelana SINERGIA	17 de fevereiro de 2014	SINERGIA, composta por 50 OSCs venezuelanas, chama a atenção para temas como: violência, justiça, acesso a divisas, desabastecimento de produtos e crise dos serviços públicos na Venezuela
Comunicado LATINDADD sobre a situação na Venezuela	11 de março de 2014	LATINDADD declara seu apoio ao povo venezuelano
Declaração do CEAAL sobre a situação na Venezuela	18 de março de 2014	CEAAL declara seu apoio ao povo venezuelano
Declaração de Lima	3 de julho de 2014	As OSCs da MESA declaram seu irrestrito compromisso com os Direitos Humanos, a democracia, o desenvolvimento sustentável e suas sistemáticas iniciativas contra a desigualdade que assolam nossos países
CONGCOOP repudia	4 de julho de 2014	CONGCOOP rechaça a perseguição política que o

expulsão de cooperados de Brigadas Internacionais de Paz		Ministro de <i>Gobernación</i> , <i>Mauricio López Bonilla</i> implementa contra os <i>Cooperantes Voluntarios</i> que desde diversos países chegam a Guatemala para colaborar com a sociedade
Pronunciamento da <i>Red Encuentro</i> sobre a situação na Palestina	23 de julho de 2014	<i>Red Encuentro</i> manifesta sua profunda preocupação com a invasão que o povo palestino está sofrendo na Faixa de Gaza
PIDHDD: a comunidade internacional deve saldar a sua dívida com o povo palestino e seu direito inalienável de livre determinação	27 de julho de 2014	PIDHDD reitera sua convocação à comunidade internacional e, em especial, aos blocos de integração latino-americana, como a ALBA, a CELAC, o MERCOSUL e a UNASUL, a desempenhar um papel “protagônico” para garantir o direito do povo palestino a sua livre determinação.
A agressão de Israel a Palestina: um assunto feminista	4 de agosto de 2014	AFM chama a atenção para o fato de que os feminismos latino-americanos têm desenvolvido historicamente um internacionalismo solidário com as lutas das mulheres e dos povos contra as guerras, o racismo, o imperialismo e contra a forma que as tragédias impactam os corpos das mulheres
MESA condena crimes contra a humanidade em Gaza	04 de agosto de 2014	MESA se pronuncia enquanto plataforma continental sobre a grave crise humanitária que se vive no território palestino na Faixa de Gaza
CONGCOOP: “O Estado da Guatemala abre fogo contra o povo Q’eqchí”	18 de agosto de 2014	CONGCOOP chama a atenção para uma ação fora do marco dos Direitos Humanos quando 1.000 agentes da polícia acompanhados de civis paramilitares desalojaram de suas terras os habitantes Q’eqchí na cidade de Cóbán na Guatemala
Posicionamento no IV Congresso Nacional dos Povos, Comunidades e Organizações na Guatemala	29 de agosto de 2014	OSCs e movimentos sociais participantes desse Congresso se posicionam para solucionar os graves problemas nacionais, fortalecer os movimentos sociais e acordar bases político-sociais para a ação
Declaração da Cúpula dos Povos diante da mudança climática	25 de setembro de 2014	OSCs ressaltaram a necessidade de aprovar um novo esboço sobre o Acordo Climático Global que redefina os compromissos dos Estados e da comunidade internacional
Comunicado do sindicato dos jornalistas do Paraguai: “Indignados, repudiamos o assassinato de Pablo Medina”	24 de outubro de 2014	OSCs se pronunciam quanto ao ataque ao jornalismo paraguaio e o assassinato de Pablo Medina, correspondente do ABC Color, em Curuguaty
ANONG apoia a decisão popular de não baixar a idade de imputabilidade	14 de novembro de 2014	ANONG parabeniza e reforça a decisão popular de não baixar a imputabilidade. Em 26 de outubro, o “No” saiu vitorioso do plebiscito com 52% a 48% do “SI” no Uruguai
Declaração diante da XXIV Cúpula Iberoamericana: um projeto em busca de renovação	9 de dezembro de 2014	Um importante número de OSCs, entre elas, a ACCIÓN, acordaram um diagnóstico sobre a debilidade do mecanismo multilateral e a sua irrelevância. Vários representantes fizeram alusão à

necessidade de um processo de renovação

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados da MESA.

APÊNDICE D – Declarações da MESA no ano de 2015

Declaração	Data	Aspectos gerais
MESA sobre o atentado de Charlie Hebdo	7 de janeiro de 2015	MESA repudia o ataque a Charlie Hebdo
PIDHDD recomenda que órgãos que supervisionam tratados de Direitos Humanos devem constituir-se de expertos de alto nível	20 de maio de 2015	PIDHDD recomenda de maneira especial aos Estados que as candidaturas devem ser de expertos de grande prestígio moral, que exerçam suas funções com capacidade e experiência em Direitos Humanos
CONGCOOP sobre o dano ambiental de “ <i>la palma aceitera</i> ”	11 de junho de 2015	CONGCOOP chama a atenção para o fato do nocivo avanço do cultivo da “ <i>palma aceitera</i> ” por mais de 10 anos no norte e sul da Guatemala, principalmente em: Fray Bartolomé de las Casas, Chisec e Raxuhá, em Alta Verapaz; Ixcán, em Quiche, Sayaxché, em Peten, Coatepeque, em Quezaltenango
SINERGIA rechaça ameaças e perseguições de Nicolás Maduro	13 de junho de 2015	SINERGIA rechaça a perseguição e ameaças por parte do presidente Nicolás Maduro contra as diferentes ONGs que têm vida na Venezuela de maneira legal e transparente. A OSC lembrou que o Estado “não pode permitir a difusão pública, de forma ilegal, de comunicações eletrônicas de defensores e ativistas de organizações”, como aconteceu no caso recente de Rafael Uzcátegui, Coordenador-Geral da <i>Provea</i> , Marino Alvarado, defensor de DDHH e Carlos Correa, Diretor de Espacio Público, “o que representa uma franca violação de direitos”
Declaração da CONGCOOP: “não queremos voltar a um passado de crimes de Estado”	22 de junho de 2015	CONGCOOP rechaça de forma enérgica as pretensões de setores obscurantistas de implantar um clima de violência política que o governo corrupto do militar Otto Pérez Molina provocou com uma série de medidas impopulares durante sua gestão
Carta ao Papa Francisco sobre a situação das OSCs na Bolívia	10 de julho de 2015	OSCs expressaram sua preocupação para o Papa em relação às severas limitações estabelecidas pelo governo ao trabalho das OSCs na Bolívia. Em especial, aquelas que defendem o direito da Madre Tierra e os direitos humanos
Carta aberta de comunidades religiosas dos EUA ao Presidente Horacio Cartes	10 de julho de 2015	Líderes e membros de comunidades religiosas expressam sua preocupação com populações de zonas rurais em relação aos conflitos de terra
Carta de Santa Cruz no II Encontro Mundial de Movimentos Populares	10 de julho de 2015	OSCs reunidas nesse encontro expressam sua preocupação com os problemas sociais e ambientais
Declaração de Lima sobre	13 de julho de	As OSCs fazem um chamado para que aqueles que

Justiça fiscal e Direitos Humanos	2015	trabalhem com temas de desenvolvimento em geral possam incorporar os temas da justiça fiscal e Direitos Humanos rumo a um desenvolvimento sustentável em sua atuação
PIDHDD sobre a responsabilidade do Estado em respeitar, proteger e garantir o trabalho dos defensores de DDHH	3 de agosto de 2015	A PIDHDD expressa sua preocupação com as permanentes deslegitimações provenientes do setor público em relação as OSCs que defendem os temas de Direitos Humanos
LATINDADD: “Bolívia, a difícil tarefa de construir um país com esperança”	20 de agosto de 2015	LATINDADD chama a atenção para que a construção de um país com esperança e melhor futuro deve além do Estado incorporar a sociedade boliviana
Pelo respeito à Constituição e pelo diálogo político na Bolívia	21 de agosto de 2015	OSCs se pronunciam em favor do respeito à democracia e pela oportunidade de diálogo com o governo boliviano
CONGCOOP sobre fim de ciclo de corrupção e impunidade	24 de agosto de 2015	CONGCOOP se pronuncia em ocasião da captura da ex vice-presidente Roxana Baldetti, e reitera sua convicção do sistema de justiça da Guatemala
Convocação da PIDHDD para a criação de um clima de paz	24 de agosto de 2015	A PIDHDD, a Frente Ecuatoriana de Derechos Humanos (FEDHU), o Centro de Documentación en Derechos Humanos “Segundo Montes Mozo S.J.” (CSMM) e o Comité Permanente por la Defensa de los Derechos Humanos (CDH), expressam sua crescente preocupação com os acontecimentos sociais e políticos no Equador
Declaração pública sobre a situação das ONGs na Bolívia	26 de agosto de 2015	OSCs defendem o histórico trabalho das ONGs em defesa dos direitos na Bolívia
CONGCOOP: “A mobilização social impõe a força da história”	04 de setembro de 2015	CONGCOOP chama atenção sobre a renúncia de Otto Pérez após a mobilização popular e reitera sua enorme determinação em restaurar na Guatemala um regime verdadeiramente democrático e representativo
PIDHDD: “A dissolução de uma organização é a forma mais severa de restrição à liberdade de associação”	1º de outubro de 2015	A PIDHDD, o <i>Centro de Documentación en Derechos Humanos “Segundo Montes Mozo S. J.”</i> (CSMM), o <i>Comité Permanente por la Defensa de los Derechos Humanos</i> (CDH), a <i>Frente Ecuatoriana de Derechos Humanos</i> (FEDHU) expressam sua profunda preocupação pelo anúncio oficial da <i>Secretaría Nacional de Comunicación</i> (SECOM) de iniciar o procedimento de dissolução da <i>Fundación Andina para la Observación Social y el Estudio de Medios</i> (FUNDAMEDIOS)
Declaração AOED sobre a crise de refugiados na Síria	13 de outubro de 2015	Como comunidade de OSCs que defende a eficácia do desenvolvimento, a Aliança de OSC para a Eficácia do Desenvolvimento (AOED) se solidariza com o povo da Síria
CONGCOOP se solidariza	02 de dezembro de	CONGCOOP se solidariza com Pedro Rafael

com o Diretor legal da CALAS	2015	Maldonado, diretor legal do <i>Centro de Acción Legal, Ambiental y Social de Guatemala</i> (CALAS), que vem recebendo ameaças por seu trabalho em defesa do ambiente em Santa Rosa, Jutiapa e outras regiões
------------------------------	------	--

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados da MESA.

APÊNDICE E – Declarações da MESA no ano de 2016

Declaração	Data	Aspectos gerais
ALOP frente à crise política no Brasil	15 de abril de 2016	ALOP chamou a atenção para o grave atentado ao Estado democrático de direito no Brasil
Declaração da MESA sobre a situação no Brasil	15 de abril de 2016	A MESA manifestou sua profunda preocupação com a situação política no Brasil, em que as OSCs creem ser derivada da manipulação de mecanismos constitucionais com o objetivo de interromper um mandato presidencial obtido de maneira democrática
Declaração da Assembleia de movimentos sociais no VII Fórum Social Mundial de Migrações	13 de julho de 2016	No VII Fórum Social Mundial de Migrações, 1.600 ativistas e militantes, provenientes de 57 países expressaram sua preocupação sob o lema “migrantes construindo alternativas frente à desordem e à crise global do capital”, voltando a marcar a causa estrutural do caráter forçado que a migração e o refúgio de milhões de seres humanos têm assumido no capitalismo contemporâneo
Comunicado público pelo Brasil	1º de setembro de 2016	A MESA declara que em 31 de agosto de 2016 foi consumado o golpe à democracia do Brasil, assim como uma agressão a história popular e cidadã de toda América Latina
ABONG pela democracia: “organizar a resistência e a defesa dos direitos”	16 de setembro de 2016	ABONG expressa sua posição contra o golpe midiático-jurídico-parlamentar concretizado no Brasil em 31 de agosto de 2016. A carta foi construída no VI Encontro Sul-Brasileiro de Organizações e Movimentos Sociais, realizado pela ABONG, e reflete a visão da Associação e das organizações e movimentos sociais que assistiram ao evento
Comunicado à opinião pública e às organizações sociais nacionais e internacionais	20 de setembro de 2016	A MESA e o CEAAL, a partir do <i>Colectivo Paraguay</i> , se manifestaram em relação aos acontecimentos em torno do processo de Reforma da Universidade Nacional de Asunción (UNA)
Declaração do Encontro Nacional de ONGs de desenvolvimento	23 de setembro de 2016	Mais de uma centena de ONGs de desenvolvimento, que operam na Guatemala, analisaram a situação do setor no país, o estado do financiamento do desenvolvimento, e acordaram medidas para apoiar os objetivos do desenvolvimento sustentável
Declaração da ALOP pela paz na Colômbia	2 de dezembro de 2016	Em meio à satisfação do Acordo com as FARC que gerou uma importante mobilização social, em que as OSCs estavam empenhadas nos últimos meses, as OSCs lamentaram a escala de violência gerada por distintos atores, cujos interesses estão ameaçados pela finalização do conflito e validados pela oposição

Comunicado público diante da ameaça de fechamento da “ <i>Acción Ecológica</i> ” do Equador	22 de dezembro de 2016	Diante da solicitação de “extinção e dissolução” por parte do governo contra a organização ambiental equatoriana, as OSCs da MESA declaram a sua solidariedade
---	------------------------	--

Fonte: Elaboração da autora partir de dados da MESA.

APÊNDICE F – Declarações da MESA em relação às iniciativas de integração regional

Declaração	Data	Aspectos gerais
Declaração de Caracas	26 de janeiro de 2006	“Outra integração é urgente, possível e necessária”
Redes latino-americanas frente à decisão de fechamento do Parlamento Andino	8 de outubro de 2013	Redes se pronunciam com surpresa e preocupação sobre a Decisão 792 do <i>Consejo Andino de Ministros de Relaciones Exteriores</i> de 19 de setembro de 2013 que abre um processo para fechar o Parlamento Andino da Comunidade Andina de Nações (CAN)
Redes regionais da América Latina e Caribe dirigem carta à CELAC	27 de janeiro de 2014	As OSCs enalteceram a importância da criação CELAC como forte motivo de esperança e compromisso. Solicitaram aos governos que identificassem a maior conveniência mútua para a participação social na CELAC e ressaltaram a necessidade de impulsionar os processos futuros de participação cidadã
Carta da MESA à Secretaria Geral da UNASUL	1º de julho de 2014	As OSCs se pronunciaram parabenizando a iniciativa de criação do I Foro de Participação Cidadã e aprovaram as diretrizes para o seu funcionamento
MESA sobre o compromisso da CELAC na formulação da Agenda para o Desenvolvimento pós-2015	29 de janeiro de 2015	As OSCs estabeleceram um diálogo construtivo e substancial com a CELAC e seus países-membros no marco da nova agenda global para o desenvolvimento pós-2015 para dotar de significado e alcance mais componentes que integram a agenda

Declaração de Encontro de Movimentos Sociais na Cúpula da CELAC	3 de fevereiro de 2015	As OSCs reconheceram a CELAC como espaço de integração soberano da América Latina e Caribe, que respeita a pluralidade, a diversidade política e o direito soberano de cada um de nossos povos para escolher sua própria forma de organização política e econômica
Declaração de Santiago – I Foro Sociedade Civil CELAC-UE	11 de março de 2015	As OSCs demandaram a formulação de uma nova arquitetura financeira mundial com uma maior coerência entre os modelos de investimentos e os objetivos do desenvolvimento sustentável, assim como o fortalecimento dos direitos humanos e da democracia
Declaração de Bruxelas - II Cúpula UE-CELAC	12 de maio de 2015	As OSCs ressaltaram o aumento das desigualdades em seus países e clamaram pela construção de sociedades que favoreçam a igualdade socioeconômica e o desenvolvimento sustentável no sentido de recomendações para a próxima Cúpula da CELAC-UE que ocorreria um mês depois
Declaração de Bruxelas – II Cúpula UE-CELAC – documento Final do I Foro da sociedade civil CELAC-UE	15 de junho de 2015	As OSCs apelaram pela necessidade de aprofundamento do diálogo entre as diversas sociedades, sustentáveis, coesas e prósperas. Deram ênfase à associação estratégica birregional no caminho para o desenvolvimento
Ressalva da <i>Red Encuentro</i> (associação nacional argentina que compõe a MESA) à Declaração de Bruxelas	8 de junho de 2015	A OSC argentina fez uma ressalva quanto ao parágrafo de “respeito à autodeterminação dos povos” e ao não diálogo sobre as Ilhas Malvinas com as OSCs do Reino Unido

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados da MESA.

APÊNDICE G – Lista de entrevistados

Nome	Cargo	Data
Evandro Fahrid Zago	Diplomata CGSUL Itamaraty	Dezembro de 2015
Alba Lanzilotto	Ex-representante do capítulo argentino da PIDHDD/ Abuelas de la plaza de mayo	Dezembro de 2015
Daniela Perrota	Representante do CLACSO	Dezembro de 2015
Daniela Saforcada	Representante do CLACSO na MESA	Dezembro de 2015
Murilo Komninski	Assessor internacional da SGPR	Março de 2016
Ana Chaves e cinco representantes	Capítulo argentino da PIDHDD	Junho de 2016
Adrián Falco	Coordenador de Desenvolvimento de Projetos da Fundación SES	Junho de 2016
Rodolfo Wlasiuk	Representante da CRIES na MESA	Junho de 2016
Karina Cárcere	Representante da AOED - Fundación SES	Junho de 2016
Alejandro Barrios	Coordenador Agenda 2030 da AOED – Ibon International	Julho de 2016
Maria Lúcia Fatorelli	Diretora da Auditoria Cidadã da Dívida	Agosto de 2016
Ivo Lesbaupin	Diretor ISER/Secretaria Executiva da ABONG de 2013 a 2016	Agosto de 2016
Miguel Santibáñez	Diretor da MESA e da ACCIÓN (Chile)	Agosto de 2016
Maria Elena Saludas	Diretora da <i>Asociación por una Tasa a las Transacciones Financieras especulativas para Ayuda a los Ciudadanos</i> (ATTAC)/ Representante CADTM	Setembro de 2016
Ana Bourse	Diretora da CRIES	Setembro de 2016
Jorge Eduardo Durão	Ex-diretor FASE/Ex-diretor ALOP Cone Sul	Novembro de 2016
Darci Frigo	Diretor da Terra de Direitos – membro da Plataforma DHESCA Brasil e Ex-ccordenador da	Novembro de 2016

	PIDHDD	
Raimunda Oliveira	Representante da CONTAG no CEAAL/ Colegiado diretivo do CEAAL representando o coletivo do Brasil (gestão 2016-2020)	Novembro de 2016
Iara Duarte	Representante da CONTAG no PLAS-CEAAL	Novembro de 2016
Guacira Cesar	Diretora CFEMEA/ Co-fundadora AFM	Novembro de 2016
María Luísa Garrido	Diretora Cotidiano Mujer/Diretora da AFM/Representante da AFM na MESA	Dezembro de 2016
Soledad Perez	Representante do CISCOSA	Dezembro de 2016
Ana Falu	Diretora do CISCOSA	Dezembro de 2016
Alberto Croce	Diretor Red Encuentro	Janeiro de 2017
María Rosa Goldar	<i>Diretora Fundación Ecumenica de Cuyo (FEC)/ colegiado diretivo do CEAAL representando o coletivo da Argentina</i>	Janeiro de 2017

APÊNDICE H – Roteiro semiestruturado de entrevistas em profundidade (versão em português)

Dinâmica própria da MESA

1- Desde os primeiros passos da MESA, em 1995, quais são as etapas de sua evolução ou desenvolvimento? Teve crise? O que a gerou? Falta de financiamento? Falta de motivação? Falta de liderança?

2- De seu conhecimento da MESA, quais são os momentos mais importantes? Podem ser caracterizados em etapas? Qual é a crise que gerou estas etapas? O que se passou com a ALCA? E depois que desapareceu a ameaça da ALCA, como geraram outro elemento de agregação? Como se reinventaram depois que desapareceu a ALCA?

3- Quais são os temas que estão trabalhando na MESA e em que medida consideram inserir na agenda pública? É uma agenda pública nacional ou regional? Quais organizações estão tomando mais liderança? Como estão influenciando na agenda pública no momento? Como reinventam sua agenda pública?

4- Como foi a representação da (NOME DA OSC) dentro do MESA?

5- Quais são os principais temas que a (NOME DA OSC) defende dentro da MESA?

6- Quais são os temas de maior consenso e dissenso entre a (NOME DA OSC) e as outras OSCs que participam da MESA?

7- A (NOME DA OSC) participa de quais fóruns multilaterais no momento?

8- Como foi a experiência nesses fóruns?

9- Como a atuação transnacional da MESA (enquanto projeto regional da NOME DA OSC) está articulada com o nacional? Quais são as associações e redes transnacionais mais ativas no processo? Quais OSCs permaneceram? Quais saíram? Por quais razões saíram?

Dinâmica das OSCs nacionais

1- Quais são os principais temas, movimentos sociais e movimentos de pessoas que a (NOME DA OSC) defende? Como a agenda da (NOME DA OSC) foi se construindo?

2- Como se dão as relações e interações com outras OSCs da região? Principalmente, com as brasileiras? E com as argentinas? E com as do Norte? Quais são as principais estratégias comuns de ação com essas organizações?

3- Como se dá a coordenação com as outras OSCs da região? Com as brasileiras? Com as argentinas?

- Como os objetivos são firmados?
- Como as decisões conjuntas são tomadas?
- Como os recursos são alocados? Quais são os recursos?
- Como as diferenças e conflitos são resolvidos?
- Quais são os espaços formais de deliberação conjunta?
- Quais são os espaços informais de deliberação conjunta?
- Como a ação conjunta se define? Como se monitora a sua execução?

4- Qual a sua avaliação sobre os resultados da atuação política em cenário internacional regional por meio da sociedade civil?

5- Qual foi o aprendizado?

6- Qual seria sua avaliação sobre o cenário de participação cidadã na América Latina? Quais são as perspectivas para o futuro? Quais os principais desafios?

APÊNDICE I – Roteiro semiestruturado de entrevistas em profundidade (versão em espanhol)

Dinámica propia de la MESA

1- Desde los primeros pasos de la MESA en 1995 cuales son las distintas etapas de su evolución o desarrollo? Tuve crisis? Y que las generó? Falta de financiamiento? Falta de motivación afuera? Falta de liderazgos?

2- De su conocimiento de la MESA, cuales son los momentos más importantes? Puede caracterizar etapas? Con cuales etapas? Cual es la crisis que generó esta etapa? Que se pasó con la red con a ALCA? Y después que desapareció la amenaza de la ALCA, como generan otro elemento de agregación? Como se reinventan la MESA después que desapareció la amenaza dela ALCA?

3- Cuales son los temas que están trabajando la MESA y en que medida consideran inserir en la agenda pública? Es una agenda pública nacional o regional? Que organizaciones están tomando más liderazgo? Como están influyendo la agenda pública en el momento? Como reinventan su agenda pública?

4- Como fue la representación da (NOME DA OSC) dentro de la MESA?

5- Cuales son los principales temas que al (NOME DA OSC) defiende dentro de la MESA?

6- Cuales son los temas de mayor disenso y mayor consenso entre la (NOME DA OSC) e las otras OSCs que participan de la MESA?

7- La (NOME DA OSC) participa de cuales foros multilaterales en el momento?

8- Como fue la experiencia en los foros?

9- Como la actuación transnacional da MESA (como proyecto regional da NOME DA OSC) está articulada con el nacional? Cuales son las asociaciones y redes transnacionales mas activas en el proceso?

Cuales redes permanecerán? Cuales son las que salieran? Por que razones salieran?

Dinámica propia de la OSC nacional

1-Cuales son los principales temas, movimientos sociales y movilizaciones que la (NOME DA OSC) defiende? Y como e por que fueran elegidos? Como la agenda de la (NOME DA OSC) fue se construyendo?

2- Como se dan las relaciones de la (NOME DA OSC) con otras OSCs de la región? Principalmente, con las brasileñas? E con aquellas del Norte

Cuales son las principales estrategias comunes de acción con esas organizaciones?

3- Y la coordinación con las otras OSCs de la región? Con las brasileñas?

- Como los objetivos son firmados?

- Como las decisiones conjuntas son tomadas?

- Como los recursos son alocados? Cuales recursos tienen?

- Como las deferencias y conflictos son resuvidos?

- Cuales son los espacios formales de deliberación conjunta?

- Cuales son los espacios informales de deliberación conjunta?

- Como la acción conjunta se define? Como se monitorea su ejecución?

4- Cual su evaluación sobre los resultados da actuación política en escenario internacional regional por intermedio de interese de la sociedad civil?

5- Cual fue el aprendizaje?

6- Cual seria su evaluación sobre el escenario de participación ciudadana en la América Latina? Cuales las perspectivas para el futuro? Cuales los principales desafíos?